

ELY GUIMARÃES DOS SANTOS EVANGELISTA

“A UNESCO E O MUNDO DA CULTURA”

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Octávio Ianni.

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em ____/____/____

BANCA

Prof. Dr. Octávio Ianni

Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Profa. Dra. Marnene Corrêa da Silva

Profa. Dra. Marisa Philbert Lajolo

Março 2000



UNIDADE BC
 N.º CHAMADA:
UNICAMP
EV14
 V. 41676
 TÍTULO DO L. 278/00
 P. 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00
 P. 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00
 DATA 25-07-90
 N.º CPD

CM-00143106-2

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do IFCH-Unicamp

Ev733u Evangelista, Ely Guimarães dos Santos
 A Unesco e o mundo da cultura / Ely Guimarães dos Santos. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Octavio Ianni.
 Tese (doutorado) - - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações internacionais. 2. Comunicação. 3. Racismo.
 4. Relações raciais. 5. Brasil - Relações raciais. I. Ianni, Octavio, 1926 - . II. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

APRESENTAÇÃO

A Unesco, agência especializada da ONU para coordenar em âmbito mundial e supranacional as ações das diversas nações nas áreas da educação, da ciência e da cultura, é criada a partir de concepções diversas do liberalismo num momento de reconstrução do mundo do pós-guerra e, neste, da democracia e de uma nova hegemonia mundial. Ao longo dos últimos cinquenta anos, ao lado de outras agências especializadas, de programas e comissões do sistema ONU, a Unesco tem exercido uma função integradora na abordagem de questões merecedoras das preocupações dos povos e expressas por seus governantes no cenário mundial: questões relacionadas aos traumatismos profundos e dolorosos resultantes da Guerra, aquelas que se produziram no contexto bipolarizado e beligerante que se seguiu, e outras tantas produzidas na dinâmica contraditória de um mundo que, sob o avanço científico e tecnológico e no jogo de forças diversas – econômicas, políticas, sócio-culturais – se unifica, se encolhe e se fragmenta, suscitando e exigindo reflexão e soluções de problemas cuja repercussão se faz mundial.

Por tudo isto a Unesco, a quem coube, na estrutura institucional da qual faz parte, educar os povos, seus governantes e os diversos atores envolvidos na reconstrução/modernizadora da sociedade mundial, constitui-se como uma instituição de alto valor heurístico em razão de suas respostas aos desafios que o mundo contemporâneo tem apresentado a nossa compreensão. Se as reflexões e

soluções encaminhadas mediante o trabalho integrador da Unesco nem sempre se desdobraram em medidas concretas ou resultados positivos, é inegável, porém, que sua atuação tem sido fundamental ao processo de conscientização dos diferentes povos em relação aos dilemas que se produzem no processo de mundialização do qual ela faz parte.

É o que objetivo evidenciar neste trabalho, cuja realização só foi possível graças a instituições e, nestas, ao trabalho de pessoas às quais apresento meus agradecimentos: ao Dr. Joaquim Caetano Gentil Netto, Secretário Executivo do IBICC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Comissão Nacional para a Unesco), pela atenção com que me ouviu, esclarecendo questões e colocando outras, disponibilizando-me o rico acervo da Unesco ali existente ; ao pessoal do Escritório Regional da Unesco em Brasília, na pessoa de seu coordenador, Dr. Jorge Wertheim e à Diretora da Biblioteca Mário de Andrade, Marli Monteiro, que me facilitaram a pesquisa nos documentos da Unesco; à bibliotecária Maria Cristina M. Bignardi, responsável pela sala do acervo da ONU nesta biblioteca; e ao secretariado do IBICC nas pessoas de Sylvia dos S. Monteiro e Margarida M. de S. Nunes, pela ajuda na localização e reprodução de documentos.

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, CULTURA E A PAZ MUNDIAL: UNESCO.....	7
Unesco: sua gênese e as esperanças de construir um mundo novo.....	13
Unesco: supremacia e contradições do poder ocidental.....	25
A Unesco e a bipolarização do poder no mundo multicultural.....	35
Nova composição da Unesco e caminhos possíveis do progresso da humanidade.....	39
Estatização do conselho executivo: hegemonia ocidental e ordens nacionais.....	48
A UNESCO E A COMUNICAÇÃO ENTRE AS CULTURAS.....	57
Construindo uma rede mundial de comunicação e entendimento dos povos.....	65
A Unesco, os meios de informação e o ideal de liberdade para os povos.....	71
O livre fluxo de informação, a Unesco e a dinâmica do contexto mundial.....	82
A Unesco, o direito à cultura e seu ideal de universalidade.....	100
A Unesco, o livre fluxo de informação e o direito de comunicação.....	111
O livre fluxo de informação, a Unesco e sua nova estratégia.....	126
SOCIEDADE E CULTURA: A UNESCO E A QUESTÃO RACIAL.....	147
A questão racial, ontem e hoje: conflitos, acomodações e antagonismos.....	148
Raça, ciência, poder e a busca de um modelo de democracia racial.....	164
Cuidando da diversidade para preservar a unidade que se fragmenta...	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, CULTURA E A PAZ MUNDIAL: UNESCO

...as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz. (Ato constitutivo da Unesco)

A Unesco, agência especializada do Sistema das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, resulta das discussões ocorridas entre 1942 e 1945, em Londres, onde são aprovados a Convenção e o Ato Constitutivo de sua criação e regulamentação. A primeira reunião de sua instância máxima, a Conferência Geral, na qual é discutido seu programa de ação, relativo ao exercício de 1947, ocorre em novembro/dezembro de 1946, em Paris, que acolhe sua sede. Os reordenamentos geo-político-ideológicos e econômicos, as guerras localizadas desde o imediato pós-guerra e as relações desses acontecimentos, num mundo que vai ganhando novas configurações parecem contraditórios às intenções que nortearam a idealização da Unesco. Permitem, porém, imaginar a possibilidade de essa instituição, ao se inserir no mundo e se defrontar com os desafios e obstáculos que ele, em seu dinamismo e contradição, vai lhe apresentando, projetar em um outro patamar as finalidades para as quais ela foi criada.

Exorcizando a guerra, cujo poder destrutivo fora evidenciado, as lideranças mundiais postularam, num momento de esperança na vitória e de complexas negociações, a construção de uma nova ordem econômica fundada na cooperação entre as nações. Esse objetivo deveria se realizar num mundo com pessoas, aos milhões, destituídas de seus espaços vitais, desenraizadas; um

mundo conturbado, tenso, de reconstrução, de reorganização das forças e das diferentes dimensões da vida dos povos; um mundo de temores e de esperanças. Objetivo que deveria se realizar mantendo-se o submetimento de uns ao domínio de outros, não obstante o acirramento das contradições inerentes a esse processo. Objetivo, cuja realização, nas rearticulações da ordem imperialista, exigirá acomodações, negociadas, consentidas e/ou impostas, a serem intermediadas pelas organizações intergovernamentais então criadas, entre as quais a Unesco.

A guerra evidenciou a vulnerabilidade dos colonizadores com a ocupação japonesa de várias áreas coloniais e com a capacidade de resistência dos povos colonizados, às vezes abandonados a si mesmos nos combates, resultando na quebra dos laços coloniais. A Inglaterra, já com experiência na questão desde o século passado, retoma a política de autogoverno dos territórios coloniais sob a Commonwealth. A França cria, pela Constituição de 1946, a União Francesa, e se ocupa da questão nas Constituições seguintes.

Esses e outros procedimentos que incluem as intervenções militares julgadas necessárias pelos governos europeus se revelam, entretanto, insuficientes para conter a desintegração dos impérios coloniais – palcos de tensões resultantes das contradições geradas pelo processo de exploração de povos com tradições, etnias e religiões diversas – e a resistência à continuidade dessa exploração num mundo que professava a democracia, a liberdade e a paz. Disso são exemplos, logo em 1945, a intervenção holandesa contra a independência da Indonésia e as intervenções francesas no Marrocos e na Argélia.

Aspirações nacionalistas expressam-se nos diversos movimentos organizados no pós-guerra, incentivados pela política exterior soviética que retoma sua luta contra o imperialismo ocidental, assim como por intelectuais das próprias metrópoles. Movimentos também nutridos pelo desejo de libertação dos povos submetidos em nome da suposta superioridade cultural e racial dos colonizadores,

ou pela rebeldia das elites europeias envolvidas na administração local das colônias. Movimentos nutridos ainda pela política dos Estados Unidos em sua espera ativa e hábil rumo à ocupação do espaço a lhe ser franqueado, quando se desfizessem as ultrapassadas malhas coloniais, embora as metrópoles europeias, exauridas pela guerra, ainda alimentassem as esperanças de manter o controle sobre seus domínios. Assim, a Holanda une-se à Indonésia, em 1946, no Acordo de Lindggadjati. Mas as tropas holandesas só se retiram desse território, em 1949, graças à pressão dos EUA e da ONU, e os conflitos desde então gerados entre as metrópoles europeias e os “territórios ultramarinos” terão seus desdobramentos ao longo das décadas seguintes.

Na continuidade do processo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, lutas mais ou menos violentas ocorrerão, na Ásia, Oceania, Oriente Médio, África, América Latina e Caribe, temperadas ou não pela política da “guerra fria” que caracterizará a história mundial, nos quarenta anos que se seguem à Guerra, unindo e opondo, de um lado, URSS e EUA, e de outro lado, EUA e Europa. Ou ainda, o Ocidente e o Oriente. E mesmo, os brancos e os não-brancos.

Os primeiros passos da Unesco, idealizada no curso das negociações para a paz, realizam-se, portanto, num mundo já dividido pela “guerra fria”, formalmente anunciada pelo ex-Primeiro-Ministro britânico W. Churchill, em março de 1946, quando, em discurso pronunciado em Fullton, nos EUA, denuncia a “cortina de ferro” que atravessa a Europa, e enfatiza a responsabilidade desse país na defesa da liberdade, desde então percebida como prerrogativa exclusiva do modo capitalista de organizar a vida.

O mundo em 1947 é, portanto, um vasto, complexo, problemático campo de trabalho para uma instituição intergovernamental que traz na sua concepção a intenção, ou a semente da universalidade e da supranacionalidade,

inerentes à tarefa política de promover a cooperação entre as nações,¹ através da educação, da ciência e da cultura, vistas como meios de construir, entre as nações e os povos, uma paz duradoura, “fundada na solidariedade intelectual e moral da humanidade”, eufemismo que oculta um aspecto fundamental revelado no próprio documento. A guerra convencerá os governantes de que os acordos econômicos e políticos entre eles não garantem a “adesão unânime e sincera dos povos”, assim como de que é necessário “assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião” (Ato Constitutivo).

Trata-se, no fundo, de responder à questão de como permitir, sem guerra entre as grandes potências, e mediante um novo concerto entre as nações, a continuidade da expansão e da reprodução ampliada de um determinado modo de organizar a vida social.

Para atender a essas necessidades excludentes então postuladas, os Estados-nações inventam a Unesco, cujo fim último, “contribuir para a manutenção da paz e da segurança”, põe na pauta de suas atribuições as seguintes competências: a) “favorecer a compreensão mútua das nações: (...) emprestando seu concurso aos órgãos de informação das massas”, visando “facilitar a livre circulação das idéias pela palavra e pela imagem”; b) “imprimir um impulso vigoroso à educação popular e à *difusão da cultura*”, através da “cooperação entre as nações, sugerindo métodos de educação para preparar as crianças do mundo inteiro para as responsabilidades do *homem livre*” (grifos meus); c) “ajudar a manutenção, o avanço e a difusão do saber (...) facilitando (...) o acesso de todos os povos ao que cada um deles publica” (Ato Constitutivo).

1. A contradição entre o ideal de universalidade e as ordens nacionais motiva o filósofo italiano Benedetto Croce a referir-se à Unesco como sendo “uma empresa equivocada”, frase que, na interrogativa, serve de título ao estudo sobre a instituição realizado por BEKRI, Chikh. *L'Unesco: “Une entreprise erronée?”* Paris: Éditions Publisud, 1991. Problemas decorrentes dessa contradição são considerados por DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. 2. ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: UnB, 1982.

Há, entretanto, limites. No exercício dessas funções, a Unesco, “cuidadosa de assegurar aos Estados Membros (...) a independência, a integridade e a fecunda diversidade de suas culturas e de seus sistemas de educação (...), se interdita de intervir em qualquer matéria que diga respeito, essencialmente, à jurisdição interna dos mesmos” (Ato Constitutivo).

Limites marcarão a vida dessa instituição intergovernamental, cuja criação ocorre mediante a circunscrição, na CMAE – Conferência de Ministros Aliados da Educação –, dos diversos interlocutores que então se debruçavam sobre os problemas relativos às áreas educacional e cultural. Os ministros da educação dos territórios em combate com as forças nazistas em expansão, exilados em Londres, planejavam a reconstrução, quando terminasse a guerra, dos sistemas nacionais de ensino em seus respectivos países.² Por outro lado, as associações privadas, mobilizadas num mundo em guerra, isto é, num mundo cujos problemas haviam adquirido uma dimensão transnacional, atribuíam valor fundamental à educação, em sentido amplo, para a construção da democracia e da paz mundiais. Buscava-se a construção do cenário de estabilidade política necessária ao livre curso das idéias, das pessoas e das mercadorias, objetivo partilhado pelas lideranças políticas do mundo ocidental, que articularam as condições para a paz almejada.

Fruto de concepções diversas do pensamento liberal que, em conjunto, professavam a democracia e a liberdade do indivíduo em oposição a qualquer tipo de totalitarismo, a construção teórica que regulamenta a coordenação supranacional da cooperação educacional, científica e cultural dá expressão,

2. Os ministros da educação da Bélgica, da Grécia, da Noruega, dos Países Baixos, da Polônia, da Tchecoslováquia e da Hungria, e o representante da Comissão Nacional da França, desde o início de 1942, se preocupam com as questões relativas aos sistemas nacionais de ensino. A discussão sobre essas questões prossegue com a oficialização da CMAE pelo governo britânico, império ameaçado, mas em condições de liderar uma cooperação política e militar com os países europeus na resistência ao nazismo, o qual cuida de estender essa cooperação para o campo educacional. A essa discussão, que desde então inclui a idéia de uma organização internacional de cooperação intelectual, outros países se associam posteriormente.

nos limites impostos à nova organização do Sistema das Nações Unidas, às contradições inerentes à ordem mundial do pós-guerra.

Essas contradições se explicitam nas dificuldades de acomodação dos nacionalismos europeus (britânico e sobretudo francês) e norte-americano, na disputa pelo espaço no mundo e na cooperação intelectual vista como assunto de Estado e como necessária à reconstrução da nova ordem capitalista mundial. Ocorre que organismos privados, semi-oficiais e não-governamentais, de modo especial britânicos e norte-americanos, que desde o início do século já haviam estabelecido seus objetivos internacionais nessa área, apresentavam, nesse momento, suas propostas para a educação do cidadão mundial.

As expectativas em relação à Unesco são, portanto, diversas. Vários interlocutores concorrem para sua idealização e concretização. Essas, entretanto, não escaparam do controle das ordens nacionais em condições, mais ou menos favoráveis de, no conjunto ou isoladamente, se afirmarem não só em face dos processos histórico-sociais que requeriam uma coordenação governamental, apresentada como cooperação multilateral, como também em face dos problemas de reconstrução e reordenação de um mundo cindido que, pela dinâmica das forças presentes, se constrói como mundo.

Esse é o contexto em que o Secretário Executivo da Comissão preparatória da primeira reunião da Conferência Geral da Unesco (1ª CG-1946), Julien Huxley, que será o primeiro Diretor Geral da nova Organização, apresenta sua proposta de elaboração de uma filosofia universal, de um sistema coerente de princípios explicativos dos objetivos e fins da existência humana, passível de orientar as ações da Unesco. Tais ações devem, na perspectiva dessa filosofia, contribuir para a construção de um mundo único, assim como para a realização, em sua amplitude, das possibilidades humanas. Essa proposta, evidentemente, não foi aprovada pela Conferência Geral, que decidiu pela sua publicação como

expressão pessoal do autor,³ que, valendo-se de uma linguagem mais atenuada, insiste na defesa desse ideal, na introdução ao programa da Unesco na Conferência Geral do ano seguinte.

- UNESCO: SUA GÊNESE E AS ESPERANÇAS DE CONSTRUIR UM MUNDO NOVO

A realização do ideal de universalidade subjacente à concepção da Unesco, uma organização mantida pelos Estados-membros, traduzida por Julien Huxley em sua utopia, aponta para um mundo no qual o ideal iluminista de progresso se tornasse liberto das ordens nacionais, como Friedrich von Hayek já preconizara, em 1944, em sua obra *O caminho da servidão*. Os fatos evidenciam, entretanto, que as lideranças mundiais não só se mantiveram surdas às prospecções neoliberais de Hayek, como também não se deixaram intimidar pelas advertências e críticas que, sob sua liderança, a Sociedade de Mont Pèlerin, a partir de 1947, apresentava contra o keynesianismo adotado pelos Estados-nações (Anderson, 1995).

Esses, de fato, “não estavam movidos, no momento em que criaram a (...) Unesco, por um instinto suicida” (Bekri, 1991, p. 158). Por essa razão, entre os vários projetos sobre os quais a CMAE se debruçou a partir de março de 1943, foram retidos, para a Conferência de Londres de 1945, apenas dois, enviados respectivamente em 1944 e 1945, pelos governos dos Estados Unidos e da França.

Antes desses, outros projetos foram apresentados à CMAE. Um deles, de origem britânica, consiste no relatório intitulado *A educação e as Nações Unidas*,

3. Publicado pela Frederick Printing, sob o título *L'Unesco : ses buts et sa philosophie*. Na documentação da Unesco consta como Unesco 1C/6. Cf. ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'Unesco: 1944-1963. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales?* Publications de la Sorbonne, Paris, 1993, p.108. Essas idéias estão também expostas na introdução do programa geral da Unesco, 1946, Documento C/2. Cf. BEKRI, 1991, p. 155-156.

elaborado no final de 1942 por um comitê misto constituído pela “London International Assembly” e pelo “Council for Education in World Citizenship”—CEWC, instituição que realizará, em 1947, na sede da Unesco, exposição de aparelhos de leitura de microfilmes, tendo início, desde então, uma colaboração entre ambas para fornecimento desses equipamentos para as escolas européias em reconstrução.

Empresas privadas norte-americanas também enviaram, no final de 1943, seus relatórios à CMAE. Um desses, elaborado pelo “Liaison Committee for International Education”, e outro pelo “Institute on Educational Reconstruction”, constituído pela associação da Universidade de Nova York com o “United States Committee on Educational Reconstruction”.⁴

Os três últimos projetos tinham em comum, entre outros pontos, a idéia de criação de um organismo internacional que contribuísse, através da educação, para a manutenção da paz mundial. Propunham, além das mudanças nos currículos, a criação de um centro de informação e investigação que organizasse intercâmbios, reuniões e difusão de publicações. O objetivo consistia em harmonizar os sistemas nacionais de ensino, nas palavras de M’Bow, o quinto Diretor geral da Unesco, “respeitando a soberania nacional” (1985, p.14).

Essa ressalva é importante nos anos 80, quando, em face do crescente processo de desterritorialização do capital e descentralização da produção mundial de mercadorias permitidas pelo desenvolvimento das indústrias eletro-eletrônica e espacial, década de setenta principalmente, vão se concretizando as respostas

4. ARCHIBALDI, Gail, 1993, p. 23. Listando várias organizações privadas norte-americanas, o autor afirma a impossibilidade de enumerar todos os projetos para criação de um organismo internacional para a área educacional surgidos nos EUA no período compreendido entre 1941 e 1944. BEKRI (1981, p. 88) relaciona organizações nacionais e internacionais européias e norte-americanas que contribuíram e se anteciparam na reflexão que resultou na criação da Unesco.

neoliberais à questão sobre os limites do Estado-nação como instância de decisões.⁵ Essa ressalva explica também o comportamento dos governos à época do trabalho da CMAE.

Reticentes quanto à cooperação internacional no campo da educação, um domínio caro à idéia de Nação, outros governos começaram a participar das discussões a partir de 1943, com representação oficial, portanto, na qualidade de membros da CMAE, ou como observadores, como ocorreu, por exemplo, com a URSS e os EUA.⁶

Esse último oficializa sua participação na CMAE em março de 1944, após apaziguadas as divergências no Departamento de Estado entre os partidários da segurança coletiva como prioridade, e aqueles que viam a cooperação cultural como um campo que não poderia prescindir do controle do Estado,⁷ num momento de reorganização da ordem mundial. A clareza dessa percepção se

5. IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986; *A era do globalismo*, 1996, particularmente o capítulo IV, "Nação e Globalização". Sobre a historicidade da nação, ver também HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, em especial "A nação como novidade: da revolução ao liberalismo". Sobre o neoliberalismo e as respostas neoliberais que vão se afirmando a partir dos governos Thatcher, na Inglaterra, Reagan, nos EUA, Kohl, na Alemanha e Schluter, na Dinamarca, no final da década de 70 e início da seguinte, ver ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas do Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

6. Além dos EUA e URSS, Luxemburgo, África do Sul, Austrália, Canadá, a China e a Índia participam das reuniões da CMAE, a partir de 1943. M'BOW, Amadou Mahtar. *La Unesco en su cuarenta aniversario*. Paris: Unesco, 1985. p. 13; ARCHIBALDI, 1993, p. 25.

7. A Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos EUA se reorganiza no começo de fevereiro de 1944, sob a denominação Divisão de Ciências, da Educação e da Arte, o que assinala uma mudança de percepção quanto ao papel da educação e da cultura para a paz e a segurança mundiais. Cria-se também o posto de Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Públicos e Culturais, ocupado por Archibald MacLeish. Grayson Kefauver (presidente do "Liaison Committee for International Education") é nomeado Conselheiro Especial para Educação, junto ao Departamento de Estado e enviado, desde março, como membro da delegação americana nas discussões em Londres para criação da futura Unesco. Desde março de 1943, entretanto, Ralph Turner, adjunto no Escritório para Informação Pública do Departamento de Estado, participava das reuniões da CMAE, como observador. Desde dezembro de 1943, o governo britânico solicitara ao governo norte-americano, a oficialização de sua representação. Cabe observar que, ao se reorganizar o Departamento de Estado, os elementos para os cargos criados foram recrutados na iniciativa privada. Estes, em sua maioria ligados à área da publicidade, alguns entusiastas dos meios de comunicação de massa, estarão atuantes na Unesco, desde as discussões para sua criação, e alguns até a década de 60. (ARCHIBALDI, 1993).

manifesta na preparação cuidadosa, assim como na atuação da delegação norte-americana.⁸

Rigorosamente articulada e em comunicação permanente com o Secretário de Estado dos EUA, através do telégrafo da Embaixada americana em Londres, a delegação desse país garante a adoção pela CMAE de projeto por ela elaborado num final de semana. Esse projeto, que prevê a criação de uma Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educativa e Cultural – Onurec, é enviado oficiosamente às autoridades governamentais, para reelaboração posterior, que incorporaria sugestões de, no mínimo, vinte governos, após o que seria encaminhado oficialmente às nações.

A demora da China, Grã-Bretanha e URSS em se pronunciarem sobre o projeto Onurec – a última solicita apenas ser informada dos acontecimentos seguintes – revitaliza as resistências no Departamento de Estado dos EUA quanto à questão (Archibaldi, 1993, p. 41). Esses fatos evidenciam a nação como uma idéia força naquele momento em que se pretendia construir a democracia, em contraposição aos nacionalismos totalitários que levaram o mundo à guerra.

Nesse que é também o momento de construção da hegemonia, explicitam-se alguns dos elementos constitutivos do contexto mundial pós-45 que incidem na problematidade dessa construção: o movimento de internacionalização e transnacionalização dos objetivos dos organismos privados e a afirmação do Estado como instância representativa da nação; as desconfianças recíprocas entre Grã-Bretanha, França e Estados Unidos em razão da disputa

8. A delegação americana era constituída de seis pessoas, sob a presidência do Senador J. William Fulbright. A cada um dos componentes foi atribuída uma função específica em relação aos temas de discussão na CMAE: repatriamento e recuperação de objetos de arte, arquivos etc.; conversão da CMAE em organismo das Nações Unidas; necessidades materiais nos domínios da educação e da cultura; acordos bilaterais para ajudar pessoas que quisessem estudar nos EUA; reconstrução do ensino no pós-guerra; avaliação dos programas e políticas elaboradas na Conferência, à luz da possibilidade de aceitação das mesmas pelo público, assim como pelo Congresso americano. (ARCHIBALDI, 1993, p. 30)

pelo espaço no mundo e das divergências na discussão em pauta; a oposição e o conflito entre os EUA e a URSS, que optou por se distanciar dessa discussão; os anseios e iniciativas dos povos coloniais pela sua libertação; a esperança dos países europeus em relação aos objetivos de reconstrução da educação em seus países, sua frustração de vê-la ausente do projeto finalmente aprovado,⁹ e, posteriormente, transformada em tema de acordos bilaterais concretizados no Plano Marshall, proposto pelos EUA, cuja execução contará com a participação das empresas privadas norte-americanas (Adam, 1949).

Até 1945, outros projetos foram elaborados. Um, pelo comitê de redação da CMAE, que se vale das observações do BIT – “Bureau Internationale du Travail” – ao projeto Onurec, e consiste na proposta de uma Organização das Nações Unidas para a Cooperação Educativa e Cultural – Onucec; um segundo, enviado pelo governo dos EUA, propunha uma Organização Internacional para a Educação e a Cooperação Cultural – Oiecc. Esse último, apreciado na reunião da CMAE, em abril, obtém preeminência em relação aos demais, e será, sob o título Organização para as Nações Unidas para a Educação e a Cultura – Unesco, submetido à Conferência de novembro desse ano na qual fica instituída a nova Organização.

Antes disso, porém, a Conferência de São Francisco para aprovação da Carta das Nações Unidas se constituiu em foro de discussões relativas à organização da cooperação intelectual, tanto no que diz respeito à inclusão da palavra educação na referida carta,¹⁰ a fim de assentar no Sistema ONU as bases

9. A reconstrução, preocupação originária da CMAE, é remetida para a competência da UNRRA – Agência das Nações Unidas para a Reconstrução e Socorro, criada em acordo assinado pelos Aliados, na Casa Branca, em 1943, e que receberá grandes somas das organizações privadas para seu trabalho. (ARCHIBALDI, 1993, p. 77)

10. Para isso foi necessário todo um trabalho dos organismos não-governamentais dos EUA (42 deles foram convidados pelo Departamento de Estado, representando todas as áreas possíveis, para atuarem como conselheiros junto à delegação americana), pois, como no Congresso e no Departamento de Estado, também a delegação dos EUA se dividia quanto à conveniência, ou necessidade de figurar a palavra educação na Carta das Nações Unidas. Os argumentos eram de que a palavra cultura abrange as ações e questões relativas à educação em plano mundial; sua

de uma instituição especializada para esse domínio, como na apresentação de outros projetos e pleitos sobre a questão.¹¹

Ressaltam-se entre esses pleitos, as solicitações da França, no sentido de que as delegações presentes recomendassem a convocação de uma conferência das Nações Unidas para o estabelecimento dos estatutos da organização responsável por essa área, acompanhada da oferta de seu território para acolher a referida conferência. A proposta francesa, que não resultou em mudança do foro – CMAE, nem do local – Londres, onde essa discussão ocorria desde 1942, inclusive com a participação da França, dá expressão ao renascimento do nacionalismo francês. A França, após a vitória sobre o Eixo, vislumbrava uma possível mudança na correlação de forças na nova ordem mundial em construção.

O embate instalado entre os nacionalismos britânico, francês e norte-americano se modifica com o término da guerra e a retirada das tropas nazistas dos territórios ocupados. Fortalecida moral e politicamente, a França prossegue o intento de recuperar sua atuação na cooperação intelectual internacional. Obtém, na última conferência da CMAE,¹² a associação de seu nome à convocação da conferência para constituição da nova Organização; a utilização

inclusão poderia gerar um atraso da ratificação da Carta pelo Congresso, em virtude dos riscos que representaria de se associar a palavra educação à propaganda (e aqui é lembrado o uso feito pelo nacional socialismo dos intercâmbios nessa área, na década anterior) de um organismo internacional em direção ao estrangeiro, inclusive em direção aos EUA. Cf. "La Lutte pour Inclure l' "Éducation" dans la Carte des Nations Unies". In: ARCHIBALDI, 1993, p. 53-59, e BEKRI, 1991, p. 105.

11. A Venezuela envia à Conferência de São Francisco o projeto de criação de um Instituto Internacional de Cooperação Educativa e Intelectual e o Chile e a Guatemala apresentam a proposta de criação de um Instituto Panamericano de Educação. Recomendação para se criar uma Organização Internacional de Cooperação Intelectual e Moral fora feita na Conferência Interamericana realizada na cidade do México, de 21 de fevereiro a 08 de março do mesmo ano. Cf. BEKRI, 1991, p. 104-105.

12. Diante da iniciativa francesa na Conferência de São Francisco, o Ministro de Educação britânico anuncia, nessa, que foi a 19a Reunião da CMAE, que a Conferência para a criação da nova organização de cooperação educacional e cultural seria convocada em novembro e ocorreria em Londres. Informa ainda sobre a criação de um Comitê para examinar o projeto americano adotado pela CMAE, e preparar a Conferência. Informa também sobre a constituição de uma Comissão Educativa e Cultural das Nações Unidas para receber as vinte ratificações necessárias à vigência da constituição da nova organização e para, em seguida, preparar e convocar a 1a Reunião da Conferência Geral. Cf. BEKRI, 1991, p. 106.

do idioma francês ao lado do inglês na conferência, e a aceitação de outros projetos, além do projeto americano adotado pela CMAE. Obtidas essas vitórias, o governo francês encaminha, a 21 de agosto, ao Embaixador britânico, o projeto de uma Organização de Cooperação Intelectual das Nações Unidas – Unic (Bekri, 1991, p. 106-113).

Merecem destaque, na Conferência de Londres de 1945, a inclusão da palavra ciência na denominação da nova instituição das Nações Unidas e algumas questões relativas aos projetos Uneco e Unic, em virtude do que representam em relação ao contexto histórico da discussão e do que iriam representar nos desdobramentos posteriores desse contexto e da organização nele criada para contribuir na tarefa da ONU de manter a paz conquistada, “estreitando, através da educação, da ciência e da cultura, a colaboração entre as nações” (Ato constitutivo).

O bioquímico britânico Joseph Needham, que, desde fevereiro desse ano, fazia gestões para inclusão da ciência nas Nações Unidas, vendo o andamento das discussões da CMAE, pleiteara a inclusão do S (Science) na sigla do projeto norte-americano, o que lhe fora recusado sob a justificativa de que a ciência está incluída na cultura. Essas resistências se arrefecem após a explosão, pelos Estados Unidos, das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Esse episódio evidencia a impossibilidade da manutenção da ciência como um tesouro guardado pelas nações detentoras do poder de desenvolvê-la e de fazer uso de seus resultados, e contribui para a explicitação da ciência como campo de atuação da nova organização, resultando na adoção da sigla Unesco, denominação do projeto norte-americano aprovado pela Conferência.

O projeto francês apontava para uma estrutura diversa daquela decorrente do projeto norte-americano. Nesse, a Conferência Geral, órgão supremo da Unesco, é constituída pelos delegados indicados pelos governos dos

Estados-membros, em número máximo de cinco para cada Estado. No projeto francês, a Conferência Geral é constituída pelos delegados governamentais, em número máximo de três para cada Estado-membro, ao lado de, no máximo cinco delegados das comissões nacionais, assim como de um representante de cada associação intelectual de caráter internacional nos campos de atuação da Organização, o que representava uma maioria para a categoria dos intelectuais.

Por consequência, a proposta francesa incidiria de modo também diverso na composição do segundo elemento da estrutura da Unesco – o seu Conselho Executivo¹³ (Comitê Diretor, no projeto em questão) –, cujos membros são eleitos pela Conferência Geral, entre aqueles que a constituem. Essa composição mista que inclui delegados dos governos e intelectuais, inspirada na estrutura do BIT – atual OIT constituído por governos, empregadores e trabalhadores – representa uma tentativa francesa de preservar algo do antigo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual – IICI.

Esse organismo fora criado em 1924 pela Liga das Nações, graças ao empenho de personagens expressivas no meio intelectual da época e ao apoio francês, a contragosto dos governos anglo-saxões que viam na criação do IICI uma estratégia de afirmação da cultura francesa no mundo (Bekri, 1991). Com sede na França de 1925 a 1940, o IICI, reaberto com o final da Guerra, tinha como característica fundamental a independência em relação ao poder do Estado, garantida mediante sua constituição como foro de intelectuais ligados às diversas áreas do conhecimento, da literatura e das artes.

13. Cf. BEKRI, 1991, p. 219; M'Bow, 1985, p. 16. As funções do Conselho Executivo incluem representar e preparar a Conferência Geral e coordenar e controlar o Secretariado – o terceiro elemento da estrutura da Unesco –, na execução dos programas aprovados pela Conferência Geral. Além dessas instâncias, são previstas, na estrutura inicial da Unesco, as divisões ou departamentos dos programas relativos às áreas nas quais ela irá atuar: ciências exatas e naturais, ciências sociais, informação de massas, Filosofia e civilizações, atividades culturais, intercâmbio de pessoas, reconstrução e educação. A última se estrutura em seis subdivisões: missões e estágios de estudos, compreensão internacional, melhoria de manuais escolares, educação de base, educação de adultos e centro de informações. Cf. Unesco. *L'Éducation de Base. Description et Programme*. Monographies sur l'éducation de Base. Unesco/Imprimerie Firmin-Didot, Paris, 1950b, p. 81.

Esse aspecto é objeto de muita discussão na Conferência de Londres, em 1945, quando outras soluções foram apresentadas, visando garantir uma maior participação de intelectuais, com o objetivo de estabelecer, numa organização de cooperação nas áreas da educação, da ciência e da cultura, um equilíbrio entre a dimensão ético-moral que esses campos supõem, e o poder governamental, o interesse dos indivíduos e o poder do Estado. O máximo que se conseguiu, entretanto, foi que a Conferência Geral, ao eleger, entre os delegados governamentais os 18 membros do Conselho Executivo “se esforçasse por garantir”, a eleição de personalidades atuantes nos domínios das artes, das letras, das ciências e da educação, com experiência e competência necessárias ao cumprimento das funções de que se incumbiriam no Conselho.

A isto se acrescentam a exigência de uma composição do Conselho que fosse representativa da diversidade das culturas e das regiões geográficas, assim como a salvaguarda da “natureza exclusivamente internacional”, seja das atividades do Diretor Geral e do pessoal do Secretariado, seja dos membros do Conselho Executivo, que “respondem à Conferência Geral, e não aos governos de origem”, no que diz respeito ao exercício de poderes que a eles são por ela delegados (Ato Constitutivo).

Não tendo conseguido aprovar seu projeto e nem manter o IICI,¹⁴ no qual se situam as origens menos remotas da Unesco, e muito menos garantir a participação de um corpo de intelectuais liberados da tutela do Estado nas decisões da Unesco, a França foi contemplada com a sede da nova Organização em sua capital.

14. O IICI estava representado na Conferência de Londres, assim como outros organismos internacionais, como o Bureau International de l'Éducation, por exemplo. Criado em 1925, como organização privada, o BIE é transformado, em 1929, na primeira organização intergovernamental a se ocupar da área. Em 1969, após mudanças em seu estatuto, é integrado à Unesco. Cf. *O correio da Unesco*, ano 24, n. 6, jun. 1996, p.36. O IICI encerra suas atividades após a instituição da Unesco.

Abstração feita das diferentes estruturas supostas nos projetos em questão, as concepções, aparentemente diversas da cooperação intelectual, para a construção do mundo no pós-45, alimentarão, dinâmica e contraditoriamente, a ação e a reflexão da Unesco, nos campos da educação, da ciência e da cultura, que não foram os únicos a merecer os cuidados das forças presentes no planejamento da nova ordem mundial. Outras instituições especializadas, atuando nos campos da agricultura e alimentação – FAO, saúde – OMS, aviação civil – Oaci, comércio marítimo – OMI, além dos organismos econômico-financeiros – Bird e FMI, comerciais e tarifários – Gatt (atual OMC), Unctad, IDA foram, simultânea ou posteriormente,¹⁵ criadas no sistema das Nações Unidas, ao qual foram integradas as instituições mundiais preexistentes relativas aos domínios da meteorologia – OMM, das comunicações – UIT e UPU, e do trabalho – OIT.

Além desse sistema, e a par das alianças militares e econômicas, unindo e dividindo nações, povos e gentes em pólos opostos, as associações, clubes, institutos de origem não-governamental, semi-oficial, e as empresas privadas vêm completar as garantias de realização de um processo civilizatório em expansão.

Esse é o mundo para o qual a Comissão, constituída na Conferência de Londres de 1945, deve preparar os primeiros passos da Unesco, cuja constituição resultou de esforços empreendidos ao longo de quatro anos, durante os quais se assistiu à destruição e à morte, ao renascer da esperança na consciência da necessidade de construir um mundo novo, às dificuldades, aos obstáculos e às disputas na realização das ações julgadas fundamentais para essa construção.

15. Nas décadas seguintes, inclusive na atual, vão sendo criados, na medida das necessidades apresentadas pela dinâmica da realidade histórico-social, programas, organizações e outras instituições especializadas da ONU. Cf. “Organograma das Nações Unidas” e “Guia das Nações Unidas”. In: *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 12, dez. 1995, p. 30-31 e 32-40.

Esse quadro nos permite, com base na suposição explicitada no início dessa exposição, formular a questão de como, em momentos diversos de sua atuação, a Unesco, como agente dinâmico na construção da hegemonia mundial, entendida no sentido gramsciano, como “direção intelectual e moral”, se articula e se rearticula em relação a duas ordens de problemas. A primeira refere-se à disputa entre as centralidades culturais para se imporem como dirigentes num processo, cuja construção inclui também entre seus atores dinâmicos os organismos não-governamentais e as empresas privadas.¹⁶ A segunda refere-se às demandas conflitantes, e às forças emergentes numa realidade viva que, recriando permanentemente relações, processos e estruturas, engendra-se, nesse fim de século, como uma totalidade mais ampla, complexa, desconhecida. Realidade essa que, da mesma forma que a Unesco, se impõe como algo a ser desvendado em sua problematicidade, pois, tornando-se, em muitos de seus aspectos, inteiramente outra, requer novas sociabilidades, inaugura novas espacialidades e temporalidades, que entram em contradição com aquelas pretérita e mesmo contemporaneamente imaginadas (Ianni, 1995).

O objetivo de compreender a ação teórica e prática da Unesco, na realidade social em que ela se constitui e em cujo dinamismo se insere, se articula e se rearticula, nos impõe uma questão metodológica configurada, com clareza, na crítica superadora do conceito de imperialismo cultural desenvolvida por Renato Ortiz (1994, p. 87-97). Nessa crítica, o autor, após reconhecer o avanço propiciado por esse conceito, nos alerta quanto ao limite que ele apresenta para uma reflexão contemporânea. De um lado, o conceito de imperialismo

16. De acordo com a Convenção da Unesco, esta pode se relacionar com as organizações internacionais privadas, valendo-se de “todas as disposições úteis para facilitar as consultas e assegurar a cooperação” das mesmas nos campos da educação, da ciência e da cultura, “convidando-as a empreender certas tarefas determinadas”, assim como a uma participação de seus representantes “nos trabalhos de comitês consultivos criados pela Conferência geral” (Art.11, § 4).

cultural explicita a problemática da dominação ocultada pelas categorias de aculturação e difusão cultural que fundam as análises tributárias da tradição antropológica culturalista. Entretanto, nele ainda se mantém uma perspectiva de externalidade do poder imposto às nacionalidades que então se homogeneizariam pelo modelo cultural importado junto com as mercadorias provenientes de um centro.

Todavia, o cuidado de evitar uma perspectiva segundo a qual a Unesco tem sido apreendida como instituição criada e guardada pelo imperialismo econômico, político e cultural dos Estados Unidos da América e, portanto, como instrumento de americanização do mundo, não significa desconhecer a influência dos Estados Unidos nessa Organização, inventada num momento em que esse país detinha uma posição privilegiada em face dos aliados europeus e asiáticos, tanto do ponto de vista econômico, quanto da integridade de seu território, distante dos cenários onde se deflagaram os combates. Essa influência se expressava de forma clara no jogo das forças presente nas negociações para a paz, em que esse país apresentava um maior potencial decisório, evidenciado também na aprovação, com poucas modificações, do seu projeto como texto de regulamentação da Unesco.

Há que se reafirmar, entretanto, que esse não foi o único, nem o primeiro projeto apresentado. Além disso, não contemplava a reconstrução educacional européia, elemento original da discussão mediante a qual se inventou a Unesco, e presente nos projetos das organizações privadas. Cabe ressaltar também que a Unesco não permaneceu sempre a mesma na relação que estabelece com a sociedade e a cultura, cujos problemas, em sua amplitude e complexidade, essa instituição se põe a enfrentar desde que é criada, executando projetos e promovendo estudos e pesquisas nesse meio século de existência.

A incidência dessa ação teórico-prática na sociedade e em suas instituições, aí incluída a própria Unesco, permite visualizar essa Organização

das Nações Unidas como objeto de estudo de alto valor heurístico em face das mudanças, cuja problematidade desafia a nossa compreensão da própria realidade social e cultural em que vivemos. É, pois, como instituição viva, agente e produto de uma sociedade em processo de planetarização que a Unesco se impõe como objeto privilegiado de reflexão.

• UNESCO: SUPREMACIA E CONTRADIÇÕES DO PODER OCIDENTAL

Desde os seus primórdios, a Unesco se constitui e se mantém como instituição basicamente ocidental. Na geopolítica bipolarizada então vigente, 50% de seus 59 Estados membros, em outubro de 1950, estavam reunidos sob a *pax americana*, através do Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ou através da Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Entre os demais, europeus e asiáticos, havia a China de Tchang Kai Chek¹⁷ e aqueles ligados ao bloco ocidental, através da Commonwealth ou do Plano Marshall e da OECE – Organização Européia para Cooperação Econômica –, ou ainda, através do Plano Colombo.¹⁸

Também eram membros da Unesco a Austrália e a Nova Zelândia, que era associada ao Plano Colombo. Ambas ligar-se-iam aos EUA pelo Pacto

17. Na 5ª CG-1950, em face da solicitação de exclusão da China nacionalista apresentada pelos delegados da Hungria e da Tchecoslováquia, decidiu-se pela constituição de um Comitê de verificação de poderes para apresentar relatório sobre a questão, para decisão posterior da Conferência geral, tendo sido então aprovada a permanência da representação chinesa pela China nacionalista, a título provisório. Cf. Unesco, 5-C/ *Debates*, p. 46, 51, 715. Entretanto, só em outubro de 1971, e após a aproximação diplomática entre Washington e Pequim, articulada a partir de 1970, a República Popular foi admitida como única representante legítima da China na Unesco. Cf. 88 *EX Décisions*, p. 9. É importante lembrar aqui que em 1960 a China rompe relações com Moscou, e sete anos depois, após ter chegado à Bomba atômica, em 1964, se transforma em uma potência nuclear, com a Bomba de Hidrogênio.

18. Esse plano, réplica do Plano Marshall, consolida as zonas de influência ocidental no sudeste asiático. Com sede em Sri Lanka (Ceilão), reúne EUA, Grã-Bretanha, Canadá, Áustria, Nova Zelândia e 21 países do sudeste asiático. Cf. MADRIDEJOS, Mateo. *Colonialismo e Neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 124.

ANZUS¹⁹ em 1951. Dos países africanos, apenas dois: o Egito – onde os resultados do nacionalismo antibritânico se concretizariam somente em 1952, quando um grupo de oficiais derruba o regime parlamentar ocidental e depõe o rei Faruk –, e a Libéria, colonizada pelos EUA, e primeiro país africano a se tornar independente (1847), por meio de negociações iniciadas em 1816 entre os governantes dos dois países.

Fora desses diversos acordos, que envolvem integração regional econômica e militar com vistas à proteção e expansão do mundo capitalista, havia os países do Leste Europeu, dos quais apenas quatro eram, então, membros da Unesco: Hungria, Polônia, Tchecoslováquia – ligadas ao bloco soviético –, e a Iugoslávia que, em 1948, sob a acusação de desvio da causa socialista, fora excluída do Cominform – Centro de Informação dos Partidos Comunistas – reativado um ano antes.

A despeito dessa maioria, uma coordenação diplomática em direção ao consenso para os acordos possíveis, na tentativa de preservar a instituição diante dos conflitos que se manifestam em seu interior, se impõe como necessária. Desde a sessão de abertura da 1ª CG da Unesco, em 1946, o desafio da supranacionalidade dos novos tempos já se evidencia, em uma de suas faces, na fala de André Malraux, então ministro da educação e posteriormente ministro da cultura na França, 1958-1969.

Recusando como verdade a então esperada “morte da Europa”, Malraux reafirma sua crença na “vontade de descobrir e obter informação” e, definindo-a como uma atitude “típica e exclusivamente Européia”, ressalta que,

19. A união desses dois países do sul do Pacífico e os acordos bilaterais entre os EUA e Japão e EUA e Filipinas completarão o esquema de segurança exigido pela Guerra da Coréia (1950-1953). Esse é também o ano no qual o Japão, assim como a República Federal da Alemanha, tornam-se membros da Unesco. Será necessário esperar, entretanto, a década de 70 para a República Democrática Alemã se tornar membro da Unesco.

século após século, neste pedaço de terra a que chamamos Europa – e nela somente – os homens, curvados perante o jugo do destino, levantaram os olhos para sondar, infatigavelmente, a escuridão, para arrancar um significado da vasta confusão do universo. (Citado por Baumer, 1990, p. 292)

A outra face dessa problemática já ganhara expressão, um ano antes, quando as grandes nações do ocidente finalizaram o acordo pelo qual criaram a Unesco, em análises reveladoras de alguns dos problemas que a organização enfrentaria no futuro, tal como se registram nas interrogações e conclusões de Jaime Torres de Bodet, poeta mexicano que será o segundo Diretor Geral da Unesco.

O que estão dispostos a fazer os países mais ricos e tecnicamente melhor preparados para ajudar os demais a elevarem o nível de instrução de suas populações? Como conciliar uma tal ajuda com o dever que temos de respeitar a liberdade de cada nação na escolha dos métodos para organizar o ensino sobre seu próprio território? De qual maneira coordenaremos essa liberdade que consideramos inalienável com a imperiosa necessidade de nos pronunciarmos de maneira decisiva sobre os fins que deve se propor a educação do homem? (...) O respeito a tais direitos não me parece de modo algum incompatível com a necessidade de determinar em comum acordo os fins gerais que devem ser aqueles de uma educação suscetível de assegurar a paz. (...) ora, salta aos olhos que uma tal educação não saberá ser preconizada num mundo em que continuam a prevalecer os abusos do imperialismo, a lei do mais forte e, sob formas veladas, o orgulho arbitrário das grandes potências e os preconceitos de raças que se crêem superiores. (Citado por Bekri, 1991, p. 125)

Considerando as propostas relativas ao uso dos meios de informação nas atividades da Unesco, Torres de Bodet externa sua posição, segundo a qual, “será inútil querer desenvolver a liberdade dos intercâmbios em matéria de informação se, ao mesmo tempo, não nos ocuparmos dos meios utilizados no mundo moderno para o intercâmbio dessas informações” (Citado por Bekri, 1991, p. 125).

Mas é o chefe da delegação iugoslava, Vladislav Ribnikar, cuja intervenção na 1ª CG-1946 é interpretada por Bekri como “um ataque (...) na mais pura tradição stalinista”, que apreende a essência de momentos como aquele em que a Unesco se põe a caminho, nos quais sonho e realidade, ciência e ideologia, se cruzam, se contrapõem, se interpenetram e também se traduzem em fórmulas abstratas que buscam se eternizar.

Sua crítica à filosofia denominada *humanismo científico mundial*, proposta por Julien Huxley, não perdoa, nem mesmo a máxima de abertura do Ato Constitutivo da Unesco, aprovado junto com a Convenção de sua criação, assinada um ano antes, inclusive por seu país – “as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz” – por ele incluída no rol dos “julgamentos abstratos”. E sobre tais julgamentos, diz ele:

todo homem iniciado na ciência da história, e tendo conhecimento da guerra da qual acabamos de sair, concordará que eles pecam por ausência de conhecimento real e científico, não mostram, precisamente, as causas que têm provocado as guerras entre as nações e que, para essas, é impossível chegar a descartar eficazmente as causas da guerra. (Citado por Bekri, 1991)

Em sua crítica, o delegado iugoslavo acusa ainda a falta de realidade, bem como a inaplicabilidade das ações propostas pela Comissão preparatória, concluindo por apontar o caráter excludente da filosofia da Unesco, que “rejeita inteiramente, por exemplo, toda filosofia materialista e põe em dúvida o materialismo histórico enquanto ciência”. (Citado por Bekri, 1991, p. 60)

Um outro aspecto do programa, também relativo aos meios de comunicação, está na mira dessas críticas e ganhará expressão nos pronunciamentos do delegado polonês em reuniões subseqüentes. Focalizados na ótica da tese do livre fluxo de informações, defendida sobretudo pela delegação

norte-americana, mas também pela britânica e pela francesa, esses meios se inscrevem nas atividades voltadas para a manutenção da paz e da liberdade, ao passo que, para os delegados socialistas, eles se constituem em meios de incitação à guerra e de imposição da cultura de um país mediante o concurso da Unesco.

Em tal cenário político-ideológico, as discussões suscitadas pela proposta de uma filosofia unificadora se desdobram, a seguir, nas dúvidas referentes à natureza da Unesco: técnica, ideológica ou ética. Sob o exercício contínuo de exorcizar a política de uma instituição que assume como *vocação e missão*, num mundo dividido, o universal, a paz e a segurança, a solução para essa questão se apresenta, na 2ª CG-1947, por meio da proposta do chefe da delegação francesa, o filósofo Jacques Maritain. Argumentando que o *babelismo* impossibilita um pensamento especulativo e uma linguagem comuns, ele advoga a afirmação de um “feixe de convicções orientadas para a ação”, como o “suficiente para o início de uma grande obra” (Unesco, 1947, p. 27-33).

Certamente, essa se constituiu numa fórmula sábia de unir as nações desiguais, para, na desigualdade, inventarem os caminhos de um novo ciclo de ocidentalização, objetivo que unia e opunha, ao mesmo tempo, as duas nações que postulavam formas diversas para sua concretização: a França que pretendia associar, numa estrutura tríplice, o poder de Estado e as preocupações ético-morais da chamada “sociedade dos espíritos” inscrita no dever-ser da Unesco; os EUA mais pragmáticos, como aliás já assinalara Weber (1981), que buscavam a eficácia dessa instituição, com vistas à racionalização das relações sociais de modo a possibilitar o progresso técnico e moral de todos os povos do mundo.

Pode-se dizer que a solução do filósofo francês concretiza a viabilização, jamais tranqüila, da Unesco, no que diz respeito às finalidades práticas para as quais ela fora instituída, num mundo em que as forças do instituinte se abrem para os possíveis que escapam ao *que é* tido como caminho da evolução da

humanidade. A opção por um pensamento prático comum permite, por um lado, a aprovação pela Conferência Geral de projetos que atendam às necessidades defendidas pelos Estados membros, assim como a criação das primeiras estruturas de atuação da Unesco. Por outro lado, essa opção não impede o prosseguimento dos questionamentos à representação teórica a que o mundo ocidental havia chegado, em 1945, sobre a cooperação cultural entre as nações.

E dessa cooperação cultural, em sentido amplo, a Unesco cuida de várias formas, até mesmo divulgando as regulamentações nacionais que incidem no intercâmbio de material audiovisual educacional, científico e cultural, objetivando facilitar e estimular a liberação tarifária sobre o mesmo e promover seu intercâmbio comercial. Para atingir esse fim, a Unesco estabelece, num trabalho conjunto com o Gatt e as comissões econômicas regionais da ONU, acordos internacionais visando a superação dos obstáculos econômicos à livre circulação das idéias.²⁰

A Organização promove, em seus campos de atuação, estágios de estudos e seminários, com o objetivo de possibilitar a profissionais de diversas áreas uma vivência internacional. Também produz material de informação relativo à segurança coletiva e ao civismo internacional; às experiências

20. O trabalho da Unesco nesse campo começa em junho de 1946, portanto, antes da sua 1ª CG, e prossegue nos anos seguintes. Em reunião com o GATT, em 1949, o Diretor geral da Unesco coligiu sugestões para as cláusulas do acordo que, concluído em 1950, entrou em vigor em 1952. Segue-se trabalho em conjunto com as comissões econômicas regionais – CEAO, CEPAL e CEE, da ONU, através de enquetes sobre as necessidades do material, cuja importação o acordo regulamenta, junto aos países em desenvolvimento, a fim de informar quais os países europeus exportadores dos mesmos, incentivar a sua produção, e facilitar os acordos para a circulação dessas mercadorias. Cf. Unesco. *Échanges culturels et barrières commerciales. Répertoire des règlements auxquels sont soumis les échanges d'objets de caractère éducatif, scientifique ou culturel*. Paris: Unesco, 1952b; ver também, *Accord pour l'Importation d'Objets de Caractère Éducatif Scientifique ou Culturel. Avantages et Modalités d'Application*. Paris: Unesco, 1952c. A despeito de o acordo incluir um protocolo em anexo, visando facilitar a adesão dos EUA, esse país só o ratificou em 1959, momento em que também cria-se no Departamento de Estado a Divisão de Relações Internacionais e Culturais, à qual a Unesco estará ligada a partir de então. Tal fato evidencia uma retomada, pelos EUA, de seu interesse pela Unesco, (Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 262), e coincide com as primeiras iniciativas da URSS, na ajuda ao processo de descolonização africana. Cf. CHALLIAND, Gerard. *A Luta pela África: Estratégia das Grandes Potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 62.

modernizantes de educação já em curso; à regulamentação e documentos exigidos para viagens.²¹

Realiza ainda exposições científicas com o objetivo de “testemunhar de modo claro e palpável o caráter irresistível do progresso científico e seu impacto na vida cotidiana”.²²

Trabalhar no sentido de eliminar as barreiras legais, tarifárias, ou psicológicas que possam se opor a um novo ciclo de ocidentalização e modernização das sociedades consiste numa das formas de a Unesco promover a racionalização do intercâmbio e de possibilitar a livre circulação das mercadorias e das idéias.

Nessa mesma direção, era necessário também racionalizar a burocracia estatal, preparar os Estados-nações para um novo momento do processo de internacionalização do capital e para as novas formas de interdependência então exigidas. Nesse sentido, a Unesco, em trabalho conjunto com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas de Bruxelas, mobiliza as ciências sociais para um estudo comparativo das administrações nacionais, em razão da necessidade de compatibilizá-las com o novo sistema de cooperação internacional, a ser mediado pelos organismos internacionais.²³

21. DUPUY, Jean. *L'Établissement de la Sécurité Collective*. Paris: Unesco, 1951. Cf. ainda: *Les Nations Unies et le Civisme Internationale. Vers la Compréhension Internationale*. vol IV. Paris: Unesco; *Les Missions Culturelles Mexicanas y su Programa*, por Lloyd H. HUHES. Série Monografias sobre Educación Fundamental. vol III, Paris: Unesco, 1951; *Voyages à l'étranger. Formalités spéciales pour voyages à buts éducatifs*. Éditions révisée, Paris: Unesco, 1953. (Regulamentação válida para viagens para fins de estudos ou de férias, explicitando-se a exclusão de viagens com a finalidade de busca de emprego).

22. Unesco. *Matériaux nouveau. Exposition scientifique organisée par l'Unesco du 27 mai au 11 juin 1952*. Paris: Unesco, 1952d. Trata-se da terceira exposição itinerante promovida pela Unesco. Citação da p. 4.

23. Unesco/IISA. *L'Administration Nationale dans ses Relations avec les Organisations Internationales. Conclusions d'une enquête effectuée dans quatorze Etats*. Bruxelles: Unesco, 1951b. A enquête que envolveu cientistas sociais nacionais desempenhou importante papel na internacionalização das ciências sociais e informa a recomendação da ONU, em 1953, visando a compatibilização das administrações nacionais com os organismos internacionais. Revisões, neste sistema de compatibilidades, se fizeram necessárias, em 1968 e em 1993, nas novas situações mundiais criadas, respectivamente, com a descolonização e com a desintegração do bloco soviético. Cf. LENGYEL, Peter. “MOST: le premier programme intergouvernemental de sciences sociales”. In: Unesco. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. vol. XLVI, n. 142, décembre 1994, p. 700.

É assim que, através de um conjunto de atividades, a Unesco contribui para a realização de uma das premissas básicas do capitalismo moderno, que

compreende um vasto e complexo processo social, econômico, político e cultural. Ainda que possa ser caracterizado pela racionalização das ações e relações, das instituições e organizações, para que esta racionalização ocorra e se desenvolva torna-se indispensável que se modifiquem práticas e ideais, padrões e valores sócio-culturais, transformando-se o imaginário e as atividades de uns e de outros. (Ianni, 1995, p. 115)

Ao mesmo tempo em que a Unesco desenvolve essas atividades, prossegue, nas reuniões da Conferência Geral, a busca de acordos sobre as emendas à regulamentação da Organização, na discussão, cujos últimos desdobramentos dar-se-ão na década de 1990, relativa à natureza do Conselho Executivo e ao estatuto de seus membros.²⁴

A questão inicial se refere à dúvida quanto à natureza da representação dos membros do Conselho: eles deveriam ser eleitos a título pessoal e como representantes da Conferência Geral a que responderiam por sua atuação, ou deveriam, de fato e de direito, representar os governos de seus países de origem? Essa questão, que retoma num novo contexto aquela já observada no processo de constituição da Unesco entre a proposta francesa e a norte-americana, é formalizada no projeto de mudança, nessa segunda direção, apresentado na 2ª CG-1947 pela delegação norte-americana.

A lógica da proposta diz respeito à confirmação, após apenas um ano de funcionamento da Unesco, da necessidade de transformar o Conselho Executivo em uma instância do poder dos Estados sobre a Organização, em contraposição a uma Conferência Geral e um Secretariado que escapam ao

24. Ver LACOSTE, Michel. *Conil. Chronique d'un Grand Dessein. Unesco 1946-1993*. Paris: Unesco, 1994. O autor apresenta da página 457 à 475 a "Convention Créant une Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture", com todas as modificações nela feitas desde 1947 até 1991.

controle dos governos, que vêem na Unesco um instrumento de realização de seus próprios projetos econômico-político-culturais.²⁵

A mudança então defendida não representa, entretanto, a única medida em busca do exercício do controle dos Estados membros sobre a Unesco que, desde o início de suas atividades, relaciona-se com as empresas privadas e as ONGs ligadas às mais diversas temáticas. As necessidades dos mais diferentes grupos e setores de uma sociedade mundial a ser reconstruída, em suas dimensões material, educacional e cultural,²⁶ expressas por essas instituições, encontram ressonância na Unesco e em suas preocupações com a universalidade, entendida com frequência, de forma quantitativa conforme a abrangência da Organização e de sua atuação no mundo, em que deveria ser difundido o progresso técnico-científico da civilização ocidental.

Críticas à amplitude dos objetivos, à dispersão dos programas, e restrições ao orçamento da Unesco, têm sido uma constante, evidenciando as dificuldades do exercício de uma hegemonia *na e através* da Organização. Disso é exemplo expressivo o fato de que a aprovação do seu primeiro programa, preparado ao longo do ano de 1946 e discutido na 1ª CG nesse mesmo ano, ocorreu, de fato, na 2ª reunião do Conselho Executivo, em abril de 1947.

25. Presente no questionamento da delegação norte-americana, mas não materializado na proposta apresentada em 1947, está a avaliação que, sugerindo a superioridade de alguns dos membros do Conselho Executivo, em razão de assumirem uma maior carga de trabalho, aponta para a busca de um meio de torná-los membros permanentes desse conselho. A concretização dessa idéia significaria reproduzir, na Unesco, a estrutura do Conselho de Segurança da ONU, em que as cinco grandes potências são membros permanentes e têm direito de veto. (BEKRI, 1991).

26. Em 1947, a Unesco, à qual cabe coordenar os trabalhos de reconstrução educacional européia, realiza reunião com as organizações internacionais privadas, e cria o Conselho Internacional Temporário para a Reconstrução da Educação – TICER. O objetivo é elaborar uma estrutura de base para as atividades das ONGs e criar um centro de coordenação entre o trabalho nacional e a campanha internacional para essa reconstrução. Outras reuniões foram realizadas para a criação dos Conselhos nacionais para a reconstrução da educação. Ver a respeito: Unesco. *Avec le TICER. Sur le Front de la Reconstruction*. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la pointe du combat pour le relèvement de l'éducation. Paris: Georges Lang, 1949.

Exemplo mais expressivo foi a apresentação, pelo Diretor Geral, Jaime Torres de Bodet, do seu primeiro pedido de demissão, em 1950, e sua reapresentação, em caráter irrevogável, dois anos após.²⁷ Essa decisão foi motivada pela fixação, na 7ª CG-1952, de um orçamento menor em relação àquele postulado²⁸ por Torres de Bodet, o que significava limitar a expansão da Unesco, sentido contrário ao defendido por ele, como Diretor Geral.

Também exemplifica essas dificuldades a demora da Unesco em atender às críticas ao seu programa, promovendo sua racionalização para torná-lo eficaz, como sugeria, reiteradamente, a delegação norte-americana. Uma resposta nesse sentido só ocorrerá em 1956, dois anos após a aprovação da proposta de mudança do Conselho Executivo, quando, pode-se dizer, a Unesco encontrar-se-á em um momento diverso de sua existência.

Argumentos contrários à mudança proposta em 1947, apresentados nas reuniões subseqüentes, conseguem apenas retardar sua aprovação, realizada em 1954, quando, com os votos contrários da Bélgica,²⁹ Dinamarca, França, Haiti, Líbano, Panamá e Iugoslávia, obtém voto favorável da maioria da

27. Torres de Bodet fora eleito em 1948, em substituição a Julien Huxley que, ao aceitar sua candidatura ao cargo, em 1946, concordou com um mandato de apenas dois anos em vez dos seis anos, permitida a renovação, tal como estabelece o Art. VI, parágrafo 2 da Convenção da Unesco. Após interinidade cumprida pelo norte-americano John W. Taylor, eleito na 1ª CG-1952 extraordinária ocorrida imediatamente após a decisão de Torres de Bodet, outro norte-americano, Luther Evans, é eleito Diretor Geral, na 2ª CG extraordinária, no mesmo ano. Sua eleição se faz sem o apoio do governo norte-americano, que preferia um norte-americano como Diretor Geral Adjunto, cargo criado desde 1946, quando foi ocupado por Walter Laves. Essa prática continuará nos anos posteriores, deixando de existir no período de Luther Evans. ARCHIBALDI, 1993, e BEKRI, 1991.

28. A contenção orçamentária é reveladora das dificuldades já então enfrentadas pelos EUA em fazer valer dentro da Unesco os objetivos de sua política externa. Essa dificuldade também se comprova pela "advertência" do Departamento de Estado ao Diretor Geral, Torres de Bodet, quanto à política de priorização dos pequenos países em detrimento dos países ocidentais, os maiores contribuidores financeiros da Organização. Entretanto, deve-se ressaltar que esse não é o único país que defendia à época um orçamento modesto para a Unesco. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 322.

29. O psicólogo e pesquisador Jean Piaget, chefe da delegação belga, é contundente em sua argumentação na qual chama a atenção para o agravamento da desconfiança já existente em relação à Unesco, principalmente nos meios intelectuais, o que, segundo ele se agravaria com a transformação dos membros do Conselho Executivo em um "grupo de funcionários governamentais". Cf. *Actes de la Conférence Générale*. Huitième session. Montevideo, nov. 1954, p. 553-554.

Conferência Geral.³⁰ Desde então, os membros do Conselho Executivo se tornam representantes de seus Estados respectivos, apesar de, na Convenção emendada, se manter, tanto a eleição dos mesmos a título pessoal, como o exercício de seus poderes em nome da Conferência Geral, o que pode ser incluído no rol de “soluções engenhosas próprias à Unesco”.³¹

Tal solução, entretanto, também pode ser interpretada como o exercício político de uma instituição que atua na linha de tensão das forças contraditórias dinamizadoras de uma realidade social em cuja construção as áreas de atuação da Unesco incidem de maneira fundamental.

• A UNESCO E A BIPOLARIZAÇÃO DO PODER NUM MUNDO MULTICULTURAL

Os sete anos que separam a apresentação da proposta de mudança no Conselho Executivo da Unesco, em 1947, de sua aprovação, em 1954, podem ser compreendidos mediante os acontecimentos que encorajam a URSS a incluir-se como Estado membro dessa Organização, a partir dessa data. As realizações soviéticas de 1947 a 1953 aprofundam os temores, ampliam as medidas em defesa da liberdade e repercutem nos organismos internacionais, especialmente na Unesco.

Nesse período que, sob influência do macartismo, foi o mais acirrado da guerra fria, a Unesco, estava sob a mira das preocupações orientadas para o

30. Ver 8/C Débats, p. 187 e 8C/Résolutions, Res.II.1.2 Amendement à l'article V concernant la Composition du Conseil exécutif.

31. Expressão usada para se referir às soluções inventadas pela Conferência Geral em face dos impasses com os quais a Unesco se tem deparado. POMPEI, Gian Franco. “Historique de l'Organisation”. In: Unesco. *Dans l'Esprit des Hommes Vingt-cinquième anniversaire de l'Unesco 1946-1951*. Paris: Unesco, 1952, p. 17-43.

anti-comunismo que lhe valeram avaliações externas³² e interna. Os resultados da primeira avaliação isentaram a Organização das acusações de infiltração comunista e de estar trabalhando no sentido de promover um governo global. A segunda avaliação contribuiu para o agravamento das dificuldades nas relações entre o Diretor Geral e o Conselho Executivo, e para a perda de autoridade do primeiro, o norte-americano Luther Evans, que mantinha em relação aos funcionários norte-americanos que trabalhavam na Unesco uma atitude considerada nacionalista.³³

Além disso, a Unesco já passara pela experiência de, mediante uma única atividade, falhar no atendimento das expectativas dos seus mantenedores dos dois lados do mundo bipolarizado. Assim foi, por exemplo, a sua atuação por ocasião da Guerra da Coreia. O serviço de informação junto à população coreana sobre as ações das Nações Unidas iniciado em 1952, além de acanhado e pouco ágil, aos olhos dos EUA, incluía as “Declarações sobre questões de raça”, das quais a Unesco já então se ocupava, o que contribuiu para o agravamento de uma já crescente insatisfação dos governantes dos EUA em relação à Organização.

Essa insatisfação é compreensível se considerarmos as repercussões das lutas coloniais nesse país, explicitadas pelos movimentos aí organizados contra

32. Em 1951, a campanha “The Cross and the Flag” desenvolve-se nos EUA, visando abolir as Nações Unidas. “The American Flag Committee” faz críticas às brochuras da Unesco, publicadas na coleção “Vers la comprehension international”, pelas referências à cidadania mundial aí percebidas. Da mesma coleção, “L’influence du foyer et de la Communauté sur les enfants de moins de treize ans” é vista como anti-norte-americana e defensora de um governo mundial. No Congresso americano também aumentam as restrições à contribuição financeira dos EUA à Unesco. Em 1953, a intensificação das críticas à instituição motiva o presidente Eisenhower a criar um comitê especial de três pessoas, sob a presidência de Irving Solomon, para examinar o fundamento das acusações, segundo as quais, a Unesco estaria sob o controle dos comunistas. Em 1951, a Fundação Ford que visava destinar fundos à Unesco encomendara, ao mesmo Irving Solomon, uma enquete sobre a instituição (ARCHIBALDI, 1993, p. 232).

33. O Diretor Geral não reconduziu os funcionários norte-americanos considerados desleais por terem se recusado a cooperar com o governo de seu país no que diz respeito ao Decreto presidencial n. 10422, de 9.01.1953, que determinava realização de enquete sobre a lealdade ao governo dos EUA dos funcionários norte-americanos que trabalhavam no Secretariado. Ver a respeito: ARCHIBALDI, G. “Être Américain à l’Unesco”, 1993, p.169-184.

o racismo, críticos da incongruência entre o interesse dos EUA na libertação dos povos coloniais e sua política interna de segregação racial. Acrescente-se a isso o fato de que essas lutas reverberaram, na Conferência Geral, por meio dos conflitos entre os representantes dos dois blocos que então dividiam o mundo.

Por outro lado, a aprovação pelo Conselho Executivo de resolução condenando a invasão norte-coreana, somada ao apoio da Unesco à intervenção norte-americana na Coreia através da ONU, motivaram a retirada da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia da Organização.

Ressalte-se ainda que, nesses seus primeiros anos de atuação, a Unesco já contabilizara, em meio às dificuldades de várias ordens, os sucessos e fracassos na execução de seus projetos modernizantes na área de educação de base,³⁴ o que indicou a necessidade de mudanças conceituais posteriores nesse campo de atuação.

Do aprofundamento da perspectiva originária de educação de base, definida como “fundo comum da humanidade”, a Unesco formula os conceitos de alfabetização funcional e educação permanente, que se desdobrarão, no futuro, nas distinções entre educação formal e não-formal e no aprimoramento da noção de educação como técnica social em suas relações com a sociedade.³⁵

34. Unesco. *L'Éducation de Base. Description et Programme*. Monographies sur l'Éducation de Base. Paris: Unesco/Imprimerie Firmin-Didot, 1950. Dos projetos de educação de base aprovados na 1ª CG-1946, três foram interrompidos, em razão da complexidade da situação que alia projetos de desenvolvimento rural e as condições políticas locais na África britânica, no Peru e na China. Cf. BEKRI, op. cit., p. 168. O quarto projeto, cujo desenvolvimento contou com financiamento da Fundação Rockefeller para a pesquisa antropológica realizada por Alfred Métraux foi realizado. Ver: Unesco. *El Proyecto Piloto de Haiti. Primera etapa 1948-1949*. Serie Monografias sobre Educación Fundamental. Paris: Bellenand, 1951; *L'Éducation des Communautés à Porto Rico: rapport établi par la Division des Communautés du Département de l'Éducation sur l'oeuvre accomplie à Porto Rico entre le 1er juillet et le 15 octobre 1951*. Paris: Unesco, 1952. O projeto para a China, definida como uma das áreas prioritárias, foi interrompido com a vitória de Mao Tse Tung no final de 1949. Idem. *La Salud en la Aldea*. Una Experiencia de Educación Visual en China. Serie Monografias sobre Educación Fundamental. vol. V. Paris: Unesco, 1952.

35. A noção de técnica social, assim como a de planejamento democrático teorizadas por Mannheim informam as ações da Unesco, diante de uma realidade em transformação e crise. Cf. MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; e ainda *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

Assim, processar-se-á a construção de uma perspectiva de educação tecnicizada, a ser enriquecida permanentemente pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. A noção de uma educação capaz de, adequando-se aos progressos técnicos da civilização, na medida em que os mesmos se concretizem, responder às exigências desse progresso técnico e da produção por ele possibilitada.

Essa é a perspectiva que fundamenta desde então e – com os aportes das teorias da modernização, dos anos 60 e a sofisticação da teoria sistêmica e da cibernética a partir dos anos 60 e 70 – fundamenta ainda hoje, era da informação satelitizada e informatizada, as ações e reflexões da Unesco nesse campo de atuação.

Finalmente, a admissão de novos Estados membros iniciara uma mudança na composição da Unesco, uma instituição em que cada membro tem um voto e em que começa a se registrar o questionamento da supremacia de seus principais idealizadores, que são também seus maiores financiadores. Em 1954, quando a URSS, após ter alcançado os EUA no poder nuclear, ingressa na Unesco, ela traz consigo novos membros do Leste europeu – a Ucrânia e a Belarrus – assim como obtém o retorno da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia. Dois anos depois, também a Romênia e a Bulgária se tornam membros da Unesco.

Mas esse constitui apenas um aspecto que inicia a mudança da composição política e sócio-cultural da Unesco – uma instituição que, buscando a universalidade, vai, daí em diante, se tornando cada vez mais multicultural e multiétnica e cada vez menos bipolarizada, em termos ideológicos, com a entrada maciça dos países constituídos mediante o processo de descolonização. Para se ter uma idéia dessa mudança, de 1954 a 1965, 31 novos Estados membros do continente africano e cinco países da Ásia e Oriente Médio ingressam na Unesco. Nos dez anos seguintes, outros cinco países africanos e seis asiáticos se agregam à Organização.

Nesses dois períodos observam-se momentos qualitativamente diversos do período anterior, tanto no que se refere à realidade mundial, como à realidade interna da Unesco. Acontecimentos que resultam em momentos de distensão entre os dois blocos mundiais, mas também em momentos de grande tensão³⁶ expressam os desdobramentos, nos mais diferentes rincões de um mundo plural, das contradições geradas no processo desigual e combinado do modo de produção capitalista.

• NOVA COMPOSIÇÃO DA UNESCO E CAMINHOS POSSÍVEIS DO PROGRESSO DA HUMANIDADE

Os reordenamentos econômico-políticos e os avanços tecnológicos desde a segunda metade dos anos 50 anunciam um novo momento nas relações mundiais e configuram um contexto em que se ampliam os recursos financeiros da Unesco, tanto em relação ao orçamento ordinário como aos recursos extra-orçamentários provenientes de outras fontes, incluindo os organismos privados.

Assim, na 11ª CG-1960, pela primeira vez, é aprovado um orçamento superior ao valor estimado pelo Diretor geral.³⁷ Além desses, novos recursos

36. A URSS se antecipa na exploração do espaço e, desde 1958, questiona o estatuto de Berlim acertado no pós-guerra; em resposta à proposta de unificação alemã por parte da Europa ocidental, constrói, em 1961, o Muro de Berlim, materializando a separação dos lados ocidental e oriental da cidade. No ano seguinte ocorre o embate URSS-EUA na denominada crise dos mísseis em Cuba. O impasse é resolvido com a retirada dos mísseis soviéticos da ilha em troca da inviolabilidade de seu regime político. Vale ressaltar que os referidos mísseis não influenciavam o equilíbrio estratégico mantido pelas duas superpotências (HOBBSAWM, 1996, p. 227 e 240). Segue-se a esse incidente a instalação do “telefone vermelho” o qual, ligando o Kremlim à Casa Branca, simboliza o acordo tácito entre EUA-URSS, em face dos riscos de desestabilização do sistema internacional pela constante ameaça de guerra nuclear. Em maio de 1963, é assinado acordo americano-soviético de cooperação na utilização pacífica da energia nuclear, pelo qual ficam proibidas provas nucleares na atmosfera, ampliando os acordos de cooperação entre as duas potências nucleares, iniciados desde o final da década anterior pelos campos educacional, científico, cultural e econômico.

37. Desde 1950, a contenção do orçamento ordinário da Unesco se vê compensada pelos recursos do PEAT - Programa Ampliado de Assistência Técnica - réplica do Plano Marshall para as demais regiões do mundo -, proposto em 1949 por Truman à ONU, e adotado, no ano seguinte, pela Unesco. O plano compreende projetos multilaterais a cargo da ONU e suas agências e projetos bilaterais a cargo dos EUA. Ver ARCHIBALDI, 1993, p. 129-144, em que o autor analisa as implicações da adoção do PEAT pela Unesco para sua identidade, na medida em que o estabelecimento de assistência remete imediatamente ao sentimento de gratidão dos assistidos. Além disso, os

extra-orçamentários provenientes do ONUC,³⁸ do Unicef, da cooperação com o Bird e sua filial, a IDA – Agência Internacional para o Desenvolvimento – criada nesse ano, são obtidos para serviços de consultoria a serem prestados pela Unesco à, então potencialmente explosiva, América Latina, assim como para serviços de assessoria na definição de prioridades em outros continentes.

Novos recursos, destinados até então exclusivamente a projetos de infra-estrutura material, possibilitam uma ampliação da capacidade de atuação da Unesco nesse período, em que o Banco Mundial se volta para as reformas das estruturas educacionais, com vistas a sintonizá-las quantitativa e qualitativamente com o desenvolvimento econômico.³⁹

Com a inclusão da educação como fator de desenvolvimento nos objetivos do Banco Mundial, intensifica-se a busca de racionalização das estruturas educacionais, conforme as diretrizes acordadas em reuniões dos ministros da educação africanos, asiáticos e latino-americanos, iniciadas no final da década de cinquenta, e seguidas das reuniões desses ministros com os da área econômica. Cria-se, em 1963, o Instituto Internacional de Planejamento Educacional, um dos primeiros resultados da cooperação entre a Unesco e o Bird, empreendimento do qual também participa a Fundação Ford. A sede do Instituto é oferecida pelo governo francês, mas seu primeiro diretor é o norte-

recursos extra-orçamentários, que foram se tornando proporcionalmente maiores do que seu orçamento ordinário, representaram, por sua vez, a possibilidade de que as decisões escapassem ao seu controle. Não por acaso, portanto, a equipe do presidente Kennedy, ao mesmo tempo que prossegue a política de limitar o orçamento ordinário da Unesco, trabalhava no sentido de que os orçamentos e programas fossem apresentados de forma a que os Estados membros pudessem visualizar o programa em sua totalidade, “sem diferenciação entre orçamento ordinário e fundos extra-orçamentários” (ARCHIBALDI, 1993, p. 303).

38. O Fundo das Nações Unidas para o Congo-ONUC, criado em 1960, fornece o suporte financeiro às ações das diversas agências especializadas da ONU na guerra civil do Congo, que conta com a participação da URSS e dos EUA. Sobre as ações civis desenvolvidas no Congo, que nesse ano se torna membro da Unesco, ver FULLERTON, Garry. *L'Unesco au Congo*. Paris: Unesco, 1961.

39. Cf. POMPEI, Gian Franco, 1972, p. 3. Ainda, ver TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, São Paulo: Cortez, 1996.

americano Philip Coombs, que fora antes Secretário de Estado adjunto para assuntos educativos e culturais no Departamento de Estado dos EUA.

Nesse período, em que se registra uma retomada de interesse dos EUA pela Unesco, sobretudo nos anos Kennedy, não faltaram, oportunidades para reafirmação das duas versões de ocidentalidade, que se contrapunham e se pretendiam exclusivas, presentes na missão civilizatória da Organização. Exemplo disso ocorre em 1963, por ocasião das visitas do Diretor Geral, René Maheu, aos EUA.

Numa primeira oportunidade, Maheu se expressa a respeito da evolução em curso na Unesco que, segundo ele, transformara-se numa organização operacional, cuja preocupação essencial muito mais do que a cooperação intelectual se centrava na melhoria de vida dos povos do mundo em desenvolvimento. Maheu ressalta ainda a boa acolhida da Unesco entre esses povos, justificando-a pelo fato de que muito mais do que a melhoria das condições físicas, a Organização se preocupava com as tradições culturais e com a dignidade humana.

De outra feita, por ocasião da 9ª Conferência da Comissão nacional dos EUA para a Unesco, a resposta de Maheu ao conteúdo da mensagem do presidente Kennedy, lida na sessão de abertura, posiciona a Unesco no jogo das forças presentes. À Europa forte e unida, como parceira eficaz dos EUA em sua tarefa de preservar o “mundo livre”, o Diretor geral contrapõe a Europa como “uma entidade cultural”, ressaltando, portanto, os valores culturais, em oposição ao armamento, como o “caminho de os americanos ganharem os corações dos europeus”. E, reafirmando as novas relações da Europa com suas ex-colônias, adverte os americanos de que “não haveria nem o monopólio, nem a bipolarização no futuro do mundo em vias de desenvolvimento” (Citado por Archibaldi, 1993, p. 299-301).

A posição enunciada por René Maheu pode ser lida como a afirmação da universalidade, sempre buscada pela Unesco que, vivendo a experiência do contraponto de uma ocidentalidade de origem européia, da sua tradução norte-americana e de sua ressignificação pelas múltiplas culturas agora nela representadas, e fundamentada sobretudo no programa de estudos sobre os conflitos e tensões sociais e raciais, compreende essa universalidade como processo construído na interdependência, que se produz também pela integridade e diversidade das culturas.

Essa perspectiva, que fundamenta o Projeto Principal de Apreciação Mútua dos Valores Culturais do Oriente e do Ocidente⁴⁰ aprovado em 1956, já se anunciara, em 1953, quando se cria a coleção “Unidade e Diversidade Cultural”; reafirma-se em 1965, quando é aprovado o Projeto Principal sobre a História Geral da África; traduz, enfim, a reorientação que se faz necessária, em face da nova composição da Unesco.

Essa reorientação ocorre num contexto em que a vontade expressa na mensagem do presidente norte-americano, empenhado em reafirmar a auto-imagem da América no mundo que lhe escapa, depara-se com um processo de integração, nos campos da economia, com a CEE – Mercado Comum Europeu – e da energia nuclear, com a CEEA – Comunidade Européia de Energia Nuclear – de uma Europa que, atingindo sua recuperação econômica, enfrenta as contradições

40. Cf. FRADIER, Georges. *Orient et Occident. Peuvent-ils se Comprendre?* Paris: Unesco, 1958. Buscando resposta a essa questão, tendo como motivação o Projeto Principal da Unesco – “Apreciação Mútua dos Valores do Oriente e do Ocidente” –, o autor parte do questionamento da fragilidade dos critérios – a geografia, as raças, as línguas, as formas sociais, a idéia de progresso social como progresso industrial “que lisonjeia a consciência de um Ocidente confiante de seu avanço técnico, de seus gostos e sentimentos que administram com frequência os romances e o cinema” – a partir dos quais o Ocidente inventa o Oriente pelo folclórico, o bizarro, ou o misterioso, ou, ainda, como o “vasto domínio de nações sub-industrializadas, com predominância de civilizações agrárias e sociedades do tipo feudal ou patriarcal” (FRADIER, 1958, p. 13). Dessa perspectiva crítica, denuncia a ignorância européia, a intolerância, o desprezo e a pressa com que a Europa, parece, se esquecera do Oriente em cujas fontes ela bebeu e se enriqueceu, preparando-se, assim, para transformar o planeta. (p. 20) Enfatizando essa origem comum sustenta, então, a possibilidade de compreensão Ocidente- Oriente para o que se faz necessário, porém, a aquisição, por parte do primeiro, de virtudes tais como a modéstia e a tolerância.

explicitadas nesse momento e avança em direção ao processo de unificação já iniciado desde o Tratado de Paris em 1951.

Essa é, então, uma Europa em que, por um lado, a França, contabilizando grandes perdas coloniais,⁴¹ abre uma crise na OTAN, avança em seu esforço de obter uma força militar independente, realizando, em 1960, seu primeiro teste atômico. A França consegue ainda, ao longo de toda essa década, excluir a Inglaterra de suas iniciativas em direção à unificação.

E, por outro lado, essa é ainda uma Europa em que a Alemanha, ao despontar como uma força econômica, não só motiva acordos pelos quais se estabelece o seu rearmamento e sua admissão na OTAN, mas também reorganiza suas estruturas institucionais de ajuda ao desenvolvimento econômico, educacional e cultural as quais atuarão também em conjunto com a Unesco.⁴²

A esses fatos se acrescentam os acontecimentos econômico-político-culturais na América Latina, assim como as incursões da URSS no continente africano e no Oriente Médio. Ressaltam-se, nesse período, as realizações das indústrias eletro-eletrônica e espacial, que multiplicarão o poder de informação e mudarão a face da realidade mundial, não só pelas possibilidades acrescentadas

41. De 1953-1955, se dá o processo de independência do Camboja em relação à União Francesa; em 1954, termina a Guerra da Indochina, com a derrota da França na batalha de Dien Bien Phu; em 1956 e 1957, respectivamente, sob pressão dos nacionalismos locais e da política convergente dos EUA, da URSS e da ONU, a França reconhece a independência da Tunísia e do Marrocos; em 1958, a Guiné francesa declara sua independência, fora dos quadros da Comunidade Francesa; em 1960, Camarões, Togo, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, República Central Africana, Congo, Gabão, Chade tornam-se Repúblicas independentes e membros da ONU, assim como da Unesco, mantendo, porém, a cooperação com a França; em 1962, novamente por pressão política convergente dos EUA, URSS e ONU, a França reconhece a independência da Argélia, após quase oito anos de sangrenta luta dos argelinos pela libertação do jugo colonial.

42. Cf. BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966; ALEMANHA OCIDENTAL/FKA/ISI. *IV Seminário Latinoamericano para Directores de Teleducación*. Doc.140, México, 1970. O seminário é realizado em ação conjunta do Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer e do Instituto Latino-americano de Comunicação Educativa da Unesco – ILCE, sediado no México. Cf. EVANGELISTA, E. G. E. *Educação e mundialização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

às relações de produção, e às novas formas de divisão do trabalho, mas também pelo processo de desterritorialização do capital, mercadorias e das gentes, e de redimensionamento da realidade espacial e temporal.

Alguns desses acontecimentos, contemporâneos da ampliação da composição da Unesco, terão desdobramentos que implicam acomodações e rupturas posteriores. No conjunto, expressam sobretudo as tensões dos e entre os nacionalismos diversos, no contexto de uma economia em processo de crescente transnacionalização;⁴³ contribuem ainda para a retomada da estratégia da “guerra fria”, após o breve período de “détente”; finalmente, dão expressão sobretudo a mudanças na ordem econômica que colocam em cheque o sistema criado em Bretton Woods e prenunciam as novas configurações mundiais dos anos 80 e 90, nas quais uma civilização mundial assimila, interroga, recria, subsume, recobre a ocidentalidade que, não obstante tudo isso, continua se autopercebendo como um “em si” para “os outros”.

Entre esses fatos é possível destacar, em primeiro lugar, a emergência do então chamado Terceiro Mundo, cujas iniciativas de organização transnacional, por um lado, forçarão o seu reconhecimento como força política e, por outro lado, evidenciarão a necessidade de rearticulações para a manutenção do poder estabelecido. Uma dessas iniciativas ocorre em 1955, quando, respondendo à convocação da Indonésia, Índia, Ceilão, Paquistão e da Birmânia, vinte e nove países afro-asiáticos se reúnem na Indonésia, na Conferência de Bandung. Nessa ocasião, esses países se pronunciam pelo socialismo, ressaltando, porém, sua posição de neutralidade em relação ao conflito capitalismo-socialismo,

43. Sobre a reestruturação econômica, através da integração regional, como resposta às tensões e dilemas dos nacionalismos em face de uma economia em processo de globalização, ver IANNI, Octavio. “Regionalismo e Globalismo”. In: *A Era do Globalismo*, 1996, p. 127-152. “O contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo abala a economia e a sociedade, assim como a política e a cultura, tanto provocando distorções como abrindo horizontes” (p. 128).

de afirmação da luta pela autodeterminação e independência dos povos, e de luta pelo fim do racismo e da dominação colonialista.⁴⁴

Em 1961, em Belgrado, ocorre a Primeira Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em que países dos três continentes – África, Ásia e América Latina – buscam soluções para os problemas mundiais. Assumindo também uma postura equidistante em relação à polarização Leste/Oeste esses países reivindicam a abertura do diálogo Norte/Sul e se declaram em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o sionismo, o apartheid e todas as formas de racismo, assim como pela libertação econômica, política, social e cultural dos povos excluídos dos benefícios do desenvolvimento mundial capitalista. Essas idéias são aprofundadas em outras reuniões,⁴⁵ e repercutem no sistema das Nações Unidas, determinando a criação, em 1964, da Unctad – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, foro a partir do qual o movimento dos Não-Alinhados se corporifica no G-77 (1975).⁴⁶

Potencializadas pela estratégia do controle do petróleo adotada pelos países árabes, após o desfecho da Guerra do Yon Kippur (1973) que obriga ao reconhecimento internacional da OLP, essas idéias serão traduzidas na Assembléia Geral da ONU, em 1974, na chamada Nova Ordem Econômica Internacional

44. Neste ano, é elaborada por Malik Bennabi, argelino exilado no Cairo, a teoria do afro-asiatismo. MADRIDEJOS, M, 1979, p.106.

45. A respeito dessas reuniões, assim como das demais ocorridas no contexto de organização política desses países, e seus desdobramentos na ONU, bem como suas implicações nas relações norte/sul, com continuidades e rupturas, até o ano de 1975, ver GOSOVIC, Branislav e RUGGIE, John Gerard. "Overview: origins and evolution of the concept". In: *International Social Science Journal*, vol. XXVIII, n. 4, Unesco, 1976, p. 639-646.

46. GOSOVIC, Branislav e RUGGIE, John Gerard, 1976. Nesse mesmo ano, os seis países mais industrializados criam o G-7, que consiste em um novo "diretório mundial". Cf. BERTRAND, Maurice. "Os Caminhos da Paz". In: *O Correio da Unesco*, ano 23, n. 12, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1995, p.17. Antes disto, em 1960, foi criada a OECD – Organização Econômica para Coordenação do Desenvolvimento, que reúne Europa Ocidental, EUA, Canadá, Japão e Turquia, e, em 1973, é criada a Comissão Trilateral que reúne empresas privadas dos EUA, Europa e Japão com vistas a um reordenamento da economia mundial em franco processo de transnacionalização das empresas japonesas e européias, sobretudo na Alemanha.

– NOEI. Nessa ocasião, é aprovada, a contragosto das maiores forças do capitalismo, uma Declaração para instauração dessa nova ordem, em nome da qual a ONU convoca suas agências especializadas a se reestruturarem, com vistas à obtenção de maior eficácia na mediação da cooperação internacional para o desenvolvimento.⁴⁷

Na direção dessa eficácia é aprovado o Primeiro Plano de Médio Prazo da Unesco, relativo a três exercícios bianuais, compreendendo o período 1977-82.⁴⁸ Dessa forma, a Unesco responde às reiteradas críticas à fragmentação de seu programa e, ao mesmo tempo, aos conflitos reais reproduzidos em seu interior entre oriente e ocidente.

Resposta semelhante já está presente, desde 1956, na aprovação dos projetos principais, entre os quais o referente à apreciação mútua dos valores do Ocidente e do Oriente. Também desta feita a Unesco responde, ao mesmo tempo, às críticas do Ocidente à fragmentação de seu programa e à sugestão da Índia quanto à necessária distinção entre as atividades operacionais desenvolvidas

47. É importante ressaltar que desde o final da década de sessenta a cooperação internacional para o desenvolvimento, além de motivar diversas manifestações anti-imperialistas, vinha sendo objeto de avaliações variadas. Cf. PEARSON, Lester B. *Sócios no Progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: APEC, 1971. (Estudo iniciado em 1968, a pedido do então presidente do Banco Mundial, Roberto S. McNamara, a quem o mesmo é enviado em 15.09.1969); COOMBS, Philip H. *A Crise Mundial da Educação*. Uma Análise de Sistemas. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Trabalho que serve de documento básico para a Conferência Internacional sobre a Crise Mundial da Educação realizada por sugestão dos EUA em Williamsburg, no final de 1967). Síntese do relatório de Jaime Perkins, acadêmico da Cornell University, que presidiu a conferência, é apresentado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 48, n. 108, out./dez. 1967, p. 305-312; CECLA. “Consenso Latino-americano de Viña del Mar”. *Comércio Exterior*, v. XIX, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427. (Avaliação da ajuda internacional procedida pela CECLA, organismo de consulta regional, exclusivamente latino-americano, criado a partir da UNCTAD. Ambos fazem parte da estrutura da ONU). FAURE, Edgar et alii. *Aprender a Ser. La Educación del Futuro*. Madri: Alianza/ Unesco, 1975. (Estudo apresentado pela Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação constituída pela Unesco, em 1971, com a finalidade de produzir informe sobre a educação do futuro, a ser submetido, com os comentários do Diretor Geral, aos Estados-membros, ao Conselho Executivo e à Conferência Internacional de Educação. O informe inclui avaliação da ajuda internacional e sugestões para rearticulação da Unesco nas ações relativas às tecnologias para a educação).

48. A respeito do processo de elaboração deste plano, cujo primeiro esboço é apresentado em 1972, em atendimento à recomendação feita na 14ª CG-1966, ver HUMMEL, Charles. “International cooperation and world problems: the standpoint of Unesco”. In: *International Social Science Journal*, vol. XXXIV, n. 1, Paris: Unesco, 1982.

mediante o PEAT⁴⁹ e as atividades gerais. As primeiras atenderiam as necessidades pontuais dos Estados membros, enquanto as segundas se voltariam para o universal buscado pela Unesco. Ambas, de fato, unem e dividem Oriente e Ocidente em face dos caminhos possíveis ao progresso da humanidade.

Os planejamentos de médio prazo são vistos com freqüência como meios de, considerando as novas necessidades dos Estados membros, e as reorientações e inovações que permitissem seu atendimento, garantir a coerência e continuidade do programa (M'Bow, 1985, p. 34). Entretanto, podem ser vistos também como mais um mecanismo de controle dos Estados membros sobre a Organização, já que a prática de detalhar atividades e recursos para execução em seis anos numa realidade cuja dinâmica se faz cada vez mais célere, não deixa de ser um procedimento que “impõe uma rigidez considerável (...) e torna particularmente difíceis as inovações e as atividades experimentais que devem ser cuidadosamente negociadas uma por uma com grande antecedência” (Lengyel, 1994, p.701).

Contraditoriamente, essa pode ser uma exigência dos novos tempos em que a realidade, que sempre transborda o plano, o regulamento e o conceito, escapa aos Estados nações, principais fundadores da Unesco, empenhados na racionalização de seu programa e no controle da Instituição.

Exemplificando a afirmação, é suficiente lembrar: a ocasião em que os ministros de educação dos três continentes, reunidos pela Unesco, ultrapassam a preocupação com uma educação de base (que entretanto, permanece sem solução) e vislumbram a necessidade de “promover sistematicamente um programa completo de ensino obrigatório para os jovens de seus países” (Pompei,

49. A sigla refere-se ao Programa Ampliado de Assistência Técnica proposto em 1949 pelo presidente Harry Truman à ONU. Compreendia projetos multilaterais a cargo da ONU e suas agências e projetos bilaterais a cargo dos Estados dispostos a contribuir com verbas, além de suas cotas enquanto membros da ONU.

1972, p. 33); a expressão dos movimentos nacionalistas que opõem ao discurso político homogeneizador a fragmentação das diferenças cunhada em meio às contradições locais agravadas nas e pelas relações, processos e estruturas excludentes da economia em transnacionalização; a reivindicação dos novos Estados membros de novas bases de diálogo entre as nações e a expressão de seu interesse comum relativo à questão da comunicação, justificado pelo “vazio imenso deixado pelas Nações Unidas” em matéria de informação.⁵⁰

▪ ESTATIZAÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO: HEGEMONIA OCIDENTAL E ORDENS NACIONAIS

Nas novas relações de forças entre os Estados nações, retoma-se, na Conferência Geral da Unesco, a discussão cujo alvo é o Conselho Executivo. O fato concreto levantado em 1966 diz respeito à necessidade de mudança, em face do não-atendimento a uma nova distribuição dos assentos nesse Conselho, após a entrada dos novos Estados membros. Reivindica-se então o atendimento ao critério geográfico, bem como à representação da diversidade cultural no Conselho.

Proposta resultante de estudo feito pelo próprio Conselho Executivo, por recomendação da Conferência Geral, aprovada em 1968, portanto, no limiar da segunda “guerra fria”, propõe aumentar para 34 os assentos no Conselho. Sua distribuição no Conselho contemplaria os cinco grupos eleitorais, então propostos a título provisório, tendo em vista as eleições que se processariam nas duas reuniões subseqüentes da Conferência Geral. Esses grupos, inicialmente provisórios, se mantiveram e se consolidaram como estruturas institucionais, na

50. Cf. Unesco. *Um mundo e muitas vozes*. Relatório MacBride. Este documento reproduz a discussão realizada na ONU e Unesco sobre a questão da informação no novo contexto social, econômico, ético e político criado pelo avanço tecnológico nesta área.

seguinte forma: G-I: Europa Ocidental, América do Norte, Turquia e Israel, com nove assentos; G-II: Europa do Leste, com três assentos; G-III: América Latina e Caribe, com seis assentos; G-IV: Ásia, Austrália e Nova Zelândia com cinco assentos; G-V: África e países árabes, com 11 assentos.

A composição dos grupos indica que a Unesco, também nessa oportunidade, não escapou às injunções da “guerra fria”, estratégia política global de contra-revolução de que se serviram os Estados Unidos na tentativa de manter sua hegemonia, num mundo em que a modernidade transpõe, com a força inerente às contradições que ela gera, as fronteiras não apenas dos territórios nacionais, como também dos dois blocos em que se dividia então o mundo. Esse processo não se fez sem a contribuição da URSS, cujos líderes, além de alimentar a política norte-americana do terror, no dilema relativo ao desenvolvimento da produção ou modernização do consumo, não hesitaram em optar pela segunda alternativa, na denominada “era da estagnação”, sobretudo a partir da década de setenta.⁵¹

A Unesco, no início dessa década, se empenha na realização de enquete, junto aos países da África, Ásia e América Latina, com a finalidade de adequar as necessidades nacionais relativas à ciência e tecnologia para o desenvolvimento, primeiro ao âmbito regional e, em seguida ao plano mundial, trabalho que vem atender à solicitação do Ecosoc originada da Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento de 1963, (Unesco, 1977).

51. É interessante lembrar aqui a criação, em 1972, do CEPES - Centro Europeu para o Ensino Superior - que “atua como órgão de informação e como fórum e centro para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento na região Europa da Unesco (...)” e cuja sede é em Bucareste, na Romênia (Cf. *O Correio da Unesco*, 24, n. 6, junho de 1996, p.37), então sob liderança de Nicolae Ceasescu (1961-89), que desde 1965 manifestava seu nacionalismo, em oposição à política de satélites soviéticos. Não é demais acrescentar que, em 1973, a Pepsi-cola e agências Hertz Rent a Car instalaram-se em Bucareste, evidenciando, por um lado, os sinais da crise de poder da URSS sobre seus satélites, e, de outro lado, que a economia nos moldes soviéticos estava se escrevendo como passado. Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 389; HOROWITZ, Irving Louis. “A Détente e as Multinacionais”. In: *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, n. 12, 1976, p. 91.

Esse é também o momento em que uma outra proposta de mudança no Conselho Executivo é encaminhada ao Diretor Geral pela Suécia. A proposta, encaminhada em 1972, tem ainda como alvo o estatuto dos membros do Conselho Executivo e reorienta a transformação que vinha se processando nesse Conselho, no sentido de aprofundar o que fora postulado no projeto apresentado em 1947, ou seja, de definir o critério de eleger para o Conselho Executivo não as pessoas, mas os Estados membros, os quais, eleitos pela Conferência Geral, nomeariam os seus representantes junto àquele conselho. O debate sobre essa proposta nas reuniões da Conferência Geral, de 1972 e 1974 incluiu a recomendação de um estudo da questão realizado pelo Conselho Executivo, e de consulta aos Estados membros sobre a proposta.

Aos resultados obtidos através desses meios, acrescenta-se, na 19ª CG-1976, em que se deliberou sobre a mudança pleiteada, uma outra emenda, apresentada pelo México, que anula a proposta sueca, ao mesmo tempo que atinge o objetivo por ela pretendido – fortalecer o poder dos Estados membros no Conselho Executivo. Segundo essa proposta, é permitido ao Estado membro substituir seu representante no Conselho Executivo, desde que as circunstâncias assim o exijam, dispensando-se, neste caso, a formalização do pedido pelo representante a ser demitido. Nesses termos, é aprovada a nova mudança pela maioria de dois terços.

É curioso notar a divisão no interior dos diferentes grupos da Unesco, tal como foram constituídos em 1968, entre Estados membros favoráveis e contrários à proposta sueca. Entre os que argumentaram a favor da proposta, junto com os EUA, encontram-se, por exemplo, a Noruega (G-I); a Bulgária e a Iugoslávia (G-II); Cuba (G-III); o Iraque (G-IV); a Argélia e a Nigéria (G-V).

Mais curiosa e, sobretudo, surpreendente é a resposta ambígua do Ministério de Assuntos Exteriores da França à consulta procedida pelo Diretor

Geral, conforme recomendara a Conferência Geral da Unesco. Uma ambigüidade que, entretanto, é dirimida na clareza da expressão do representante francês junto ao Conselho Executivo. Argumentando em favor da proposta, ele chama a atenção para a necessidade de “pôr o direito de acordo com os fatos”, lembrando, nesse sentido, que, “com a evolução do mundo, todos os problemas, mesmo os relativos à educação, à ciência e à cultura tinham se tornado amplamente políticos” (Citado por Bekri, 1991, p. 211). Como se percebe, a França mudara sua posição, defendida desde 1945, contrária à politização da Unesco mediante a estatização do seu Conselho Executivo.

Não é demais acrescentar que, simultaneamente à ocorrência dessa discussão, a Unesco está vivendo o agravamento de sua situação financeira, em virtude da crise econômico-financeira mundial, mas também em razão da ausência do depósito da contribuição de alguns Estados membros, entre os quais os EUA, que recorrem a essa medida em represália aos resultados de decisões da Conferência Geral sobre temas cruciais para esse país, tais como a regulamentação das comunicações espaciais e os posicionamentos da Conferência Geral sobre as questões raciais. Esses temas, recorrentes na Unesco, são retomados com intensidade, nesse período, e prosseguem nas décadas seguintes.

Vale acrescentar que esse é também um período em que, por um lado, os países da Europa Ocidental, com mais de uma década de distância em relação às providências do Estado norte-americano quanto à reorganização institucional para exploração comercial da tecnologia espacial, se integram na Agência Espacial Européia – ESA, visando à racionalização da produção nessa área, a fim de eliminar competições desvantajosas para a Europa na nova fase de reestruturação do capitalismo.

E, por outro lado, é um período em que o agravamento das relações raciais, no contexto das lutas pela descolonização, a intensificação das

intolerâncias às diferenças, assim como a emergência do “outro” no cenário internacional como um sujeito político, explicitam a problemática racial em seus fundamentos econômicos, político-culturais e geopolíticos, sugerindo seu exame para além de suas manifestações locais.

Nos períodos em que a Unesco realiza as discussões sobre novas mudanças no Conselho Executivo, o ataque do Iraque aos Curdos, suscitando apoio do Irã (1973-74) , a intensificação da legislação do apartheid na Rodésia (1965), as medidas segregacionistas em relação ao ensino adotadas na África do Sul (1976), a manutenção do poder colonial português, a violência inerente aos desdobramentos da insolúvel questão palestina, são exemplos de práticas racistas que, em última instância, têm razões econômicas e projetam a questão racial no âmbito internacional.

Intensificam-se então as ações, resoluções e estudos promovidos pela Unesco sobre a questão, os quais motivam a decisão, em 1956 e 1972, respectivamente, de Portugal e da África do Sul se retirarem da Unesco. As resoluções acusando o racismo de Israel aprovadas na 18ª CG-1974 motivam ainda o protesto dos EUA, mais uma vez materializado na ausência do depósito da contribuição financeira desse país ao orçamento da Organização para o biênio 1975-1976.

A questão racial permanece nas décadas seguintes, no mundo e na Unesco, ressurgindo na constituição das novas nações após a desintegração da URSS. Essa questão motiva nova “Declaração dos princípios sobre a tolerância” proclamada e assinada pela 28ª CG-1995, em que educação e as novas tecnologias educativas são evidenciadas como meios eficazes na formação de “cidadãos solidários, abertos a outras culturas, capazes de apreciar o valor da liberdade, respeitar a dignidade dos seres humanos e suas diferenças” (Unesco, 1996, p. 34).

No início da década de 1980, as ações da Unesco em relação aos meios de comunicação, que, juntamente com a questão racial, tangenciam a questão da educação, são alegadas pelos EUA como motivo para sua decisão de se retirarem da Organização, no que são acompanhados pela Inglaterra. Os argumentos expostos pelo Secretário de Estado dos EUA referem-se à ineficácia da Organização quanto à política, orientação ideológica e orçamento; à existência de tendências que desviaram a Unesco dos princípios de 1946 e serviram sobretudo às políticas dos Estados-membros; à demonstração, exemplificada pela 22ª CG, de que não se pode esperar o retorno da Unesco aos princípios de 1946; à convicção relativa à possibilidade de os EUA, por outros meios de cooperação, nos campos da educação, ciência e cultura, realizar os princípios originais da Unesco (CCIU, 1984, p. 2).

Todavia, vale observar que, em 1983, ano em que a Unesco recebe a notificação da retirada desses países, ela recebe como novos membros: São Cristóvão e Nevis, São Vicente de Granadinas, países insulares das Antilhas associados à Commonwealth, e Fidji, arquipélago do sudoeste do Pacífico, colônia britânica desde 1874, e independente, nos quadros da Commonwealth desde 1970. No ano anterior, Belize, na América Central, e Antígua e Barbuda, no Caribe, ambos Estados independentes ligados à Commonwealth haviam se tornado membros da Unesco, o que pode representar um lucro obtido por aqueles dois países na troca de dois votos por cinco, na Conferência Geral.

A discussão sobre a necessidade de aprofundar a mudança postulada desde 1947 sobre o estatuto dos membros do Conselho Executivo, dando origem a resoluções que buscam, sucessivamente, acomodar, no arcabouço teórico que regulamenta o caminhar da Unesco, a realidade social e histórica, rebelde por natureza, prolonga-se até a década atual. Assim, o Japão, país que, por ocasião do debate sobre a proposta sueca, se pronunciara contrário à mesma, encaminha

proposta de emenda no mesmo sentido, aprovada na Conferência Geral de 1991. A partir de então, o Conselho Executivo passa a ser composto de 51 Estados membros, os quais, eleitos pela Conferência Geral, indicam os seus representantes nesse Conselho.

Essa mudança, que não será a última, não chega a reproduzir, na Unesco, uma estrutura semelhante à do Conselho de Segurança da ONU, como sugeriam os questionamentos do delegado norte-americano, em 1947. Entretanto, há registro de que, na prática, havia, desde os primeiros anos da Unesco, um acordo tácito, segundo o qual os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU deveriam estar sempre representados no Conselho Executivo. Como esse é o único órgão da estrutura básica da Unesco que pode ser modificado e como tem posição importante entre a Conferência Geral e o Secretariado, os questionamentos sobre sua composição assim como as mudanças nele processadas, de 1952 a 1991, foram até então justificadas pela ampliação necessária para atender aos critérios de uma distribuição geográfica e da representação da diversidade cultural de novos Estados membros. Essa ampliação se justificava ainda pela necessidade de racionalizar as relações entre esse órgão, o Diretor Geral e seu Secretariado. Essas mudanças, por outro lado, tiveram como objetivo possibilitar um controle sobre a instituição como um todo, e revelam, no seu conjunto, momentos diversos da realidade, em seus aspectos econômico-políticos e, portanto sócio-culturais. Essas variações da realidade se refletiram, naturalmente, na Unesco, instituição que, desde os seus primeiros passos, tem sido mantida sob rígido controle por parte dos Estados membros. Entre esses Estados, não sem razão, pairava o receio de utilização, por algum deles, do potencial da organização, cujos campos de atuação incidem de modo substantivo na dinâmica da sociedade mundial.

Referindo-se ao poder potencial dos organismos internacionais, nas relações com as eventuais resistências interpostas pelas nações e suas elites ao crescimento desse poder, Deutsch (1982, p. 238) conclui que:

até agora, o principal problema de cada organismo internacional destinado à manutenção da paz e da segurança tem sido sua fragilidade e não sua força. Em cada caso, o organismo se mostrou fraco exatamente porque a maioria de seus membros temia sua força e também receava a possibilidade de essa organização internacional ou federal transformar-se em mero instrumento do exercício de poder e da hegemonia de um ou de alguns de seus membros mais poderosos – de certa forma, da mesma maneira como uma holding quase sempre serve de instrumento para ampliar e multiplicar o poder de uma minoria bem organizada de acionistas contra os demais. No caso de organismos internacionais que pretendem que todos os países deles façam parte, as diferenças entre os membros tendem a ser enormes, o mesmo ocorrendo com seus receios recíprocos.

Esse parece ser bem o caso da Unesco que, nesses cinquenta anos de existência, viveu momentos expressivos de força e de fraqueza, qualidades que ora se alternam, ora se imbricam. Isso nos permite compreender a Unesco como um processo: ao mesmo tempo que é instituída pela sociedade ocidental, é também instituinte de seus caminhos, de sua dinâmica própria. O que não significa, entretanto, a perda de sua ocidentalidade.

Produto de um momento específico da sociedade ocidental, a Unesco se estrutura na dinâmica contraditória de um processo de ocidentalização realizando-se num jogo de forças que une e opõe: nações, povos, gentes; formas de organização social; Estado, empresas privadas e organizações não-governamentais. Nesse processo, a Unesco se re-constrói pelas determinações socialmente produzidas, como instituição com responsabilidades em áreas fundamentais para a vida social. Determinações que não cessam de se reproduzir, gerando mudanças qualitativas nas estruturas, processos e relações. Gerando

também novas configurações e demandas antes insuspeitadas, que desafiam e põem em questão os ideais e os limites propostos e impostos pelos fundadores da Unesco, exigindo-lhe novas rearticulações.

Os apelos que chegam à Unesco expressam direções variadas e sentidos contraditórios impulsionados pelas forças presentes nas múltiplas disputas que envolvem a construção da história mundial. A complexidade desse contexto impõe obstáculos à compreensão imediata da Unesco. Seus campos de atuação, diversificados em múltiplas temáticas, oferecem e sugerem vários temas e questões que, examinados em seus desdobramentos nessa instituição e na realidade em que são produzidos, podem permitir uma compreensão da Unesco e de sua inserção no “vasto processo de transculturação (...) em curso desde os primórdios do capitalismo” (Ianni, 1996, p. 219).

Nessa perspectiva, o exame desses temas e questões pode permitir ainda a compreensão do modo pelo qual, através de sua atuação, a Unesco enfrenta as questões-problema emergentes nesse processo, no contexto da mundialização. Alguns desses temas e questões são privilegiados, por sua abrangência e recorrência no percurso da instituição, o que significa a sua permanência como problema na realidade social em que se produzem. A esperança na educação como meio de construir a paz entre nações, povos e gentes, e sua potencialização pela revolução das comunicações, são desafiadas pelas manifestações de intolerância às diferenças e de exclusão do “outro”, que se expressam na violência de nacionalismos, fundamentalismos, guerras, revoluções. Compreender a ação teórico-prática da Unesco no encaminhamento dessas temáticas constitui um desafio que merece ser enfrentado.

A UNESCO E A COMUNICAÇÃO ENTRE AS CULTURAS

...desenvolver e multiplicar as relações entre os povos, a fim de que melhor se compreendam e adquiram conhecimento mais preciso e verdadeiro de seus respectivos costumes. (Ato Constitutivo da Unesco)

A intensificação do processo de descolonização na segunda metade da década de 50 e o posterior desenvolvimento das tecnologias da comunicação abrem novas perspectivas à ação da Unesco e tornam mais complexos os problemas e desafios com os quais ela se defronta, situando-a em momentos qualitativamente diversos de sua atuação. Nos anos 60, às três áreas inscritas em sua denominação soma-se uma quarta: a comunicação – área que motivou críticas dos meios de informação dos países industrializados, assim como gerou impasses nas sessões da Conferência Geral com adiamento de decisões, nesse foro. O pomo da discórdia reside, sobretudo, nas ações desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, em busca de uma nova ordem mundial da informação, que culminaram na decisão dos Estados Unidos e da Inglaterra de se retirarem da Unesco. O retorno dessa última, em junho de 1997, os impasses já citados e o poder de influência ainda mantido pela Unesco permitem pensar numa nova rearticulação da Organização, após os episódios das duas décadas anteriores, assim como na sua atualização em face da realidade dos anos 90.

A despeito da preeminência dos meios modernos de informação na configuração da sociedade mundial, e também da Unesco, é necessário considerar, na busca de uma compreensão do caminhar dessa Organização, que sua atuação na área da comunicação não se reduz a esses meios, abarcando outras formas de expressão sócio-cultural, no âmbito da filosofia, da ciência e da arte, elementos

dinâmicos na reconstrução, que se intentou, desde o pós-guerra, de uma “morada segura para a humanidade” (Vaz, 1993). E nesse empreendimento, coube à Unesco um papel fundamental.

Desde a Conferência de Londres, em 1945, quando essa agência especializada da ONU foi criada, expressam-se com clareza as expectativas em relação a ela, num mundo em que a guerra que terminara prosseguia nos conflitos locais.¹ Naquela conferência, o Primeiro Ministro britânico, Clement Attlee, citado por Lacoste (1993, p. 4), assim enuncia o âmbito e o sentido da atuação da nova Organização: “hoje os povos do mundo são ilhas que lançam apelos por cima de oceanos de mal entendidos. ‘Conhece-te a ti mesmo’ dizia o velho provérbio. ‘Conhece teu vizinho’, dizemos a partir de agora, pois nosso vizinho é o mundo inteiro”.

Essa porém é apenas uma das expressões reveladoras das esperanças na tarefa de ocidentalização do mundo que as Nações Unidas delegaram, no imediato pós-guerra, à Unesco. Lacoste (1993, p. 5) nos informa ainda que, em 1946, ano em que se realiza a primeira Conferência Geral da Unesco, o romancista e ensaísta francês, André Gide anotou em seu diário: “envio a Huxley, como epígrafe ao programa da Unesco, o último verso do Canto II da *Eneida* carregando-o de uma significação simbólica: ‘... e assumindo todo o peso de meu patrimônio, esforço-me em ganhar as alturas’.”

Críticas, porém, não faltaram. Em 1950, quando controvérsias já alimentavam o debate, na Conferência Geral, motivado também pelas diferentes concepções acerca da cooperação intelectual e cultural entre os povos, o filósofo

1. Pode-se mencionar, a título de exemplo, a guerra civil que se desenvolve então na Grécia e na China, países onde os partidos comunistas lutam contra o poder constituído; a luta pela independência travada com apoio da URSS na Indonésia, de onde os holandeses só se retiraram em 1949; a guerra civil na Índia, que resulta na partilha do território indiano em dois Estados, Paquistão e Índia, e antecipa sua independência prevista pelos ingleses para 1948; a presença de tropas anglo-francesas até 1946 na Síria e no Líbano, independentes desde 1943; o início de revolta na Argélia e o bombardeio de Setif como represália da França, que luta também no Marrocos para a manutenção da situação colonial.

italiano Benedetto Croce referiu-se à Unesco como uma “empresa equivocada”: uma instituição intergovernamental com um ideal ético-moral, de tendência universalista, fadado, num mundo tensionado por ideologias diversas, a ceder espaço ou sucumbir ao poder do Estado (Citado por Bekri, 1993, p. 14).

Cinco anos antes, T. S. Eliot, objetivando definir a palavra cultura, necessidade que se impunha, segundo ele, pela má utilização que dela então se fazia, escreve o ensaio “Notas para uma definição de cultura”.² Aí encontram-se referências às palavras de Clement Attlee, bem como às finalidades da Unesco divulgadas em documento de agosto de 1945. Esses e outros exemplos justificam seu ensaio, em que dois capítulos são dedicados a “desembaraçar a cultura da política e da educação” (1988, p. 27), associação indevida, redutora e perigosa para a sobrevivência, florescimento e enriquecimento das culturas.

A preocupação do poeta norte-americano é com o mundo ocidental, com a Europa, e, sobretudo, com a Inglaterra, onde se radicara desde 1915. Eliot focaliza a visível desintegração cultural sob a égide das teorias política, sociológica e antropológica, na sociedade moderna, que perdera sua raiz religiosa-cristã. Numa cultura “unida e dividida”, Eliot toma distância em relação ao reconhecimento da cultura como instrumento de política para trazer à memória “o fato de que, em outros períodos, a política foi uma atividade praticada dentro de uma cultura e entre representantes de culturas diferentes” (1988, p. 106).

Deixando de lado o eurocentrismo que motiva a reflexão apresentada por Eliot, importa destacar seu ceticismo em relação à planificação mundial da cultura.³ Pensa nos riscos de desumanização da humanidade como um resultado

2. ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. Col. Debates. São Paulo: Perspectiva, 1988.

3. A planificação para a liberdade é teorizada por Mannheim a quem Eliot toma como interlocutor em seu ensaio, no que respeita à definição e ao papel da elite na cultura em *Man and Society*. Eliot argumenta que, em comparação com seu entendimento da cultura e sua relação com a sociedade em todos os seus grupos, o conceito de cultura em Mannheim é mais limitado. O papel dos organismos internacionais, entre os quais a Unesco, a educação como técnica social fundamental, assim como o controle e a coordenação dos meios técnicos de difusão na planificação democrática, é considerado por Mannheim. Ver: MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972; *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

do que poderia vir a ser um pesadelo. Percebe, então, uma cultura mundial não mais do que como um ideal inimaginável, um “termo lógico de relações entre culturas”. Recusando-a enquanto objeto de planificação, não a descarta como ideal, admitindo que “devemos aspirar a uma cultura comum, que ainda assim não diminuirá as particularidades das partes constituintes” (Eliot, 1988, p. 81-82). Analisando em termos de “forças de atração e repulsão” as relações enriquecedoras entre culturas, Eliot (p. 80) aponta, em sua leitura do tratamento oficial à questão cultural, no imediato pós-guerra, não apenas os riscos, mas também problemas e dificuldades para a realização prática de uma cultura mundial, alguns dos quais estão na base de questões que se imporão à Unesco, enquanto mediadora das relações culturais Ocidente-Oriente, no novo capítulo do processo de ocidentalização do mundo que então se inicia (Ianni, 1995).

A consciência desses problemas não está ausente desde a idealização da Unesco, nas discussões da CMAE – Conferência dos Ministros Aliados da Educação e se expressa de várias formas: primeiro, na intenção explicitada no seu Ato Constitutivo de respeito à “fecunda diversidade das culturas”; em seguida, por exemplo, no programa da Unesco, atendendo à solicitação feita pela ONU, em 1946, de tradução e divulgação de obras-primas da literatura de diferentes povos, quando foram selecionados trabalhos de literatura árabe e persa, literatura da Índia, do Extremo Oriente, da Itália e da América Latina; ou ainda nas críticas, apontando negligência relativa ao intercâmbio de informações e a outras atividades, suscitadas pelo programa similar da Unesco na área da música, cuja ênfase, segundo a crítica, privilegiava a gravação em discos e concertos voltados para uma elite. Expressa-se, sobretudo, na observação feita, em 1947, pela representação indiana na Unesco de que “os estudiosos da Índia olham para a história a fim de corrigir a miopia dos sábios ocidentais, alguns dos quais, incapazes de verem além da Grécia, têm recusado ao Oriente, e especialmente

à Índia, o crédito devido à prioridade cultural” (Citado por Laves e Thomson, 1957, p. 400).

Interpretadas 25 anos após como “antinomias inerentes à concepção da Unesco e à natureza das coisas”, as dificuldades concretamente enfrentadas por essa Organização, entre as quais Pompei destaca como fundamental aquela ressaltada por Eliot – a oposição entre a liberdade da cultura e sua organização planificada –, expressam a necessidade de “empreender a síntese dos contrários” (Pompei, 1972, p. 20).

Na mesma ocasião, a análise dos primeiros dez anos da Unesco empreendida por René Maheu é sugestiva para a compreensão de como e por que se intentou a busca dessa síntese, no solo conturbado em que essa instituição deveria enraizar-se. Maheu beneficia-se de sua vivência na Unesco em que exerce, então, seu segundo mandato como o quinto Diretor Geral, após ter ocupado outros postos e funções. Beneficiou-se ainda da distância, que lhe permite ver esses primeiros anos à luz dos acontecimentos da década de 60 e do início da seguinte, período em que ocorrem mudanças significativas na composição da Organização, assim como na estruturação das forças mundiais, e, conseqüentemente, nas prioridades políticas da Unesco e em seu quadro conceitual.

Nessa altura da história da sociedade mundial, Maheu sente-se seguro em definir a paz, alvo prioritário das ações da Unesco, como sendo, não “a ilusória segurança ou a possibilidade passageira de uma potência dominante, ou mesmo de um equilíbrio de forças obstinado em prosseguir a corrida armamentista”, mas como “a justiça reconhecida, que só poderá ser atingida através de mudanças radicais na estrutura das sociedades e na organização do mundo”. E, numa perspectiva “exclusiva do estatismo”, ele vislumbra, naquele contexto, o “advento de uma civilização universal” (1972, p. 316), para a qual paz e progresso devem convergir e concorrer.

A realização pacífica e harmoniosa do progresso da humanidade em direção ao universal, pode-se dizer, é o objetivo maior, embora não isento de contradições e de ambigüidades, a ser mediado pela Unesco. Tarefa de fato complexa para uma organização intergovernamental, num momento no qual se reescreve o mapa do mundo e se processa uma nova divisão do mercado mundial. Momento, portanto, de acomodações, disputas, afirmação e reconstrução dos espaços nacionais e culturais. Além disso, momento de surgimento do antagonismo entre modos diversos de organização da vida social, e de busca dos possíveis no confronto de civilizações diversas, assim como de ressignificações da ocidentalidade expressivamente exemplificadas em memorando produzido numa reunião da Comissão Nacional indiana para a Unesco realizada no início da década de 50, com a participação de países asiáticos. Nesse memorando encontra-se a observação de que “ao mesmo tempo que a Unesco ajuda a trazer para o Oriente os avanços do Ocidente em educação e ciências naturais, os valores permanentes da cultura oriental são proveitosos para o Ocidente”.⁴

Predominantemente ocidental nos seus primeiros dez anos, como admite René Maheu, a Unesco depara-se, ainda, com a discussão sobre sua própria natureza – se técnica ou política, ideológica ou ética, assim como sobre a natureza de seu Conselho Executivo – se intelectual e cultural, ou se político. Uma solução pragmática para a primeira questão direciona a realização de projetos

4. Citado por LAVES e THOMSON, 1957, p. 58. Nesse memorando encontram-se reivindicações relativas aos meios necessários ao desenvolvimento cultural dos povos africanos e asiáticos assim como a sua contribuição ao desenvolvimento cultural geral, tais como a preservação e divulgação de monumentos históricos, bibliotecas públicas e museus, estabelecimento de editoras e produção de livros a custo acessível à população escolar e adultos recém-alfabetizados, desenvolvimento de cinema nacional, possibilitando uma contraposição à violência presente nos filmes importados do Ocidente. Encontra-se ainda a proposta de diferenciação, no programa da Unesco, entre as atividades permanentes destinadas a um resultado universal e aquelas limitadas no tempo e no espaço, segundo as necessidades específicas dos Estados membros. Essas sugestões e críticas, revelando a insatisfação daqueles que não percebiam suas necessidades como adequadamente consideradas pelos organismos internacionais, serão levadas em conta pelo Conselho Executivo e repercutirão no programa da Unesco para o biênio 1955-1956 e na Conferência Geral desse último ano, quando tomarão corpo nos projetos principais então aprovados pela primeira vez na Unesco. Entre esses estão o Projeto de Pesquisas sobre as Terras Áridas e o Projeto de Apreciação Mútua dos Valores do Ocidente e do Oriente.

específicos, entre os quais aqueles relativos à educação fundamental, atendendo às necessidades expressas pelos Estados membros. Esses projetos, ao mesmo tempo que satisfaziam também aos objetivos de construção da hegemonia norte-americana, num mundo bipolar, não deixaram de despertar os receios de países europeus ocidentais quanto à possibilidade de a Organização servir a objetivos políticos e de propaganda político-ideológica, em detrimento da cooperação intelectual percebida como relativamente desinteressada.

Razões diversas fundamentam os argumentos, reiteradamente apresentados pelos países do Leste europeu, contra o caráter propagandista dos meios de informação, desde o início presente nos projetos de educação e difusão cultural nos quais esses meios constituíam elementos e técnicas sociais fundamentais. Desde as primeiras reuniões da Conferência Geral, os delegados da Iugoslávia e da Polônia denunciam a ausência de condenação, pela Unesco, da forma pela qual o princípio da livre circulação das idéias estava sendo utilizado para produzir a desinformação, em vez da informação, e sustentar a criação e o agravamento de tensões em vários locais do mundo.⁵

5. Os interesses políticos e econômicos que unem e opõem a Inglaterra, a França e os Estados Unidos num mundo bipolarizado evidenciam-se na visualização geo-política das "missões" enviadas pela Unesco para assessorar as reformas de ensino (Unesco, 1949, p. 22) e na configuração dos projetos piloto de educação de base (Unesco, 1950; Unesco, 1951, Unesco 1952a; Unesco, 1952b) compreendidos no objetivo de educação para compreensão internacional aprovados e/ou realizados nos três primeiros anos. A partir de 1948, grupos de especialistas em educação são enviados: para as Filipinas, onde os EUA, em 1946, garantem a manutenção, no arquipélago, de suas bases navais por um período de 99 anos e concedem uma independência negociada, entre os dois países; para o Afeganistão, território de disputa anglo-russa desde as últimas décadas do século XIX e de valor estratégico para a URSS; para a Tailândia, aliado estratégico dos EUA no sudeste asiático, membro da OTASE a partir de 1952; para a Síria, membro da Liga Árabe, uma tentativa mal sucedida da Inglaterra de conter, sob a liderança do Egito, o pan-arabismo que se manifesta nos nacionalismos diversos no Oriente Médio. O projeto de re-educação dos países ex-inimigos, Alemanha e Japão, é aprovado na 1ª CG-1946 e sua execução é iniciada no ano seguinte, suscitando críticas da imprensa, por seu caráter autoritário. Dos quatro projetos de educação de base e de educação das comunidades aprovados, apenas o do Haiti foi executado, não sem dificuldades. Foram suspensos: o da China, após a vitória de Mao Tse Tung; o do Peru, onde o Gal. Manuel Odria, no poder, combatia as forças sociais que se expressavam no aprismo de Haya de la Torre; o de Tanganica (Tanzânia) e Niassalândia (Malauí). O último fará parte, junto com a Rodésia Meridional (Zanzibar) e Rodésia Setentrional (Zâmbia), da Federação Centro Africana, criada pela Inglaterra no início da década de 1950. A independência de ambos ocorrerá na primeira metade da década de 1960, o primeiro nos quadros da Commonwealth.

Por ocasião da Guerra da Coréia, o governo dos Estados Unidos julgará insatisfatório o tardio trabalho referente à informação das massas realizado pela Unesco que, conforme registram Laves e Thomson (1957, p. 274-276), teria evitado o uso do termo “agressão” em relação à Coréia do Norte, no que foi apoiada pelos países europeus ocidentais. Com isso não evitou, entretanto, o agravamento do descontentamento das delegações da Hungria, da Polônia e da Tchecoslováquia, seguido do anúncio, em 1952, da retirada desses países da Organização.

Nesse contexto, e enquanto prossegue a discussão sobre a politização do Conselho Executivo, a Unesco vai construindo as bases mundiais de sua atuação. Ao fazer isso, ela, longe de “empreender a síntese dos contrários”, está, certamente, buscando conciliar seus objetivos práticos com seu ideal ético-moral. E, ao mesmo tempo, a Unesco está cuidando de articular o consenso possível, em meio às posições divergentes relativas às condições de expansão ocidental e do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado em sua essência, e, portanto, visceralmente beligerante.

Essa interpretação permite compreender a afirmação de René Maheu (1972, p. 325) de que a Unesco “é essencialmente um sistema de comunicação intelectual e uma empresa de diálogo e de compreensão entre os povos”, não como um dado, mas como um ideal buscado desde seus primeiros anos de existência, visto ser esse um meio necessário à realização dos interesses contraditórios do capital em planetarização, num mundo que aprendera como imperativo o propósito de evitar para si um novo conflito bélico.

Facilitar a comunicação entre as nações, nos diferentes continentes geográficos, mediante suas áreas de atuação e os elementos de sustentação da ocidentalização do mundo – filosofia, ciência e arte – constitui-se, de fato, numa meta e num recurso fundamental à abertura de fronteiras ao progresso. O alvo

postulado é a humanidade, cuja universalidade já habita e alimenta o pensamento dos clássicos da Ilustração e do Liberalismo, desde o século XVIII.

- CONSTRUINDO UMA REDE MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO E ENTENDIMENTO DOS POVOS

Na construção das condições para sua atuação, a Unesco vale-se da experiência do extinto IICI – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual,⁶ associando-se, em 1947, ao ICIUS – Conselho Internacional das Uniões Científicas, criado em 1919. Do acordo então firmado, resultam a abertura de um escritório na sede da Organização e a criação da União Internacional para a História da Ciência e de Uniões Internacionais em outras áreas como a de Cristalografia e de Mecânica Teórica e Aplicada, assim como a realização de estudos para a criação de Uniões em outras áreas como a de Geologia, de Matemática, da Fisiologia e de Ciências da Nutrição.

Ainda nesse domínio de atuação a Unesco cria, até 1948, quatro postos de cooperação: um no Cairo, outro em Nova Delhi,⁷ o terceiro em Nanquim e o

6. Organismo de cooperação intelectual criado em 1924 pela Liga das Nações, graças à iniciativa francesa e a contragosto dos governos anglo-saxônicos que o percebiam como um serviço aos objetivos de expansão cultural da França. Constituindo-se como foro de intelectuais ligados às diversas áreas do conhecimento, da literatura e das artes, o IICI, que exerce suas atividades até 1940, quando são interrompidas, tinha como característica fundamental a independência em relação ao poder do Estado. A respeito da cooperação intelectual em períodos anteriores ao que se abre no pós-45, ver capítulos I e II, respectivamente “La pre-histoire de la coopération intellectuelle 1789-1919” e “L’organisation de coopération intellectuelle (O. C. I.) 1920-1940”. BEKRI, Chikh. *L’Unesco: “Une entreprise erronée?”* Paris: Éditions Publisud, 1991.

7. Desde 1947, o governo indiano solicita à Unesco a criação de uma rede de institutos tecnológicos nos moldes dos institutos europeus e norte-americanos. Além do de Nova Delhi, outros foram instalados em Kharagpur, Kampur e Madras inseridos num programa de cooperação internacional que prosseguirá nas décadas seguintes e se estenderá a outros países asiáticos e africanos. Os Institutos ou Centros objetivam a formação de bacharéis nas áreas de química, engenharia civil, eletricidade, mecânica e metalurgia, e a realização de pesquisas relativas ao aproveitamento de água salobra, às terras áridas, entre outras. Os recursos utilizados nesses programas são, desde 1949, do PEAT – Programa de Assistência Técnica, proposto por Truman à ONU, e dos governos locais. Para a Índia, a Unesco concluiu acordo, em 1955, que permitiu alocar para o Instituto de Bombaim uma contribuição em rublos repassados pela URSS ao PEAT. Ver a respeito: BEHRMAN, Daniel. *Réseaux du Progrès: quelques aspects de l’action scientifique de l’Unesco*. Paris: Unesco, 1964; BATISSE, Michel. “No começo, o deserto”. In: *O Correio da Unesco*, mar. 1994, p. 29-33. Os dois autores identificam nesses centros a origem dos

quarto no Rio de Janeiro, onde se instala, em 1947, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.⁸ Entre os objetivos desses postos de cooperação científica consta o de facilitar a comunicação internacional de cientistas e estudiosos, cujas descobertas devem ser postas a “serviço da comunidade mundial” e, certamente, articulá-los, assim como as diferentes regiões e seus recursos, às necessidades internacionais de desenvolvimento do capital.

No domínio da educação de base a Unesco reúne, sistematiza, completa e difunde, por intermédio do Centro de Informação, ligado ao seu Departamento de Educação, informações sobre as experiências em curso, tanto as que se referem a aspectos metodológicos como as relativas ao uso dos recursos tecnológicos existentes, estabelecendo, assim, a comunicação entre especialistas dessa área das várias regiões do mundo. Cria, ainda, em acordo com os governos, Centros Regionais de Educação de Base, para a América Latina, Ásia, África, e Estados Árabes. Promove também reuniões, em 1947, com as empresas internacionais privadas e cria o TICER – Conselho Temporário para a Reconstrução da Educação,⁹ visando à coordenação e articulação, nos âmbitos

projetos da Unesco, da década de 1960, sobre o meio ambiente, o que evidencia, segundo Batisse, uma tendência de antecipação da Unesco em relação aos problemas mundiais, constantes da pauta das Nações Unidas na década atual. Não é demais lembrar, entretanto, que esses problemas resultam da força incontornável do capital, para cuja expansão a Unesco concorre, desde a segunda metade da década de 1940. Sobre a criação de institutos internacionais e regionais de pesquisa entre 1948 e 1952, ver Unesco. *Rapport aux Nations Unies: 1949-1950*, Paris, 1950, p. 36-37.

8. Esse Instituto, devido às resistências de parlamentares brasileiros é transferido no ano seguinte para Montevidéu (zona neutra?!...). A respeito do projeto de pesquisa ligado a esse Instituto, a Unesco realizou, em 1947, uma reunião em Iquitos, no Peru e outra, em colaboração com o governo francês, na qual se discutiu a criação da União Internacional para a proteção da Natureza (BEKRI, 1991, p. 168). Os interesses do capital internacional bem como a interrelação dos campos de atuação da Unesco, na realização desses interesses podem ser percebidos nos objetivos do Instituto, entre os quais constam: “organizar explorações botânicas que cubram de maneira progressiva e sistemática a totalidade da Hiléia Amazônica, com o fim de coligir plantas de interesse econômico (...); estudar a possibilidade de utilizar, para a educação das populações amazônicas, caravanas compostas de sanitaristas, etnólogos, agrônomos e professores, aparelhados com recursos modernos de projeções fixas e móveis, de discos, rádios etc; (...) estudar os elementos folclóricos e lingüísticos dos diversos grupos indígenas (...)” Cf. CARNEIRO, Paulo E. Berredo. *Relatório do Brasil na Conferência da Unesco*. Iquitos, 1949, p. 27.
9. No ano anterior, as empresas privadas norte-americanas haviam constituído a Comissão Internacional para a Reconstrução Educacional – CIER, com o objetivo de coordenar as operações nessa área. Cf. ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'Unesco: 1944-1963*. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales? Paris: Sorbonne, 1993, p. 109. Sobre o TICER, ver Unesco. *Avec le TICER. Sur le front de la reconstruction*. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la point du combat pour le relèvement de l'éducation. Paris: Georges Lang, 1949.

nacionais e internacional, do programa de reconstrução educacional nos países devastados pela guerra.

No curto período de seus três primeiros anos, a Unesco contribui ainda para a criação do Conselho Internacional de Música, do Instituto Internacional do Teatro e, em seguida, da Associação de Críticos de Arte, e da Associação Internacional de Artes Plásticas. Contribui também para a criação dos seguintes Conselhos Internacionais: dos Museus, de Arquivos, de Intercâmbios Literários, de Filosofia e Ciências Humanas, e o das Universidades. A Unesco reúne, ainda em 1952, pintores, escultores, arquitetos, escritores e produtores de teatro e cinema de mais de quarenta países, buscando explicitar a contribuição que profissionais e personalidades da área da cultura, da arquitetura e do urbanismo poderiam trazer para seus objetivos e ideais.

Essa lista, não exaustiva, compõe um conjunto de instituições às quais a Unesco se associa para realização dos objetivos nas suas três áreas de competência, inscritos no seu Ato Constitutivo, que estabelece como uma de suas funções o encorajamento do “intercâmbio internacional de representantes da educação, da ciência e da cultura, assim como aquele de publicações, de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil”. Daí deriva uma multiplicidade de temas e atividades, abarcadas por sua ação, cuja discussão e realização envolverão instituições privadas, instituições intergovernamentais e não governamentais.¹⁰

O trabalho da Unesco com as Organizações Internacionais Não Governamentais – OINGs, às quais se destinam 6% do seu orçamento ordinário,

10. A Unesco tem se valido da contribuição dessas diversas associações para a difusão do conhecimento, do que são exemplos: seu programa de intercâmbio internacional de material para bibliotecas, impresso ou microfilmado; a produção e difusão de índices de bibliografia e resumos de pesquisas nas áreas das ciências da natureza e biológica; produção e difusão de listas de obras de arte representativas das diferentes correntes artísticas e dos principais períodos da história da arte, e a reprodução, de qualidade, dessas obras; exposições itinerantes científico-tecnológicas e artísticas; assim como seu programa de bolsas de estudos e viagens ao exterior.

em 1957, não se faz, porém, sem questionamentos no âmbito da Conferência Geral. Interroga-se sobre a real contribuição das OINGs ligadas às ciências da natureza ao objetivo maior da Unesco, que é a manutenção da paz, sendo apresentados, então, argumentos favoráveis e contrários à subvenção a essas instituições. Esse questionamento, certamente, guarda relações com o exercício do poder de controle sobre o saber científico e tecnológico produzido nessa área. Registra-se ainda nestes questionamentos, o temor de que aquelas OINGs se tornem dependentes já que não dispunham de outra subvenção além daquela proveniente da Unesco. A respeito desse assunto os Estados Unidos se contrapõem à maioria dos demais Estados membros favoráveis a tal subvenção. A questão se resolveu pelo estabelecimento de critérios que controlariam a destinação de verbas e pela instituição de um sistema de inspeção pelo Conselho Executivo, para o exame, seja das subvenções, seja dos contratos que regulamentam o trabalho dessas instituições com a Unesco.

A Unesco tem sabido superar as dificuldades que se interpõem ao estabelecimento de uma ampla, diversificada e heterogênea rede de comunicação internacional em contribuição à realização dos objetivos expressos no seu Ato Constitutivo. O prosseguimento desse intento, a despeito das divergências suscitadas dentro e fora da Conferência Geral, pode ser exemplificado não só pela criação, em 1955, do Comitê de Ligação das Organizações Internacionais no campo das artes, com a finalidade de estreitar as relações entre as OINGs criadas no pós-45 e aquelas preexistentes, mas também pelo número crescente de OINGs – 125 em 1956, atingindo, em 1990, o total de 585 – associadas aos seus projetos, nas diversas frentes de atuação, mediante acordos aprovados pela Conferência Geral.

As Comissões Nacionais, as Associações e Clubes da Unesco e as Escolas Associadas¹¹ completam essa vasta, complexa, contraditória estrutura racional que, pode-se dizer, evolui para o atual sistema de parcerias com a Unesco, em que são categorizados como “outros parceiros”: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; a Agência da Francofonia; o Banco Internacional de Informação sobre os Estados Francófonos; o Banco de Desenvolvimento Asiático; o Agrupamento Francês da Indústria de Informação; o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento da Cooperação; o Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento; a União Interparlamentar, a União Latina, grupos de parlamentares amigos da Unesco,¹² e também a OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os 25 países mais industrializados do mundo, e seu Centro de Ajuda ao Desenvolvimento.

E, num momento em que se proclama a necessidade de reforçar as parcerias (WCEFA, 1990, Art. 7), diante de recursos públicos para a educação cada vez mais reduzidos, ao mesmo tempo em que a crescente convergência das telecomunicações, da informática e do audiovisual, ao eliminar cada vez mais as barreiras entre as diversas instituições sociais, as une num mercado

11. As Comissões Nacionais, elos de ligação entre a Unesco e os Estados membros, são previstas no Art. 7 do seu Ato Constitutivo, e compostas de personalidades destacadas nas áreas de competência da Unesco. A inclusão de grupos nacionais com interesses nos problemas dessas áreas (§ 1) garante a participação dos organismos privados que, na Comissão Nacional dos EUA, por exemplo, atingiam um total de cem representantes. As Comissões Nacionais cuja formação se faz desde o início da atuação da Unesco existem atualmente em 180 dos 185 Estados membros. Também as Associações e Clubes da Unesco se constituíram desde os primeiros anos da Unesco. Os primeiros surgiram em 1947, dois no Japão e um nos EUA. Hoje chegam a cerca de 5000 que se distribuem em mais de 120 países. São formados por grupos de pessoas de todas as idades que comungam os ideais da Unesco. A idéia de Escolas Associadas tem origem no Primeiro Seminário para a Compreensão Internacional realizado pela Unesco em 1947. Cf. *Crônica da Unesco*, vol. X (2), fev, Paris, 1964. Em 1953, são 33 as escolas secundárias associadas à Unesco, distribuídas em 15 Estados membros. Atingem, em 1995, o total de 3300 instituições localizadas em 125 países, cujas atividades se articulam em quatro eixos: problemas mundiais e o papel das Nações Unidas; os direitos do homem; o conhecimento de outros países e o respeito a outras culturas e ao patrimônio mundial; o meio ambiente. Cf. *Unesco, Rapport*, 1995.

12. Em 1994 a Unesco cria na sua estrutura uma Unidade das Relações com os Parlamentares, e dois anos após promove em sua sede a Conferência Interparlamentar sobre a Educação, a Ciência a Cultura e a Comunicação no limiar do século XXI. No ano de 1997 constituem-se os grupos de parlamentares amigos da Unesco na Argentina, Brasil, Bulgária, Japão, Israel, Federação da Rússia, Tailândia e Venezuela. As informações sobre as parcerias da Unesco encontram-se no site: <http://www.unesco.org>.

comum (Unesco/UIT, 1995, p. 3), especificamente para a área de educação, assumem parceria com a Unesco: a IBM, o Centro Internacional de Ensino à Distância e o Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos. Fórum de que fazem parte as agências internacionais ou Ministérios de ajuda ao desenvolvimento da Alemanha (BMZ), dos Estados Unidos (USAID), da Suécia (SIDA), do Canadá (CIDA), e os Ministérios para relações exteriores de países tais como a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca, a França.¹³

A abrangência do atual sistema de parcerias da Unesco, os diversos e mesmo contraditórios interesses nele representados, permitem imaginar uma continuidade funcional em seu complexo trabalho na busca da compreensão entre nações e culturas, assim como de seu ideal ético-moral, num mundo cada vez mais regido pela lógica excludente do mercado. Essa complexidade pode ser ricamente demonstrada através de exemplos particulares na articulação do consenso necessário ao seu caminhar, realizado, desde seus primeiros passos, sob rígido controle dos Estados membros.

Todavia, o mais importante é, antes de trazer ao campo da memória os aspectos relativos aos meios de informação – que motivaram, desde esses primeiros anos, expectativas e frustrações, divergências, resistências, mas também acomodações e acordos –, considerar a atuação mais abrangente da Unesco, mediante a qual, para além das ordens nacionais, ela tem, desde os seus primórdios, promovido a facilitação da comunicação internacional e a remoção das barreiras à livre circulação das idéias, de profissionais, estudiosos e estudantes das diversas áreas, e também das mercadorias.

Nesse sentido, não se pode deixar de registrar os acordos firmados em 1948 e 1950 para facilitar a circulação internacional, bem como a

13. Informação obtida no site <http://www.education.org:80/efa>.

importação de material relativo às suas áreas de atuação, trabalho realizado em cooperação com o GATT e as Comissões econômicas regionais da ONU, e iniciado desde junho de 1946, antes, pois, da primeira Conferência Geral, realizada em novembro/dezembro desse ano. Em 1952, a Unesco, com conhecimento de causa obtido em estudos já realizados, se faz presente no Congresso da UPU – União Postal Universal, sugerindo mudanças nas regulamentações internacionais de tarifas telegráficas. Essas sugestões foram adotadas como recomendações e obtiveram a aceitação de trinta países.

É importante destacar também a Convenção Internacional dos Direitos do Autor adotada em Genebra, em 1952. Para tal foram necessários cinco anos de trabalho da Unesco com vistas a fechar acordos, que possibilitassem a proteção do direito à propriedade intelectual numa legislação de âmbito mundial, de modo a superar as divergências existentes entre os dois sistemas legislativos então vigentes: o Sistema Interamericano, e o Sistema Europeu, existente desde a Convenção de Berna, de 1886.¹⁴

- A UNESCO, OS MEIOS DE INFORMAÇÃO E UM IDEAL DE LIBERDADE PARA OS POVOS

Especificamente quanto aos meios de informação, são ambiciosas as expectativas da França, Inglaterra e principalmente dos Estados Unidos, desde a Conferência de Londres. Nessa Conferência, a delegação norte-americana apresenta, na véspera da assinatura da Ata Final e da Convenção que criou a

14. Uma revisão, ainda na década de 1950, foi necessária, na Convenção de 1952. A forma revisada entra em vigor em 1957, quando 22 Estados membros dela se fizeram signatários. Esse trabalho, realizado em conjunto com a União dos Direitos Autorais de Berna e a OIT, objetivou incluir nessa legislação a representação artística, a produção de discos e a organização da radiodifusão. Cf. LAVES E THOMSON, 1957, p. 133-134. No início da década atual, os então 134 Estados membros se dividem entre uma nova revisão feita, em 1971 (50 subscritores), e aquela da década de 1950 (84 subscritores). Cf. LACOSTE, Michel Coni. *Chronique d'un grand Dessein*. Paris: Unesco, 1993, p. 66.

Unesco, três resoluções, entre as quais uma definia o papel da Organização em relação aos meios de informação.

A consciência do poder desses meios evidencia-se também nos trabalhos da comissão que preparou a 1ª CG-1946.¹⁵ Na primeira, assim como nas Conferências gerais subseqüentes, em meio à atmosfera acirrada da guerra fria, explicitar-se-ão as posições divergentes quanto ao uso dos meios de informação, assim como os interesses diversos em relação ao papel da Unesco na questão. Diante da reivindicação de proteção da liberdade, através de código elaborado pela Unesco,¹⁶ e na defesa da liberdade como um “em si”, que, por natureza, escapa a qualquer controle, jogava-se com a consciência existente no pós-guerra do papel que esses meios haviam cumprido na expansão do nazifascismo. Da mesma forma, em razão das emoções suscitadas pela experiência da qual o mundo acabara de sair, contava-se com as alianças em torno de considerações a respeito de seu significado num mundo bipolarizado, em que fora retomado o processo de libertação colonial.

Neste contexto em que, segundo a expressão do delegado da Inglaterra, na 2ª CG-1947, “as massas sentem-se desorientadas e traídas”, os meios de informação – rádio, imprensa, cinema – são chamados a “ressuscitar a esperança, lutar contra o pessimismo e reavivar as regras ordinárias da moral e dos valores comuns a todos” (Citado por Bekri, 1991, p. 78). Proposta de estabelecimento de prêmios para jornalismo e promoção de viagens coletivas desses profissionais

15. O Documento C/2 preparado ao longo de 1946 e aprovado na 1ª CG, nesse ano apresenta, no item III, sobre os meios de informação, análises e propostas que, segundo BEKRI, 1991, p. 152, nada deixam a desejar em relação àquelas constantes dos programas da Unesco da década de 1980, e até as superam em clareza e precisão.

16. Entre as propostas constantes no Documento C/2 está a apresentada pela França referente à elaboração pela Unesco de um código de proteção à liberdade de informação, o que ocorrerá em 1972, acarretando problemas de ordem política e financeira, assunto do qual trataremos adiante.

são sugeridos pela delegação francesa,¹⁷ enquanto os Estados Unidos insistem reiteradamente no trabalho da Unesco junto à ONU, a fim de que esta Organização crie uma ampla rede de radiodifusão, cuja direção seria assumida pela Unesco.¹⁸

E, na 5ª CG-1950, três anos após a criação de serviços de informação e contra-informação pelas duas superpotências em antagonismos no pós-guerra,¹⁹ o chefe da delegação norte-americana, cujo governo já havia também cuidado de estabelecer alianças militares para garantir suas zonas de influência,²⁰ considerando a ameaça que pesava sobre o mundo, exorta a Unesco a usar todos os recursos dos meios de informação para “narrar a admirável crônica da liberdade” (Citado por Bekri, 1991, p. 198).

Neste contexto, além dos projetos experimentais de uso dos meios de informação então existentes, a Unesco, atendendo à preocupação expressa desde a 1ª CG-1946 relativa às desigualdades existentes no uso desses meios, empreende enquetes e estudos sobre as condições de realizabilidade da livre circulação das idéias. Tais enquetes dirigem-se em primeiro lugar aos países devastados pela

-
17. É interessante lembrar aqui que a França estará, no início da década seguinte, buscando realizar plano de introdução da televisão na África, onde, desde 1945, está enfrentando problemas para conter os movimentos de libertação colonial. O plano visava a Argélia, a Tunísia e o Marrocos. Concessão especial foi obtida do governo marroquino pela Rádio e Televisão Telma, sociedade privada, oficialmente constituída em junho de 1952, com sede em Paris, que reúne firmas de rádio e cinema e bancos. No primeiro trimestre de 1953, ainda não estava fixada a data para o início do empreendimento. Cf. TERROU, Fernand. *La Télévision dans le Monde*. Paris: Unesco/Imprimerie Strassbourgeoise, 1954, p. 35-36.
 18. Em 1949, a Unesco monta estúdio de gravação radiofônica e passa a difundir o programa “Unesco World” transmitido em 18 línguas, para 47 países. LACOSTE, 1963, Ver Unesco. *Rapport aux Nations Unies 1949-1950*. Paris, 1950, p. 87.
 19. Em 1947, o Congresso norte-americano autoriza a criação da CIA - Agência Central de Inteligência, para fins de informação no exterior e operações de contra-informação, assim como da organização da política secreta e das operações de guerra em âmbito internacional. No mesmo ano a URSS reativa o Cominform-Centro de Informação dos Partidos Comunistas, a fim de prover orientação aos partidos comunistas em âmbito internacional.
 20. Em 1947, “os povos da América” são reunidos, sob a égide dos EUA, no TIAR - Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca. Dois anos após é criada a OTAN, pelo Tratado do Atlântico Norte, através do qual os EUA garantem sua presença em toda a Europa não oriental (à exceção da Espanha franquista), na África do norte, no Mediterrâneo e no Atlântico. Em 1950, EUA, Grã Bretanha, Canadá, Áustria, Nova Zelândia e 21 países do sudeste asiático associam-se no Plano Colombo que, com sede em Sri Lanka, consolida a posição ocidental na região.

guerra, e posteriormente a outros países, abrangendo, nos primeiros dez anos, cento e setenta Estados e territórios.

As enquetes e os estudos então realizados tratavam da verificação de aspectos tais como: condições materiais e técnicas, recursos humanos e sua formação, estatutos e estrutura jurídica dos organismos de radiodifusão, tarifas postais, fretes aéreos, transmissão de notícias de imprensa, incluindo as disparidades das tarifas em vigor, emprego de rádio, cinema e, mais tarde, da televisão para fins educativos.²¹ No seu conjunto, atendem, portanto, a um público amplo e diversificado, oferecendo informações de interesse dos serviços governamentais, das emissoras de programas de rádio e televisão, dos produtores e distribuidores de programas e de filmes, dos educadores, dos especialistas em ciências sociais e da informação, e dos fabricantes de aparelhos e equipamentos técnicos.²²

Quanto à formação de jornalistas, desde a 2ª CG-1947, apresenta-se a questão relativa à necessidade de se imprimir a ela um caráter internacional. Reivindica-se, desde então, o estabelecimento de um Instituto Internacional de Imprensa e Informação, que funcionaria como um centro de pesquisa e de reunião de jornalistas de vários países para estudo e discussão dos problemas presentes nas preocupações dos profissionais da área desde o fim do século XIX, que se tornaram posteriormente objeto de atenção da Liga das Nações.

21. Em seu relatório à 5ª CG-1950, o Diretor geral informa sobre as monografias realizadas em 1949 pelo Film Center of London e pelo diretor do Instituto de Radiodifusão da Bélgica, sobre o uso do rádio e do cinema para a educação de base. Informa ainda sobre duas outras monografias, tratando da formação profissional de jornalistas e de pessoal para o rádio, uma a cargo do presidente da Escola de Jornalismo da Universidade da Califórnia e outra realizada pelo diretor de programas da BBC de Londres. Unesco. *Rapport du Directeur Général sur l'activité de l'organisation d'octobre 1949 a mars 1950*. Présenté à la Conférence Générale lors de sa cinquième session, mai-juin 1950. Paris, 1950, p. 65.

22. Ver KNIGHT, Robert P. "Atividades da Unesco na comunicação internacional". In: FISCHER, Heinz-Dietrich e MERRILL, John C. (Org.) *Comunicação Internacional: meios - canais - funções*. São Paulo: Cultrix, 1975. O autor apresenta as atividades da Unesco nessa área, no período de 1947 até o final da década de 1960. Uma síntese das publicações da Unesco nessa área até o início da década de 1950 é apresentada por TERROU, Fernand, 1954, p. 9-10.

Os Estados Unidos, na defesa da liberdade da informação, fizeram oposição a essa proposta, argumentando sobre os riscos do possível exercício de controle da imprensa pelos Estados mantenedores do Instituto. A idéia foi abandonada, certamente não por acaso, quando, em 1951, o Instituto Internacional de Imprensa é criado em Zurique, graças à liderança de um grupo de jornalistas norte-americanos.²³

Cabe ressaltar, entretanto, que a 4ª CG-1949 autorizara o Diretor geral a encorajar a criação do Instituto Internacional de Imprensa e Informação (Res. 7.2114), para o que foi recomendada a criação de Comitê de especialistas para preparar relatório a ser apresentado na 5ª CG-1950 (Res. 7.21141). Após essa Conferência, se aprovada a criação do referido Instituto, o Diretor Geral deveria verificar, junto às organizações não governamentais, a possibilidade de encontrar fundos para tal empreendimento (Res. 7.21142) (Unesco, 1950, p. 178).

Não é demais lembrar ainda que, no ano anterior, um dos projetos apresentados pela Unesco na Conferência sobre a liberdade da informação, promovida pela ONU em Genebra, foi o relativo à criação desse instituto, cuja aceitação expressa-se, então, no convite aos Estados membros e organizações

23. Não se pode desvincular essa iniciativa das insatisfações causadas pela atuação da Unesco, apoiada pelos países europeus ocidentais, em relação à guerra da Coréia. Vale observar que o IPI, cuja criação deve-se à liderança de Lester Markel, do New York Times, recebe, desde o início, financiamento da Fundação Rockefeller, da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, e em seguida da Fundação Ford e outras fundações norte-americanas. Ressalte-se ainda que o IPI se estrutura nos moldes dos organismos Internacionais, contando com uma Assembléia Geral e, em 1952, já conta com Comissões nacionais em 29 países. Promove reuniões e seminários nas várias regiões do mundo, realiza enquetes, uma das quais teve como tema "as notícias da Rússia". Numa dessas reuniões, em 1968, reuniu jornalistas de 21 países, entre os quais um jornalista de Praga, o que motivou a acusação ao IPI de ter como objetivo "minar o socialismo por dentro". O resultado do trabalho do IPI, na avaliação de Koszik, tem sido "o despertar de uma atitude mais realista no mundo do jornalismo". Tal atitude é aí explicada como resultado da aprendizagem de jornalistas europeus e americanos ainda "dispostos a apresentar uma idéia muito dogmática sobre a independência da imprensa (...) de que as coisas não podem ser julgadas pelos tradicionais padrões da Europa Ocidental". KOSZIK, Kurt. "A expansão do Instituto Internacional de Imprensa". In: FISCHER, Heins-Dietrich e MERRILL, John. 1975, p. 284.

profissionais nacionais e internacionais a considerarem a possibilidade de realização comum desse projeto (Res. n. 34).²⁴

Em 1956, entretanto, quando já se registravam mudanças significativas na composição e nos programas da Unesco – e após os resultados das avaliações, das quais ela foi alvo, procedidas por iniciativa do presidente Eisenhower, no calor da campanha anticomunista encabeçada pelo Senador norte americano Joseph McCarthy –, ocorre a primeira reunião de técnicos da Unesco com jornalistas de 25 países. Na sequência desta reunião, em que se formulam orientações relativas à formação de jornalistas, a Unesco contribui para o estabelecimento do Centro Internacional para Formação Superior em Jornalismo²⁵ em Estrasburgo. Dois anos após, é criado o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina – Ciespal –, sediado em Quito, onde, no ano anterior, técnicos da Unesco haviam se reunido com jornalistas da região.

Na bibliografia sobre a Unesco é freqüente a observação sobre sua timidez, nos primeiros anos, no que se refere ao uso dos meios de informação. Archibald (1993, p. 196-197) nos dá um exemplo dessa crítica ao mencionar, já em 1948, a perda das esperanças do chefe da delegação norte-americana na Unesco, William Benton,²⁶ quanto ao papel dessa Organização na criação de uma rede internacional de radiodifusão.

24. A Unesco contribuiu com outros projetos nessa reunião, aí aprovados em forma de recomendação, por exemplo, o referente à redução de impostos sobre a venda de mercadorias na área de informação e da imprensa, e outro sobre o aumento da produção e distribuição mais equitativa de papel jornal. Cf. Unesco, 1949, p. 23.

25. O Centro, integrado à Universidade de Estrasburgo e organizado como um estabelecimento público autônomo, não consiste num anexo da Unesco e nem numa instituição intergovernamental. As decisões sobre suas atividades são da competência do Conselho de administração presidido pelo Reitor da Universidade. A maior parte dos subsídios financeiros provém do governo francês. Cf. Unesco. *Le Développement des moyens d'information*. Col. Études et documents d'information. n. 30. Paris: Unesco, 1961, p. 108.

26. William Benton foi subsecretário de Estado e responsável pela formulação e explicação da política norte-americana de comunicação, no imediato pós-guerra, deixando esse cargo para assumir a chefia da delegação norte-americana na 1ª CG-1946. Desde então, transitou da Unesco para o Departamento de Estado norte-americano, ou Comissão Nacional para a Unesco, e vice-versa, tendo sido ainda o presidente da delegação norte-americana na Conferência sobre a liberdade da informação em 1948. Cf. SOMAVÍA, Juan et alii. *La Información en el Nuevo Orden Internacional*. México: ILET/MATTA, F. R. 1977.

É possível, porém, que as percepções e interesses divergentes em relação a esses meios – vistos como potencialmente úteis, seja para o bem seja para o mal, como meios poderosos de educação e difusão cultural, como instrumento de edificação de paz entre as nações, mas também como meios de incitação à guerra, ao ódio e preconceitos entre os povos – tenham feito a Unesco se orientar, para a busca da conciliação de seus objetivos práticos de construção de espaços da modernidade no mundo pós-guerra, assim como de edificação de sociabilidades por ela exigidas, com seu ideal de universalidade, intrinsecamente relacionado a esses objetivos.

Nesse sentido, é interessante considerar a expressão, em 1948, de René Maheu, assessor de imprensa da Unesco na ocasião, sobre o significado dos meios de informação para a Organização:

não é seu [da Divisão de Comunicações de Massas] objetivo nem seu dever desenvolver e ampliar a imprensa, o rádio e o cinema enquanto tais. A Unesco usará esses meios como canais para levar a educação, a ciência e a cultura, no sentido mais amplo das palavras, aos povos do mundo, esforçando-se para promover a mútua compreensão e conhecimento da vida uns dos outros. (Citado por Knight, 1975, p. 271-272)

Posição semelhante depreende-se dos relatórios do Diretor Geral nos anos imediatamente subseqüentes, em que a promoção do desenvolvimento dos meios de informação no mundo inteiro é situada em relação às áreas de atuação da Unesco, e essas áreas, por sua vez, vistas como meios para a compreensão internacional (Unesco, 1950, p. 86). A preocupação com o espírito internacional – “compreendê-lo e poder agir para desenvolvê-lo nos homens” – é central no programa da Unesco votado na 3ª CG-1948, realizada em Beirute, na qual se reafirma o papel da educação e dos meios de informação das massas para esse fim (Unesco, 1949, p. 17).

Trata-se de, na divisão reinante, edificar um mundo unido, e para tal, a tarefa vista como essencial consiste em “multiplicar as relações culturais entre os povos (...), criar condições para fazer reinar uma cultura essencialmente humana, o que supõe uma organização do trabalho intelectual num plano internacional”. Trata-se, enfim, de orientar todos os esforços empreendidos, nas diversas áreas de atuação da Unesco, “para fazer respeitar os direitos e as liberdades fundamentais, fazer reinar a justiça, substituir o universal ao particular, a humanidade à nacionalidade”, o que significa trabalhar a fim de que “o homem torne-se um cidadão do mundo, sendo um cidadão de seu próprio país” (Unesco, 1949, p. 26-28 e 14).

Para esses objetivos, concorrem ainda os projetos piloto que, desde o início das atividades da Unesco, envolviam equipes incluindo antropólogos, sanitaristas, educadores, agrônomos, especialistas em biblioteconomia, animadores culturais etc. Envolviam ainda trabalho conjunto com outras agências especializadas da ONU, como a FAO, a OMS, a OIT, a UIT, mediante o qual a Unesco cumpre a função de integração no sistema das Nações Unidas (Deutsch, 1982).

Os objetivos dos projetos piloto consistem em educar as populações, eliminar o analfabetismo, promover conhecimentos elementares e das práticas profissionais, melhorar os métodos de cultivo e conservação do solo, melhorar as condições sanitárias, melhorar, enfim, as condições de vida das populações. Educação de base, educação de adultos, homens e mulheres, educação de jovens, educação técnico-profissional, educação das comunidades. Emancipar os povos das atitudes tradicionais, obstáculos ao progresso. Desenvolver atitudes necessárias à vida moderna que supõe a cooperação, a racionalização, o emprego de processos modernos e do método científico, os cuidados com a casa e hábitos de higiene. Mas também proceder estudos e sanear estados de tensão, ou os riscos de

desagregação social provocados pela modernização dos modos de viver, sentir, pensar e agir das sociedades tradicionais.

É assim que, diante das freqüentes queixas de aborrecimento por parte dos jovens haitianos privados do baile e da música relacionados ao culto vodu, uma das orientações consiste em buscar

meios que permitam voltar a introduzir em uma nova forma divertimentos inatos do povo. O desenvolvimento de antigas e novas formas de entretenimento local e de recreio não deverá ser considerado pelo educador como algo acessório junto aos temas sérios da educação, mas uma parte essencial de um programa encaminhado a criar um novo modo de viver no mundo moderno. (Unesco, 1951, p. 53)

É nesse sentido que os meios de informação, rádio e cinema, desenho animado, cartazes e outros recursos audiovisuais da época e, mais tarde, a televisão são desde o início considerados fundamentais aos objetivos da Unesco de manutenção da paz, de garantia da segurança e dos direitos dos povos à educação, à ciência e à cultura.

O emprego desses meios para tais fins envolve metodologia experimental, isto é, a organização de grupos experimentais e de controle. Abre diversas frentes de trabalho que incluem formação de animadores culturais e a realização de enquetes para verificação das atitudes dos indivíduos sobre a vida da comunidade, das atitudes das famílias alvo sobre os modos de produção agrícola. Nestas enquetes, a aplicação fazia-se antes e depois da apresentação, de programas especialmente preparados, nos tele-postos de recepção coletiva.

Envolve ainda a comparação dos resultados, sua divulgação e repetição em outras localidades. É desta forma que a primeira experiência piloto de recepção coletiva de programas de televisão no meio rural realizada sob os auspícios da Unesco, na França, em 1953-1954, levou a Organização a propô-la, no ano

seguinte, ao Japão, onde a experiência foi repetida, a partir de janeiro de 1957. Para isso concorreu a Comissão Nacional Japonesa para a Unesco, promovendo a articulação do Ministério da Educação e a NHK, empresa de Radiodifusão Japonesa (Unesco, 1961a).

Envolve também a compreensão da real contribuição desses meios para a comunicação entre os povos. Esse é um dos objetivos do “Comitê de *experts* sobre educação para compreensão e cooperação internacional”, constituído pelo Diretor geral em 1953. Em seu relatório, o Comitê, além das sugestões visando à adaptação de idéias relativas à compreensão e à cooperação internacional, para os meios de informação, manifesta-se sobre a inadequação da expressão “comunicação de massas”, que supõe a existência de um público geral, passivo, e desconsidera a capacidade de escolha de públicos específicos. Desta observação decorre a sugestão de que, a despeito do que já se conhece a respeito do emprego desses meios para a educação para a paz e a compreensão, muitas pesquisas ainda seriam necessárias, a fim de orientar a produção de programas para públicos específicos, de modo que obtivessem a efetividade desejada.

No limiar da década de 60, quando tomarão corpo as teorias da modernização, no desdobramento dos conflitos e tensões provocados pelas contradições do processo de modernização em curso, em que os meios de informação cumprem um papel fundamental, a Unesco dá mais um passo na consolidação da rede de instituições extragovernamentais necessárias ao atendimento de seus objetivos, colaborando para estabelecer, em 1959, o Conselho Internacional de Cinema e Televisão. A contribuição desse conselho far-se-á sentir na facilitação da circulação de obras audiovisuais e no estímulo à criação nesse campo, através de coproduções, assim como na definição da relação dos recursos da mídia com a educação e a pedagogia (Morsy, 1984, p. 7).

Dois anos antes, a Unesco contribuíra para a criação da Associação Internacional para Pesquisa de Comunicação de Massa, conforme indicação do Comitê de *experts* acima referido. Na mesma ocasião a Unesco e o governo indiano estarão desenvolvendo em cento e cinquenta aldeias da região do Poona o Projeto Fórum de Alfabetização e Desenvolvimento, experiência fundamentada no conceito de alfabetização funcional, isto é, alfabetização como um componente dos projetos de desenvolvimento econômico. Este projeto será desenvolvido na década seguinte pela Unesco e os Fundos Especiais das Nações Unidas, com recursos financeiros do BIRD, nos países da África e América Latina (Unesco, 1970 e 1977).

Mas o trabalho da Unesco nesta área prossegue, sobretudo numa perspectiva marcadamente norte-americana, sendo visto como de fraco impacto no volume de notícias que atravessam as fronteiras, assim como na orientação da *media* para um esforço consciente em busca da promoção da paz e da compreensão internacional (Laves e Thomson, 1957, p. 121).

Ressalte-se, nesse sentido, que a modernidade traduzida no imperativo da modernização está em permanente explicitação nas contradições que se manifestam das mais diversas formas, na Conferência Geral, no Secretariado da Unesco e, fundamentalmente, no mundo em construção.

Quanto às insatisfações expressas pelas diferentes delegações na Conferência Geral, é possível que elas evidenciem, em primeiro lugar, as dificuldades de construção da hegemonia de qualquer país através da Unesco. Em segundo lugar, é possível que revelem que a atuação da Unesco, desde o início, tenha apontado para um objetivo mais amplo do que aquele no qual, no contexto da guerra fria e das disputas intercapitalistas, circunscreve-se a tese da “livre circulação das idéias” ou do “livre fluxo de informação”. A Unesco, todavia, não deixou de emprestar seu engenhoso empenho a essa

tese do que é exemplo a aprovação, na 4ª CG-1949, da recomendação de que os Estados membros reconhecessem o direito dos seus cidadãos de escutarem livremente as emissões radiofônicas emitidas por outros países.

Mas esse é também um momento quente da guerra fria, quando, em virtude da quebra do monopólio atômico pela URSS, é criada a OTAN. É ainda nesse ano que Jaime Torres de Bodet, o segundo Diretor Geral da Unesco, recebe advertência do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a priorização dos pequenos países em detrimento dos países ocidentais, os maiores financiadores da Organização.

- O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÃO, A UNESCO E A DINÂMICA DO CONTEXTO MUNDIAL

A “livre circulação das idéias pela palavra e pela imagem” consiste em um dos fundamentos das ações da Unesco no campo da comunicação e encontra sua tradução no princípio do “livre fluxo da informação”, trunfo de especial significado nos anos iniciais da guerra fria. Como tal, faz parte não apenas do ideário dessa instituição mas também da ONU que, em 1948, promove a Conferência sobre a Liberdade da Informação, em Genebra, quando essa tese é aprovada como um princípio universal, apesar do voto contrário da Polônia e das desconfianças e relutância de outros países, entre os quais a URSS, que, juntamente com a Belarruss, a Tchecoslováquia, a Ucrânia e a Iugoslávia, absteve-se na votação.

A aprovação dessa tese representa uma vitória da *media* norte-americana que, num mundo ainda em guerra, dá início a uma verdadeira batalha contra o controle das estruturas de comunicação mundial pelas agências de notícias européias (Somavía, 1977). Deve-se ainda ao empenho do governo dos Estados Unidos, desde a constituição dos organismos internacionais no pós-45,

e também à guerra fria, que mantém os países europeus ocidentais, a despeito de seus interesses específicos na questão, alinhados aos Estados Unidos.

Deve-se ainda ao importante concurso da Unesco, que, em 1946, atendendo à sugestão da delegação dos Estados Unidos, cria em sua Divisão de Comunicação de Massas a Seção de Informação, especialmente para preparar relatório das contribuições da Organização à Conferência acima referida. O relatório então apresentado foi subsidiado pelas enquetes e estudos realizados desde 1947, incluídos nas várias ações mediante as quais a Unesco tem se dedicado à promoção da livre circulação das idéias antes mesmo de seu estabelecimento oficial.

Nesta, como de resto no conjunto de suas ações, a Unesco tem administrado as divergências e trabalhado no sentido de compreender a realidade mundial e nela inserir-se de forma ativa. Persistente nos objetivos estabelecidos desde sua idealização e na edificação dos meios julgados necessários para sua realização, sensível às novas configurações da realidade e aos desafios que essa lhe apresenta, a Unesco tem se construído, na dinâmica contraditória das forças que nela se expressam e pelas quais se rearticula, contribuindo para a construção da sociedade mundial, buscando o consenso, e sempre proclamando os direitos humanos e os valores liberais que os fundamentam.

Ao momento inicial, marcadamente ocidental, segue-se um período no qual a composição da Unesco sofre mudanças, tanto no Conselho Executivo, quanto na Conferência Geral. O primeiro passa a ser constituído por representantes dos Estados membros, eleitos pela Conferência Geral, direção apontada desde a 2ª CG-1947. Essa mudança coincide com a entrada da URSS, da Ucrânia e da Belarruss na Unesco, para a qual retornam, na mesma ocasião, a Polônia, a Hungria e a Tchecoslováquia. Logo após, a Romênia e a Bulgária também ingressam na Organização, dando início às mudanças que se processarão

na Conferência Geral, com a abertura da possibilidade de um novo equilíbrio das forças nesse foro.

O ingresso dos países do bloco socialista na Unesco é enaltecido por Pompei que ressalta não apenas o decorrente enriquecimento do programa da Organização como também o importante passo então propiciado à sua aspiração de universalidade. Segundo sua avaliação,

as discussões no seio da Conferência Geral e do Conselho Executivo que, muito elevadas, não tinham podido sempre evitar um certo academicismo, assumiram daí em diante uma intensidade, um conteúdo político, (...) uma acuidade, sobretudo nos primeiros anos, que reforçaram o contato com o real, e prepararam a Unesco para tarefas que ela até então apenas entrevira. (Pompei, 1972, p. 30)

É necessário considerar, entretanto, que fatos anteriores e posteriores à entrada destes países na Unesco modificam a correlação de forças no mundo e nesta Organização. É suficiente lembrar novas realizações da URSS, em 1953 e 1957, na corrida armamentista em curso, de que resultam nova equiparação dos dois pólos mundiais no poder nuclear, assim como a dianteira da URSS na pesquisa espacial com o lançamento do Sputnik. Diante destes dois acontecimentos, novas relações são ensaiadas entre Estados Unidos e URSS, que anunciam uma nova perspectiva para a guerra fria, evidenciada na proposta de desarmamento feita por Eisenhower, ao assumir a presidência dos EUA e, quatro anos mais tarde, no anúncio feito por Krushev da possibilidade de coexistência pacífica entre as duas superpotências. Logo em seguida, é assinado o primeiro acordo de cooperação científica, cultural e educacional entre a URSS e os EUA, fato que antecede em três anos ao estabelecimento da “linha vermelha” que permite a ligação direta e instantânea entre os dois chefes de governo mundial.

Tem início, a partir daí, a corrida espacial, protagonizada pelo governo norte-americano em seu empenho de superar o feito soviético. As repercussões

deste esforço na área da comunicação mundial far-se-ão sentir na década seguinte, nas conquistas norte-americanas que caracterizarão a chamada revolução eletrônica e conferirão uma nova face à realidade mundial, assim como um novo significado às ações da Unesco e suas áreas de atuação.

A emergência dos novos Estados, que se libertam dos laços coloniais e tornam-se Estados membros da Unesco, assim como a organização política do chamado Terceiro Mundo constituem acontecimentos cuja importância deve ser destacada. Retomada na Conferência de Bandung, em 1955, onde se reuniram países africanos e asiáticos, essa organização amplia-se para incluir países da América Latina no Movimento dos Países Não-Alinhados, cuja primeira reunião ocorre em Belgrado, em 1961. Assim organizados, os países dos três continentes assumem uma posição de neutralidade em relação à disputa entre socialismo e capitalismo e, buscando o desenvolvimento nacional fundado em novas relações internacionais, declaram-se em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o sionismo, o apartheid e a todas as formas de racismo.

A aceleração do processo de descolonização muda num curto espaço de tempo a composição dos organismos internacionais o que se faz particularmente notório em relação à Unesco em cuja Conferência Geral cada Estado membro representa um voto. O resultado dessa mudança é que um país como os Estados Unidos, cuja quota de contribuição, de cerca de 31% do orçamento ordinário da Unesco, no biênio 1957-1958, era a maior, poderia aí encontrar-se em minoria, o que começa a ocorrer de fato a partir da década seguinte.²⁷ Essa situação começa a atingir especialmente as matérias relacionadas

27. Se até 1950, a Unesco contava com 59 Estados membros, com os novos ingressos a partir de 1954 e nos anos seguintes contabilizará 120 em 1965, e dez anos após, serão 136 Estados membros. Só no ano de 1960, freqüentemente referido como o ano africano, 17 países desse continente entraram na Unesco, onde o Terceiro Mundo se organiza, após a criação da UNCTAD (1964), sob a liderança dos países não-alinhados, como o Grupo-77 que conta, no final da década, com mais de cem Estados.

ao livre fluxo de informações, desde então sob franco questionamento também nesse foro.

Há que se considerar ainda um novo passo no processo de unificação européia que, iniciado em 1950, com o Benelux, evolui para a consolidação da “Europa dos Seis”, mediante os acordos estabelecidos, em 1957, pelo Tratado de Roma, que prevê a integração européia nas áreas do comércio interno e externo, nas relações capital trabalho e na exploração pacífica da energia nuclear.²⁸

Representando o fortalecimento de uma alternativa à política norte-americana, a alternativa franco-alemã sob a liderança francesa, evoluirá, para uma crise na OTAN provocada por De Gaulle à frente da V República francesa, que então se rearticula em razão das guerras e perdas coloniais. Nessa crise o presidente francês condiciona a colaboração da França à atribuição de maior peso ao seu voto nas decisões, e ao longo de toda a década seguinte, ganhará relevo o veto francês à participação da Inglaterra, na CEE – Comunidade Econômica Européia.

Não é demais acrescentar aqui a possibilidade do surgimento de uma nova consciência européia a respeito de suas relações com as áreas até então submetidas ao seu domínio, o que se justifica pela necessidade de salvaguardar, na independência política de suas ex-colônias, os benefícios da “cooperação” econômica.

28. Desde 1949 é lançada na Conferência Européia de Cultura, em Lausana, a idéia de se criar um laboratório europeu de investigação nuclear. O objetivo claramente explicitado nas discussões posteriores consiste em garantir o exercício da intelectualidade européia no domínio de seu equipamento energético e nas investigações de ciência pura como uma das condições para impedir uma futura dependência econômica e política da Europa em relação aos EUA. Em face deste propósito, a delegação dos EUA apresenta na 5ª CG-1950, proposta de resolução prevendo a organização de laboratórios e centros regionais de investigação. Do primeiro desses centros surge o Conselho Europeu de Investigação Nuclear, sediado na Itália, no seio do qual é criada uma oficina de estudos, através da qual a Unesco dá prosseguimento à idéia inicial. Seguem-se duas conferências convocadas pelo Diretor Geral, em 1951 e 1952, sendo criado, na segunda, o Conselho Europeu de Investigação Nuclear (CEIN), com sede em Genebra por acordo que, firmado entre 11 países europeus, não contou com a adesão oficial da Inglaterra. Antes dos dois anos previstos, o CEIN conclui o seu objetivo, permitindo a assinatura, em julho de 1953, da Convenção pela qual é criada a Organização Européia de Investigação Nuclear (OEIN). Cf. Unesco. *La Cooperación Europea en la Investigación Nuclear*. Col. La Unesco y su programa XI. Paris: Unesco/Union Typographique de Villeneuve-Saint-Georges, 1954.

Na nova situação que vai se configurando a partir de meados da década de 50, cresce a oposição interna nos Estados Unidos à Unesco, chegando-se à apresentação, no Congresso norte-americano, de projeto de resolução que prevê a abolição da lei que criou a Comissão Nacional para a Unesco. Ao mesmo tempo, entretanto, é criado na Organização um novo cargo, o de Diretor do Escritório de Relações com os Estados membros, então ocupado por um norte-americano. No mesmo ano, 1957, é também um norte-americano que ocupará o cargo de Diretor do Departamento de Educação da Unesco, o que evidencia uma retomada do interesse do governo dos Estados Unidos em relação às potencialidades da Organização no cenário internacional. Esse novo interesse é demonstrado ainda pelo lançamento, no início do ano seguinte, pela "American Broadcasting Company", do programa radiofônico intitulado "Easy as ABC", que consistiu na divulgação do trabalho da Unesco, com a participação de grandes astros de Hollywood, focalizando temas pelas respectivas iniciais alfabéticas de A a Z (Archibald, 1993, p. 263-264). Esse interesse será intensificado nos anos seguintes, quando a Unesco terá seu quarto Diretor Geral, o italiano Vitorino Veronese, eleito na 10ª CG-1958,²⁹ em substituição ao norte-americano Luther Evans, a quem faltou o apoio do governo de seu país para a reeleição prevista no Ato Constitutivo da Unesco.

Nesse mesmo ano, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU apresenta conclusões de estudo sobre a discriminação que requerem o concurso da Unesco na área da educação. No ano seguinte, essa mesma Comissão apresenta ao Ecosoc – Conselho Econômico e Social da ONU – solicitação de estudo de um programa de desenvolvimento dos meios de informação nos países não

29. Vitorino Veronese será substituído por René Maheu, diretor geral adjunto que será eleito na 13ª CG-1961 para o cargo de Diretor Geral. Desde 1960, René Maheu estava como interino nesse cargo em virtude de problemas de saúde enfrentados por Vitorino Veronese.

industrializados. Meios de informação e educação são defendidos como as prioridades nesse período, principalmente em relação ao Continente Africano, novo cenário para o qual se deslocara a guerra fria. Medidas concretas, tais como criação de jornais, estações de rádio e televisão, assim como estúdios de cinema nos países em desenvolvimento, são então recomendadas pela Assembléia Geral da ONU, sendo atribuída à Unesco a tarefa de realizar o levantamento de recursos necessários numa proposta para tal fim.³⁰

Em seu discurso na Assembléia Geral da ONU, em 1960, o presidente Eisenhower conclama as Nações Unidas a redobram os esforços no campo da educação no Continente Africano, visando garantir a preservação e o desenvolvimento da liberdade ali conquistada. Motivos para estas preocupações evidenciam-se neste e em outros continentes, por volta de 1960, quando a questão nacional abre-se a respostas diversas sobre a realização da liberdade que se busca defender pela mediação da ONU e suas agências: o Vietnã do Norte retoma as armas visando à unificação do país, dando início a uma guerra que só terminará na década de 70, quando os Estados Unidos, com sua imagem de potência hegemônica mundialmente abalada, vêem-se obrigados a retirar suas tropas do território vietnamita; a vitória eleitoral do Movimento Nacional Congolês leva Patrice Lumumba ao poder e o Congo Belga à guerra civil; a criação da OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo, reúne países africanos, asiáticos e latino-americanos na defesa dos seus interesses nessa área

30. Reuniões são realizadas pela Unesco, em 1960, 1961 e 1962, respectivamente, em Bangkok, Santiago do Chile e Paris, sobre o desenvolvimento dos meios de informação na Ásia e Extremo Oriente, na América Latina e na África ao que se segue a criação de agências de notícias regionais. Wilbur Schramm, então diretor do Instituto de Pesquisa e Comunicação da Universidade de Stanford, participou dessas reuniões e organizou, a partir de seus resultados, estudo publicado conjuntamente pela Unesco e a Universidade de Stanford, sob o título *Mass Media and National Development*, em 1964, atendendo à recomendação aprovada na 12ª CG-1962. Sobre as reuniões para o desenvolvimento dos meios de informação para a Ásia e para a África, assim como a criação de agências de notícias, ver TOPUZ, Hifzi. "La Unesco y las agencias de información". In: *Crónica de la Unesco*, vol. XVI, n. 12, Paris, 1970, p. 513-516.

de produção; vence em Cuba o movimento liderado por Fidel Castro. Estes constituem apenas alguns exemplos.

Esse é o contexto do lançamento, em março de 1961, da Aliança para o Progresso e seu Plano Decenal, visando reformas que permitissem o desenvolvimento no respeito à liberdade. É também o momento em que a ONU proclama, em novembro do mesmo ano, o Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nos dois programas decenais, projetados no alvorecer da era espacial, os meios de informação associados à educação ganham preeminência, e com eles também a Unesco que, além da longa experiência em trabalho dessa natureza, já dera início com as reuniões de ministros da educação, desde o final da década de 50, à prática do planejamento educacional de longo prazo e de uma educação tecnicizada, como fator de desenvolvimento econômico.³¹

Tal perspectiva também desencadeará, na década de 60, sob a égide das teorias da modernização e do capital humano, as iniciativas do BIRD – no seio do qual cria-se então a Agência Internacional de Desenvolvimento AID –, no sentido de financiar o setor da educação, consolidando-se, a partir de então, a aproximação entre os objetivos da Unesco e aqueles do BIRD, de racionalizar as estruturas do setor educacional, a fim de articulá-lo ao desenvolvimento integral, adequando-o ao atual estágio da civilização técnica e às possibilidades eminentes da promerida tecnologia espacial para a produção do consenso.

Passo importante nesta direção, e um dos primeiros frutos do trabalho conjunto da Unesco e BIRD, foi a criação pela Unesco, em 1963, do Instituto Internacional de Planejamento da Educação, empreendimento no qual a França

31. As Conferências Regionais de Ministros da educação, a partir de 1959, iniciam-se pela reunião dos ministros da educação africanos e asiáticos, que se segue à realização do Seminário sobre Planejamento Integral da Educação ocorrido em Washington em 1958. Prosseguem nos anos 1960 nas demais regiões, incluindo posteriormente os Ministros da área econômica. Nessas reuniões são formulados planos para eliminação do analfabetismo até a década de 1980.

e os Estados Unidos tomam a dianteira, a primeira oferecendo a sede em Paris para o Instituto, o último garantindo como seu primeiro diretor o norte-americano Philip Coombs.³²

Em sua Assembléia Geral de 1962, a ONU expressa sua preocupação com os dados do diagnóstico apresentado pela Unesco, segundo os quais 70% da população mundial não dispõem de meios para o exercício do direito à informação consagrado, desde 1948, no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Considerando então a importância dos meios de informação para o desenvolvimento e para a educação, a Assembléia Geral recomenda aos Estados membros a previsão de medidas nos seus planos econômicos para o estabelecimento desses meios, e solicita à Unesco o prosseguimento, em conjunto com a ONU e suas agências, de seu trabalho nessa área.

O período de cerca de dez anos a partir da segunda metade da década de 50, rico em mudanças de ordem econômica, política, tecnológica, social e cultural, presencia alterações espetaculares no mundo, que vai se tornando outro, e também nos organismos internacionais, especialmente a Unesco, que precisa assumir novas tarefas, particularmente, na área da comunicação, nova instância de poder mundial em processo de transnacionalização.

Intensificam-se suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, ampliam-se os recursos financeiros à disposição da Unesco, ou a ela prometidos. Seu orçamento ordinário, até então submetido pelos Estados membros a uma política de contenção – o que levou Jaime Torres de Bodet a demitir-se do cargo

32. Philip Coombs, que fora antes de assumir a direção do IIPE Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Educativos e Culturais do Departamento de Estado dos EUA, constituirá uma equipe, da qual participa Wilbur Schramm, para realizar, em 1965-1966, enquetes sob encomenda da Usaid, sinterizadas em obra que apresenta experiências de uso dos meios de comunicação na educação em dezoito países, com o objetivo de fornecer elementos aos planejadores da educação sobre as possibilidades de renovação da educação e de solução dos seus problemas. SCHRAMM, Wilbur et alii, *Techniques modernes au service d'une éducation planifiée*. Conclusions d'un programme d'enquetes par un contrat de l'Agence Américaine pour le développement International. Paris: Unesco/IIPE, 1970.

de Diretor Geral, em 1952 –, supera na 11ª CG-1960 o valor estimado pelo Diretor Geral. Por outro lado, recursos extra-orçamentários, desde então, ampliam-se a cada biênio, tendência que será acompanhada de sugestão norte-americana de que, para o biênio 1963-1964, não seja previsto crescimento do orçamento ordinário, o que se justificava pelo crescimento de 20% desse orçamento no biênio anterior. Tal encaminhamento não deixa de suscitar preocupações quanto às possibilidades de, reforçada essa tendência, grande parte das ações financiadas por verbas extra-orçamentárias, aí incluídos os fundos em depósito – contribuições voluntárias dos Estados membros destinadas à execução de projetos específicos ligados a acordos bilaterais –, escapassem ao controle da Organização.

Nessa Conferência Geral, num momento em que a tecnologia espacial no mundo ocidental consiste apenas numa promessa a alimentar a esperança de potencialização das atividades ligadas à “construção dos baluartes da paz nas mentes dos homens”, a Unesco dá início, em meio a controvérsias que exigem cautela na condução dos trabalhos, ao seu programa na área das *comunicações espaciais*, pela discussão deste novo conceito, que aí se apresenta pela primeira vez.

Antecipando-se em cinco anos à fase de comercialização dos satélites espaciais, e até mesmo às providências do governo dos Estados Unidos que, para tal fim, criará em 1962 a Comsat – Communication Satellite Corporation e, dois anos depois, o Intelsat – Sistema Internacional de Comunicação via Satélite a integrar Estados Unidos, Europa, Japão, Canadá e Austrália na exploração das novas tecnologias da comunicação, a Unesco, desde então, dá prosseguimento às atividades nesta área.

Refletindo as divergências que se manifestam a respeito do novo campo em exploração, a Unesco promove, conforme recomendação da 12ª CG-1962,

estudos sobre o uso tecnológico do espaço que, na vigência da tese do livre fluxo de informação, é percebido, desde então, como uma ameaça à soberania nacional. Ao mesmo tempo, em continuidade ao objetivo de promover a tecnologia espacial, a Unesco reúne psicólogos, especialistas da comunicação e educadores para o exame das possibilidades do uso eficaz dessa tecnologia na educação. Participa ainda nas iniciativas de uso da televisão educativa, de que são exemplos os acordos assinados, nesse mesmo ano, com a OEA – Organização dos Estados Americanos, para um trabalho conjunto nesta área. Ao longo de toda a década, participa ainda das atividades relativas à modernização da educação empreendidas pela Aliança para o Progresso e a Usaid, dando ainda sua contribuição às fundações européias, principalmente da Alemanha Federal,³³ na promoção da teleducação.

Em 1965, quando tem início a fase de comercialização da nova tecnologia, com o lançamento do satélite Early Bird, a Unesco, atendendo à resolução aprovada na 13ª CG-1964, promove uma reunião de *experts*, com o objetivo de levantar sugestões para um “programa de longo prazo com vistas à promoção do uso da comunicação espacial para o livre fluxo de informações, disseminação da educação e maior intercâmbio cultural” (Unesco, Doc 14C/25). Nessa reunião, da qual participam a ONU e a UIT, foram delimitadas as funções para a atuação desses organismos, estabelecendo-se que a Unesco não deveria ocupar-se dos aspectos materiais e regulamentares das novas tecnologias, mas atuar na definição dos acordos internacionais cabíveis e necessários à sua difusão, assim como no estímulo ao desenvolvimento econômico, social e cultural. Quanto à ONU e à UIT, tratariam, a primeira, dos aspectos jurídicos e políticos

33. Ver a respeito BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966. Sobre o trabalho da Fundação Konrad Adenauer e outros organismos, entre os quais a Unesco, na modernização da educação na América Latina, ver: EVANGELISTA, E. G. S. *Educação e mundialização*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

da liberdade da informação no emprego dos satélites, e a segunda, dos aspectos regulamentares e técnicos relativos ao emprego das radiofrequências.

Dessa reunião retira-se a recomendação de um projeto experimental, sugerindo-se, com vistas à obtenção de um conveniente impacto internacional, que ele fosse pensado para regiões que apresentassem como características: grande extensão territorial, grande densidade demográfica e problemas a serem atendidos pela nova tecnologia, objetivo e estratégia que foram atendidos, na continuidade desse trabalho, em relatório produzido na Universidade de Stanford.

Para tanto, a 14ª CG-1966, na qual os resultados da reunião de *experts* foram apresentados, recomenda a análise das tendências recentes dessa tecnologia, assim como o exame contínuo das funções da Unesco no seu emprego, tarefas então confiadas a um comitê constituído por especialistas que haviam participado da reunião de 1965. Esse Comitê aprovará as principais conclusões do estudo que fora confiado no início de 1966 a um grupo de especialistas da Universidade de Stanford. Desse estudo, apresentado em 1967 com o título de “Relatório Ascend”, resultam o Projeto Saci para o Brasil e o Projeto Site para a Índia.³⁴

Apoiando e/ou apresentando planos de uso dos satélites para a educação, a Unesco depara-se, no final da década, com a crítica aos seus projetos de uso da tecnologia para a educação, feita por países latino-americanos que, entre outras providências, se reuniram no Convênio Andrés Bello ao perceberem tais projetos como ameaças à soberania nacional e como invasão cultural mal ocultadas na corrida dos múltiplos agentes envolvidos na ajuda ao desenvolvimento.

34. Ver: OLIVEIRA, João Batista A. e MC ANANY, Emile G. *Le projet brésilien SACI/EXERN: étude analytique de cas*. Col. Études et Documents d'Information, n. 89. Paris: Unesco, 1981; SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens. Educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social*. São Paulo: Brasiliense, 1981; RAGHAVAN, G. N. S. *Les médias atteignent-ils les masses? L'expérience indienne*. In: Perspectives, vol. X, n. 1, p. 96-106. Paris: Unesco, 1980.

A criação da Organização Econômica para Coordenação do Desenvolvimento – OECD, em 1960, como o próprio nome indica, vem responder à necessidade antevista de uma articulação das economias mais desenvolvidas do mundo capitalista para, na interdependência, promoverem a ajuda ao desenvolvimento, considerado um antídoto às ameaças que então pairavam sobre a liberdade. Nem sempre, porém, a eficácia dessa coordenação foi possível em razão da natureza contraditória dos interesses em jogo em tal empreendimento que une e, ao mesmo tempo, divide os seus promotores ocidentais.

O não cumprimento pelos países mais ricos da destinação de 1% de seu PNB para ajuda ao desenvolvimento, conforme resolução da Assembleia Geral da ONU, assim como sua preferência pela ajuda do tipo bilateral em detrimento da multilateral, a multiplicidade de agentes e organismos envolvidos que se atropelam nesta empresa, são alguns dos aspectos apontados como evidências da necessidade de uma correção nos princípios e rumos para a promoção do progresso, num mundo que se fragmentava apesar das possibilidades técnicas oferecidas para sua unidade.

Sinais expressivos de tal situação, que põe em risco a universalidade perseguida pela Unesco, revelam-se nas repercussões dessa ajuda nas sociedades para as quais ela se dirige, materializadas no empobrecimento das populações, no endividamento dos Estados, nos conflitos e tensões sociais, nas guerras civis locais imediatamente internacionalizadas, nos movimentos organizados contra a exploração econômica e a dominação cultural, na proliferação dos regimes militares, nos mecanismos articulados pelas elites locais imbuídas da ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional, nas violações dos direitos humanos, na revolta estudantil em âmbito mundial e nos movimentos de contracultura no final da década.

Este é o contexto em que transcorre o Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, concorrendo para que, antes do seu término, não apenas a ajuda internacional seja objeto de avaliações diversas,³⁵ mas também sejam examinadas no âmbito da Unesco a própria noção de desenvolvimento e do progresso ilimitado como fim, a generalização do modelo ocidental de constituição das nações, bem como a educação e os mecanismos de tratamento da cultura e de difusão da ciência, até então acionados na busca da universalidade e da paz, (Maheu, 1974).

No interior da Unesco, foro privilegiado de repercussão deste contexto e das reflexões por ele suscitadas, essas avaliações tiveram seu início bem antes como demonstram duas obras publicadas, em 1970 e 1972, por recomendação das 15ª CG-1968 (Res. 3.251) e 16ª CG-1970 (Res. 3.24), sob os títulos respectivos de “Que mon pays s’éveille” e “Il est temps de passer à l’action”, aos quais é apostado o subtítulo: “le rôle de l’homme dans le développement”.

Ambas, organizadas por Michel Wolfert, objetivam precisar algumas idéias fundamentais sobre as áreas de atuação da Unesco em sua relação com o desenvolvimento econômico. Reunindo artigos e pronunciamentos do diretor geral adjunto da Unesco, o economista indiano, Malcolm S. Adiseshiah, apresentados ao longo de toda a década de 60, bem como elementos extraídos de documentos oficiais da Unesco e de outras agências da ONU nesse mesmo período, as obras destinam-se ainda, segundo a intenção expressa nas resoluções, a orientar a atuação da Unesco para o Segundo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que se abre atribuindo ao ano de 1970 a designação de Ano Internacional da Educação.

35. A esse respeito ver estudo encomendado em 1968 pelo Banco mundial: PEARSON, Lester B. *Sócios no progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: APEC, 1971. Uma avaliação da ajuda pelos seus beneficiários pode ser encontrada em vários documentos de que é um exemplo o seguinte: CECLA. Consenso Latino-americano de Viña del Mar. Comércio Exterior, vol. 19, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427.

Adiseshiah busca uma abordagem filosófico-humanista para o desenvolvimento, visando à superação do enfoque que até então considera esse processo pelos aspectos meramente quantitativos. E, numa avaliação crítica do Primeiro Decênio para o Desenvolvimento, considerando elementos apreendidos no seu trabalho, desde 1949, na condução do PEAT – Programa Ampliado de Assistência Técnica – empreende um exercício conceitual, do qual, deixando de lado os elementos futuristas vislumbrados pelo autor como características da sociedade pós-industrial, importa destacar alguns conceitos que evidenciam uma vez mais a forma pela qual, nesse novo contexto, a Unesco prossegue sua tentativa de “empreender a síntese dos contrários”, organizando, de fato, as condições intelectuais e morais para unir a “comunidade mundial” em torno dos objetivos por ela mediatizados.

Tais conceitos estão presentes na reflexão apresentada pelo Diretor Geral da Unesco, em 1969, ao Comitê encarregado pela Assembléia Geral da ONU de elaborar o programa e a estratégia para o Segundo Decênio para o Desenvolvimento. Fundamentarão ainda as participações do Diretor Geral nas reuniões do Ecosoc em julho de 1969 (Maheu, 1969) e em junho de 1973, assim como, em novembro do mesmo ano, na 28ª sessão da Assembléia Geral da ONU.

O conceito de desenvolvimento endógeno, sem descartar o crescimento econômico como um imperativo necessário à emancipação da humanidade, impõe o homem como agente e beneficiário, justificativa e fim do crescimento econômico, e remete à dimensão cultural do desenvolvimento, assim como à noção da identidade cultural dos povos e nações. A cultura constitui, nesta perspectiva, dimensão central do desenvolvimento econômico, uma vez que são os valores significados numa cultura os determinantes das escolhas em relação ao progresso promovido pela ciência e sua aplicação tecnológica. Isso significa

que o desenvolvimento econômico não se faz sem o desenvolvimento cultural, o que impõe a exigência de uma ampliação do conceito de cultura.

Para além do conceito de cultura até então presente nos objetivos difusionistas nesta área de atuação da Unesco, desenvolve-se uma posição que visa superar a identificação da cultura com a produção e preservação dos bens espirituais, das artes e das humanidades, por uma pequena elite que os difundiria a todos; essa nova posição remete à noção, que não descarta a anterior, da marcha da cultura na direção da democratização da vida social, de sua contribuição ao desenvolvimento intelectual e moral da humanidade, na realização do direito à cultura, como estabelece o artigo 27 da Declaração Universal de 1948.

Este conceito inclui ainda a problemática do uso do tempo livre e do desenvolvimento da criatividade, portanto, da necessidade da educação artística do grande público, assim como da redescoberta do conteúdo cultural da educação. Inclui também os aspectos mercadológicos inerentes ao turismo cultural, enfatizando sua importância no que diz respeito ao intercâmbio cultural, ao conhecimento das culturas e à valorização da cooperação cultural internacional. Segundo este conceito, todos os indivíduos e povos, como participantes ativos, constituem-se na força criadora e fundante da cultura que abarca, ao mesmo tempo, a aquisição de conhecimento e a exigência de um modo de viver e ser consigo mesmo, com os outros e com a natureza.

Associa-se, então, crescimento econômico e mudança como componentes do desenvolvimento. Mudança de atitude em relação ao trabalho, às inovações, à formação de capital, e em relação ao outro. Incluem-se nessas mudanças a “perseverança no esforço”, a “consciência profissional”, a “adaptabilidade”, “a propensão à poupança”, “a eliminação dos preconceitos” de várias ordens. De acordo com a argumentação do autor, é porque os países

pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não podem arcar com o peso dos desperdícios, da corrupção, da preguiça e dos comportamentos antissociais que se faz necessário cuidar do desenvolvimento cultural mediante políticas bem concebidas no campo da cultura. E, neste sentido, “a exploração da força de persuasão própria aos meios de informação pode ter uma influência direta, imediata e poderosa sobre esse substrato, transformando-o em motor do desenvolvimento” (Adiseshiah, 1970, p. 175), que requer, ao contrário de uma aceitação passiva, uma participação efetiva, iniciativa, espírito de empreendimento, qualidades já consideradas por Weber na sua “Ética protestante e espírito do capitalismo”.

As conseqüências decorrentes destes conceitos incidem numa crítica aos sistemas de ensino em que a sociedade moderna pretendeu encerrar a educação. Sua divisão em graus a limitar no tempo e no espaço uma suposta preparação para a vida pretensamente medida em exames comprovadores da conclusão desse processo, consiste num dos aspectos que distanciam os sistemas de ensino, na forma em que são organizados, das necessidades da sociedade moderna. Reprodutores do sucesso e do fracasso, mediante mecanismos de promoção e de exclusão, os sistemas de ensino se desvincularam da vida. Constituem, nessa perspectiva, uma tradição herdada que impõe, por um lado, uma discussão sobre sua adequação e mesmo sua necessidade numa sociedade em mudanças cada vez mais céleres, a apontar para um futuro sempre imprevisível, e a exigir do indivíduo adaptabilidade ao longo de toda sua vida. Por outro lado, impõe um novo conceito de educação: o de educação permanente.

Tal conceito, cuja origem o autor situa nas experiências diversas de educação de adultos, engloba o sistema de ensino, assim como a alfabetização funcional, e obrigará a uma completa reestruturação do primeiro, pois supõe

sua integração sistemática – horizontal, isto é, em todos os seus graus, e vertical, ao longo de toda a existência do indivíduo –, com as atividades extra-escolares, vale dizer, sociais, que incluem as atividades na família, na igreja, na mesquita, no trabalho, no lazer, assim como a inevitável exposição dos indivíduos aos meios de informação.

Isto significa que, com o desenvolvimento tecnológico, o sistema de ensino perde o monopólio da educação que, estando na sociedade como um todo, requer o planejamento integrado dos vários setores dos governos de modo a atender aos diferentes aspectos da vida das sociedades e dos indivíduos, agentes e beneficiários do “aprender”, do “aprender a aprender”, do “aprender a ser”, aprendizagem sempre inacabada (Adiseshiah, 1972, p. 109-122).

Nas ações e reflexões futuras da Unesco tais conceitos serão reafirmados, precisados, aprofundados em novas reelaborações, em conformidade com a dinâmica da realidade em que se aplicam e que buscam compreender. Assim, uma das finalidades da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, constituída por autorização da 17ª CG-1970, consiste em estudar as estratégias para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, no sentido de tornar o conceito de educação permanente – já admitido na 15ª CG-1968 como princípio de ação futura da Unesco nesta área, e adotado na 17ª CG-1970 como um princípio universal – uma realidade.³⁶

O objetivo posto para a Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação explica-se pela incipiência desta noção de educação apontada por Adiseshiah como a grande descoberta da sociedade industrial no Primeiro Decênio. O próprio autor admite, entretanto, que ela

36. Dessa comissão, presidida por Edgar Faure, ex-ministro de educação da França, fazem parte um representante da URSS e o conselheiro de Educação Internacional da Fundação Ford. Seu relatório, conhecido como Relatório Faure, é encaminhado em 1972 e publicado sob o título “Aprender a ser”. Sob tema designado “Um inquérito mundial, a escola em crise, diagnóstico e soluções”, o trabalho dessa comissão é divulgado ao grande público pelo *O Correio*, ano 1, n.1, jan. 1973. Rio de Janeiro: Unesco/Fundação Getúlio Vargas.

encontra-se “apenas formulada, ainda mal compreendida, considerada por muitos com desconfiança, ou suscitando apenas um interesse limitado”, restando, portanto, “determinar tudo o que ela implica e assegurar sua difusão e realização em todas as escalas da vida social e individual” (Adiseshiah, 1970, p. 224). E este consiste num dos objetivos para o Segundo Decênio nesta área de atuação da Unesco, para cuja realização o papel da Universidade é, desde então, ressaltado.

As afirmações evidenciadoras da incipiência do conceito de educação permanente, assim como as resistências à imposição – consentida ou aceita, ou mesmo reivindicada – dos meios de comunicação de massas, permitem compreender como a Unesco, num momento em que a história registra a convergência das áreas de sua competência, articuladas pela nova tecnologia espacial, trabalha a convergência lógica de seus campos primordiais de atuação. Articulando esses campos principais pelo novo campo a ela atribuído, a Unesco cumpre o seu papel de “consciência das Nações Unidas”, expressão pela qual Torres de Bodet a ela se referiu por ocasião da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

- A UNESCO, O DIREITO À CULTURA E SEU IDEAL DE UNIVERSALIDADE

Na defesa do direito à cultura, e na afirmação de sua diversidade, com vistas à operacionalização dos conceitos formulados na década de 1960, a Unesco estende, a partir da década de 1970, ao campo da cultura e da comunicação a prática do planejamento inaugurada nos campos da educação e da ciência, na década anterior. Assim, atendendo à resolução aprovada na 15ª CG-1968 realiza-se em Veneza, em 1970, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, à qual se seguem as Conferências

Intergovernamentais Regionais com o mesmo tema: Eurocult, 1972, em Helsinque; Ásiacult, no ano seguinte, em Jacarta; Áfricacult, 1975, em Accra; Américacult, 1978, em Bogotá; e Arabcult, 1981, em Bagdad.

René Maheu ressalta, entretanto, que o objetivo principal da planificação, estendida a todas as áreas de atuação da Unesco, nas diferentes regiões, consistiu em conduzi-las a se "definirem, não de forma a se isolarem em suas especificidades, mas, ao contrário, projetando-se no contexto mundial e abrindo-se ao diálogo e à colaboração com toda a humanidade" (Maheu 1974, p. 41).

Desta forma, no apelo às obrigações do Estado moderno na promoção da cultura, reitera-se, nestas conferências, a Declaração sobre os Princípios da Cooperação Cultural, aprovada na 14ª CG-1966. Nela, afirma-se o direito à cultura em todas as suas formas de expressão, o respeito à diversidade e originalidade das culturas, defendendo-se a promoção da criatividade de cada uma delas, assim como a reciprocidade na cooperação cultural internacional, que deve visar a paz, a amizade, a educação moral e intelectual da juventude e o respeito à soberania do Estado nacional.

Ocorre que, desde 1960, está presente na Unesco a idéia expressa por Gaston Berger, na 11ª CG: "de fato e de verdade, somos todos engajados num único e mesmo mundo; a ação de cada um reage sobre todos" (Citado por Mboumoua, 1972, p. 184). Esta consciência não pode ser desvinculada das reações culturais às realizações desenvolvimentistas do Primeiro Decênio das Nações Unidas. Daí a importância da centralidade da cultura no desenvolvimento econômico. Trata-se de, reforçando a identidade cultural, pelo reconhecimento e respeito dos valores e crenças que unem as populações locais, nacionais, regionais, possibilitar sua abertura aos valores e crenças que devem unir todos os povos numa cultura mundial, ou seja, harmonizar o desejo de salvaguardar a

autenticidade das culturas, expresso de diversas formas, principalmente, diante da possibilidade técnica da invasão cultural pelas novas tecnologias, com a necessidade de assimilar as técnicas modernas.

As conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais, bem como a rearticulação conceitual da Unesco constituem-se, assim, em respostas ao contexto acima descrito. Uma necessária ampliação do conceito de cultura é posta na Unesco, como vimos, desde o início do seu caminhar. Desde então, em ocasiões diversas, reafirmam-se os valores permanentes do Oriente, que têm na delegação indiana um porta-voz insistente, bem como a contribuição das diversas culturas à universalidade pretendida pela Organização.

Na década de 1960, com a maior representatividade da diversidade cultural na Unesco, acrescida das decepções, dos conflitos e tensões que se acumulam no decorrer do Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é a voz da África que se levanta, por exemplo, quando na 13ª CG-1964, o Senegal e o Camerum apresentam considerações quanto ao dogmatismo dos programas da Unesco na área de Ciências Sociais – as questões da negritude, por exemplo – e quanto à unilateralidade dos programas da Organização, em que os países africanos são percebidos como meros consumidores. E, na 16ª CG-1970, mais de uma década após as solicitações da ONU de busca de soluções para a precariedade dos meios de informação nos países em desenvolvimento, os delegados destes países explicitam os problemas relativos ao desequilíbrio na distribuição destes meios, reclamam medidas que viabilizem o intercâmbio de informações e reiteram suas reivindicações quanto à identidade cultural.

A Conferência de Veneza de 1970, entretanto, é a que se constitui como marco de referência da adoção, pelos Estados membros da Unesco, do conceito ampliado de cultura, com todas as implicações teorizadas por Adiseshiah

e outros teóricos da Unesco, a partir da década de 1960. E é também nela que se produzem novas recomendações para a atuação da Unesco diante do novo momento tecnológico e de suas conseqüências para as diversas sociedades e para a sociedade mundial, as quais, aprovadas pela Conferência Geral, fundamentarão as conferências regionais que se seguem à Conferência de Veneza. Dessas recomendações uma diz respeito ao especial cuidado da Unesco na preparação da primeira das conferências regionais sobre os diversos aspectos das políticas culturais (Unesco, 1970a).

Aprovada sua realização na 16ª CG-1970, a Eurocult reúne delegados dos países da Europa Ocidental e Oriental, à exceção da República Democrática da Alemanha. Tal fato foi registrado, no primeiro dia da Conferência, como lamentável pelo delegado da Romênia, cujo governo já expressara sua posição sobre o reconhecimento da participação daquele Estado nas instâncias internacionais, no que foi apoiado pelo delegado da URSS. No curso do debate geral, também os delegados da Bulgária, da Polônia e da Iugoslávia apresentam observação no mesmo sentido.

A despeito disto, René Maheu, em seus pronunciamentos na abertura e no encerramento dos trabalhos, enfatiza o espírito da Conferência, que consiste em buscar, para além dos aspectos que dividem a Europa, aqueles que a ela conferem uma unidade: de cultura, de civilização. No curso da conferência essa idéia encontra eco nas comissões de trabalho, das quais faz parte um representante do Diretor Geral, ou ele próprio. A pauta de discussão, previamente preparada e aprovada no primeiro dia, com base em subsídios extraídos de documentos elaborados pelo Secretariado da Unesco, apresentava os seguintes itens: estruturas administrativas dos Estados europeus em matéria de políticas culturais; ampliação do acesso e da participação na cultura; o problema das inovações para o desenvolvimento cultural; cultura e meio ambiente; o papel e o lugar dos artistas

nas sociedades européias contemporâneas; a formação de administradores e animadores culturais; os instrumentos de análise do desenvolvimento cultural e bases e perspectivas da cooperação cultural.

A leitura dos temas propostos para discussão nos remete aos conceitos de desenvolvimento, cultura e educação formulados na década de 1960, assim como à sua articulação pela comunicação, na sociedade moderna, o que fica corroborado pelas recomendações aprovadas na Conferência dispensando assim comentários específicos a respeito de ambos. Isso permite ocupar-me aqui de algumas suposições quanto ao significado da Eurocult, inaugurando a série de conferências regionais sobre os aspectos culturais.

E, nesse sentido, é interessante lembrar as afirmações de René Maheu feitas por ocasião de sua visita aos Estados Unidos em 1963, em resposta à mensagem do presidente Kennedy lida em reunião da Comissão Nacional para a Unesco. Segundo essas afirmações, nas novas relações da Organização com o mundo em desenvolvimento, fundadas nas preocupações com a melhoria de vida e a dignidade dos povos, bem como no respeito às suas tradições culturais, a parceria América-Europa nucleada na força militar, deve substituir-se por uma parceria em que a Europa seja vista como uma “entidade cultural”, excluindo-se, portanto, das relações internacionais, no que diz respeito ao mundo em desenvolvimento, os recursos ao monopólio e à bipolarização.

O conteúdo dessas afirmações, expressas em solo norte-americano, num momento em que a Unesco, como vimos, está engajada na promoção da tecnologia espacial, permitem duas considerações.

A primeira delas consiste em compreendê-las como uma expressão da nova correlação de forças atuantes também na Conferência Geral, em que o debate sobre a comunicação, de grande vigor na década de 1960, reacende as divergências que atingem um ponto crítico a partir da década seguinte, quando,

por motivos distintos, o bloco socialista e alguns países europeus ocidentais unem-se aos países do Terceiro Mundo no chamado Grupo dos 77 – na verdade, mais de cem países em desenvolvimento entre 149 Estados membros, no início da década de 1970 –, o que expressa sinais da queda da hegemonia dos Estados Unidos também neste foro.

Assim, na 17ª CG-1972, que ocorre poucos meses após a Eurocult, os estudos sobre o uso do espaço, iniciados pela Unesco dez anos antes, culminarão na aprovação, com o único voto contrário, o dos EUA, de proposta apresentada pela URSS sobre a regulamentação das transmissões espaciais,³⁷ o que constitui a primeira tentativa de estabelecimento de limites à tese do livre fluxo de informações.

Em segundo lugar, e considerando o conjunto dessas conferências que culminarão na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondialcult) realizada no México em 1982,³⁸ assim como o contexto em que elas se desenvolvem, é possível compreender este esforço da Unesco como um repensar do universal, por ela incansavelmente perseguido, mediante a revitalização da ocidentalidade de suas origens européias. Todavia, essa revitalização pressupunha uma Europa que se busca unir, pelos elementos comuns que transcendem à diversidade de organização econômica e político-ideológica, nos quadros da cooperação regional, e na sua abertura ao mundo, especialmente, ao mundo em

37. Sobre a proposta da URSS, aprovada também na ONU, com o único voto contrário, dos EUA, ver Revista *Comunicación y Cultura*, n. 3, Buenos Aires: Editorial Galerna, 1974, p. 169-174. Ver a respeito MATTELART, Armand. *Multinacionais e Sistemas de Comunicação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976. Esse autor apresenta às páginas 88 a 92 a ofensiva dos EUA nos organismos internacionais, quando da discussão desse assunto, em que se inclui um memorando com a orientação e recomendações da Casa Branca à delegação norte-americana junto à Unesco.

38. Ver resumo do conjunto das conferências no documento Unesco. *Conferência mundial sobre políticas culturais*. Problemas e perspectivas. CLT- 82/MONDIALCULT/3. México, jul./ago. 1982. Paris: Unesco, 1982. Ver também Unesco. *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Informe Final, México, jul./ago. Paris: Unesco, 1982a. Inclui a Declaração do México aprovada nessa conferência. Sob o título “Povos e Culturas”, o tema da universalidade e diversidade da cultura é apresentado n’*O Correio*, ano 10, n.9, Rio de Janeiro, set. 1982b, onde vários autores apresentam sua reflexão sobre os temas discutidos nas conferências.

desenvolvimento que, aspirando ao universal mediado pela Unesco, não cessara de questioná-lo.

A Conferência que reúne em 1972 em Helsinque os ministros europeus da Cultura não consiste no primeiro passo nesse intento. Desde a Conferência de Ministros da Educação promovida pela Unesco, em Viena, em 1967, quando se estabelece a primeira oportunidade de as autoridades do leste e do oeste europeus discutirem as relações da educação com a sociedade, tal como são vividas e pensadas em ambos os lados, a idéia de uma Europa como uma unidade cultural, já afirmada por Maheu em 1963, está no horizonte de preocupações da Unesco (Maheu, 1974). Reunião semelhante é realizada na sede da Unesco com os ministros da ciência da Europa, em 1970, ano em que a Conferência Geral adota a Resolução 5.7 sobre a cooperação européia.³⁹ Além disso, no mês antecedente à realização da Eurocult, foi realizada a reunião das Comissões Nacionais européias para a Unesco, em Bucareste, em que é criado o Cepes – Centro Europeu para o Ensino Superior.⁴⁰

Num momento de crise da cultura, crise de hegemonia do modelo que se impunha, desde 1945, expressas nas críticas que se estendem a todas as formas de organização da sociedade e de domínio então vigentes, a Unesco parece buscar o universal, num mundo que parece se desintegrar. Para essa busca do universal, vale-se de uma Europa em que a distensão política se faz sentir, de um lado, pela suspensão do veto francês à participação da Inglaterra

39. A satisfação em relação ao interesse crescente para o desenvolvimento de cooperação e de relações de boa vizinhança entre Estados de diferentes modelos de organização social e política é registrada na resolução 2129(XX) da Assembleia Geral da ONU.

40. É necessário considerar aqui, em face do objetivo do Cepes de se constituir como foro e centro de informação e pesquisa para a “região Europa da Unesco”, que tal região é formada pelos países europeus ocidentais, Israel, Turquia e América do Norte, enquanto os países do Leste europeu formam um outro grupo regional, numa regionalização aprovada pela 15ª CG-1968, a fim de resolver a questão surgida em razão da admissão dos novos Estados membros na década de 1960, sobre a distribuição dos assentos no Conselho Executivo, com vistas a adequar sua composição no que diz respeito à diversidade cultural, seguindo Ato Constitutivo da Unesco. Ver BEKRI, 1991, p. 205-206.

na CEE, de outro lado, no restabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federal da Alemanha e a Romênia e a Iugoslávia – guardadas as diferenças, os rebeldes do mundo socialista. Uma mudança nas relações entre leste e oeste europeus prossegue e se amplia com o reconhecimento dos dois Estados alemães, pelo então chanceler da Alemanha Ocidental, Willy Brandt, e com os tratados germano-soviéticos para solução dos problemas de fronteiras, objeto de atritos desde o pós-45. Vale lembrar também que a Europa do final da década de 1960 e início da seguinte é ainda aquela que assiste, sob a détente, ao sopro do capitalismo em direção ao socialismo, como demonstram as aspirações de reformas, assim como a presença de multinacionais do ramo hoteleiro e de locação de carros, em países satélites do bloco soviético (Horowitz, 1976).

É também uma Europa que, colhendo os frutos do crescimento econômico em sua parte ocidental, num sistema capitalista cuja crise se evidencia no fim da conversibilidade do dólar (1971), reinsere-se neste sistema pelo trilateralismo (1973). Trata-se, sem dúvida, de um período de reordenamento da economia mundial, que integra governos e empresas privadas da Europa e do Japão, em franco processo de multinacionalização, e também dos Estados Unidos. Esse país, não obstante seu poder econômico e supremacia na área das comunicações, que se transnacionalizam, encontrar-se-á política e militarmente abalado, tendo de planejar a retirada de suas tropas do Vietnã e de responder às medidas do Oriente Médio, onde os países árabes, após o desfecho da Guerra do Yom Kippur articulado via Conselho de Segurança da ONU, decidiram-se pelo controle do petróleo, como arma de sua luta política. Esse é ainda um momento em que se revigora a guerra fria, após um período de détente, num mundo em que o poder nuclear extravasara as fronteiras dos dois pólos antagônicos.

Ao referir-se, em seus pronunciamentos na abertura e encerramento da Conferência de Helsinque, ao porquê das conferências regionais sobre os aspectos culturais começarem pela Europa, Réne Maheu enfatiza o “respeito escrupuloso” da Unesco à “diversidade qualitativa das culturas”, procurando eliminar qualquer interpretação de uma primazia cultural européia. Ressalta, entretanto, o fato de que a Europa, abstraindo os aspectos ligados ao domínio técnico, militar, econômico, pode legitimamente “orgulhar-se de haver dado origem a culturas de vocação universal, cuja fecundidade não cessa ainda hoje de manifestar-se para além de suas fronteiras” (Unesco, 1972, p. 57). Lembra ainda o Diretor Geral da Unesco, ao expressar sua satisfação com os resultados obtidos na conferência a respeito do lugar da cultura na Unesco e do lugar da Unesco na Europa, que, por “estranhas vicissitudes da história”, nos 25 anos de seu trabalho na ajuda ao desenvolvimento e em suas relações com o Terceiro Mundo, a Unesco, mesmo nascida na Europa e resultado de um produto conceitual tipicamente europeu, “parecera, algumas vezes, representar um papel apenas marginal nos assuntos desse continente” (Unesco, 1972, p. 66).

Esta conferência ocorre um ano após a criação do Intersputnik pela URSS, fato coincidente com a proposta de mudança na distribuição das ações do Intelsat no sentido de reduzir a supremacia dos Estados Unidos tal como estabelecida quando da criação deste sistema. Nela os países europeus, considerando as potencialidades oferecidas pelos satélites e sua combinação com outras tecnologias na individualização da recepção, manifestam suas preocupações com o imperialismo cultural e a uniformização dos comportamentos, ressaltando que a concentração destes meios, seja no plano nacional ou internacional, cria um impedimento para as prometidas possibilidades de escolha e participação dos usuários.

De tais preocupações derivam recomendações aos Estados membros de que eles encorajem a realização de atividades pan-européias, desenvolvendo relações de intercâmbio entre instituições culturais nos diversos campos: cinema, música, belas artes, bibliotecas, museus, rádio, televisão, edição; associem políticas culturais e políticas de comunicação, de modo a harmonizar os diversos meios, antigos e modernos, na difusão da cultura; promovam iniciativas com vistas à criação e desenvolvimento de fundações com fins culturais e sociais.

As recomendações dirigidas à Unesco incluem: realizar estudos, em cooperação com a União Européia de Radiodifusão e a União Internacional de Radiodifusão e Televisão tratando da oportunidade e dos meios de introduzir um programa permanente de televisão cultural européia sobre assuntos de interesse comum, assim como outros projetos similares; cooperar com as fundações européias nos quadros de seu programa; ajudar na organização de manifestações culturais européias, favorecendo a transformação de algumas manifestações nacionais de valor, já existentes, em manifestações internacionais. É também recomendado à Organização seu apoio aos países em desenvolvimento na busca da ressurreição e desenvolvimento de suas culturas nacionais e da eliminação das seqüelas do colonialismo, do neocolonialismo, do racismo e do domínio cultural.⁴¹

Preocupação presente nas conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais, e subjacente a estas recomendações, o empobrecimento da humanidade – que Eliot antevia, no imediato pós-guerra, como um possível pesadelo – é assinalado na Declaração do México, aprovada na Mondialcult, 1982, como consequência do ato de ignorar ou destruir a cultura de um grupo

41. A Eurocult apresenta como saldo uma recomendação geral e mais 32 recomendações diretamente ligadas aos temas constantes da pauta de discussões, organizadas na forma habitual de considerandos e recomendações aos Estados membros e à Unesco em diversos itens. Ver Unesco. *Conférence Intergouvernementale sur les Politiques Culturelles en Europe. Rapport Final*. Helsink, 19-28 jun. 1972. Paris: Unesco, 1972a.

qualquer entre aqueles que compõem a diversidade dos povos. Nesta declaração em que se sintetizam as reflexões coordenadas pela Unesco no conjunto das conferências regionais que antecedem à Mondialcult, o universal é definido por aquilo que ele não pode ser – não pode ser “postulado por qualquer cultura em particular” –, e por aquilo que constitui sua própria fonte – “a experiência de todos os povos do mundo, cada um dos quais afirmando sua identidade” que, indissociável da diversidade cultural, favorece a “comunhão nos valores universais que unem os povos”.

A recusa a um modelo, presente desde a conferência de Veneza e reafirmada na Eurocult, expressa-se ainda na disposição dos países em desenvolvimento de, sem descartar a cooperação internacional, fortalecer a cooperação cultural entre a América Latina e o Caribe e desenvolver as relações dessas regiões com as culturas africanas, árabes, asiáticas e européias (Américacult, 1973), assim como estimular a cooperação inter-árabe e entre países em desenvolvimento (Árabcult, 1981).

A convergência de propósitos manifestada nas conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais é acompanhada do esforço dos delegados dos governos dos países asiáticos, africanos, árabes e latino-americanos com vistas ao estabelecimento de uma sintonia entre seus objetivos nacionais e aqueles da Unesco: afirmando sua identidade como fator de liberdade e dignidade, condições para o advento de uma nova ordem, requisitos e condições para uma cooperação cultural nacional, regional, inter-regional e internacional; definindo esta cooperação pela justa reciprocidade, pela tolerância e compreensão entre co-partícipes, visando a paz; reivindicando, enfim, a valorização do patrimônio de cada cultura em sua autenticidade, como condição de coesão da nação, necessária à assimilação das técnicas modernas e afirmando, ao mesmo tempo, a solidariedade regional e inter-regional como estratégia do mundo em desenvolvimento.

No conjunto destas conferências realizadas entre 1970 e 1982 afirma-se a exigência da intercomplementaridade das políticas relativas aos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação, o que, na Declaração do México, fica associado à finalidade de estabelecer um equilíbrio entre o progresso técnico e a estatura intelectual e moral da humanidade, cujo descompasso Adiseshiah já apontara em *Pour que mon pays s'éveille* e *Il est temps de passer à l'action*. Nestas obras, a intercomplementaridade das políticas nos diversos campos de atuação da Unesco, fundadas nos conceitos de desenvolvimento endógeno, da cultura como um direito que não se restringe à elite e no conceito de educação permanente, responde à constatação de que “a participação da coletividade local é um imperativo absoluto” (Adiseshiah, 1972, p. 176) para as mudanças duráveis.

- A UNESCO, O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÃO E O DIREITO DE COMUNICAÇÃO

A Declaração do México, aprovada na Mondialcult em 1982, abre-se com a constatação de que as profundas transformações provocadas pelo avanço técnico modificam o lugar do homem no mundo, assim como suas relações com a natureza. Nesse novo contexto tecnológico, além de precisar a definição da universalidade e reafirmar a intercomplementaridade das políticas governamentais nas áreas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, reafirma-se também um objetivo que sempre foi o da Unesco: a “promoção da circulação livre das idéias pela palavra e pela imagem”. Tal objetivo, que pode ser compreendido como um princípio de ação, é então associado àquele relativo a uma “difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação, das idéias e dos conhecimentos”, situados, ambos, como princípios de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, viabilizadora do “direito de todas as

nações não apenas receber, mas também transmitir conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos” (Unesco, 1982, item 36).

Sintetizando a discussão sobre os diversos aspectos das políticas culturais, essa Declaração expressa, desta forma, algumas das motivações presentes nos debates sobre as desigualdades da ordem mundial que ocorrem em diversos foros internacionais e também na Conferência Geral da Unesco. Ao longo da década de 1970 prosseguem na Unesco os questionamentos e reivindicações do mundo em desenvolvimento concernentes aos problemas relativos à informação e à comunicação, nos quais se incluem: a identificação do princípio do livre fluxo de informação com um passado colonial a ser superado; a necessidade do estabelecimento de condições para um diálogo Norte-Sul em novas bases, como também para uma inter-comunicação Sul-Sul; a necessidade de superação dos estereótipos produzidos pelas imagens inexatas, falsas ou distorcidas veiculadas pela indústria cultural de âmbito mundial em fluxos de informação e mensagens comercializados pelas corporações transnacionais.

No período em que se desenvolve esse debate, a crise do sistema financeiro repercute na Unesco, reduzindo suas possibilidades de atuação, num momento em que, com o agravamento da situação política mundial, ela é percebida como um foro privilegiado para a discussão dos problemas decorrentes das relações Norte-Sul, vigorosamente enfrentados, com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, desde a Primeira Conferência de Cúpula dos Países não-Alinhados, em 1961.

Na continuidade deste movimento, em 1973, em Argel, na sua Quarta Conferência, as lideranças governamentais dos países dos três continentes explicitam a indissociabilidade entre uma nova ordem econômica mundial e uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, e contrapõem ao princípio do livre fluxo de informação a reivindicação de uma informação mais

ampla, livre e equilibrada. Retomadas em reuniões posteriores desse movimento, tais idéias serão aprofundadas e, desde a Conferência de Ministros da Informação desses países, em 1976, serão formalizadas numa declaração, ratificada na Quinta Conferência dos Chefes de Governos, realizada também em Colombo, no mesmo ano.

O que os países não-alinhados reivindicam é que seja dado pleno sentido à liberdade de expressão, mediante o estabelecimento das condições para um equilíbrio nos fluxos de informação, de forma a viabilizar a democratização da informação no plano internacional, com vistas a tornar possível a difusão da auto-imagem dos países do mundo em desenvolvimento, assim como seu acesso às informações necessárias à tomada de decisão na condução das economias nacionais.

Estas reivindicações repercutem no Sistema das Nações Unidas na aprovação, depois de difíceis negociações,⁴² pela Assembléia Geral da ONU em sessões extraordinárias, (de 1974 a 1975) da Declaração das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Nesses documentos, explicita-se a impossibilidade de – sob a permanência de vestígios da dominação estrangeira, colonial e neocolonial, da discriminação, assim como da partilha desigual dos benefícios do desenvolvimento tecnológico – atingir-se a emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento, reconhecendo-se

42. Os países industrializados, divididos na aprovação desses documentos internacionais em atendimento às reivindicações postas pelos países em desenvolvimento, unem-se, em 1975, na constituição do grupo dos sete países mais industrializados – G-7, que reúne Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Japão num novo diretório mundial de decisões sobre as relações Norte-Sul, cuja modificação então se pleiteava. O que evidencia o prosseguimento da tendência no cenário internacional de criação de centros de poder mundial, num sistema que, constituindo-se paralelamente ao Sistema das Nações Unidas, opera acima deste na defesa dos interesses dos países mais ricos do planeta. Assim, antes do G-7, cria-se, em 1960, quando vai se configurando uma nova relação de forças com a nova composição dos organismos internacionais criados no pós-45 em virtude da aceleração do processo de descolonização, a OCDE, e, em 1973, a Comissão Trilateral. Ver a respeito: DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1919-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

então o direito de esses países se beneficiarem dos progressos científicos e tecnológicos para a aceleração de seu desenvolvimento econômico.

O senegalês, Amadow-Mahtar M'Bow, eleito Diretor Geral da Unesco em sua 18ª CG-1974, situa nesse ano o final do primeiro período de realizações bem sucedidas da Organização no cumprimento do que determina seu Ato Constitutivo. Nessa linha de raciocínio, pode-se mencionar, como ações que marcam o início de um segundo período: a inclusão no programa da Unesco da noção do “direito de comunicar”;⁴³ a ampliação da Organização com a admissão de novos membros, entre os quais a República Democrática da Coreia e a Guiné-Bissau, que obtivera no Acordo de Argel o reconhecimento de sua independência; a admissão, na Conferência Geral, na qualidade de observadores, da Organização para a Libertação da Palestina – OLP, reconhecida, no ano anterior, pela Liga Árabe, assim como de quatorze movimentos de libertação reconhecidos pela Organização da Unidade Africana – OUA, movimentos que, desde 1970, recebiam o apoio da Organização (Unesco, 1974, Rapport du Directeur Général).

Pode-se ainda acrescentar que, nesse segundo período, a Unesco é penalizada com a suspensão da contribuição dos Estados Unidos para o orçamento do biênio seguinte, em represália às resoluções aprovadas sobre Israel, sendo esse apenas um exemplo das oposições interpostas à Unesco desde que ela se envereda no contraditório terreno da liberdade de informar – ciosa, ideológica e agressivamente guardada mediante o princípio do livre fluxo de informação – e da liberdade de informar-se, bem como das capacidades e do direito de comunicar.

43. Este conceito, apresentado em 1969 por Jean D'Arcy, então diretor dos Serviços Visuais e de Rádio no Escritório de Informação Pública da ONU, apontava para a necessidade de, nas novas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da comunicação, ampliar-se o direito à informação, estabelecido 21 anos antes pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a fim de abarcar, tendo em vista as condições políticas presentes no novo momento de progresso tecnológico, o direito de comunicar. FISCHER, Desmond. *O Direito de Comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984, publicado pela primeira vez na coleção da Unesco, Rapports and Papers on Communication, n. 94, em 1982.

Esse é também o momento em que a mesma Conferência Geral, que desde 1970 autorizara o Diretor Geral a analisar o direito de comunicar, assim como a ajudar os Estados membros na formulação de suas políticas de informação, recomenda a realização de Conferências Intergovernamentais sobre Políticas de Comunicação para América Latina e para a Ásia. Essa recomendação, na interpretação dos defensores do princípio do livre fluxo de informação, aponta para o objetivo de atribuir ao Estado uma tarefa que não é a dele, ou seja, a tarefa de estabelecer o controle sobre os fluxos e o conteúdo da informação.

Além disso, o Diretor Geral é convidado, através de resolução aprovada na mesma Conferência Geral, a convocar um grupo de especialistas para apresentar relatório sobre a influência das empresas transnacionais na educação, na ciência, na cultura, na comunicação, no meio ambiente e no desenvolvimento.⁴⁴

Os rumos que vão tomando o debate e os programas de ação da Unesco desde o início da década de setenta permitem compreender o sentido da mesa redonda do seu Secretariado, organizada em 1970 por René Maheu, com a finalidade de estudar possíveis melhorias nos programas, nas estruturas e nas relações humanas deste Secretariado. Permitem ainda compreender a contundência da expressão de M'Bow em matéria intitulada "Um programa executado em que pesem sérios obstáculos" (1976, p. 350), em que se lê que, durante o biênio 1974-1976,

pela primeira vez na história da Organização, uma campanha sistemática era conduzida contra ela, desde seu exterior, com ramificações no seio mesmo do

44. A Unesco desenvolve a partir de 1975 vários estudos sobre a influência das sociedades transnacionais em suas áreas de atuação. Ver a respeito, REIFERS, Jean-Louis. *Sociétés transnationales et développement endogène: effets sur la culture, la communication, la science et la technologie*. Paris: Unesco, 1981.

seu Secretariado, cujo objetivo, na aparência, era impedir que o Diretor Geral executasse o programa aprovado na Conferência Geral.

É possível compreender também a expressão o “espírito de Nairobi” utilizada com frequência para se referir à 19ª CG-1976, traduzindo a atitude de tolerância, assim como a disposição para a conciliação de interesses divergentes, de modo a evitar, na busca do consenso, o confronto que ameaçava a sobrevivência da Organização, à época transformada em notícia na grande imprensa ocidental.

Essa atitude e disposição foram alcançadas mediante o uso de técnicas de negociação nas questões controversas, geradoras de impasses na Conferência Geral. Tal estratégia, que objetiva preservar a Unesco após os afrontamentos ocorridos na 18ª CG-1974, tem origem na proposta de M’Bow, aprovada pelo Conselho Executivo, de constituição de um grupo de redação e de negociação, para obtenção de acordo e aprovação de decisões pelo consenso, e não apenas pela forma habitual do voto, que estava colocando em minoria, na Conferência Geral, os maiores financiadores da Unesco.

Posta em prática pela primeira vez na 19ª CG-1976, realizada em Nairobi, essa técnica de negociação resultou no adiamento de questões, entre as quais os anteprojetos de declaração sobre os meios de informação e a questão racial. Anteprojetos que, após novos estudos e negociações, foram aprovados na 20ª CG-1978, na “Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas, ao Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Humanos e à Luta contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra”.⁴⁵ Esta técnica permitiu,

45. Em 1980, em Oslo, a Unesco apresenta, no Colóquio sobre o Consenso, organização conjunta da sua Divisão dos Direitos do Homem e da Paz e da Comissão Nacional norueguesa para a Unesco, reflexão sobre o consenso defendendo sua necessária institucionalização naquele momento da sociedade mundial, com vistas à obtenção de acordo nas questões que visam ao bem comum da humanidade, preservando, ao mesmo tempo, a soberania dos Estados-nação. Ver a respeito: M’BOW, Amadou Mahtar e outros. *Le Consensus et la Paix*. Paris: Unesco, 1980.

nesse momento de grande complexidade, a aprovação de amplo leque de questões, algumas controversas, entre as quais o Primeiro Plano de Médio Prazo da Unesco 1977-1982, cujo primeiro esboço fora apresentado na 16ª CG-1970, em atendimento à recomendação feita desde a 14ª CG-1966 (HUMMEL, 1982).

Unidade e diversidade em tensão permanente, exigindo uma análise e soluções globais dos problemas, que são globais, constitui a idéia fundamental que abre a reflexão do Diretor Geral sobre as questões com as quais o mundo se defronta, nesse novo contexto de desenvolvimento tecnológico, na obra *Comprendre pour agir: l'Unesco face aux problèmes d'aujourd'hui et aux défis de demain*, que apresenta o Primeiro Plano de Médio Prazo 1977-1982. O corolário imediato dessa idéia é que, num mundo de sociedades cada vez mais interdependentes, impõem-se o respeito às diferenças, a solidariedade entre as nações, assim como sua união na superação das desigualdades e dos conflitos e na construção e realização de um projeto humano, para a humanidade como um todo.

Nessa reflexão, a universalidade e indivisibilidade dos direitos do homem são consideradas em sua relação com as questões postas pelo desenvolvimento que, exigindo uma visão unitária e global da problemática mundial, se desdobra em contradições, confrontos e tensões e desigualdades profundas e inaceitáveis, em todos os campos ou dimensões da vida e da expressão humanas. Em consequência, recorre-se aí à noção da universalidade do desenvolvimento, assim como à universalidade da ciência que lhe fornece fundamentos e meios.

Ressalta-se, em relação à ciência, suas características de objetividade e neutralidade, as quais, junto com sua universalidade, supostamente a ligariam, em nome de sua natureza teórica, à busca desinteressada do conhecimento como fim, um “em si”, o que justificaria a liberdade do cientista na busca deste

conhecimento. Tal perspectiva implica considerar a atividade científica como algo separado do contexto social e cultural em que se realiza quando, na verdade, deve-se reconhecer que essa atividade, longe de ser neutra, é política.

Objeto, portanto, de escolhas e decisões, a atividade de pesquisa incide nos caminhos e finalidades do desenvolvimento, em sua dimensão global. Da relação mútua destes caminhos e finalidades com os problemas do crescimento econômico, impulsionado pelo conhecimento científico, decorre a necessidade imperativa de uma ética da ciência. Da mesma forma, levando-se em conta a indissociabilidade desses dois aspectos fundamentais da ciência – sua dimensão teórica que a faz universal, e sua dimensão social, cultural e política que lhe impõe a diversidade do particular, do local –, faz-se necessário considerar o conhecimento científico como patrimônio comum da humanidade, em contraposição a uma apropriação exclusiva deste saber. Até porque, o desenvolvimento por ele possibilitado, em sua universalidade e diversidade, “é um processo que está em todas as partes, mas cujo centro não está em parte alguma” (M’Bow, 1977, p. 22).

Na versão finalmente aprovada, o Primeiro Plano de Médio Prazo da Unesco (Doc. 19C/48), fundado nos conceitos de desenvolvimento endógeno e descentrado, na consideração da ciência como patrimônio comum da humanidade, no respeito à identidade cultural dos povos e às necessidades das nações que a constituem, no reconhecimento da indivisibilidade e universalidade dos direitos do homem, inclui modificações, entre as quais a incorporação do princípio do fluxo mais livre e equilibrado da informação. Essa modificação atende a recomendação da Assembléia Geral da ONU, pela qual as agências especializadas deste sistema são chamadas a elaborar programas em suas áreas de competência com vistas à busca de uma nova ordem econômica internacional – NOEI.

Tendo em vista o mesmo fim, uma reorganização institucional da Unesco é também aprovada nesta Conferência Geral, com a criação de três novos setores: o de Apoio ao Programa e à Administração, o de Desenvolvimento das Relações Exteriores e o de Cultura e Comunicação. Além disso, o Departamento de Ciências Sociais, cada vez mais solicitado numa sociedade una, e ao mesmo tempo diversa e tensionada, foi transformado em em Setor de Ciências Sociais.

Simultaneamente a esta reorganização institucional, numa instituição intergovernamental que, nas palavras do então Subdiretor Geral de Cultura e Comunicação, “não pretende mais falar de modo geral em ‘liberdade de expressão’ e ‘liberdade de informação’ e sim em ‘acesso e participação na informação’ e ‘circulação equilibrada de informação’”,⁴⁶ é também aprovada nova modificação na composição do seu Conselho Executivo, cujos membros, eleitos pela Conferência Geral, mas indicados pelos Estados membros, podem, desde então, ser substituídos, segundo as conveniências exclusivas dos governos nacionais que representam.

Nesta mesma Conferência Geral é obtido acordo para a constituição da Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação – CIC. Presidida pelo jornalista irlandês Sean MacBride, a CIC, constituída em dezembro de 1977, seguiu os procedimentos habituais. Contempla na sua constituição as diversas, às vezes até contrárias, posições defendidas pelas forças heterogêneas que protagonizavam o debate sobre a informação e a comunicação

46. Cf. MAKAGIANSAR, Makaminan. “A Unesco e os problemas da comunicação”. In: *O Correio*, ano 5, n. 6. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Unesco, jun. 1977. Com o tema: “Informação: de quem e para quem?”, esse número de *O Correio* é dedicado ao assunto que dividiu a Conferência Geral de 1976, apresentando as posições diversas dos envolvidos na questão, incluindo os países não-alinhados, a posição soviética e a dos Estados Unidos, assim como o trabalho da Unesco na criação e apoio ao funcionamento de agências nacionais de notícias.

na sociedade mundial.⁴⁷ Como de costume, as divergências apresentadas no exame das questões constantes de seus objetivos, diante da impossibilidade e/ou da inconveniência de um aprofundamento, são registradas em notas de rodapé incluídas no relatório final.

Esse relatório, intitulado *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*, foi apresentado, em sua forma definitiva, na 21ª CG-1980, realizada em Belgrado, onde é aprovado pela resolução 4/19. Essa resolução, junto com a resolução 4/21, que trata da criação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação – PIDC,⁴⁸ aprovada nessa mesma Conferência Geral, nortearão a ação da Unesco na área de comunicação nos anos imediatamente subsequentes (23 C/3, 1985, p. XXV).

Considerar em conjunto as ações aprovadas nessas duas resoluções, a primeira relacionada à fase de reflexão sobre os problemas da comunicação mundial, a segunda voltada para as medidas operacionais relativas à promoção das políticas e das infra-estruturas de comunicação, bem como à formação de profissionais para a área, nos quadros da cooperação internacional, permite compreender melhor seu significado no contexto em que se desenvolvem.

Permite ainda compreender como, mais uma vez, a Unesco realiza “a síntese dos contrários”, explicitados e, ao mesmo tempo, ocultos no relatório da CIC, cujo título, de acordo com Mustapha Masmoudi, em vez de *Um mundo*

47. Utilizando aqui uma terminologia que não é a da Unesco estão aí representados o bloco soviético, o bloco ocidental (França, Canadá, Holanda e Estados Unidos) e o G-77, ou seja, os países não-alinhados, que inclui a Iugoslávia e países da Ásia, África e América Latina.

48. O PIDC tem origem em sugestão da delegação norte-americana apresentada na 20ª CG-1978, na qual, após um ano de trabalho, a CIC apresenta seu relatório em versão provisória. O objetivo estabelecido para o PIDC nessa resolução consiste em “promover políticas, infra-estruturas e formação em matéria de comunicação”. A mesma resolução, tendo em vista a contribuição da Unesco à cooperação internacional nessa área convida o Diretor Geral a convocar os “representantes dos governos para uma reunião de planificação em que se defina e proponha um mecanismo institucional de consulta sistemática sobre as atividades, as necessidades e os programas relativos ao desenvolvimento da comunicação”, do que resultará a criação do Conselho Intergovernamental do PIDC. Cf. Res. 4/9.4, *Actas de la Conferencia General*, 20ª reunión. Resoluciones, volume 1, Paris, 24 out./nov. 1978, p. 109.

e muitas vozes deveria ser *Por uma nova ordem mundial da informação e da comunicação*,⁴⁹ designação mais compatível, segundo ele, com o objetivo do texto. Interpretação diversa é apresentada pelo representante soviético, Sergei Losev, para quem o conceito de uma nova ordem internacional da informação “foi solapado durante a preparação do relatório”, “demasiadamente ocidentalizado, tanto na terminologia quanto no seu enfoque” (Apêndice I do Relatório, 1983, p. 462).

Em sentido semelhante, Gabriel Garcia Marquez e Juan Somavía, também membros da CIC, chamam a atenção para a “tendência a ‘glorificar’ as soluções tecnológicas”, presente no relatório, cujo enfoque, de outro lado, situa a comunicação como processo social, para além da informação, “o que permite situar o debate geral da comunicação no contexto global, ao mesmo tempo político, econômico e cultural, como se deve”. E, concordando com a legitimidade de se pensar no desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação dos países do Terceiro Mundo, alertam para a inadequação de adotar-se, para esse fim, a idéia de um “Plano Marshall”, cuja tendência seria “reproduzir os valores ocidentais e os interesses transnacionais nas sociedades do Terceiro Mundo” (Apêndice I do Relatório, p. 465).

A respeito dos limites e possibilidades do Relatório MacBride – os limites, mais que as possibilidades são freqüentemente apontados – é necessário considerar, em primeiro lugar, que, quando a CIC inicia seu trabalho, a discussão sobre os problemas da comunicação, na perspectiva da defesa de uma nova

49. Mustapha Masmoudi, um dos membros da CIC, fora secretário de Estado encarregado da informação e, além de delegado permanente da Tunísia na Unesco, é, na ocasião, presidente do Conselho Intergovernamental de Coordenação e Informação dos Países não-Alinhados. Cf. MACBRIDE, Sean, et alii. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação* na nossa época. Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ Unesco, 1983, p. 482. A citação é retirada do Apêndice I, p. 463.

ordem internacional da informação, já está em curso. Este debate tem início na década de 70 e prosseguirá na seguinte, envolvendo não apenas os atores intergovernamentais,⁵⁰ mas também organizações de profissionais, como a Federação Latino Americana de Jornalistas e a Federação Árabe de Jornalistas, além de organizações de pesquisa, como a Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento (Suíça), a Fundação Dag Hammarskjöld (Suécia), o Instituto Internacional de Comunicação (Colônia, Alemanha Ocidental), o Instituto Latino Americano de Estudos Transnacionais (ILET, México), cujas atividades se relacionam com o desenvolvimento da questão na ONU, na Unesco e na CIC, realizando-se, algumas delas, em conjunto com as duas últimas.⁵¹

Acrescente-se a isso a repercussão nos trabalhos da CIC das Conferências Intergovernamentais sobre as Políticas de Comunicação realizadas pela Unesco – em 1976, para a América Latina, em São José da Costa Rica, e em 1979, em Kuala Lumpur (Malásia), para a Ásia e a Oceania – ambas consideradas, em suas recomendações básicas, no relatório da CIC. Em 1980 realiza-se conferência sobre esse tema em Yaoundé, Camarões, para a África. A mesma conferência relativa aos Estados Árabes, somente será possível em 1987.⁵²

50. Além do movimento dos não-alinhados já citado, também os países do Pacto Andino haviam explicitado em Declaração de 1972 suas preocupações com a circulação na sub-região de informações em sua maioria processadas no exterior.

51. Cf. RONCAGLIOLO, Rafael. "ANOMIC. Contra-informação e democracia a partir do Terceiro Mundo". In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.) *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982; FISCHER, Desmond, 1984; SOMAVIA, Juan. (Org), 1977; Relatório MacBride; BELTRÁN, Luis Ramiro S. e CARDONA, Elizabeth Fox. "Mass media et domination culturelle". In: *Perspectives*, vol. X, n. 1, Paris: Unesco, 1980, p. 81-95; Unesco. *Telecommunication tariffs for the mass media*. New Communication order, n. 8. Paris: Unesco.

52. A Conferência Intergovernamental sobre as Políticas da Comunicação para os Estados Árabes foi convocada pelo Diretor Geral da Unesco desde 1982, em atendimento à resolução adotada pela 21ª CG-1980. Sua realização, prevista inicialmente para esse ano, foi adiada para 1984, por resolução da 22ª CG-1983, em razão do agravamento crescente da situação política no Oriente Médio, desde a segunda metade da década de 70, referida no relatório final da Conferência como "circunstâncias imprevistas". Após novo adiamento, o Conselho Executivo autoriza o Diretor Geral a proceder ajustamentos necessários no programa e no orçamento do biênio 1986-1987, com vistas à realização da Conferência que ocorre, nesse último ano, na capital do Sudão. Cf. Unesco. *Conférence intergouvernementale sur les politiques de la communication dans les États arabes*. Rapport final. Khartoum (Soudan) 19-23 jul. 1987. CC-87/ARABCOM/3.

Os objetivos dessas conferências, que incluem o papel da comunicação numa abordagem global do desenvolvimento, com referência particular à educação, ciência, tecnologia e cultura, apresentam vários desdobramentos nos debates que elas propiciam: na afirmação das identidades culturais; na recusa à imposição cultural vertical, assim como a padrões de comportamentos uniformes que podem resultar na perda da substância cultural autóctone; na valorização das formas tradicionais de comunicação interpessoal e comunitária, vistas como não impeditivas do desenvolvimento da comunicação; na defesa do uso racional dessas formas de comunicação; na afirmação do papel dos meios de comunicação na preservação dos fundamentos espirituais da nação árabe, que têm no Islam sua fonte primordial (CC-87/ARABCOM/3, P. 24).

As recomendações decorrentes dizem respeito à criação de Conselhos Nacionais de Comunicação, à criação e desenvolvimento de agências nacionais e regionais de notícias, com vistas a garantir o pluralismo das fontes de informação, e ao papel da Unesco na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento de sistemas nacionais de comunicação. Da mesma forma, essas recomendações, considerando a comunicação como um bem social, um serviço público e não como uma mercadoria, reforçam o trabalho conjunto da Unesco com a UIT, no que se refere ao estabelecimento de tarifas preferenciais ou a preço reduzido para as novas agências de notícias que foram sendo criadas, não obstante as dificuldades interpostas pelas agências privadas, em defesa de seus interesses no mercado da informação.

Exemplo nesse sentido nos é dado com a criação da ALASEI – Agência Latino Americana de Serviços Especiais de Informação, em 1983. Sua criação atende às recomendações da Conferência Intergovernamental de Políticas de Comunicação de São José da Costa Rica, na qual os governos participantes estabelecem ainda que a criação de agências de notícias, então reivindicada,

não deveria resultar em qualquer prejuízo para o livre funcionamento, presente ou futuro, das agências já estabelecidas na região. (O Correio, 5, n. 7, jun. 1977, p. 6).

Desta forma, os protestos e a mobilização da SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa, que reúne proprietários de 1500 jornais da região, e da AIR – Associação Interamericana de Radiodifusão, que congrega proprietários de emissoras de rádio e televisão da América Latina e dos Estados Unidos, contra a criação da ALASEI, não são isolados das salvaguardas de seus interesses também em relação aos governos locais.⁵³

De outro lado, há que se considerar as dificuldades para implantação de legislação nacional visando ao cumprimento do direito constitucional de comunicar. Exemplo dessas dificuldades são as tentativas de sucessivos governos mexicanos no sentido de concretizar recomendações da mesma conferência, num momento em que o poder do Estado perante as corporações transnacionais e seus associados locais é crescentemente diminuído e delimitado por sua localização na divisão internacional do trabalho e no sistema econômico mundial. Este fato é demonstrado por John Sinclair, em sua análise do caso específico da Televisa “mexicana”, em suas articulações transnacionais, visando à conquista do mercado de língua hispânica no campo da informação e do entretenimento.⁵⁴

Ainda a respeito dos limites e possibilidades do relatório da CIC, há que se considerar também que, desde os anos iniciais da década de 70, a Unesco

53. Cf. “A SIP boicota a ALASEI”. In: *Cadernos do Terceiro Mundo*, VI, n. 61, dez. 1983, p. 86-87.

54. Em sua análise o autor demonstra a necessidade de superação de vícios da análise crítica, a fim de que ela dê conta das múltiplas e contraditórias relações no campo da comunicação nas novas condições de expansão mundial de um modelo comercial de informação e comunicação. Defende para tal o abandono de uma perspectiva segundo a qual o mundo estaria dividido em dois blocos distintos de nações-estado mantidos em um equilíbrio desigual: um bloco ocidental reproduzindo as relações coloniais do neocolonialismo, sob uma nova hegemonia, mediante uma arqui-manipulação do Terceiro Mundo, visto também como um bloco que seria homogêneo. SINCLAIR, John. “Neither west nor third world: the mexican television industry within the NWICO debate”. In: *Farewell to NWICO? Media, Culture and Society*, vol. 12, SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 343-360. Ver também na mesma fonte: ROACH, Colleen. “The movement for a new world information and communication order: a second wave?” p. 283-307.

e suas ações, principalmente aquelas relacionadas às Conferências Intergovernamentais sobre as Políticas de Comunicação, à CIC, ao PIDC e à Mondialcult, foram objeto de uma campanha sistemática empreendida pelos meios privados de comunicação. Essa campanha contou ainda com a participação ativa do governo dos Estados Unidos, principalmente no período presidencial de Ronald Reagan. Seu governo, na nova orientação do mundo capitalista, se destaca, juntamente com o governo inglês de Margareth Thatcher, na luta contra o capitalismo assistencialista da “Era de Ouro” (Hobsbawm, 1995, p. 245). No curso dessa campanha, é anunciada pelo Secretário de Estado, George P. Schultz, a retirada dos Estados Unidos da Unesco em 1984, seguida no ano seguinte pela retirada também da Inglaterra e de Cingapura.

Os ataques e acusações endereçados à Unesco e suas ações não são isentos das prerrogativas conferidas pelo poder de selecionar, organizar e difundir as informações, nem dos preconceitos diversos que supostamente justificam a defesa de interesses garantidos pelo princípio do livre fluxo de informação, de longa data preservado, inclusive pela própria Unesco. Esses ataques pelos quais a Unesco é agora transformada em ré, são fartamente documentados, analisados e discutidos em *Hope & Folly: the United States and Unesco 1945-1985*.⁵⁵

Assim, para os meios ocidentais de informação, a CIC é traduzida como uma ameaça à imprensa livre, contra a qual a “anti-americana e anti-democrática”⁵⁶ Unesco teria declarado guerra, através da NOMIC. Esta é interpretada como “ataque, sob o patrocínio soviético, à imprensa livre” (citado

55. Visando situar em sua perspectiva histórica a campanha contra a Unesco e contribuir para a defesa da cooperação internacional e do sistema das Nações Unidas, o livro que apresenta estudos de William Preston Jr., Edward S. Herman e Herbert I. Schiller sobre as relações dos Estados Unidos com a Unesco, desde o período em que essa foi idealizada, foi também objeto de ataques antes mesmo de sua publicação, em 1989. Cf. RAY, Ellen e SCHAAP, William. “Introduction”. In: *Hope & Folly: the United States and Unesco 1945-1985*. Institute for Media Analysis Inc. New York: University of Minnesota Press, Mineapolis, 1989.

56. Citado por HERMAN, Edward S. “Anatomy of a smear: Ed Bradley and “60 minutes” on Unesco”. In: *Hope & Folly: the United States and Unesco*, 1989, p. 328.

por Preston Jr., p. 128). NOMIC e PIDC são aí considerados como instrumentos de uma NOEI, por sua vez interpretada como “fórmula para um Estado socialista global”; ou também como um “esquema simplista de redistribuição de saúde e recursos a mais de cem nações subdesenvolvidas, mediante a criação de um Estado de bem-estar global financiado, principalmente pelos Estados Unidos e as nações industriais do mundo” (citado por Ray e Schaap, 1989, p. 22). É necessário ressaltar, entretanto, que as duas formas de Estado se equivalem, como ameaças à liberdade do mercado, no contexto do neoliberalismo em processo de consolidação. Nesse contexto a cooperação multilateral postulada no pós-45 sob a coordenação dos organismos intergovernamentais cede seu espaço, já restrito, aos contratos bilaterais os quais, vale ressaltar, são apoiados pela Unesco da década de 90, que realiza assim, seu papel catalisador (Mayor, 1995a).

Considerando os diversos espaços em que ocorria, desde o início da década de 70, o debate sobre a NOEI e a NOMIC, assim como o fato de que a Unesco, na defesa de um fluxo equilibrado da informação, não abrisse mão do princípio do livre fluxo de informação, é possível que o sentido da campanha empreendida contra ela se explique, em primeiro lugar, pelo fato de que, para o monopólio transnacional da *media* a partilha do poder, por menor que seja a parcela reivindicada, está fora de discussão. Há que se ressaltar que, mesmo no esgotamento do multilateralismo, uma recomendação aprovada num organismo do sistema das Nações Unidas, ainda que não atendida, constitui sempre um constrangimento moral para as grandes democracias do mundo ocidental.

- O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÃO, A UNESCO E SUA NOVA ESTRATÉGIA

A realidade mundial dos anos 90 apresenta novos desafios às organizações criadas no pós-45 com o objetivo de atender à necessidade de

coordenar a cooperação entre as Nações Unidas, visando à reconstrução do mundo, seu desenvolvimento, o progresso e a paz. E, no que concerne à Unesco, e mais especificamente ao seu ideal de universalidade, essa realidade se apresenta, ao mesmo tempo, carregada de promessas e de esperanças. Promessa de uma humanidade unida, que ainda mantém na Unesco, já nos meados da década, a esperança de que se repita, com a derrubada dos muros da pobreza, da exclusão e da ausência de solidariedade que permanecem separando povos e nações, o “sentimento propiciado pela conquista espiritual que, em novembro de 1989, a todos emocionou”.⁵⁷

A Unesco da década de 90, fundada no que já se conseguira em relação ao desarmamento, nutre a esperança de que, neste novo contexto, recursos até então destinados à indústria da guerra sejam encaminhados para a correção do abismo entre a prosperidade de poucos e a pobreza de muitos, o que, em outras palavras, traduz-se na esperança de que o cumprimento deste, que é o dever de todas as nações, possa ser o início “da grande transição de uma cultura fundada na força para uma cultura cujo fundamento seja a paz” (Unesco, 1989, p. 11).

Concentração na missão ética da Unesco, com vistas a um “retorno” à essência do seu Ato Constitutivo – “construir a paz no espírito dos homens” – constitui o propósito exposto pelo seu Diretor Geral na 25ª CG-1993. Propósito sugestivo se, lembrando que este sempre foi o objetivo da Unesco, o associarmos ao clima de guerra desencadeado nas duas décadas anteriores, por suas ações visando à construção de uma NOEI e de uma NOMIC, incorporadas aos objetivos dos dois planos de médio prazo para os períodos de 1977-1982 e 1984-1989, e ao PIDC. Esse clima de guerra culminou numa redução

57. Frederico MAYOR, na sessão de abertura da 28ª CG-1995. Cf. Unesco. *Comptes rendus des débats*. Vingt-huitième session. Paris: Unesco, 1995, p. 12.

significativa da abrangência universal da Unesco que deixa de contar, na primeira metade da década de 80, com três dos seus Estados membros dos quais dois eram os maiores contribuidores de seu orçamento.

Compreender esse retorno, essa esperança e esse propósito nos remete à “nova estratégia” adotada por consenso na 25ª CG-1989, em que é também aprovado o Terceiro Plano de Médio Prazo da Unesco, para o período de 1990-1995. A elaboração tanto do Plano quanto da “nova estratégia”, como assim o exigia a situação em que então se encontrava a Unesco, leva em conta os resultados de um amplo e diversificado processo de avaliação dos três biênios de execução do Segundo Plano de Médio Prazo e da Unesco como um todo.

Incluem-se neste processo estudos realizados pelo Secretariado da Unesco e por órgãos intergovernamentais, por este Secretariado em colaboração com outras agências da ONU, pelo Conselho Executivo e por avaliadores externos. Entre estes, o General Accounting Office dos Estados Unidos apresenta, em 1984, um relatório sobre a administração da Unesco, também objeto de estudo, em 1988, da comissão independente, presidida por Knut Hammar skjöld, assim como do Grupo consultivo internacional, sob a presidência de Peter Wilenski que apresenta em fevereiro de 1990 seu relatório de avaliação da Unesco.⁵⁸

58. Tem início a partir deste ano uma reforma administrativa e de pessoal, abrangendo os seguintes aspectos: concentração e descentralização do trabalho da Unesco, redução de despesas administrativas, simplificação e racionalização de procedimentos e práticas de administração, delegação de poderes, contratação e avaliação de pessoal, compreendendo redução de postos de serviço, estratégia de recrutamento que atenda o critério de concorrência para preenchimento dos postos de serviço, sistema de horários flexíveis com verificação efetiva de presenças e sistema de notação visando uma avaliação por mérito. O processo de reforma conta ainda com o trabalho de acompanhamento do grupo consultivo constituído por C. L. Sharma, Diretor Geral Adjunto da Unesco, (presidente), K. Hammar skjöld, diplomata suíço, então membro da direção geral de várias sociedades públicas e privadas e J. Fobes ex-chefe da USAID na Índia e, na ocasião, presidente da Associação para as Nações Unidas (Oeste da Carolina do Norte, EUA) e membro do Clube de Roma. Este grupo apresentou um relatório em 1993, outro em 1994, dois em 1995 e um em abril de 1996. O General Accounting Office, que antes do relatório citado já havia apresentado um em 1979, apresenta outros relatórios em 1992 e 1993. Cf. Unesco. *La volonté de réforme. Aperçu des réformes réalisées: 1988-1996*. Paris: Unesco, 1996.

A elaboração desses dois documentos – o Plano e a nova estratégia – envolve, além disto, um amplo processo de consulta e de negociação, em reuniões e conferências das Comissões Nacionais para a Unesco da América Latina, da África, da Ásia e do Pacífico, dos Estados Árabes e da Europa, realizadas no período entre janeiro de 1987 e fevereiro de 1989. Considera também o informe do Conselho Executivo, em que, revisadas e analisadas as relações entre a Unesco e as Organizações Não Governamentais no período 1983-1988, apresentam-se recomendações quanto à preparação e execução do programa, às subvenções às ONGs e à descentralização das atividades da Organização. Considera ainda os resultados obtidos pelas OINGs reconhecidas pela Unesco como entidades consultivas das categorias A e B, na sua 21ª Conferência realizada em junho de 1988 na sede da Unesco.

Desde a 23ª CG-1985, a primeira após a retirada dos Estados Unidos e da Inglaterra, tem início nas instâncias máximas da Unesco o processo de elaboração da “nova estratégia”, e também da organização das condições para, mais uma vez, empreender-se a “síntese dos contrários”.

Nesta Conferência Geral, M’Bow apresenta o documento “Métodos de preparação do Terceiro Plano de Médio Prazo e o calendário de seu exame e aprovação”, ficando decidido, conforme resolução 23 C/48, que esta matéria seria discutida e votada na 25ª CG-1989. Consta ainda desta resolução o convite ao Diretor Geral para realizar estudo sobre o calendário e os preparativos do projeto a ser apresentado ao Conselho Executivo em sua 124ª reunião que ocorre em maio de 1986.

Nesta reunião, é aprovada a Decisão 124 Ex/4.1, pela qual o Diretor Geral é convidado a proceder ampla consulta aos Estados membros e membros associados, às organizações internacionais governamentais e não-governamentais, a personalidades eminentes dos meios intelectuais nos campos de atuação da

Unesco e também aos ex-membros do Conselho Executivo.⁵⁹ Na reunião seguinte, este Conselho estabelece a orientação para elaboração do questionário a ser usado na consulta citada com vistas a preparar o Terceiro Plano de Médio Prazo.

Os questionários foram enviados em janeiro de 1987, e os dados obtidos subsidiaram o documento 24 C/4, *Informe sobre a preparação do Terceiro Plano de Médio Prazo*, apresentado por M'Bow, na 24ª CG, ocorrida em novembro/dezembro deste ano, o último ano de seu segundo mandato como Diretor Geral. Isto significa que a conclusão do processo de elaboração do Terceiro Plano de Médio Prazo e da “nova estratégia” da Unesco para os anos 90 ocorre sob a coordenação do espanhol Frederico Mayor Saragoza, eleito Diretor Geral nesta Conferência Geral.

Serão, porém, necessárias novas reuniões do Conselho Executivo, em que o novo Diretor Geral apresenta esboço do Plano e síntese das respostas aos questionários de consulta, além do informe oral sobre o andamento dos preparativos para o Plano. Finalmente, apresenta seu anteprojeto, elaborado conforme estrutura e orientações fornecidas pelo Conselho Executivo. Assim, nas 129ª, 130ª e 131ª reuniões deste Conselho, ficam aprovados o Terceiro Plano de Médio Prazo e a “nova estratégia” da Unesco, posteriormente aprovados na 25ª CG-1989, como previsto na 23ª CG-1985.

A “nova estratégia”, elaborada na primeira destas reuniões e confirmada na segunda, é definida e justificada no parágrafo 25 do anexo à Decisão 129 EX/4.1. Seu ponto de partida consiste no reconhecimento da legitimidade da reivindicação dos países em desenvolvimento relativa ao fluxo equilibrado de

59. Cf. Unesco. *Tercer Plan a Plazo Medio* (1990-1995), (25 C/4 Aprobado). Paris: Unesco, 1989. p. 7. A respeito da amplitude dessa consulta, é válido supor que os ex-membros do Conselho Executivo a serem consultados se limitem àqueles que representavam nesse Conselho os dois Estados membros que haviam recentemente se retirado da Unesco: os Estados Unidos e a Inglaterra, não sendo demais concluir que tal consulta representa um esforço para reabilitar a Organização perante os respectivos governos, e que subjacente a ela está a esperança de um pedido de reingresso destes Estados na Unesco.

informações, assim como das atividades desenvolvidas pela Unesco, todas aprovadas por consenso na Conferência Geral, com vistas à instauração de uma NOMIC.

Na seqüência deste raciocínio, reconhece-se que, em meio a acordos e reservas quanto a esta reivindicação e às atividades correspondentes, prevaleceram mal-entendidos e interpretações equivocadas da atitude da Unesco perante a questão da liberdade da informação. E, considerando ainda o consenso obtido na 24ª CG-1987, segundo o qual a Unesco se dispõe a, “sem renegar seu passado, empreender o caminho da inovação”, justifica-se a oportunidade de “explorar as vias de uma nova estratégia que permita alcançar o objetivo global que a Organização havia se fixado, em condições que descartem os mal-entendidos”.

Na “nova estratégia” fica mantido, portanto, como objetivo a construção de uma nova ordem internacional da comunicação entendida, como antes, como um processo evolutivo e contínuo. Com base nos resultados obtidos numa avaliação das ações desenvolvidas no Segundo Plano de Médio Prazo – de que nem sempre as questões relativas ao desequilíbrio dos meios de informação, ao fortalecimento do pluralismo cultural, ao entendimento internacional, ao conhecimento mútuo e ao favorecimento da livre circulação da informação se resolvem pelo crescimento exponencial dos canais de informação – expõe-se a nova estratégia como necessária à obtenção desses fins.

Esta estratégia, no que diz respeito à área da comunicação, consiste em voltar-se mais claramente para a formação de profissionais desta área, bem como para uma educação para os meios de comunicação que priorize o desenvolvimento do espírito crítico dos usuários da *media*, facultando assim a capacidade de reação das pessoas a qualquer tipo de informação recebida, e favorecendo-lhes uma correta compreensão dos meios de que dispõem para a

defesa de seus direitos. É desta forma que se espera alcançar, paulatinamente, um equilíbrio na circulação da informação (Unesco, 1989, p. 106-107).

Ressalte-se, entretanto, que mesmo se mantendo a nova ordem mundial da informação como objetivo da Unesco, esta nova ordem, após ser mencionada na introdução ao Plano e na definição da nova estratégia que a partir de então orientará a ação da Organização, não figura uma vez mais sequer ao longo de todo o Plano. O que salta aos olhos na leitura do Plano, particularmente de seu Grande Programa IV, “a comunicação a serviço da humanidade”, é a repetição incansável da adesão da Unesco aos princípios da liberdade da imprensa, do pluralismo e da diversidade das fontes de informação e comunicação, assim como o cuidado de que as menções à “difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação”, sejam seguidas, sempre, da expressão “sem nenhum obstáculo à liberdade de expressão”. O que é compatível com o objetivo geral proposto para esta Área Principal do Plano, assim exposto:

que se manifeste com uma eficácia cada vez maior o interesse da Organização em garantir uma circulação livre da informação nos planos internacional e nacional, e sua difusão mais ampla e melhor equilibrada, sem nenhum obstáculo à liberdade de expressão, e que se fortaleça a capacidade de comunicação dos países em desenvolvimento. (Unesco, 1989, p. 107)

Fruto de um amplo processo de avaliação e de negociação, a nova estratégia traduz a rearticulação necessária, para adequar a Unesco aos novos tempos. Continuidade e inovação, concentração e descentralização, racionalização de procedimentos e métodos ganham expressão no lema “fazer menos para fazer melhor”, adotado então pela Unesco a fim de contribuir, em suas áreas de competência, para o enfrentamento dos três grandes desafios dos anos 90: o desenvolvimento solidário, a proteção do meio ambiente e a construção da paz.

Assim, enquanto o Segundo Plano de Médio Prazo constituía-se de 14 grandes programas, no Terceiro Plano de Médio Prazo eles se reduzem a sete, a saber:

a educação e o futuro; a ciência a serviço do progresso e do meio ambiente; a cultura: passado, presente e futuro; a comunicação a serviço da humanidade; as ciências sociais e humanas num mundo que se transforma; contribuição da Unesco aos estudos prospectivos e às estratégias de desenvolvimento; contribuição da Unesco para a paz, os direitos humanos e eliminação de todas as formas de discriminação. (Unesco, 1989, p. 107)

No que diz respeito à área da comunicação, a Área Principal IV do Programa: “A Comunicação a Serviço da Humanidade” e seus três programas – “livre circulação da informação e solidariedade; a comunicação a serviço do desenvolvimento; as repercussões sócio-culturais das novas tecnologias da comunicação” – e respectivos sub programas repercutem nas demais áreas de atuação da Unesco e também no PIDC, que deve se adequar à nova estratégia.

O Conselho Intergovernamental do PIDC, cujo reforço, aumento de sua eficácia e profissionalização constam dos objetivos do Plano de Médio Prazo, realiza, em março de 1989, sua 10ª sessão,⁶⁰ a primeira após a elaboração da nova estratégia da Unesco. Nesta sessão, que conta com a presença das delegações dos Estados Unidos e da Inglaterra, na qualidade de Estados não membros com estatuto de observadores permanentes, François Nordmann, Presidente deste

60. O PIDC, cuja 1ª sessão ocorrera em 1981, financiara, desde então, vários projetos, entre os quais a criação da PANA – Agência pan-africana de informação, a CANA – Agência de informação do Caribe, a ALASEI – Agência latino-americana de serviços especiais. Foram ainda aprovados créditos para apoio a essas agências, às uniões regionais de radiodifusão, assim como ao *pool* de agências de notícias dos países não-alinhados. Projetos nacionais, regionais e interregionais, relativos à formação e reciclagem de pessoal, à criação e desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação, desenvolvimento dos diversos meios de comunicação e informação, entre outros, são financiados desde então, seja na conta especial aberta pelo Diretor Geral com recursos do orçamento ordinário da Unesco, seja mediante recursos extra-orçamentários provenientes do PNUD ou dos fundos em depósito. Cf. Unesco. *Rapport du Directeur Général présenté aux États membres et au Conseil Exécutif*. 23 C/3. Vingt-troisième session, 1985; Unesco. *Conseil intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la communication*, (première session) Rapport Final, Maison de l’Unesco, Paris 15-22 jun. 1981.

Conselho, ressalta a importância do ano anterior para a Unesco, no que diz respeito à comunicação.⁶¹

Referindo-se em seguida à 129ª reunião do Conselho Executivo, destaca quatro conjuntos de questões entre as quais a necessidade de estabelecer uma clara ligação entre o programa de comunicação da Unesco e suas atividades relativas às áreas da educação, da cultura e da informação; de dar prioridade à formação de jornalistas, assim como de fazer refletir no domínio da comunicação a missão intelectual da Unesco.

Assegura então que é chegado o momento propício para um relançamento do PIDC o que se traduz na necessidade de sua profissionalização e do seu distanciamento das controvérsias ideológicas. O aumento de sua eficácia é também considerado, o que será possível com a aprovação de projetos que atendam aos critérios de credibilidade e de utilidade imediata. Como também já assinalara Eduardo Portella, aí representando o Diretor Geral, será necessário reduzir o número de projetos atendidos, de modo a permitir a alocação de fundos necessários a cada um, a fim de se obter um impacto real.

- Não obstante a gravidade da situação, em meio aos acordos e tentativas de inscrever o PIDC no novo momento da Unesco, articulando-o ao Plano de Médio Prazo, ao programa ordinário, à nova estratégia e ao lema “fazer menos para fazer melhor”, nesta sessão foram apresentadas posições de reserva em relação a esse novo caminho, por exemplo, quanto à limitação dos esforços para a construção de uma nova ordem mundial da comunicação, à formação de jornalistas. Chamava-se então a atenção para a necessidade de que o PIDC não perdesse de vista seu objetivo original: o desenvolvimento da capacidade endógena dos países em matéria de comunicação.

61. Sobre esta sessão do PIDC, ver Unesco. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (dixième session). Rapport final. CC/MD/10. Paris, 7-13, mars, 1989a.

A discussão do ponto fundamental da ordem do dia – a melhoria dos procedimentos e métodos de trabalho do PIDC – funda-se no documento básico (CC-89/CONF.211/3) que, preparado pelo Secretariado em conjunto com o Escritório do PIDC, com base nas discussões sobre este tema realizadas na sessão anterior desse conselho, aborda os seguintes temas: “objetivos, procedimentos gerais e práticas correntes; elaboração, submissão e modelo de apresentação dos projetos e pre-seleção, seleção e classificação dos projetos por categorias”. Essas discussões tinham como objetivo promover o relançamento do programa.

Concordâncias e divergências nesta sessão evidenciam que a pacificação deste Conselho e sua conciliação com a nova estratégia, tentada desde o período que se seguiu à sua 9ª sessão de fevereiro de 1988, demandaria mais tempo e trabalho da Unesco. Às declarações favoráveis ao conjunto das recomendações apresentadas no documento CC-89/CONF.211/3, seguem-se discordâncias, por exemplo, quanto à prioridade ou não dos projetos nacionais em relação aos projetos regionais e interregionais. Diante do acordo quanto à qualidade profissional como critério principal de seleção dos projetos chama-se a atenção para outros aspectos, além dos operacionais e técnicos, entre os quais o intelectual, incluídos no termo “profissionalismo”.

Mas, apresenta-se também, no debate, a observação quanto à necessária adoção de uma interpretação menos estreita das necessidades dos países em matéria de comunicação, a fim de modificar a visão atual que privilegia a aprovação das *media* ligadas ao Estado, defendendo-se que pelo menos 50% dos projetos aprovados deveriam estar entre aqueles apresentados pelas ONGs. Essa posição dá continuidade a uma das polêmicas que vinham tendo expressão desde a 1ª sessão deste Conselho.

A tensão entre público e privado se evidenciará também na 12ª sessão do Conselho do PIDC realizada em fevereiro de 1991.⁶² O documento básico de discussão preparado pelo Secretariado da Unesco para esta sessão se estrutura em torno de quatro temas: “formulação de orientações gerais, tomada de decisão e planificação; preparação, seleção, execução e avaliação de projetos e atividades; financiamento, e resumo das questões e pontos a examinar”. Retomam-se, assim, questões já discutidas, mas não concluídas de modo a atender à nova estratégia da Unesco.

Segundo prognóstico do Diretor Geral da Unesco, apresentado na abertura dos trabalhos, dever-se-ia, nesta sessão, concluir a reforma do PIDC, prevista no parágrafo 262 do Plano de Médio Prazo para o primeiro biênio de sua execução que iniciara no ano de 1990. Confirma então que, nos dez anos de atuação deste programa, 90% dos seus recursos haviam atendido iniciativas públicas. Argumenta que, tendo em vista a necessidade de garantir o pluralismo das *media*, é necessário garantir que seja aumentado “como se deve, a assistência às iniciativas privadas” (Unesco, 1991, p. 1).

Fazendo estimativa semelhante quanto ao término dos trabalhos de adequação do PIDC ao novo momento da Unesco e do mundo, o subdiretor geral para a comunicação, a informação e a informática, Setor recém criado na Unesco,⁶³ elogia o trabalho já realizado pelo Conselho do PIDC e reporta-se à origem estatal dos fundos do PIDC até o momento, lembrando das possibilidades e da conveniência de um esforço para buscá-los também no setor privado.

62. Unesco. *Conseil intergouvernemental du Programme International pour le Developpement de la Communication*, (douzième session) Rapport Final. CII/MD/1, Paris, 11-18 fev. 1991.

63. A criação deste Setor, em 1990, visa reunir os programas intergovernamentais da Unesco na área da comunicação que conta, além do PIDC, com o Programa Geral de Informação - PGI, e o Programa Intergovernamental de Informática - PII. Na mesma ocasião é também criado o Comitê sobre a livre circulação da informação. Tendo como membros funcionários da Unesco, este Comitê, presidido pelo Diretor Geral, tem como objetivo promover a idéia de livre circulação em todos os programas da Unesco. Cf. Unesco. CII/MD/1, 1991, p. 6.

A reunião de Windhoek (Namíbia), a realizar-se em abril de 1991, sobre o pluralismo da imprensa na África, é mencionada pelo presidente do Conselho, François Nordmann, que apresenta como um imperativo da credibilidade do PIDC o aumento do financiamento dos projetos privados. E, num esforço de convencimento do Conselho em relação à nova estratégia da Unesco, lembra não apenas o seu sucesso em pôr fim a um decênio de polêmicas, como também sua aprovação pela Assembleia Geral da ONU, o que “nos encoraja e nos obriga”. A isto acrescenta que, na “modificação durável” realizada pela Conferência Geral na “paisagem da comunicação”, o PIDC ocupa uma posição central, uma vez que ele “porta as esperanças e as aspirações não somente da grande família da Unesco, mas também aquelas ainda mais vastas da Nações Unidas” (Unesco, 1991, p. 2-3).

Na seqüência do debate, as questões apontadas acima obtêm apoio, mas também suscitam discordâncias. Diante do acolhimento e defesa da idéia de ampliar-se a assistência ao setor privado, insiste-se na necessidade de se atentar para que não fique comprometida a eficácia das *media* como instrumento de mudança social e econômica. O multilateralismo como traço marcante do PIDC e a inclusão na noção de pluralismo das *media*, não apenas da diversidade das fontes mas também do conteúdo e diversidade das mensagens, trazem ao presente aspectos cruciais da polêmica anunciada como finda.

Evidências de que não fora atingido acordo total neste foro apresentam-se ainda no relatório do grupo de trabalho constituído para, à luz do debate, apresentar à plenária suas conclusões. Estas conclusões abarcam os aspectos relativos à planificação e à tomada de decisão, constantes no documento básico, assim como as possíveis modificações das 22 recomendações adotadas pelo Conselho em sessão anterior.

Neste relatório, adotado pela plenária, o aumento da coordenação e do intercâmbio de informação entre o PIDC e o programa ordinário da Unesco obtém parecer favorável do grupo de trabalho que, entretanto, sublinha a necessária salvaguarda da natureza e papel específicos do PIDC. Ao mesmo tempo que reconhece o sucesso da reunião ocorrida em Caracas,⁶⁴ o grupo sugere que, para o futuro, estas reuniões sejam realizadas a título experimental, mediante solicitação da região interessada e financiadas com recursos extraorçamentários. Quanto ao formulário experimental de notação confidencial dos projetos, proposto para a presente sessão, o grupo se pronuncia no sentido de que ele seja um elemento complementar à avaliação qualitativa permitida pelo debate. A decisão quanto à sua manutenção deve ser tomada na 13ª sessão do Conselho, à luz da experiência de sua utilização.

Em seu relatório, o grupo reitera ainda o caráter multilateral do PIDC, ressaltando a importância de maiores contribuições na Conta Especial do programa. Considerando ainda que o exame dos procedimentos do PIDC estava concluído, observa que, salvo questões urgentes, novo exame dos procedimentos em vigor torna-se desnecessário por um período de pelo menos três anos. O grupo considera também desnecessárias, eventuais modificações nas recomendações já aprovadas pelo Conselho do PIDC.

Esta revisão será feita na 13ª sessão do PIDC, realizada em Paris em fevereiro de 1992, quando, segundo nos informa Alain Modoux, este programa “modificou suas regras para ficar em condições de aceitar projetos do setor privado” (Modoux, 1995, p. 29-30). Esta modificação é relacionada a uma

64. No relatório das atividades do Escritório do PIDC após a 11ª sessão do Conselho, seu presidente informa sobre a reunião de Caracas organizada nos quadros do PIDC com o apoio da ASDI – Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, destacando o “caráter eminentemente profissional” desta reunião que teve por objetivo examinar os projetos e as prioridades do PIDC para a sessão em curso; ressalta sua eficácia e propõe a organização de reuniões do gênero em outras regiões. Cf. Unesco. CII/MD/1, 1991, p. 3.

recomendação feita na Conferência de Windhoek, que reunira cerca de sessenta editores e jornalistas independentes da África,⁶⁵ alguns meses antes da 13ª sessão do PIDC. Esta Conferência bem como a realizada em Alma-Ata (Ásia) são mencionadas por Mayor como uma “guinada rica em novas perspectivas”, no que diz respeito à posição favorável da Unesco ao “desenvolvimento dos meios de comunicação livres, independentes e pluralistas, no setor público como no privado” (Mayor, 1995, p. 32).

Assim, é possível que a reforma realizada em 1992, sob o signo da continuidade e da inovação, atenda ao que M’Bow, ao referir-se ao objetivo de assegurar uma maior expansão da liberdade de informação, na 1ª sessão em 1981, apontava como um risco que deveria ser evitado: “desnaturar o PIDC, transformando-o em simples órgão de registro de acordos e de assistência concluídos fora dos procedimentos e modalidades por ele estabelecidos”. O PIDC estabelece, em 1992, novos procedimentos e métodos, ficando assim em condições de aceitar estes acordos de assistência, conforme procedimentos e modalidades por ele estabelecidos. É interessante observar, porém, que às modificações enfim obtidas no PIDC, classificadas pelo diretor da Divisão de Comunicação da Unesco como uma evolução, “não se seguiu nenhum aumento sensível de contribuição dos países do Norte aos diversos orçamentos do PIDC”, o que Modoux (1995, p. 29) justifica pelo peso representado pelo setor da comunicação e da informação no PNB que, em alguns destes países é de cerca de 10%.

Vale ressaltar, entretanto, que na discussão sobre o sistema de financiamento e recursos necessários à atuação do PIDC, em sua 1ª sessão, vários

65. Como saldo desta reunião, o projeto da Unesco, “Desenvolvimento da Imprensa Independente na África” é mantido, desde 1993, pela Dinamarca, França, Itália e Estados Unidos. Cf. “A estratégia da Unesco: entrevista com Henrikas Iouchkiavitchious”, subdiretor geral da Unesco. In: *O Correio da Unesco*, ano 23, n. 4, abr. 1995, p. 28.

delegados se pronunciaram no sentido de que o Secretariado preparasse, para uma de suas próximas sessões, um inventário das possíveis fontes de recursos para o programa que incluíssem “instituições, empresas ou associações internacionais, regionais, não governamentais ou privadas” (Unesco, 1981a, p. 11).

Acrescente-se a isto que, não obstante as ressalvas então apresentadas por alguns delegados quanto aos riscos de aceitação de ajuda de fontes não governamentais, o projeto de resolução proposto pelo Grupo dos 77, adotado nesta sessão por aclamação, contempla não só as fontes públicas como também as privadas para a busca de recursos para o PIDC. É o que nos evidencia, em particular, o item 7 da Resolução e o parágrafo 8 de seu preâmbulo, onde se expressa a satisfação pela abertura da Conta Especial, bem como pelo fato de que as contribuições a ela “podem ser fornecidas pelos Estados membros ou Membros associados da Unesco, organizações do sistema das Nações Unidas ou outras organizações intergovernamentais, e organizações públicas ou privadas ou pessoas privadas” (Unesco, 1981a, Anexo I, p. 19-20).

Orientação semelhante é reafirmada na recomendação 3 da Comissão constituída para examinar as questões relativas ao sistema de financiamento do programa em que se lê que “nenhuma fonte de financiamento deve ser excluída”. Essa recomendação foi aprovada pela plenária, evidentemente, com ressalvas afirmativas da natureza multilateral do PIDC, acrescidas da observação de que o orçamento do programa não deveria ser inchado artificialmente com projetos a ser executados sob contratos bilaterais (Unesco 1982b, Anexo III, p. 1 e 3).

Ocorre que desde as primeiras sessões do PIDC reivindica-se a ampliação dos recursos da Conta Especial. Esta conta, entretanto, vinha sendo preterida pelos Estados membros mais ricos que preferem dirigir seus recursos para os Fundos-em-depósito, ligados a projetos nominais, para os quais são

exigidos contratos bilaterais. É interessante considerar ainda que, ao longo das sessões do PIDC, o que se oculta nas divergências, às vezes aparentes, são, de um lado, os diferentes modelos de comunicação, ora vista como bem social, portanto como serviço público, ora como mercadoria, portanto como um serviço privado de interesse público. E de outro lado, a resistência em ceder qualquer parcela de poder conferido pela capacidade de comunicar, o que transforma qualquer reivindicação em grande risco, em ameaça inaceitável. O que está em questão, portanto, é a democratização da informação e da comunicação, o exercício efetivo da liberdade de expressão.

Assim, na 2ª sessão do PIDC, realizada em janeiro de 1982, considera-se um risco o financiamento, por este programa, de projetos passíveis de “introduzir processos desfavoráveis à liberdade da informação”, numa referência diretamente voltada à recomendação de aprovação, dos projetos apresentados, respectivamente, pela Argentina e pelo México. Um de formação teórica e prática de técnicos de comunicação popular e o outro de desenvolvimento da imprensa sindical (Unesco, 1982b, Anexo II, p. 6-7).

Esta observação está em sintonia perfeita com as críticas e ataques da imprensa ocidental à Unesco que então se desenvolviam. Exemplo desta sintonia encontra-se, ainda, em reunião de maio de 1981, em que lideranças da imprensa ocidental, ao afirmarem, na Declaração de Talloires, sua disposição de apoiar a liberdade da imprensa como um direito básico dos homens, resolvem “instar a Unesco a abandonar as tentativas de regular a informação internacional e a lutar por soluções práticas para o progresso dos meios de comunicação no Terceiro Mundo”. As soluções práticas aí referidas dizem respeito ao livre fluxo de informação, cuja expansão é objetivo e promessa do grupo aí reunido, que se dispõe a apoiar, como já o fizera antes, os “esforços de organismos internacionais, governos e agências particulares que resolvam cooperar para o progresso dos

meios de comunicação do Terceiro Mundo e para o treinamento de pessoal para trabalhar nestes meios” (Citado por Roncagliolo, 1982, p. 192).

Onze anos após é considerado positivo o saldo da Unesco em termos das reformas empreendidas. Na avaliação do General Accounting Office, em seu relatório de junho de 1992, cerca de três meses após as mudanças no PIDC, são apontados como pontos positivos: uma maior clareza na apresentação do orçamento; um avanço na eficácia dos métodos de gestão, mediante a descentralização, no que diz respeito a delegação de poderes e ao reforço da responsabilização das unidades fora da sede; uma fiscalização muito mais estreita do Secretariado exercida desde 1987 pelos órgãos diretores (Unesco, *La volonté de réforme*, 1996).

Quanto ao PIDC, além das mudanças que lhe permitem aceitar projetos do setor privado, seu programa, num terreno em que qualquer semelhança não se trata de mera coincidência, parece ter-se voltado com maior clareza ao objetivo regulamentado pelas resoluções aprovadas na 20ª CG-1978: “promover políticas, infra-estruturas e formação em matéria de comunicação e estimular uma melhor utilização dos meios de comunicação com fins sociais”, aí compreendidos a formação pós-graduada de especialistas da comunicação, a adaptação dos sistemas de comunicação social às necessidades e aspirações das populações, o progresso da educação, da ciência e da cultura (Unesco, *Resoluciones*, 20ª CG, 1978, p. 109).

Aí se encontra reafirmada a articulação dos campos de trabalho da Unesco pela comunicação, que parece ser sua área central de atuação. Nas novas condições técnicas e políticas da década de 90 esta articulação ganha nova dimensão pelas possibilidades muito maiores de combinação múltipla das novas tecnologias. Telecomunicação, redes de computadores, sistemas de meios de comunicação de massas, criando novas oportunidades para a criação de redes de

inovação pedagógica, viabilizando sistemas de educação aberta e à distância, constituem, mais do que antes, o meio tecnológico propício ao conceito de educação permanente.⁶⁶ Esse caminho se cumpre, a partir da “nova estratégia”, desde o início da década de 90, mediante o papel catalisador da Unesco, e sem as resistências observadas nas décadas de 60 e 70, na realização de seus programas: educação básica para todos; educação para o século XXI;⁶⁷ e fomento à educação, para os quais concorrem: a OIE – Oficina Internacional de Genebra, o IIPE – Instituto Internacional de Planejamento da Educação, o IUE – Instituto de Educação da Unesco, o UNICEF, o PNUD, o BIRD, assim como associações e organizações diversas incluídas no diversificado sistema de parceria da Unesco, a que já nos referimos anteriormente.

Desta forma, é possível compreender o retorno da Unesco à essência do seu Ato Constitutivo – “construir a paz no espírito dos homens” – como um retorno da ação operacional da Organização, no que se refere ao desenvolvimento dos meios de comunicação, ao curso dado a esse desenvolvimento como resposta do Segundo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no alvorecer da era espacial. Curso do qual, segundo as interpretações diversas empreendidas pelos beneficiários desse desenvolvimento, supostamente a teriam desviado.

Este retorno que exigiu uma ação política, educativa e auto-reflexiva da própria Unesco pode ser percebido também como a busca da realização do

66. “Aprendizagem sem fronteiras” será o novo conceito de realização da educação permanente. Sua formulação se faz na comissão *ad hoc* constituída em 1993 pelo Conselho Executivo que neste ano também é alvo de mudança em sua composição. Desde então ele se compõe dos Estados membros.

67. A respeito destes dois programas ver, respectivamente: Unesco. *Rapport Final. Conférence mondiale sur l'éducation pour tous: répondre aux besoins éducatifs fondamentaux*. 5-9 mar. 1990, Jomtien, Thaïlande. PNUD, Unesco, UNICEF, Banque Mondiale (relatório final da reunião em que nove países de população elevada e elevado índice de analfabetismo: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão firmam compromisso de, num esforço coletivo e valendo-se da cooperação internacional, promover o atendimento universal das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; VISSER, Jan. *Learning without frontiers*. Unesco, 1994, (mimeo) – relatório apresentado ao Diretor Geral da Unesco, após missão do autor no Egito, contendo considerações sobre o planejamento do programa LWF e sua relação com o programa “educação para todos”, também conhecido pela sigla DE9; DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Lisboa: Unesco/Edições Asa, 1996.

seu pressuposto teórico e idelógico, já afirmado por René Maheu, da convergência entre progresso e paz e da concorrência de ambos para uma civilização universal, objetivo constitutivo da Unesco. Em direção a esse objetivo, diante das “antinomias inerentes à concepção da Unesco e à natureza das coisas”, ela tem realizado a “síntese dos contrários”.

Este é o resultado a ser obtido com a “nova estratégia” para os anos 90, segundo afirmação do Diretor Geral da Unesco, que, retomando a idéia de direitos humanos como patrimônio da humanidade, afirma a indissociabilidade desses direitos com a solidariedade, cujo espírito se revela na “capacidade de refletir e atuar para além de nós mesmos, de nossas fronteiras, de nossa geração”; associa a esta concepção, em face dos desequilíbrios resultantes das condições em que se realizam os intercâmbios entre as nações, a necessidade da cooperação multilateral, que, não obstante as dificuldades, é insubstituível; defende a reativação da vontade que animava os idealizadores das Nações Unidas e da Unesco; antevê uma nova era, o advento de uma ética global fundada na vontade de cooperar, no diálogo construtivo, num clima de tolerância recíproca entre os Estados; e afirma o compromisso da Unesco com a sua evolução (Unesco, 1989, p. 11-14).

Neste contexto, que exige continuidade e inovação, na proposta da “nova estratégia” é afirmada e reafirmada a fidelidade ao mandato da Unesco que, “sem ambigüidade alguma”, trabalhará no sentido de alcançar o seu objetivo constitucional relativo à livre circulação da informação “pela palavra e pela imagem”. O respaldo regulamentar está no que estabelece a letra “a”, item 2 do artigo 1 do Ato Constitutivo, acrescido do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das disposições sobre esta matéria constantes dos pactos internacionais, de que são exemplos os artigos 19 e 20 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Por outro lado, o fundamento

teórico e ideológico encontra-se na reafirmação do imperativo ético que caracteriza, em sua essência, a “missão” da Unesco: “contribuir para a paz e a segurança estreitando mediante a educação a ciência e a cultura a cooperação entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião” (Ato Constitutivo, art. 1, item 1).

É desta forma que o Diretor Geral propõe: a inserção da Unesco na trama das relações culturais e intelectuais dos Estados membros; a racionalização de seus procedimentos e métodos; a harmonização de suas ações com as demais organizações atuantes na cooperação internacional; a assunção plena de seu papel de mediadora, nos campos de sua atuação, entre os diversos agentes no cenário internacional; o reforço de sua função catalisadora e a exploração dos caminhos do futuro. Com base nessas propostas, o Diretor Geral pode declarar, ao final de sua introdução ao Terceiro Plano de Médio Prazo, sua convicção de que “a Unesco, ao empreender as vias da renovação (...) restabelecerá rapidamente sua universalidade e desempenhará de modo cabal a missão singular que lhe corresponde” (Unesco, 1989, p. 22).

E, sem haver restabelecido a universalidade pretendida, na abertura da 25ª CG-1995 em que se aprova a Estratégia de Médio Prazo da Unesco: 1996-2001, também fundamentada na nova estratégia que atualizou a Organização no início da década, o Diretor Geral afirma a missão ética da Unesco fundada nos valores universais e no respeito à pessoa humana, mandato do qual “nenhuma crença, nenhuma consideração sobre a evolução do mundo, nenhum oportunismo a desviará”. Ressalta ainda a interdependência que torna cada vez mais real a aldeia global, em que não cabe o isolacionismo, asseverando que “nenhum país, por mais forte que seja, pode hoje avançar só”.

Nos seus cinquenta anos de enfrentamento dos desafios a ela apresentados pela dinâmica contraditória das relações mundiais, a Unesco parece não ter sucumbido ao poder dos Estados, como temia Benedetto Croce, em 1950. Mas, certamente, o caminho por ela escolhido e em que ela exerceu importante trabalho educativo de seus Estados membros, para realização de sua ética universal, que permanece sendo a ética do capital, foi um entre os caminhos possíveis. Aquele da proeminência, ou melhor, da hegemonia da comunicação transnacional, num mercado mundializado, em que o princípio do livre fluxo de informação se redimensiona como livre fluxo de serviços, a partir de foros internacionais, que com maior clareza podem se expressar na linguagem deste mercado, como é o caso da OCDE, da UIT, do GATT, atual OMC, e do BIRD.

SOCIEDADE E CULTURA: A UNESCO E A QUESTÃO RACIAL

Contribuir para a manutenção da paz e da segurança estreitando, através da educação, da ciência e da cultura, as relações entre as nações, a fim de assegurar o respeito à justiça, à lei, aos direitos do homem e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. (Ato Constitutivo da Unesco)

A utopia de um mundo pacificado mediante a concorrência de ações coordenadas nas áreas da educação, da ciência e da cultura esbarra, desde os primórdios da atuação da Unesco, com os obstáculos que se apresentam, num mundo em expansão modernizadora, nas relações sociais em âmbito local e mundial, no encontro/confronto/desencontro da diversidade de povos e gentes, de modos de viver, pensar, sentir, agir e ser, de culturas e civilizações. Mais especificamente, a questão racial, consequência direta da Segunda Guerra Mundial, tendo o anti-semitismo como uma de suas primeiras manifestações, impõe-se e logo se desdobra nas mais diversas formas de expressão contra as minorias, os refugiados, os trabalhadores migrantes, os imigrantes, as populações indígenas, numa palavra, o “outro”. Enfim, o diferente, seja na cor da pele, seja na fé que professa, marcas que se transformam, na trama das relações sociais, em estigma (Ianni, 1996).

Neste cenário de racialização das relações raciais desenvolve-se o trabalho da Unesco de educação dos povos para a compreensão e a paz mundial desde a sua fundação em 1945. E, a partir de 1949, o objetivo de explicitar os fundamentos de uma educação para uma compreensão científica das “diferenças raciais” tem motivado a reunião, em ocasiões diversas, de cientistas e estudiosos dos diversos aspectos da questão racial. O resultado destas reuniões se expressa

em várias resoluções, programas de ação, pactos e convenções, declarações e proposições, formuladas com a concorrência de especialistas de diversas áreas, na década de 1950 e nas seguintes.

A persistência do racismo em suas diversas manifestações e seu agravamento no mundo contemporâneo são sugestivos de que a compreensão deste trabalho da Unesco pode fornecer elementos para uma compreensão de problemas e dilemas da realidade mundial e local que continuam a nos desafiar. Compreensão que requer, por sua vez, a consideração do debate científico promovido, assim como de outras ações correlatas realizadas, incentivadas ou coordenadas pela Unesco, em sua relação de reciprocidade com o contexto em que, nesses cinquenta anos, esse trabalho se desenvolveu.

- A QUESTÃO RACIAL, ONTEM E HOJE: CONFLITOS, ACOMODAÇÕES E ANTAGONISMOS

Duas reportagens apresentadas em revistas de circulação nacional fornecem pistas para iniciarmos um caminho de compreensão dos esforços da Unesco para a construção de uma “cultura da paz”, no período de 1949 a 1967, quando o mundo é um vasto, conturbado tenso e violento campo de guerras pela libertação e de lutas pela independência colonial. Nesse período também são redigidas três declarações sobre a raça e sobre as diferenças e os preconceitos raciais, intercaladas por um conjunto de proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial elaboradas em reunião de especialistas realizada em Moscou, em 1964, quando, tanto a Unesco como a realidade mundial em que ela se insere encontram-se num momento distinto do anterior.

Sob o título “Seja racista se for capaz”, a revista *Isto É* (n. 1520, nov./1998) nos dá conta de pesquisa, cujos resultados autorizam o biólogo norte-americano, Alan Templeton, a se pronunciar com segurança sobre a inexistência

de raças humanas. Na revista *Veja*, p. 32, n. 17, abril/1999), a matéria intitulada “A raiz da diferença” apresenta pesquisa realizada ao longo de vinte anos com gêmeos univitelinos, que permite a conclusão de que a influência genética no comportamento do homem pode ser maior do que se tem imaginado.

As questões que essas pesquisas recentes pretendem responder – os grupos humanos podem se dividir em raças? qual a influência relativa da genética e do meio social e cultural nas diferenças entre os indivíduos e entre grupos humanos? as diferenças físicas de origem genética explicam as diferenças psicológicas entre grupos humanos? essas são apenas algumas questões – estavam presentes nos debates que produziram essas declarações sobre a raça e seus aspectos biológicos, assim como se reiteram, na continuidade desse debate até os dias atuais, acompanhadas com frequência de seu corolário referente a uma desejada ou necessária hierarquia racial e também das ilações a respeito das diferenças entre os grupos humanos.

A primeira “Declaração sobre a raça” é elaborada por sociólogos, antropólogos e geneticistas, em reunião realizada de 12 a 14 de dezembro de 1949, em Paris. Sua elaboração atende às determinações de três resoluções aprovadas na 4^a Conferência Geral da Unesco, que autoriza o Diretor Geral a reunir e difundir fatos e o conhecimento científico sobre a questão racial e, com essa fundamentação, preparar uma campanha educativa, visando à eliminação do preconceito racial. Desta forma, a Unesco responde à Resolução 116 (B) iii, aprovada, em dezembro de 1948, na sexta sessão do Conselho Econômico Social e Cultural da ONU (Ecosoc).

Entre 04 e 08 de junho de 1951, cerca de um ano após a publicação, em julho de 1950, da “Declaração sobre a raça”, antropólogos físicos e geneticistas, também convocados pela Unesco, elaboram uma segunda declaração, desta vez, “sobre a natureza da raça e as diferenças raciais”.

O curto espaço de tempo entre duas declarações formuladas sobre o mesmo tema suscita várias questões. Antes de considerá-las, porém, é importante lembrar que a Unesco já se encontrava em fase de execução do “projeto de estudos sobre o estado de tensão” quando, em resposta à resolução do Ecosoc, promove a reunião da qual resulta a primeira destas declarações.

Discutido desde a 2ª CG-1947, esse projeto previa inicialmente o estudo em três áreas ou temas tendo em vista a promoção da compreensão internacional: nacionalismo agressivo, movimentos de populações e impacto da tecnologia moderna e da industrialização nas relações entre os povos. O fato de um quarto item referente às relações raciais ter sido acrescentado ao projeto, somente na 3ª CG-1948,¹ quando ele é então aprovado, é revelador das controvérsias que caracterizam as questões suscitadas por essas relações, no imediato pós-guerra. Uma explicação se encontra, certamente, de um lado, nas tentativas diversas então empreendidas pelos países europeus-ocidentais visando à manutenção de seu domínio – fundamentado nas doutrinas que postulam uma hierarquia racial – sobre os territórios ultramarinos. Esses territórios estavam então na mira do capital norte-americano em seu movimento de expansão para áreas do mercado mundial até então restritas às relações com as metrópoles. E, de outro lado, a explicação se encontra na presença, no cenário mundial, de lideranças africanas, marcada logo em 1945 com a realização de um Congresso em Manchester, reunindo duzentos delegados da África negra que afirmam, na ocasião, seu propósito de libertar o continente africano do domínio colonial.

Esse é, portanto, o contexto em que, num mundo bipolarizado, o racismo se coloca, simultânea e contraditoriamente, como uma delicada questão

1. Cf. LAVES, Walter H. C. e THOMSON, Charles A. *Unesco: Purpose, progress, prospects*. Indiana University, Bloomington, 1957, especialmente o capítulo XI, onde os autores tratam do projeto de estudos de tensão em seu histórico e desenvolvimento de 1947 até a primeira metade da década de 1950.

da diplomacia mundial e como um trunfo disputado pelas duas superpotências do pós-guerra. Esta situação dificulta o combate direto às suas manifestações e, ao mesmo tempo, exige uma tomada de posição de uma instituição que, tendo aplaudido entusiasticamente em sua 3ª CG-1948² a Declaração dos Direitos do Homem, então aprovada na Assembléia Geral da ONU, adota esta Carta, “cujos princípios estão na base de todas as suas atividades”, e atribui a si a tarefa de difundi-la e, conseqüentemente, de defendê-la quanto ao cumprimento dos direitos nela estabelecidos (Unesco, 1949, p. 5).

A coincidência do tema e do momento de aprovação do projeto da Unesco sobre o estudo dos estados de tensão com a resolução do Ecosoc sugere a necessidade de explicitar as relações entre ambos, assim como a natureza da relação entre essa agência especializada das Nações Unidas e a própria ONU no combate ao racismo. E nisto nos ajuda Otto Klineberg, quando, em exposição feita na reunião anual da Associação Oriental de Psicologia ocorrida em oito de abril de 1949, explica as áreas definidas em seis resoluções aprovadas na 3ª CG-1948, para as quais se projeta a realização de enquetes relacionadas ao “programa de tensões”,³ então sob sua coordenação.

2. No encerramento dos trabalhos desta sessão da Conferência Geral os delegados recebem a notícia de que a Assembléia Geral da ONU acabara de aprovar esta Declaração.

3. Esta é a forma abreviada pela qual rem-se denominado o “projeto de estudos sobre os estados de tensão”. Nas resoluções então aprovadas está prevista a realização de enquetes que permitam comparar diversos fatores que interferem na compreensão entre povos e nações, a saber: 1) o modo de vida de cada nação - traços culturais, ideais e sistema jurídico; 2) a percepção que os habitantes têm de seu próprio país e dos demais; 3) os métodos criados para modificar atitudes mentais e condições políticas favoráveis ao emprego de uma técnica particular; 4) influências que predispoem à compreensão e ao nacionalismo agressivo; 5) questões demográficas e, em particular, as referentes à assimilação dos imigrantes; 6) influência da técnica moderna na formação de atitudes coletivas e nas relações entre os povos. O objetivo da Unesco com esse programa de estudos consiste em desenhar um mapa do mundo no que se refere ao entendimento e/ou conflitos entre os povos, um “barômetro mundial de tensões”. KLINEBERG, Otto. *Plan d'étude de l'Unesco sur les états de tension internationale*. Un appel aux sciences de l'homme. Allocution présidentielle prononcée lors de la réunion annuelle de la “Eastern Psychological Association”, Springfield, Mass., le 8 avril 1949. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949a, p. 88-99.

Ao referir-se nessa ocasião à resolução do Ecosoc, em estudo na Unesco desde o início de 1949,⁴ Klineberg informa sobre o que já fora providenciado em seu atendimento, bem como alguns desdobramentos futuros no mesmo sentido. Assim, declarações sobre a questão racial elaboradas em diversos países⁵ já se encontravam disponíveis e serviriam de subsídios a um grupo de especialistas em ciências sociais e biológicas, que seriam convidados a formular uma nova declaração, como de fato ocorreu no final do ano, como vimos.

É possível que seja também em resposta a essa resolução que Klineberg, ao informar sobre a primeira dessas seis resoluções referente às enquetes sobre as diferenças entre as culturas nacionais, ou seja, sobre o caráter nacional que a Unesco se propõe conhecer, mediante um programa de monografias em realização, ressalta que estas monografias não são realizadas pela Unesco. Ela, apenas, como aliás determinam as resoluções aprovadas na 3ª CG-1948, incentiva e apóia instituições, cientistas políticos e “renomadas autoridades nacionais” que se encarregam da elaboração das monografias, cuja publicação, ressalta ele, depende da aprovação de um comitê de redação nomeado pela Conferência Geral. É importante lembrar que na Conferência Geral estão representados os governos nacionais, que podem, portanto, deliberar sobre a conveniência, ou não, dessa publicação.

A esclarecimentos como esses deve-se acrescentar o texto da resolução do Ecosoc, citado por Klineberg (1966, p. 97-98), visto que nos ajuda ainda a

4. É interessante considerar aqui uma observação constante do relatório da Unesco às Nações Unidas no que diz respeito ao ano de 1949, que fora particularmente sobrecarregado com a realização e preparação das sessões da Conferência Geral. Sua quarta sessão realizou-se em setembro de 1949, apenas nove meses após a terceira e oito meses antes da quinta sessão então prevista para o mês de maio de 1950, o que deve ser atribuído à urgência e complexidade dos assuntos em discussão, que exigiam resposta da Unesco no atendimento de finalidades de três ordens: técnica, social e política e moral. Cf. UNESCO. *Rapport aux Nations Unies 1949-1950*. Paris: Unesco, 1950c. Acrescente-se aqui que este é o segundo relatório encaminhado este ano à ONU.

5. São mencionadas as declarações elaboradas durante a Segunda Guerra pela Sociedade Real de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda, pela Sociedade Americana de Antropologia e pela Sociedade Brasileira de Antropólogos.

compreender o sentido de sua afirmação segundo a qual as futuras enquetes da Unesco seriam realizadas “em estreita relação com o Ecosoc”. Diz o texto:

o Conselho econômico e social informa a Unesco do interesse das Nações Unidas na redação de programas educativos no domínio da luta contra as medidas discriminatórias e a proteção das minorias e 1) solicita à Unesco colocar à disposição da Subcomissão⁶ *todos os documentos ou análises* que tratem da questão *que poderão resultar da enquete projetada* por esta organização *ou de qualquer outro programa da Unesco*; 2) a Unesco *continuará a colaborar* com as Nações Unidas e *acolherá favoravelmente toda demanda de nova colaboração* (grifos meus); 3) incita a Unesco a considerar a oportunidade de propor e recomendar a adoção geral de um programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar preconceitos de raça”.⁷

Ao tom inquiridor da solicitação feita no item um e ao caráter imperativo determinando, no item dois, a natureza da atitude a ser adotada pela Unesco no futuro, é necessário acrescentar a discussão em curso nessa Organização, desde sua 1ª CG-1946, que expressa as dificuldades em se obter, entre seus Estados membros, o acordo necessário ao exercício da cooperação supranacional planejada no pós-guerra e regulamentada em seu Ato Constitutivo e no Acordo assinado em seguida com a ONU. Desde então críticas à amplitude e dispersão dos objetivos e dos programas, assim como a defesa de um orçamento menor têm sido freqüentes. E, nessa 1ª CG, a Unesco teve de lidar, em virtude dessas críticas,⁸ com o adiamento da aprovação de seu primeiro programa,

6. Trata-se da subcomissão do Ecosoc para a luta contra as medidas discriminatórias e a proteção das minorias.

7. Vale a pena ressaltar que as solicitações feitas nesta resolução são regulamentadas no artigo VI do Acordo entre as Nações Unidas assinado em seguida à criação desta agência especializada do Sistema ONU. Cf. “Texte de l'accord entre les Nations Unies et l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture”, Annexe VII. In: Unesco. *Rapport aux Nations Unies 1949-1950*. Paris: Unesco, 1950, p. 192-200.

8. Essas críticas vieram da delegação norte-americana e se sustentavam no argumento de que os 40 mil dólares alocados pelo CIER - Conselho Internacional para a Reconstrução Educacional, criado pelas empresas privadas norte-americanas e as ONGs no pós-guerra para a reconstrução educacional dos países europeus - dispensariam uma maior destinação de verbas para a Unesco. Cf. ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'Unesco 1944-1963*. Les rêves

preparado ao longo de 1946,⁹ discutido na 1ª CG, e aprovado somente em abril do ano seguinte, na 2ª reunião do seu Conselho Executivo.

E é exatamente a respeito do Conselho Executivo da Unesco que, evidenciando o embate de forças entre os nacionalismos do imediato pós-guerra, tem início, na 2ª CG-1947, uma discussão que se prolongará nos anos seguintes. Abrindo-se com as interrogações da delegação norte-americana quanto à natureza desse órgão, que junto com a Conferência Geral e o Secretariado compõe a estrutura da Unesco, concretiza-se na proposta segundo a qual os membros desse Conselho passariam a representantes de seus países de origem, em substituição à forma como se idealizara a estrutura da Organização.

Nesta estrutura, visando preservar o caráter exclusivamente internacional da atuação, tanto do Diretor Geral como do pessoal do Secretariado e também dos membros do Conselho Executivo, estes últimos representam a Conferência Geral, órgão soberano da Unesco e única instância a que eles devem responder pelo exercício das funções que lhes são por ela delegadas.

É necessário ressaltar que, presente no questionamento da delegação norte-americana, mas não materializada na proposta apresentada em 1947, está a avaliação segundo a qual a superioridade de alguns dos membros do Conselho Executivo, em razão de assumirem uma maior carga de trabalho,¹⁰ justificaria a busca de um meio de torná-los membros permanentes desse Conselho.

peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales? Paris: Sorbonne 1993, p. 109-110. O Conselho Internacional temporário para a Reconstrução Educacional – TICER – é criado pela Unesco para a coordenação dos trabalhos de reconstrução educacional, por intermédio do CIER. A este respeito ver: Unesco. *Avec le TICER. Sur le Front de la Reconstruction. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la pointe du combat pour le relèvement de l'éducation*. Paris: Georges Lang, 1949.

9. Uma “Comissão Preparatória” foi constituída na Conferência de 1945, em Londres, na qual é aprovado o Ato Constitutivo da Unesco para elaborar o seu primeiro programa em preparação de sua 1ª CG, mandato que foi cumprido ao longo do ano de 1946. Cf. BEKRI, 1991.

10. É importante considerar aqui que a cota dos Estados Unidos corresponde então a cerca de 44% do orçamento da Unesco. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 123 e 128.

Ocorre que, após um ano de funcionamento da Unesco, já se confirmam as dificuldades que sua estrutura original apresentava ao exercício da hegemonia, disputada pelas potências européias enfraquecidas com a guerra – Inglaterra e, principalmente, a França – e pelos Estados Unidos, potência ocidental única, naquele momento, em condições de exercer a liderança na ordem mundial em construção, sem condições, porém, de se beneficiar, na exata medida de suas pretensões, das prerrogativas inerentes ao poder de veto que, juntamente com os grandes da política mundial, detinha no Conselho de Segurança da ONU,¹¹ uma vez que, na Conferência Geral da Unesco, cada Estado membro representa um voto.

Nesse mundo bipolarizado, em franco processo de libertação colonial, além dos problemas decorrentes da Guerra – mutilados, desenraizados, imigrantes, refugiados – coexistiam, contraditoriamente, ideais de sua reconstrução, contemplando tradições diversas e utopias de sua transformação revolucionária. Nessa situação, a proposta de mudança na estrutura da Unesco, uma organização de atuação supranacional nas áreas da educação, da ciência e da cultura, expressa a necessidade de, a uma Conferência Geral e a um Secretariado que escapam ao controle, contrapor-se um Conselho Executivo subordinado aos governos,¹² particularmente àqueles que vêem na Unesco um instrumento de realização de seus próprios projetos de política internacional, ou de política de além mar.

A busca do exercício do controle sobre uma organização reconhecida por René Maheu como essencialmente ocidental nos seus primeiros dez anos de

11. O uso dessas prerrogativas, principalmente pela URSS e pelos Estados Unidos, tem resultado, segundo avaliações correntes, na imobilização da ONU em diversas ocasiões ao longo desses cinquenta anos.

12. Ressalte-se, entretanto, que há registros da existência de um acordo tácito, segundo o qual os membros cujas cotas de contribuição financeira à Unesco são maiores, sempre estariam representados no Conselho Executivo. Trata-se, portanto de efetivar, de direito, o que, de fato, já ocorria. Cf. BEKRI, Chikh. *L'Unesco: Une entreprise erronée?* Paris: Éditions Publisud, 1991.

vida,¹³ mas “não tão facilmente domável” do ponto de vista dos Estados Unidos (Archibaldi, 1993, p. 119), resultou, além das reiteradas críticas aos aspectos já mencionados, na divisão de trabalho entre a Unesco e a ONU, de modo que as atividades políticas caberiam a esta última, enquanto a Unesco trataria do incentivo e da articulação da cooperação intelectual e da solidariedade moral entre os povos. Dessa forma, quer se negar, a essas atividades da Unesco, realizadas em suas três áreas de atuação e fundamentais ao desenvolvimento e à realização universal do chamado “progresso da humanidade”, seu caráter político.

Neste ponto, sem nos esquecermos da quebra do monopólio norte-americano em tecnologia nuclear em 1949, quando a URSS obtém a Bomba Atômica; sem nos esquecermos ainda dos países que obtiveram sua independência até este ano;¹⁴ lembrando-nos também das guerras ou revoluções, assim como das negociações em curso no processo de libertação colonial, envolvendo a França, Grã-Bretanha e Holanda,¹⁵ Ásia, África, Oceania e também Estados Unidos e URSS; lembrando-nos ainda do ambiente social propício ao nacionalismo

13. A URSS torna-se Estado membro da Unesco somente em 1954, ano de realização de sua 8ª CG, quando foi finalmente aprovada a proposta apresentada em 1947 de mudança do Conselho Executivo da Unesco. Sobre as mudanças ocorridas no Conselho Executivo até o início da década de 1990 ver: LACOSTE, Michel Conil. a “Convention Créant une Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture”. In: *Chronique d'un Grand Dessein. Unesco 1946-1993*. Paris: Unesco, 1994, p. 457-475.

14. Na Ásia: Birmânia, Cambodja, Ceilão, Coréia, Índia, Indonésia, Laos, Paquistão, Filipinas e Vietnã. No Oriente Médio: Israel, Jordânia, Líbano e Síria. Ver “Groupe de travail de l'Unesco sur les problèmes juridiques, sociologiques et administratifs des états ayant récemment accédé à l'indépendance. Maison de l'Unesco, 23-25 janvier 1952” In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été 1952, p. 404-408.

15. Eis alguns exemplos desses conflitos ou guerras: desde 1945, a França está enfrentando a revolta na Argélia e a resistência no Marrocos ao seu projeto de descolonização e respondendo numa escalada de violência; desde 1947, a Inglaterra luta contra o partido comunista na Malásia, onde, em face da resistência da guerrilha organizada contra as companhias européias, em 1948, é decretado o estado de emergência seguido de violenta repressão, numa luta que só termina com a independência em 1954; a Inglaterra vê-se ainda obrigada, após tentativas frustradas de negociar com o líder U Nu, a reconhecer a independência da Birmânia; mais tarde, ela enfrentará no Quênia a insurreição dos Kikuyu (Mau Mau), cuja independência só ocorrerá em 1963, permanecendo, entretanto, sem solução as questões ligadas ao acesso à terra, cuja interdição à população negra constituiu um exemplo de discriminação racial; somente em 1949, as tropas holandesas se retiram, mediante pressão dos Estados Unidos e da ONU, da Indonésia, cuja independência fora proclamada por Sukarno desde 1946. Ao longo da década de 1950, enquanto ocorre a discussão sobre os aspectos biológicos da raça, prosseguem os movimentos de libertação e a independência negociada ou aceita pela França e a Inglaterra, que vão perdendo seus territórios de ultramar.

também na América Latina e no Caribe, num mundo em contraditório processo de expansão industrial, é necessário considerarmos os projetos piloto¹⁶ da Unesco sobre estudos de comunidades locais. Estes projetos, incluídos no seu “programa de tensões”, no item referente às influências da técnica moderna na compreensão internacional, destinar-se-iam a permitir futuros estudos comparativos.

O plano geral desses projetos foi elaborado por sociólogos, etnólogos, antropólogos, psicólogos e psiquiatras, entre os quais constavam representantes da Organização Mundial de Saúde e da Federação Mundial de Saúde Mental. Segundo o plano elaborado, os estudos deveriam considerar a atitude familiar em relação à criança, desde sua concepção, assim como as relações afetivas entre os membros no seio da família e no plano social ampliado. Deveriam considerar ainda desde a organização escolar até as formas de exercício e manutenção de autoridade e de governo, assim como as repercussões desses aspectos no grupo social pesquisado.

Entre os objetivos desses projetos encontra-se a necessidade de verificar se a autoridade governamental no exercício de seu poder estava sendo percebida pela sociedade como “eles” ou como “nós”. Ou seja, trata-se de fazer um diagnóstico de uma realidade na qual, como advertiu Mannheim (1972, p. 82), “se a ONU não conseguir concentrar as lealdades humanas na nova organização mundial, inevitável se tornará o desenvolvimento do ‘sentimento de nós’ (*we feelings*) rivais ou regionais e, além disso, militantes”.

Esses projetos buscavam, portanto, a elaboração de uma radiografia minuciosa da vida social em suas diversas dimensões e relações individuais, grupais, nacionais e também das atitudes em relação aos demais grupos

16. Na reunião realizada nos dias 24 a 28 de janeiro de 1949 para elaborar o plano geral de aplicação dos questionários, esses projetos piloto foram previstos, para França, Austrália, Índia e, talvez, a Suíça, tendo em vista sua posterior replicação em outras áreas. Cf. “Réunion d’experts chargés d’élaborer un plan de travail pour l’étude de communautés sociales dans différents pays, 24-28 Janvier 1949”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949, p. 102-105.

nacionais,¹⁷ contemplando, dessa forma, os três níveis de tensão tal como definidos por Otto Klineberg: no indivíduo, no grupo nacional, entre as nações.

Um esclarecimento faz-se aqui necessário. A identificação dos níveis em que as tensões podem ocorrer e a busca de sua compreensão em situações determinadas não significam a aspiração de eliminá-las, junto com o “que se convencionou chamar preconceitos de raça”. Isto porque as tensões sociais são naturais e desejáveis, de acordo com o conceito psicológico de tensão – um estado de instabilidade que impele à ação – que fundamenta o plano de estudos da Unesco, cujo objetivo maior consiste em, com base no conhecimento das causas dos conflitos e tensões, organizar as condições para a paz entre os povos, mas uma paz diligente, ativa.

O “programa de tensões” na sua totalidade visa, portanto, fundamentar a deliberação quanto ao uso de técnicas sociais, entre as quais a educação, e descobrir os meios ou métodos para, impedindo que as tensões ultrapassem o patamar suportável, garantir-lhes o grau de intensidade moderado, necessário ao direcionamento da ação dos grupos humanos, em sua diversidade, para a compreensão e cooperação internacionais, na construção do progresso.

Além dos projetos já mencionados, há aqueles que, usando a técnica de entrevista por amostragem de populações locais, objetivavam verificar, mediante o método comparativo, em que medida as características atribuídas a cada cultura são próprias de cada uma delas ou são comuns a várias nações. Dizendo de outra forma, buscavam verificar como se articulam o singular e o universal, as partes e o todo, a nação e o mundo.

17. Cf. “L’Unesco et le problème des conséquences sociales du progrès technique: Le département des Sciences Sociales: états de tension et technologie” e “Le département des activités culturelles: conséquences sociales du progrès technique”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été, 1952, p. 393-403.

Ressalte-se, entretanto, que também neste aspecto não faltaram críticas e resistências ao trabalho da Unesco, num momento em que o capitalismo, avançando pelo globo, luta contra o internacionalismo comunista. Nesse momento, o ideal humanitário da Unesco, por um lado, lhe impõe a “missão” de “criar condições para fazer reinar uma cultura essencialmente humana (...) em todos os seus domínios” e, por outro lado, lhe deixa claro que, num mundo bipolarizado, em que o “sentimento de nós” ganha expressões diversas nos vários nacionalismos, inerente à realização dessa missão “encontra-se o cuidado de construir um mundo unido (...) de fazer substituir o universal ao particular”. E, conseqüentemente, esse ideal humanitário leva à conclusão de que “para multiplicar as trocas intelectuais entre os povos, para chegar a uma verdadeira cooperação dos espíritos para além das fronteiras é necessário que a idéia de humanidade domine aquela da nacionalidade e que o homem torne-se um cidadão do mundo sendo um cidadão de seu próprio país” (Unesco, 1948, p. 14).

Exemplificando essas críticas e resistências, mas também a forma como a Unesco lidou com elas, é oportuno lembrar: a advertência, em 1949, do Departamento de Estado dos Estados Unidos a Jaime Torres de Bodet, Diretor Geral da Unesco, contra sua política de priorização dos pequenos países em detrimento de seus maiores financiadores no mundo ocidental (Archibaldi, 1993, p. 322); as críticas de setores organizados da sociedade civil norte-americana após a publicação das brochuras incluídas no programa para a compreensão internacional da Unesco, vistas como anti-norte-americanas e promotoras de um governo mundial;¹⁸ a realização da enquete sobre a percepção que os

18. A respeito das críticas da “The Cross and the Flag” sobre as brochuras publicadas pela Unesco na coleção “vers la comprehension international”, cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 232. O autor nos informa também que Irving Solomon é chamado em duas ocasiões a realizar trabalho de avaliação da atuação da Unesco num período em que ela estava sendo acusada de infiltração comunista: em 1951 a pedido da Fundação Ford, interessada em destinar fundos para a Organização e, em 1953, quando é designado pelo presidente Eisenhower para presidir o comitê especial criado em razão da intensificação das críticas à Unesco.

habitantes têm de seu próprio país e dos demais, na Nova Zelândia, graças à anuência do proprietário de uma escola privada, uma vez que o Diretor de Ensino discordou de sua aplicação nos estabelecimentos oficiais, por considerar que os próprios questionários da Unesco poderiam provocar tensões sociais;¹⁹ a cautela na orientação ao Conselho Internacional de Ciências Sociais, a que a Unesco solicitara o estabelecimento de um escritório de pesquisa sobre as repercussões sociais das transformações tecnológicas, quanto à delimitação do campo das pesquisas – que não deveria ser nem muito vasto e “nem restringido ao ponto de falsear a situação estudada ou negligenciar dados ou fontes essenciais de informação”²⁰ – e das atribuições do escritório, já que era necessário evitar o risco de que a ele se pudesse “associar a idéia de um instituto monolítico de ciências sociais”.²¹

Orientação semelhante será feita em relação aos meios de comunicação, num momento em que o uso desses meios pela Unesco era visto pelos delegados da Polônia e Tchecoslováquia como incitação à guerra e como imposição cultural de um país sobre os demais e, ao mesmo tempo, era requerido pelo chefe da delegação norte-americana, com a finalidade de, com maior empenho e agilidade, “narrar a admirável crônica da liberdade”.²² Neste contexto, a orientação fornecida

19. A orientação metodológica seguida pelos investigadores consistia na aplicação de pré-teste visando verificar a simpatia ou antipatia dos sujeitos do experimento em relação a outros grupos nacionais, seguida de informações visando à mudança de atitude no sentido de favorecer a compreensão internacional, após o que se aplicava o pós-teste. Das informações constavam aquelas relativas aos habitantes de outros países, à semelhança entre os diversos representantes da espécie humana, e à superioridade das atitudes internacionais sobre as nacionais. Cf. “L’Étude des états de tension au Victoria University College (Nouvelle-Zélande)”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 1, Printemps, 1952, p. 154-158.

20. Cf. “Le bureau international du recherches pour l’étude des repercussions sur le plan social des transformations de la technique”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. VI, n. 1, 1954, p. 93-98.

21. Este risco havia sido apresentado em carta datada de 10 de fevereiro enviada por Quincy Wright, professor de Direito Internacional e de Ciências Políticas nos Estados Unidos, a Otto Klineberg. A preocupação do professor norte-americano é no sentido de que um “super organismo contribua para o agravamento das tensões que por sua atuação objetiva compreender e resolver”. Cf. *Bulletin International de Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949, p. 100-101.

22. Citado por BEKRI, 1991.

pela Unesco – que havia preparado a fundamentação para a aprovação, em 1948, da “tese do livre fluxo de informações”, defendida principalmente pelos Estados Unidos – é de que “não cabe ao escritório de pesquisa ocupar-se diretamente dos problemas relativos à comunicação e à informação, entretanto, não poderá deixar de considerar a incidência destes meios numa dada região em estudo”.²³

Os estudos aqui mencionados, incluídos no “programa de tensões”, são demonstrativos de como a Unesco, no exercício de seu objetivo maior – “a conquista das mentes” – busca, neste “campo minado” que é o mundo pós-guerra, conhecer os povos em sua diversidade cultural com vistas a articulá-los ao projeto de construção das condições desde então, mais do que antes, vistas como necessárias ao progresso e à paz. Esses estudos nos fornecem ainda exemplos de como a Unesco respondeu aos limites a ela impostos, e também aos controles, sejam internos ou externos, que se exerceram sobre seu trabalho, cujo lado prático, assegura Klineberg (1949, p. 99), “aparecerá mais nitidamente na medida em que seja possível fazer a síntese das múltiplas enquetes em realização”.

É possível que a esse modo de agir, revelador ao mesmo tempo da força e da fraqueza da Unesco, se deva, num momento em que a realidade mundial se encontra atravessada pela racialização das relações sociais,²⁴ o fato de que o trabalho da Unesco diretamente referido ao tema da raça e do preconceito racial só tenha se iniciado após as determinações constantes da resolução do Ecosoc.

23. Cf. “Le bureau international du recherches pour l’étude des repercussions sur le plan social des transformations de la technique”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. VI, n. 1, 1954, p. 95.

24. Cf. IANNI, Octavio. “Raças e povos”. In: *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 189 - 231.

É necessário, no entanto, ressaltar que, também em 1949, o presidente Truman propõe à ONU o Plano Ampliado de Assistência Técnica – PEAT²⁵ – compreendendo projetos multilaterais a cargo da ONU e suas agências e projetos bilaterais a cargo dos Estados interessados em contribuir com verbas, além de suas devidas cotas enquanto membros da ONU. Este plano tinha em vista, mediante investimentos e assistência técnica a projetos nas áreas da agricultura, transportes, indústria, trabalho, educação, ciência, saúde e segurança social, a elevação dos níveis de vida “dos povos amantes da liberdade”. Constituíra o plano, pode-se dizer, uma réplica empobrecida e consorciada do plano Marshall para os dois terços da humanidade que vivem fora da Europa Ocidental.²⁶

Klineberg refere-se ao PEAT, então em estudo no Ecosoc, para lembrar que ele confere um caráter de urgência aos estudos relativos às influências da técnica moderna nas relações entre os povos. Não é demais deduzir que o mesmo raciocínio esteja também na base da resolução 116 (B) iii, na qual o Ecosoc solicita o trabalho da Unesco e, ao mesmo tempo, estabelece os meios para o controle de sua atuação no que diz respeito à questão racial.

Para compreendermos não apenas a resolução do Ecosoc mas também o trabalho da Unesco mais diretamente voltado para os assuntos relativos à raça,

25. Sob esta denominação, amplia-se a também chamada “doutrina Truman”, formulada em 1946 e apresentada em 1947 no discurso inaugural de Harry Truman, que, a esta altura dos acontecimentos do pós-guerra, já havia resultado na assinatura do TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, unindo o continente americano na paz e na guerra, assim como na constituição, no Brasil, após negociações entre os presidentes Truman e Dutra, da Comissão Mista Brasileiro-Americana, ou Missão Abbink.

26. Cerca de 12 milhões de dólares foram emprestados pelos empresários norte-americanos, no período entre 1948 e 1951, em condições favoráveis, para a reconstrução européia. O PEAT recebe, em 1950, 20 milhões de dólares. Desse total, a parte investida pelos Estados Unidos representa 1/500 do empréstimo à Europa através do Plano Marshall. Ver a respeito: ARCHIBALDI, Gail, 1993, p. cap. IV “Le cout de l’Unesco pour les Etats Unis”, principalmente o subtítulo “Du Plan Marshall a l’assistance technique”.

neste período, devemos considerar o contexto acima descrito ao qual devem-se acrescentar: os primeiros sinais de insucesso da Liga Árabe, criada por incentivo da Inglaterra para conter o pan-arabismo que ganhava expressões nacionalistas diversas; a situação criada no Oriente Médio com a instalação do Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelas duas superpotências do pós-guerra; o ceticismo em relação aos organismos internacionais considerado como o sentimento do homem comum no mundo árabe;²⁷ os conflitos provocados pelo movimento de populações; a discriminação e segregação racial na então União Sul-Africana, sob protesto organizado do Congresso Indiano Sul-Africano, assim como sob os protestos apresentados pela Índia na Assembléia Geral da ONU, desde 1946; o agravamento dessa situação que se configura na política do apartheid intensificada a partir de 1948, quando o partido Nacional chega ao poder e prossegue mantendo a subalternidade dos seus habitantes não brancos, sobretudo dos negros, até a década de 1990, a despeito de seguidas resoluções da ONU contra essa política.

Este é, portanto, o contexto em que devemos compreender a persistência do racismo, cujas ressurgências exigem da Unesco a consideração, em sucessivas décadas, dos aspectos biológicos da questão racial, assim como daqueles relativos à sociedade e à cultura, à economia e ao poder.

27. Cf. UNESCO. *Les Nations Unies et le civisme internationale*. Vers la compréhension internationale, vol. IV, Paris: Unesco, s/d. Apresenta relatório de estágios realizados pela Unesco, visando propiciar a vivência de uma situação internacional e organizar material para o ensino relativo às Nações Unidas, o que foi feito num estágio, realizado no verão de 1948, reunindo seis educadores do Afeganistão, do Chile, da França, do Líbano, da Tailândia e dos Estados Unidos (presidente e relator do grupo). Um outro estágio reuniu, no Adelphi College em Nova York, 36 especialistas de 21 países. Neste os representantes do Egito e da Síria alertam para a desconfiança e o ceticismo dos árabes em relação ao Ocidente, o que, segundo eles, poderia retardar a "ocidentalização" do mundo árabe (p. 29). Na conclusão esta advertência é reiterada, acrescida de uma segunda que subordina o sucesso da popularização das organizações internacionais, mediante o ensino sobre as Nações Unidas nas escolas, a um ensino que se faça acompanhar de um tratamento equitativo dispensado aos países árabes (p. 36).

• RAÇA, CIÊNCIA, PODER E A BUSCA DE UM MODELO DE DEMOCRACIA RACIAL

O trabalho da Unesco, a partir de 1949, materializado, primeiro, em duas declarações consecutivas,²⁸ se concretiza mediante um debate já em curso nos meios científicos, que incluía o conceito de raça, as classificações raciais e as diferenças entre os grupos humanos, povos e culturas, os contrapontos raça e nação, raça e história, raça e cultura, raça, casta e classe, num momento em que descobertas da genética forçam uma nova síntese entre este campo de conhecimento e a antropologia física.

Este debate, que atravessa a década de 1950 em íntima relação com a luta pela libertação colonial e pela manutenção ou conquista de vantagens econômicas na ordem mundial em reconstrução, desdobra-se, portanto, num daqueles momentos em que os objetivos da ciência se tocam, se imbricam e se confundem com os do poder constituído, em que as classificações se desembocam em hierarquizações e se insiste na necessidade de acumular suficientes evidências corroboradoras da igualdade na diversidade, o que se traduz em desigualdades sociais. Nesses momentos, também, os resultados da pesquisa se prestam, mais uma vez, à fundamentação e justificação do domínio de uns sobre outros e à tomada de decisões que afetam o destino de pessoas e grupos humanos, em benefício de grupos diversos e distantes dos primeiros.

Este é ainda o contexto, em que o antropólogo, Washburn (Mussolini, 1978, p. 454) apresenta em artigo de 1953 a observação de que “a antropologia física de 1950 se parecerá muito mais com a de 1900 do que com a de 1960”. Este é ainda o contexto em que a declaração de 1950, elaborada por sociólogos,

28. Com a finalidade de facilitar a exposição a referência às declarações sobre a raça e sobre as diferenças raciais será feita pelos anos respectivos de sua elaboração: declaração de 1950 e declaração de 1951.

antropólogos e geneticistas convocados pela Unesco, suscitando reações diversas e mesmo contrárias, motivou a elaboração de uma nova declaração, desta vez por um grupo constituído exclusivamente de antropólogos físicos e geneticistas, mais especificamente aqueles que se pronunciaram contra a declaração de 1950.

A declaração de 1951, que por sua vez também suscitou controvérsias, resultou em duas publicações. A primeira, destinada à educação do grande público, tarefa fundamental da Unesco, consiste numa publicação do seu Departamento de Informação. Sob o título “Qu’est-ce qu’une race? Des savants répondent”, toma como base três ensaios: “Raça e psicologia” de Otto Klineberg, “Raça e biologia” de L. C. Dunn, e “Raça e civilização” de Michel Leiris.

Já publicados em 1951 como brochuras individuais, esses ensaios farão parte da coletânea *Le racisme devant la Science* publicada em 1956,²⁹ que incluirá também o ensaio de Claude Lévi-Strauss, “Race et histoire”,³⁰ cuja primeira publicação ocorre em 1952. Os ensaios evidenciam a persistência, inclusive como forças sociais, das idéias que buscam combater, defender e/ou clarificar. Idéias ou temas que continuam dividindo as opiniões nos meios científicos e políticos impondo à Unesco e aos sábios e cientistas de diversos campos de estudo, por ela convocados, um trabalho cujos objetivos incluem: estabelecer a impossibilidade de deduzir da noção de raça qualquer conclusão sobre o caráter e capacidades mentais dos indivíduos; prosseguir com as classificações raciais com base nas diferenças entre os grupos humanos e ao mesmo tempo difundir e

29. Em 1960 esta edição é traduzida no Brasil pela Perspectiva em dois volumes. Em 1973, a Unesco apresentará nova edição de *Le racisme devant la Science*, mantendo da edição anterior esses três ensaios, assim como o de autoria de Claude Lévi-Strauss, antropólogo que fizera parte do grupo que redigiu a declaração de 1950. Esta edição apresenta em apêndice os textos das declarações de 1950, 1951 e 1967, assim como aquele relativo às proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial de 1964.

30. A primeira publicação deste ensaio ocorre em 1952. Lévi-Strauss faz parte do grupo que redige a declaração de 1950 e, obviamente, não figura na relação dos cientistas consultados por ocasião da elaboração da declaração de 1951.

fixar a noção da inexistência de raças puras; combater a crença a respeito da superioridade do homem branco, ocidental e cristão, sobre os demais povos que habitam o globo terrestre; assim como eliminar a confusão entre fatos naturais, herança genética dos indivíduos, e cultura, herança social freqüentemente confundida com a primeira e atribuída à raça; derrubar o mito relativo às conseqüências negativas ou desastrosas da miscigenação; afirmar, enfim, neste momento em que os aspectos biológicos se impõem nas interpretações sobre as raças e as diferenças raciais, a igual aptidão dos diferentes grupos humanos de se desenvolverem tecnicamente. E, para esta finalidade, explicitar as dimensões históricas, geográficas e socio-culturais da originalidade da participação dos diversos grupos humanos na construção de uma civilização mundial, cuja vitalidade e riqueza dependem da preservação da diversidade cultural, assim como do desenvolvimento da tolerância como uma atitude dinâmica, isto é, não contemplativa.

Na segunda publicação, que apresenta as apreciações de antropólogos e geneticistas consultados sobre o texto da declaração de 1951, o leitor é preparado, desde a introdução, para as divergências ou controvérsias sobre a questão, decorrentes da subsistência de elementos de dúvidas no espírito de muitos dos consultados. É ainda persuadido de que, com a apresentação dos comentários suscitados pela declaração de 1951, “a Unesco dá ao público os meios de conhecer as flutuações do pensamento científico diante do problema da raça” (p. 9). Aí também, ao equiparar-se a publicação que então se apresenta a um “laboratório da ciência”, o leitor é alertado para o fato de que, se neste laboratório “se encontra alguma desordem (...) é precisamente destas oposições, e mesmo de ásperos ataques,³¹ que nasce o que chamamos de verdade” (p. 10).

31. Um exemplo notável desses ásperos ataques pode ser visto em artigos publicados nos primeiros anos da década de 1950, na discussão provocada pelo determinismo biológico exposto por DARLINGTON, C. D. “La conception génétique de la race dans l’espèce humaine”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. II, n. 4, Hiver

L. C. Dunn, professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Colúmbia, que fizera parte do grupo de cujas sugestões o professor Ashley Montagu se valeu na revisão final do texto da declaração de 1950, e relator do grupo que redigiu a declaração de 1951, enuncia, em seu relatório, duas razões para a ocorrência dessa segunda reunião para a qual a Unesco convocou um grupo de doze antropólogos físicos e biólogos do campo da genética humana. Nessa reunião esses estudiosos teriam como objetivo redigir uma declaração que “refletisse de maneira mais precisa o ponto de vista dos meios científicos” sobre o conceito de raça, assim como o estado do conhecimento sobre as diferenças raciais.³²

Reconhecendo a igual propriedade do interesse dos sociólogos, antropólogos e biólogos pelas questões raciais, L. C. Dunn afirma, como uma

1950, p. 501-511. O biologista Mirsky, do Rockefeller Institute for Medical Research, de Nova York, vê na exposição de Darlington não os princípios da genética, mas hipóteses e preconceitos, como fundamentos do conceito de raça. Cf. *Le concept de race. Résultats d'une enquête*. Col. La question raciale devant la science moderne. Paris: Unesco, 1953b, p. 21. Também para Montagu, relator do grupo que elaborou a declaração de 1950, Darlington, como “sobrevivente obstinado de um grupo dissidente, está fatalmente voltado a se encontrar em desacordo com a massa daqueles cuja opinião contra”. Críticas como essas merecem de Darlington o seguinte pronunciamento: “não explicarei numa simples carta, por que eu disse que os genes determinam os caracteres; por que eu não partilho da opinião do professor Thorndike sobre a ‘verdadeira tarefa do homem’; por que eu não me inclino diante do professor Klineberg como diante de um oráculo da ‘ciência’; por que eu me separei da maior parte dos psicólogos, mas não de todos; (...) por que eu não aceito a interpretação dada pelo professor Montagu sobre o despovoamento (...)”. Após essa enumeração remete o leitor interessado em seus argumentos ou fatos novos que descobrira a seus escritos em outras fontes ou a seu livro “The facts of life” prestes a ser publicado. Cf. “La conception génétique de la race dans l’espèce humaine”. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*. Vol. IV, n. 1, Printemps 1952, p. 237-238.

32. O grupo que redigiu a declaração de 1950 se compunha de oito cientistas, sendo um da Nova Zelândia, um do México, um do Brasil, dois dos Estados Unidos, um do Reino Unido, um da Índia e um da França. Além destes, outros 13 cientistas deram sugestões ao relator do grupo, Ashley Montagu, na revisão final do texto. O exame da lista como um todo não confirma a supremacia dos sociólogos, pois no mínimo quatro dos que participaram da revisão final do texto eram biólogos. Um aspecto se ressalta, entretanto, quando comparamos, quanto a sua composição, os grupos que elaboraram as declarações de 1950 e a de 1951. A homogeneidade do segundo grupo é evidente não somente naquilo que menciona seu relator – que o grupo se constituiu exclusivamente de antropólogos físicos e geneticistas – mas na origem deles: quatro eram da Inglaterra, três, dos Estados Unidos, dois, da França, um, da Suécia, um, da Holanda e um, da Alemanha. Cf. lista no vol. II de *Raça e Ciência*. Unesco/Perspectiva, São Paulo, 1960, p. 283 e 287. Em artigo de Ashley Montagu publicado, em 1950, L. C. Dunn está entre as interlocuções do autor que busca dar precisão a determinadas idéias presentes na literatura sobre a questão racial, a exemplo da afirmação de Dunn e Dobzhansky de que “olhos azuis são bastante comuns na maior parte dos Estados Unidos, mas muito raros na maior parte do México”. Cf. MONTAGU, Ashley. “O conceito de raça e o mecanismo da formação das raças humanas”. In: MUSSOLINI, Gioconda (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

destas razões, o particular interesse dos cientistas representantes da antropologia física e da genética humana nessas questões. A predominância dos sociólogos na primeira reunião e a conseqüente característica essencialmente sociológica do texto da declaração de 1950 constituem a segunda razão a justificar a elaboração de uma outra declaração, uma vez que a primeira “carece da autoridade que somente os especialistas da antropologia física e da genética humana, particularmente competentes no que concerne ao aspecto biológico da raça podem lhe conferir”.³³

A respeito da declaração que o grupo é chamado a completar e precisar, L. C. Dunn acusa ainda a existência de uma confusão entre raça, fato biológico, e raça, fenômeno social, razão pela qual o grupo se manifesta contrário à abordagem do tema sob o ângulo dos problemas sociais e pedagógicos, alegando serem estes relacionados às conjunturas locais às quais deveriam ser associados. É, portanto, do ponto de vista das recentes descobertas da teoria moderna da evolução, que o grupo se propõe a abordar o tema.

Da perspectiva conferida pelo neo-evolucionismo é que esses antropólogos e geneticistas, preocupados com a neutralidade e o rigor científicos, chamam a atenção para a ausência de provas que demonstrem a inexistência de diferenças mentais entre os grupos raciais, embora afirmando, ao mesmo tempo, que essas diferenças não podem se prestar, numa perspectiva cientificamente respaldada, ao estabelecimento de uma hierarquia das raças humanas. Além disto, na defesa contra a identificação de sua posição como racista ou contra seu uso para interpretações racistas, o relator ressalta ainda a adoção de um conceito dinâmico de raça.³⁴ Desse conceito não decorre, porém, a conclusão

33. Nesse sentido, as críticas do grupo, à declaração de 1950 coincidem com aquelas expressas na revista “Man”, do Instituto Real de Antropologia, sediado em Londres.

34. Dinâmico no sentido de que o termo raça se refere a um estágio do processo de diferenciação das populações e de sua adaptação ao meio em que vivem. Cf. Unesco, 1953b, p. 95 e 98.

de que não existem raças – fato biológico evidenciado por caracteres nos quais se ancoram as classificações propostas por antropólogos e que são passíveis de observação pelo homem comum – nem o abandono do termo “raça”, como muitos defendiam desde décadas anteriores,³⁵ cujo uso científico o grupo então defende como necessário. Ainda no mesmo sentido, o relator ressalta, por um lado, a distância existente entre as conclusões consubstanciadas na declaração elaborada pelo grupo de que é o porta-voz e aquelas constantes na obra de Gobineau sobre a desigualdade das raças; por outro lado, ressalta a sua proximidade em relação à Declaração da Independência americana e à Declaração Universal dos Direitos do Homem no reconhecimento da igualdade como condição da existência social, uma vez que afirma a inexistência de descoberta científica que aponte para uma restrição da aplicação deste princípio às raças.

Nestas observações ressaltam-se aspectos que distinguem as duas declarações da Unesco. Entretanto, para além dos detalhes destacados pelo relator, são notórias a afinidade e a semelhança entre as duas declarações, de 1950 e de 1951, que prosseguem sendo reeditadas e citadas igualmente na literatura sobre a questão racial. Conclusões e proposições comuns às duas declarações, presentes também nos ensaios publicados na ocasião explicam-se, certamente, pela vocação universalista da Unesco, na realização de seu trabalho político de coordenação dos esforços mundiais em direção à reconstrução da ordem mundial. Esta preocupação com o universal parece fundamentar também a reflexão em que

35. A substituição do termo raça por “grupo étnico” é sugerida, por exemplo, por Julien Huxley, em 1936 e em 1941, por Ashley Montagu, em 1945, e também na declaração de 1950. Cf. MONTAGU, Ashley, 1978; e HUXLEY, Julien. “El concepto de raza”. In: *El hombre está solo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942. A justificativa é de que seriam evitados erros decorrentes do uso abusivo do primeiro, freqüentemente associado, na linguagem comum, a grupos humanos estigmatizados em virtude de caracteres externos que os diferenciam, ou ainda a grupos nacionais, religiosos, geográficos ou culturais.

Alfred Métraux (1950 a) aponta o paradoxo da civilização ocidental. Refere-se ele à exigência de que as demais culturas assimilem os valores aos quais essa civilização atribui “perfeição indiscutível”, sem contudo admitir aos dois terços da humanidade a capacidade de atingir o fim que ela propõe. A isso acrescenta que “por estranha ironia, as vítimas mais dolorosas do dogma racial são precisamente os indivíduos que por sua inteligência ou por sua educação testemunham sua falsidade”.

Essas observações – do diretor da Divisão criada neste ano no Departamento de Ciências Sociais da Unesco especialmente para tratar das questões raciais – nos levam a uma idéia, defendida por Ashley Montagu em artigo de 1950 e constante da declaração cuja elaboração fora por ele coordenada que merecerá ataque veemente do grupo que elabora a declaração de 1951. Segundo essa idéia, a descoberta de uma “ética da fraternidade universal” fundada numa “tendência inata do homem à cooperação”, tão fundamentais, vale ressaltar, para a união dos povos e para a contribuição das culturas diversas na reconstrução do mundo segundo um modelo postulado como universal, é atribuída às pesquisas biológicas.

Sobre este aspecto, entretanto, buscando evitar “uma solução política para uma questão pertencente ao domínio da ciência”, é no caráter instintivo do comportamento do homem que o grupo buscará a explicação para a coexistência, num mesmo indivíduo, de uma tendência à associação em relação aos indivíduos de seu próprio grupo e a um comportamento agressivo em relação aos indivíduos de outro grupo. Uma vez atribuída aos preconceitos raciais uma origem psicológica, a conclusão decorrente indica a necessidade de mais estudos psicológicos a este respeito.

É possível, entretanto, que a ênfase na tendência à cooperação seja um ponto que explique a decisão da União Francesa – em reunião de 20 de

novembro de 1951,³⁶ transcorridos quase dois anos da elaboração da declaração de 1950 e cinco meses da redação da declaração de 1951 – de adotar o texto da primeira declaração nos programas de suas escolas, assim como de dar-lhe ampla difusão. O que nos faz lembrar Torres de Bodet na sua crítica apresentada na 1ª CG-1946, quando se refere às dificuldades que se apresentariam à realização da educação preconizada no Ato Constitutivo da Unesco, num “mundo em que continuam a prevalecer os abusos do imperialismo, a lei do mais forte e, sob formas veladas, o orgulho arbitrário das grandes potências e os preconceitos de raças que se crêem superiores” (Citado por Bekri, 1991, p. 125).

Este aspecto assinalado por Torres de Bodet em 1946 pode ser detectado ainda em 1951, quando do parágrafo três da declaração, que trata de dissociar grupos nacionais de grupos raciais, a expressão “os ingleses” presente na primeira redação é retirada, em virtude da argumentação de J. C. Trevor, professor da Faculdade de Arqueologia da Universidade de Cambridge. Trevor ressaltando sua origem galesa para evitar interpretação estranha ao seu objetivo de precisão, afirma que, diferentemente dos franceses e dos alemães, cuja heterogeneidade racial fora demonstrada respectivamente pelo professor Henri Vallois (1943) e pelo Dr. Morant (1939), “os ingleses – os ingleses (insiste ele) e não os britânicos – são hoje e mesmo desde a época dos Tudor, bem mais homogêneos do que a maior parte dos povos do continente” (Unesco, 1953b, p. 48).

36. Desde setembro de 1945 tropas anglo-francesas estão em Saigon na tentativa de restabelecer a antiga ordem diante dos movimentos pela independência no sudeste asiático. E a partir de 1951, a França recebe ajuda financeira dos Estados Unidos para dar prosseguimento a sua luta na Indochina. O desfecho para a França virá somente em 1954 com sua derrota em Dien Bien Phu e com as conferências que desde abril se realizavam em Genebra com a participação de representantes da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, URSS, China Popular, Camboja, Laos, e do Vietnã do Norte, sob Ho Chi Minh e do Sul, sob Bao Dai. Conforme o armistício aí assinado, além de se acertar o reconhecimento da independência do Laos e do Camboja, as tropas francesas deveriam se retirar do Vietnã, que não poderia receber reforços militares de nenhum país. Cf. PERNAU, José. *História Mundial desde 1939*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 108-110.

É assim que, contornando esse obstáculo, ou seja, essa resistência “cientificamente” fundamentada, o referido parágrafo é aprovado com a seguinte redação:

os grupos nacionais, religiosos, geográficos, lingüísticos e culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais e os aspectos culturais desses grupos não têm nenhuma relação demonstrável com as características próprias à raça. *Os americanos não constituem uma raça, tal como os franceses ou os alemães.* Nenhum grupo nacional constitui uma raça *ipso facto*. Os muçulmanos e os judeus não formam uma raça, tal como os católicos ou os protestantes, os habitantes da Islândia, da Grã-Bretanha ou da Índia, os povos que falam o inglês ou qualquer outra língua, os indivíduos que pertencem à cultura turca ou chinesa, etc. O emprego da palavra ‘raça’ para designar a um desses grupos pode constituir um erro grave; no entanto, este é freqüentemente cometido”. (Unesco/Perspectiva, 1960, vol. II, p. 284)

Nesse contexto, a Unesco, em sua busca da universalidade, deve lidar com interesses nacionais diversos e eventualmente conflitantes, que não deixam de ganhar expressão na voz de sábios, cientistas e estudiosos da evolução da espécie humana. É esse contexto ainda que explica a elaboração de duas declarações sobre a raça, cujas diferenças dizem respeito sobretudo à multiplicidade de interpretações e aos desacordos entre os estudiosos da genética e da antropologia, da sociologia e da psicologia. Esses desacordos, observados num período de transição ou de refinamento do discurso científico, são fruto do desenvolvimento de novas interpretações relacionadas à moderna etnologia, então invocada pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco, como a ciência cuja interpretação das diferenças culturais à luz do conceito de civilização, minimizaria o peso relativo dos aspectos biológicos nas diferenças entre os diversos povos e entre indivíduos (Unesco, 1950d).

Tanto é assim que o antropólogo Washburn, ao considerar o impacto da nova teoria da evolução, enuncia os pontos sobre os quais a obtenção de um acordo se fazia necessária:

1) a antropologia física precisa de um quadro de referência teórico consistente e provado; 2) as teorias genéticas e evolutivas necessárias estão à disposição e deveriam ser aplicadas aos problemas da evolução humana; 3) dever-se-iam abandonar os conceitos insustentáveis; 4) dever-se-ia *acolher com regozijo* uma época de transição, durante a qual seria de esperar grandes diferenças de opinião pessoal. Estas diferenças deveriam ser resolvidas pela pesquisa, evitando-se que se transformassem em excentricidades individuais ou nacionais. (1978, p. 465)

Em sua conclusão, Washburn, reafirmando que a compreensão do processo de evolução humana, requer, além de uma biologia moderna e dinâmica, “uma profunda compreensão da história e funcionamento da cultura”, aponta esta necessidade como aquela que “dá à antropologia toda sua unidade como ciência” (1978, p. 470).

Um outro ângulo da questão se evidencia, entretanto, se considerarmos a ocorrência anterior, simultânea e posterior a essa discussão, entre os cientistas dos vários campos da ciência e de diversas nacionalidades, de um dos mais gritantes exemplos de racismo³⁷ na segunda metade do século XX, contra o que a Unesco luta, desde sua criação. O período em que transcorre o debate em torno das duas primeiras declarações da Unesco sobre a raça (1950), e sobre as diferenças raciais (1951), é também o momento em que são tomadas as primeiras medidas de

37. O Partido Nacional chega ao poder na África do Sul em 1948, e intensifica a legislação do apartheid. Uma das medidas foi a divisão dos africanos em dez tribos, justificada pelas supostas diferenças e desconsiderando não só costumes e valores comuns, como também a história da formação sul-africana. A intensificação da legislação de discriminação e segregação racial prossegue nas décadas de 50, 60 e 70, apesar de, nesta última, ter se mudado o nome apartheid para “desenvolvimento separado”, como meio de responder aos acontecimentos externos e pressões internacionais contra o regime, que se manifestam a partir da década de 1960. Cf. CHALIAND, Gerard. *A Luta pela África: Estratégia das Grandes Potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 94-106.

segregação no ensino na África do Sul, justificadas, diante do Parlamento sul africano, em 1953 e em 1954, por H. Verwoerd, ex-primeiro ministro, com os seguintes princípios: “se se ensina ao indígena da África do Sul que ele é chamado a viver sua vida adulta sob um regime de igualdade de direitos, será levá-lo a cometer um grande erro (...)” e, mais incisivo: “nosso sistema de ensino não deve enganar os Bantus mostrando a eles as delícias da sociedade européia às quais eles não têm direito”.³⁸

As origens da política racial da África do Sul remontam ao final do século XIX, quando os britânicos promulgam leis restritivas ao acesso dos povos autóctones às riquezas em ouro e diamantes então explorados pela De Beers Consolidated Mine. Desde 1946, esta política é combatida pela população sul-africana, e constitui-se também em tema dos debates da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas desde sua primeira sessão. Nesta assembléia, a Índia reclama posição das Nações Unidas quanto ao tratamento discriminatório a que o governo da então União Sul-Africana submetia os trabalhadores indianos ali residentes. É necessário, entretanto, esperar a década de 1950 para a concretização desse posicionamento, quando, em sucessivas resoluções, a Assembléia Geral se pronuncia a respeito, convidando o governo daquele país, que intensificava a legislação de segregação racial, a reconsiderar sua posição à luz da Carta da ONU. Nessas resoluções a ONU expressava sua preocupação com as medidas tomadas pelo regime e fazia um apelo ao governo para que reexaminasse essa política nas décadas seguintes.

Cabe ressaltar que essa política se dirigia aos povos não-brancos, aí incluídos os indianos, e que sua intensificação, a despeito das várias resoluções

38. Cf. UNESCO. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe*. Afrique du Sud et Namibie. Dossier établi d'après une documentation réunie par le Mouvement anti-apartheid. Presses de l'Unesco, Paris, 1975. Ver também: Unesco. *L'Apartheid. Ses effets sur l'éducation, la science, la culture et l'information*. Paris: Imprimeries Réunies de Chambéry/Unesco, 1968.

da assembléia Geral da ONU, ao longo das décadas de 50 e 60, assim como sua persistência até o final da década de 80, deve-se explicar também pelo papel estratégico desempenhado por seus protagonistas na defesa do “mundo livre” e da civilização ocidental no continente africano.

Para além desta perspectiva bipolarizante, entretanto, é possível perceber uma outra, que evidenciará os muitos pólos envolvidos na manutenção do sistema do apartheid que – na expressão de Oliver Tambo, um dos dirigentes do Congresso Nacional Africano (Citado por Essien-Udom, 1973, p. 244)³⁹ – consiste em

um sistema altamente industrializado, um Estado bem armado dirigido por um grupo fanático de homens brancos decididos a defenderem seus privilégios e seus preconceitos e sustentados pela cumplicidade do capital americano, britânico, alemão-ocidental e japonês investido no sistema de opressão mais lucrativo do continente.

Vendo a questão sob este ângulo, compreende-se também a ineficácia do embargo de venda de armas e munições estabelecido em resolução da ONU de 1962, que não impediu a África do Sul, seja de obter as armas de que precisava, seja de adquirir a capacidade de fabricá-las. Essa alternativa parecia então mais satisfatória do que armar os africanos para sua defesa contra o comunismo como se depreende dos inconclusos debates, realizados na Conferência sobre os meios de defesa da África – realizada em 1951 em Nairobi, com representantes do Reino Unido, da África do Sul, da Bélgica, da França, da Itália, de Portugal, da Etiópia, da Rodésia do Sul e dos Estados Unidos, na condição de observador – e retomados em 1954 em Dakar.

39. Fala extraída da introdução ao livro de Nelson Mandela, publicado em 1965. Citado por ESSIEN-UDOM, E. U. “Tribalisme et racisme”. In: *Le Racisme Devant la Science*. Nouvelle édition, Paris: Unesco, 1973, p. 239-266.

O acordo sobre os meios de defesa contra as investidas soviéticas e indianas em direção à África ocorre com a concretização da idéia, negociada a partir de 1955 entre a África do Sul e a Inglaterra, de submeter a base naval de Simonstown, na península do Cabo, à autoridade de cinco potências ocidentais e de reforçar a frota de guerra da África do Sul para garantir a proteção do Oceano Índico (Unesco, 1975, p. 124-128). Essa estratégia previa, ao mesmo tempo, fortalecer sua armada de terra e ar para defesa de sua política interna, que logo receberá a designação de “desenvolvimento separado”, mantido até a década de 80, mesmo enfrentando com violência a resistência da população africana aos instrumentos que legalizam a desigualdade e a segregação racial nos diversos campos da vida social: educação, ciência, cultura e informação.

Isto não se fez, é preciso ressaltar, sem os apelos para reconsideração da política interna sul-africana, sem as censuras e reprovações, as recomendações de boicotes e embargos aprovados também pelos parceiros ocidentais do governo de Pretória, protagonistas da guerra fria que muito serviu ao desenvolvimento do capitalismo. Não se fez ainda, sob os desdobramentos dessa parceria, sem a indignação e boicote, de fato, de setores organizados da sociedade civil mundial (Sampson, 1988).

É possível, portanto, considerar o papel desempenhado pela questão racial nas estratégias políticas das grandes potências, e a partir daí compreender o ritual de condenação do apartheid seguido do esquecimento sempre que seu combate exigia sanções econômicas pelas nações com grandes interesses na África do Sul. Para a preservação desses interesses essas nações se valem deste sistema incompatível com os ideais democráticos que defendem: “o racismo é uma racionalização das relações de poder que existem de fato entre um grupo racial dominante e um grupo racial dominado. A ideologia racista visa justificar e perpetuar esta relação de superior e inferior” (Essien-Udom, 1973, p. 244).

É assim que, tendo no horizonte o ideal de progresso da humanidade e, ao mesmo tempo o ocultamento das raízes econômicas e políticas das desigualdades raciais nas situações e localidades específicas, prossegue, pela mediação da Unesco, a busca da explicitação dos fundamentos científicos das diferenças entre os grupos humanos. Mantém-se, assim, o paradoxo da coexistência dos ideais de igualdade de indivíduos e grupos humanos sem distinção de raça, sexo ou religião, consagrados nos documentos produzidos desde 1945 para balizar as relações entre as nações e povos, com as ressurgências dos antagonismos e conflitos raciais e com as desigualdades relativas aos direitos proclamados universais. Essa situação suscita ainda hoje, após décadas de discussão, respostas a questões sobre a pertinência do uso do termo “raça” para classificação das populações humanas, ou sobre o peso relativo dos fatores genéticos e culturais no comportamento dos grupos e indivíduos.

O citado cenário científico-político, que oculta as motivações econômicas que dão origem aos estereótipos raciais e às teorias que os justificam, é o mesmo em que se processa o debate que “divide os espíritos” e também as civilizações, que fundamenta e ultrapassa no tempo a redação das declarações de 1950 e 1951. Esse cenário, todavia, ficaria incompleto sem a referência a três resoluções incluídas no programa de tensões da Unesco que não escapa da pauta de sua Conferência Geral. Uma delas autoriza a realização de estudos sobre a situação de contato racial no Brasil. As outras duas referem-se às relações culturais entre o Oriente e o Ocidente na reconstrução mundial que então se empreende.

Aprovadas na 5ª CG-1950, essas resoluções e seus desdobramentos nos fornecerão outros elementos para a compreensão das dificuldades e mesmo das ambigüidades do trabalho da Unesco nesta questão, assim como para a compreensão de suas rearticulações tendo em vista sua participação, não isenta

de controle e limites, como vimos, na coordenação do processo de construção de uma ordem mundial de que participam forças opostas, contrárias e contraditórias.

A primeira dessas resoluções parece ter sua origem no conjunto de sugestões de temas de pesquisas⁴⁰ apresentadas pelo grupo que redigiu a declaração de 1950, em atendimento ao mandato a ele atribuído pela Unesco. Fundamentando-se na hipótese das influências diversas na intensidade do preconceito racial nas culturas, conforme o tipo de colonização – portuguesa, espanhola, holandesa, ou anglo-saxônica – uma das sugestões propõe o exame da atitude racial de diferentes tipos étnicos na América do Sul.

O acolhimento entusiástico que esta sugestão recebe da delegação brasileira, que propõe na 5ª CG-1950 sua transformação em texto de resolução, sugere uma origem mais remota. O argumento é de que, no Brasil, país de composição multirracial, não se verificariam os antagonismos ou, pelo menos, esses seriam destituídos de violência, razão suficiente para que, da realização desses estudos nesse país, se esperassem conclusões que permitiriam uma análise dos fatores ou mecanismos sociais, econômicos e psicológicos, que teriam resultado numa situação tão favorável, conforme atestam autores diversos.⁴¹

40. Entre as sugestões apresentadas pelo grupo que redigiu a declaração de 1950 consta o estudo da influência de fatores tais como a segregação na África do Sul na intensificação das hostilidades raciais, assim como estudos comparados sobre a atitude racial de pessoas da mesma origem, os neerlandeses, por exemplo, em relação à população colonizada de diferentes regiões como: África do Sul, Austrália, região do Pacífico. Cf. MÉTRAUX, Alfred. "L'Unesco et le problème racial". In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 3, Automne, 1950.

41. São mencionados autores como Nina Rodrigues, Gilberto Freire, Arthur Ramos, Donald Pierson, Roger Bastide, Herskovits, Frazier, Ruth Landis, cujos trabalhos, entretanto, no julgamento de Métraux, carecem de dados que permitam o exame que a Unesco se propõe, ou seja, o exame da "natureza das relações entre negros e brancos, e eventualmente, entre brancos e índios, num país que aspira a fusão das três grandes raças". Além desta, outras questões são mencionadas por Métraux como objetivos da enquete constante do programa da Unesco para 1951 de que são exemplos a mensuração pelo método psicológico da intensidade do preconceito racial, assim como explicitá-lo se ele existe camuflado, ou ainda verificar cientificamente a veracidade da pretendida assimilação dos negros nos grandes centros urbanos do sul do país. Cf. MÉTRAUX, Alfred. L'Unesco et le problème racial. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. II, n. 3, Automne 1950.

Acolhida a sugestão, a resolução, aprovada num momento em que se desenvolve a discussão suscitada pela declaração de 1950, se situa no marco de uma nova perspectiva da Unesco e no novo papel atribuído então pela Conferência Geral ao seu Departamento de Ciências Sociais, em relação à questão racial: voltar-se para o lado prático da questão racial, isto é, trabalhar no sentido de anular as conseqüências de um passado, em que grupos humanos foram mantidos em situação de inferioridade, e que se prolonga no presente, seja na forma dos chamados nacionalismos agressivos, seja minando as energias dos povos que então se libertavam do jugo colonial; examinar as situações em que as relações entre grupos raciais diferentes não apresentam características contrárias aos ideais democráticos professados pela civilização ocidental; “atenuar a virulência dos preconceitos” entre “grupos raciais inimigos”,⁴² o que naquele momento “exige uma colaboração estreita de sociólogos, psicólogos e etnólogos com funcionários dos governos ou com representantes dos grupos econômicos” (Unesco, 1950d, p. 477).

Diante desta prioridade, caberia ao Departamento de Ciências Sociais deixar às instituições científicas e aos cientistas isolados a tarefa de descrever e analisar as lutas raciais e suas causas, e, fazendo o inventário da experiência já adquirida, ocupar-se dos remédios para os estados de tensão. Ao mesmo tempo,

42. Esta citação traz à memória a antiga fórmula, usada quando está em jogo a competição capitalista ou a realização do capital, lembrada por MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo*. História das idéias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 30-31. Ele apresenta o exemplo da Hearst e a sublevação da opinião pública na ilha de Cuba no final do século XIX, com a finalidade de prover as condições que justificariam uma intervenção externa nessa possessão do império espanhol que exalava os últimos suspiros. À comunicação recebida, segundo a qual repórter enviado para a cobertura dos acontecimentos informa: “Nada a assinalar. Tudo está calmo. Não haverá guerra. Gostaria de voltar”, Hearst teria respondido: “Peço-lhe para ficar. Forneça ilustrações que me encarrego da guerra”. Não é demais imaginar a aplicação de variações desta fórmula na produção dos antagonismos entre grupos rivais desde que favorável ao processo de modernização. Só que as tensões não podem ultrapassar um certo nível de intensidade. É necessário um equilíbrio: não a paz dos cemitérios, mas uma paz ativa. Há que se desenvolver a tolerância, livrando-se, entretanto, do risco que pode acompanhar essa atitude, isto é, seu deslizamento para a apatia. Daí a necessidade do trabalho requerido da Unesco nesse redimensionamento do papel de seu Departamento de Ciências Sociais.

esse Departamento, mediante a análise das medidas positivas já tomadas ou em preparação nos diferentes países com a finalidade de eliminar situações discriminadoras, estaria se preparando para fornecer recomendações práticas com vistas a dissipar ou minimizar os estados de tensão. De acordo com argumentos apresentados⁴³ no prefácio do *Boletim Internacional de Ciências Sociais*, acima citado, “é chegada (...) a hora de ultrapassar o estágio das enquetes e de empreender um exame geral e crítico das medidas positivas que têm sido tomadas ou estão em vias de serem tomadas nos diferentes países com vistas a assegurar a todas as minorias raciais o inteiro gozo de seus direitos” (p. 475).

Fica evidente, entretanto, que não é tão tranqüila quanto se quer fazer parecer a aceitação do novo papel atribuído ao Departamento de Ciências Sociais da Unesco, pensado como solução política, certamente, para o embate entre cientistas dos diferentes ramos da ciência e de origens nacionais diversas, agravado desde a redação da declaração de 1950. Fica claro, por outro lado, o esforço em conciliar o ideal humanitário de tradição européia com as respostas aos problemas econômicos imediatos, cobradas de um organismo que deve dar conta de suas atividades operacionais e, assim, exercer sua função integradora, fundamental ao bom funcionamento do sistema.

Assim, a alusão aos esforços de grupos e indivíduos visando à compreensão dos preconceitos raciais, esforços reconhecidamente voltados para o bem comum, é acompanhada, por um lado, da crítica à desconsideração

43. Cf. “Préface”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1950. Este número do Bulletin é em grande parte dedicado à questão racial. Depois deste, cujo prefácio é inteiramente voltado para esse tema, ele é apresentado em outros quatro números desta publicação do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, que receberá a denominação de *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Os volumes X, n. 3, 1958 e XIII, n. 2, 1961 tratam das “pesquisas recentes em matéria de relações raciais”, apresentando, o primeiro, ensaios que examinam estudos e pesquisas realizadas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na República Federal Alemã e na África Oriental, e, o segundo, estudos relativos à África do Norte, África Tropical, África do Sul e América Latina. O prolongamento da discussão sobre os “aspectos biológicos da questão racial” ganha registro no vol. XVII (1), 1965 e o vol. XXIII, n. 4, 1971 tem como tema as dimensões da situação racial.

destes estudiosos ao trabalho de outros, atitude então explicada como resultado da crença de que seu próprio método é o que contará no “triunfo do Bem”. Por outro lado, essa crítica é complementada por uma outra referente à atitude mítica frente ao aparato científico freqüentemente comparado “aos encantos e às práticas mágicas dos xamãs” no combate ao racismo (p. 475).

Estas observações abrem espaço para relacionar os fundamentos do trabalho prático a que se dedicará o Departamento de Ciências Sociais ao relatório do Conselho Americano de Relações Raciais sobre pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos a propósito da mudança de atitudes em relação aos grupos raciais. Abrem também espaço para a explicitação da posição deste Departamento em relação ao redimensionamento de seu papel num momento em que antropólogos e geneticistas estão tecendo suas críticas à declaração de 1950 – considerada neste prefácio (p. 475) como a “Carta na qual se inspiram as atividades da Unesco nesse domínio”. A respeito desse redimensionamento, interpretado como “uma pausa para retomar o fôlego e lançar os olhos sobre o caminho percorrido”, ressalta-se que “as ciências sociais nada têm a temer com este inventário, pois será sua eterna honra ter abordado o delicado problema das relações raciais num espírito de perfeita objetividade e ter proposto soluções fundadas sobre observações positivas sem jamais perder de vista a amplitude e complexidade da questão”. E, mencionando as ações já desenvolvidas pela Unesco, reafirma-se, no mesmo prefácio (p. 476) a “vontade de servir à paz e ao entendimento dos povos buscando se livrar do espectro do racismo”.

É com esta disposição, portanto, que o Departamento de Ciências Sociais – mesmo expressando dúvida quanto à eficácia de publicações, filmes, conferências e outros no combate às doutrinas que justificam os preconceitos raciais – em atendimento à matéria aprovada pela Conferência Geral, portanto, colocando-se numa perspectiva prática, se põe em busca de subsídios anunciados

nos estudos de situações como a do Brasil e de outros “paraísos raciais”. Da mesma forma, busca resultados de estudos referentes às medidas legais ou outras em estudo ou já adotadas em diferentes países para atenuar as dificuldades nas relações entre as raças.⁴⁴

O Hawaí, a Nova Zelândia e várias ilhas compreendidas nas regiões oriental e meridional do Pacífico, como vem confirmar Beaglehole (1954),⁴⁵ são exemplos de regiões onde diferentes grupos raciais vivem de modo harmonioso, ou sem grandes conflitos tais como os que ocorrem em outras regiões do globo em que são constantes os antagonismos raciais. O papel da escola na difusão de um patrimônio cultural comum é então enfatizado pelo autor que, em sintonia com o ideário da Unesco, considera tensões produzidas em todas as sociedades como fatos normais, uma vez que, embora geradoras de conflitos, geram, ao mesmo tempo, condições favoráveis para a evolução e o progresso, produzindo, portanto, também a possibilidade de equilíbrio social.

Conclui-se então que “as relações fundadas na igualdade das raças constituem, na prática, o melhor meio de se atingir a justiça social” (p. 520). A isso Beaglehole chama “doutrina racial não-ortodoxa”, o fundamento necessário para reduzir ao mínimo a intensidade dos estados de tensão, uma vez que os problemas advindos das relações raciais jamais poderão ser resolvidos de uma vez para sempre. Ao contrário, vêm à tona sempre que se complicarem os fatores

44. CARR, R. K. “Le gouvernant fédéral américain et la question raciale”, e CLARK, K. B. “Les préjugés de race au sein des minorités américaines”. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1954.

45. Beaglehole, que fora membro da comissão que redigiu a Declaração de 1950 e havia permitido a aplicação dos questionários da Unesco em seu colégio na Nova Zelândia, considera, neste artigo, cada uma das ilhas demonstrando a variedade dos casos e a diversidade das relações que se estabelecem desde a chegada do europeu na região. Assim, em sua interpretação, não isenta de darwinismo, na Nova Zelândia, os maori, vencidos, se isolaram mas são considerados iguais; os mestiços são assimilados pela população indígena nas ilhas Cook e também no Tahiti, mas nesta ilha os chineses, cujo papel na vida econômica do país é preponderante, são alvo de preconceitos; na Ilhas Fidji, onde inexistia a doutrina da igualdade racial, os imigrantes indianos, os fidjianos (maioria e em luta pelo poder) e outras raças (europeus mestiçados) vivem em desequilíbrio. BEAGLEHOLE, E. “Les relations interraciales dans les régions du Pacifique”. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1954.

econômicos, acirrando a competição e exacerbando os antagonismos raciais latentes. Todavia, e isto é importante para as esperanças que nutrem o ideal de um mundo unido e, portanto, para as atividades do programa da Unesco e dos governos, reafirma-se a idéia de que “com boa vontade e um conhecimento exato das tensões, é possível refazer, não importa onde, com o mesmo sucesso, tudo o que o Hawaí e a Nova Zelândia realizaram ou estão realizando” (p. 520).

Os estudos sobre a questão racial no Brasil suscitam esperanças e preocupações⁴⁶ que se expressam nas reflexões de Alfred Métraux no período imediatamente anterior e posterior à sua vinda a esse país, com a finalidade de viabilizar a concretização da resolução aprovada na 5ª CG realizada em maio de 1950. Estudos já realizados, como lembra ele, ao explicar os objetivos da resolução, apontavam para a existência, nesse país, de uma harmonia social entre as raças, cuja fusão, se constituía numa “aspiração da nação brasileira”. A verificação científica de casos como este constituiria, pois, um forte argumento contra o racismo em suas diferentes manifestações, de que são exemplos as medidas discriminatórias e segregacionistas fundadas na crença sobre os malefícios da miscigenação.

Mas houve também a manifestação irritada da parte de organizações negras, que apontam na direção contrária à harmonia racial testemunhada por muitos, brasileiros e estrangeiros, o que certamente explica o cuidado de Métraux

46. Essas esperanças e preocupações são expressas em artigos apresentados em duas publicações periódicas da Unesco, uma voltada para o grande público, *O Correio*, e outra, para um público especializado, a *Revista Internacional de Ciências Sociais*, nos quais nos baseamos aqui. Em um desses artigos Métraux é explícito quanto aos interesses da Unesco nos estudos sobre a questão racial no Brasil, quando diz que: “Há bem mais do que interesses científicos. Os resultados que se pode esperar de uma tão vasta enquête nos darão, provavelmente, precisões sobre os mecanismos de formação dos preconceitos de raça. Poder-se-á, então, atacar o mal por suas raízes, trabalhar no sentido de eliminar as condições favoráveis ao seu desenvolvimento”. Cf. *Le Courrier de L'Unesco*, vol. III, n. 8, septembre 1950, p. 8. Ver também: MÉTRAUX, Alfred. “L'Unesco et le problème racial”. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 3, Automne 1950; “Race et civilisation”. In: *Le Courrier de L'Unesco*, vol. III, n. 6-7, juillet-août, 1950; “Une enquête sur les relations raciales au Brésil”. In: *Le Courrier de L'Unesco*, vol. V, n. 8-9 août-september, 1952.

em chamar a atenção para a necessidade de se considerar os limites da técnica do questionário num país em que admitir o preconceito racial é vergonhoso. Além disso, foi apresentada, ao diretor da Divisão de Relações Raciais da Unesco, a preocupação com o risco de que a aplicação dos questionários despertasse a consciência dos brasileiros para as diferenças entre as raças, por eles até então supostamente desprezadas, e também os antagonismos latentes sempre possíveis nestas situações, segundo uma perspectiva de biologização ou de psicologização do social então influentes.

Tudo isto justifica, segundo a reflexão de Métraux, a necessidade desses estudos científicos, cuja repercussão se esperava ser fundamental no tratamento da questão racial. Justifica também a necessidade de que esses estudos envolvessem a pesquisa antropológica, sociológica e psicológica em suas várias técnicas e instrumentos, a fim de apreender o fenômeno em toda sua abrangência, considerando o meio rural e o urbano em suas relações, tirando as lições possíveis do conhecimento das influências da economia na formação do preconceito racial, num momento de industrialização rápida e da concorrência no mundo do trabalho entre diversos atores – o proletariado rural, imigrantes e os homens de cor – o que poderia representar uma ameaça à democracia racial neste país.

Em sua visita ao Brasil, no início de 1951, Alfred Métraux providencia a realização dos estudos em duas regiões do país, como previsto na resolução. Como observara Métraux, em 1950, o estudo dessas duas regiões, o nordeste e o centro sul, seria importante para as finalidades previstas para o estudo visto que na primeira região havia alta porcentagem de negros na população da Bahia, que se constitui por isto como centro de particular interesse para os estudos; na segunda região, a cidade de São Paulo se situa como uma primeira referência para se verificar cientificamente a pretendida assimilação completa do negro nos grandes centros do país.

Esses estudos, realizados por dois grupos de pesquisadores, apresentaram resultados que, de um lado, alimentam as esperanças expressas por Métraux, pois reforçam a crença na democracia racial.⁴⁷ De outro lado, porém, desvendam o significado de algumas das preocupações enunciadas por Métraux, pois desmistificam a crença na propalada democracia racial, e, avançando em relação às interpretações vigentes, inserem a questão racial na ordem social competitiva, na dinâmica da sociedade de classes, demonstrando que a equiparação formal do negro não repercute na sua situação de fato, seja no sistema econômico, seja na vida social da República. Como “liberto” confunde-se com o escravo, e como negro deve manter-se em seu lugar no mundo dos brancos.⁴⁸

47. Incluídas no “Programa de Pesquisas Sociais: Estado da Bahia e Columbia University”, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, as pesquisas realizadas no nordeste brasileiro, mediante um convênio entre a Unesco e esta Fundação, tiveram como coordenador, Charles Wagley, então diretor da fundação, e que já desenvolvera um estudo incluído no projeto da Unesco sobre a Hiléia Amazônica, de 1948, publicado pela Companhia Editora Nacional, vol. 290 da Coleção Brasileira, sob o título “Uma comunidade amazônica, estudo do homem nos trópicos”. Quanto aos estudos contratados em 1951, cujos resultados apontam na direção da ausência de preconceito de cor, ou casta, estão reunidos em trabalhos publicados pela Unesco, um deles trazendo artigos de vários autores sobre o sistema de relações raciais em quatro comunidades rurais do norte do Brasil e o outro sobre a mobilidade social na Bahia. Cf. WAGLEY, Charles e outros. *Raças e classes sociais no Brasil rural*, Unesco, 1952, que traz artigos de M. Harris, W. H. Harry e B. Zimmerman e AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 282, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, publicado originalmente, em 1953, pela Unesco sob o título “Les élites de couleurs dans une ville brésilienne”.

48. Quando Métraux chega ao país, os estudos sobre a questão racial no Brasil meridional, realizados sob a coordenação de Florestan Fernandes e Roger Bastide, já se encontravam em andamento respondendo à solicitação de Paulo Duarte, da Revista Anhembi à qual a Unesco então se associou, custeando parcialmente a coleta de dados. O Inquérito Unesco-Anhembi foi publicado originalmente por Anhembi, graças a uma subvenção conseguida junto à Universidade de São Paulo, no volume X-XI, n. 30, 1953, ano em que “Les élites de couleurs dans une ville Brésilienne” de Thales de Azevedo é publicado pela Unesco, ficando sem resposta a questão sobre a validade de atribuir o desinteresse da Unesco pela publicação de “Brancos e negros em São Paulo (...)” aos resultados contrários àqueles esperados, tendo em vista as finalidades extra científicas às quais, se esperava, a ciência conferisse os fundamentos. Florestan Fernandes atribui à rigidez da Unesco quanto ao prazo da pesquisa o fato de ser ela apresentada nessa primeira edição sem todas as conclusões teóricas alcançadas. Mas refere-se também a críticas segundo as quais o trabalho apresentado pelo grupo fora considerado “perigoso”, o que merece de F. Fernandes o comentário: “como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas, que eles se limitaram a descrever e a interpretar”. Cf. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 2. ed. (revista e ampliada) Coleção Brasileira, vol. 305, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Há que se ressaltar, entretanto, que, no relatório às Nações Unidas, 1952-1953, John W. Taylor, ocupando interinamente o cargo de Diretor Geral da Unesco em virtude da demissão de Torres de Bodet, relaciona entre os

A segunda e a terceira resoluções, também aprovadas na 5ª CG-1950, referem-se a assuntos discutidos desde a 2ª CG-1947. Uma delas autoriza a realização de um encontro entre pensadores e filósofos de diferentes países com vistas à discussão sobre as relações culturais entre o Oriente e o Ocidente. A outra recupera, superando-o, um projeto dos ministros de educação dos países europeus produzido quando, reunidos na Comissão dos Ministros Aliados da Educação – CMAE – pensaram na elaboração de uma história do “desenvolvimento espiritual da Europa como resultado da contribuição de cada nação do continente” (Laves e Thomson, 1957, p. 400).

Sinal dos novos tempos, no mundo bipolar do pós-guerra, discute-se na segunda Conferência Geral da Unesco, criada a partir das discussões da CMAE ocorridas entre 1942 e 1945, a idéia de elaboração de uma História do Desenvolvimento Científico da Humanidade, como construção conjunta do Ocidente e do Oriente. Procura-se responder assim às exigências de construção das bases para a compreensão internacional, perante os novos conflitos e suas causas, entre as quais os preconceitos, a discriminação e a segregação raciais, conforme denúncias reiteradamente apresentadas nos organismos internacionais, desde 1946.

novos relatórios publicados os trabalhos de R. Bastide e F. Fernandes, “Les Relations Raciales à São Paulo: contribution à l’étude sociologique du préjugé de couleur dans ses rapports avec les structures sociales”; Oracy Nogueira, “Les relations raciales dans la ville d’Itapetininga, État de São Paulo”, assim como um relatório sobre o estudo psicológico sobre os preconceitos em escolares preparado por Aníela Ginsberg e Virgínia Bicudo. Cf. UNESCO. *Rapport aux Nations Unies 1952-1953*. Paris: Unesco, 1953, p.159. Estes estudos, previstos no projeto, são apresentados em edições de 1955 e 1957 pela Anhembi, com o título “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. Ensaio de interpretação sociológica sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo”. A importância desses estudos é ressaltada por Florestan Fernandes, não apenas como contribuição empírica para o conhecimento da sociedade brasileira ao qual ele se dedicou com o grupo de sociólogos que com ele trabalhou na Faculdade de Filosofia da USP, mas também na sua vida, como sociólogo e como ser humano. Cf. FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 24-25 e 92-96. Como parte dessas atividades, o projeto, que abre uma linha de pesquisa, incluindo trabalhos de vários autores, foi estendido, posteriormente, para o sul do país, com o trabalho de CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. Prefácio de Florestan Fernandes. Col. Brasileira, vol. 307, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

Estreitamente vinculado ao encontro de filósofos e pensadores de diversos países, realizado em dezembro de 1951, em Nova Delhi, a elaboração da História do Desenvolvimento Científico da Humanidade, entretanto, exigiu mais tempo e engenho para ser iniciada. A comissão encarregada da elaboração do trabalho é constituída, logo após a aprovação da resolução concernente, como associação internacional autônoma, com a finalidade de, em nome da Unesco, mas assumindo toda a responsabilidade, coordenar a elaboração do trabalho.

É necessário, entretanto, esperar até 1958 para a apresentação do plano ou programa de sua execução. Antes disto, Paulo E. B. Carneiro, membro da delegação brasileira junto à Unesco e presidente da comissão, teve de responder às críticas que surgiram dos meios católicos dos Estados Unidos, relativas ao viés anti-religioso do trabalho. Documentos dando conta das providências para a elaboração do trabalho foram apresentados na sétima, oitava e na nona sessão da Conferência Geral da Unesco, realizadas, respectivamente em 1952, 1954 e 1956. Numa dessas oportunidades, o presidente lembra a ocorrência de audiência privada com o Papa Pio XII para discussão do projeto, e tranqüiliza os adeptos das várias religiões, afirmando a ausência de qualquer tipo de viés no trabalho.⁴⁹

Fazia parte do plano de trabalho a publicação, em inglês, francês e espanhol, dos artigos que comporiam a obra, num periódico trimestral, o que começa a ocorrer a partir de 1953. O objetivo dessa publicação preliminar

49. Em seguida a essa audiência foram nomeados o Monsenhor Blanchet, Reitor do Instituto Católico de Paris e o Padre Antonio Messineo, editor da *Civiltà Cattolica*, em Roma, para participarem da comissão. Antes disto, a comissão havia sido ampliada para incluir, em 1953, Lucien Febvre, editor do *Journal of World History*, periódico trimestral no qual, desde então, artigos em inglês, francês e espanhol estavam sendo publicados. Em 1954, a URSS, a Tchecoslováquia, a Hungria e a Polônia, convidados desde 1952 a participarem da comissão, manifestaram-se afirmativamente a respeito e encaminharam providências neste sentido. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 241 e seguintes. Seria interessante acompanhar os desdobramentos posteriores deste trabalho, que não se restringiram a essas primeiras resistências, cuja publicação em inglês e francês estava, nessa ocasião, prevista para 1960 e 1961.

consiste, exatamente, em assegurar aos estudiosos a oportunidade de apresentarem as críticas julgadas cabíveis antes que os artigos fossem incorporados ao trabalho. Estas críticas deveriam ser consideradas por autores e editores na elaboração de notas em cada um dos seis volumes da obra, registrando-se assim os diferentes pontos de vista sobre fatos, eventos, movimentos.

Tendo sua realização aprovada na mesma Conferência Geral, o Encontro de Filósofos e Pensadores de diferentes países sobre as relações culturais entre Oriente e Ocidente e a História do Desenvolvimento Científico da Humanidade em seus desdobramentos guardam entre si uma estreita relação. Os aspectos que se ressaltam desse encontro demonstram essa relação especialmente no que diz respeito ao desejo de construção de uma unidade, não isento do sentimento de superioridade racial e cultural, e de prioridade e exclusividade na construção histórica da humanidade, que deve prosseguir o curso de sua ocidentalização, carregando os projetos de modernização das sociedades e dos modos de viver de povos e gentes.

Vale ressaltar, porém, que unidade e diversidade, aspectos comuns e diferenças, se explicitam e se ocultam nesse encontro que reúne e, eventualmente, põe em confronto autoridades representando a Índia e o Ceilão, o Oriente Médio e o Extremo Oriente, países europeus ocidentais e a América, na busca de um destino que se quer comum.

De acordo com o documento básico preparado para o encontro, a educação – vista como única possibilidade de eliminação do mito da superioridade racial e da “apresentação *chauvine* da história”, dados como exemplos de obstáculos à democracia – se situa como problema central tanto para o Ocidente como para o Oriente na temática desse encontro, cujo objetivo consiste em aprofundar a questão referente à possibilidade de, confrontando os ideais próprios a cada uma das civilizações, resgatar os valores inerentes a um humanismo adaptado ao mundo contemporâneo.

Desta forma, busca-se viabilizar a finalidade explicitada por Jacques Maritain em 1947, quando se discute pela primeira vez a realização desse encontro de filósofos e pensadores: “se esforçar por descobrir convergências práticas, à luz de uma compreensão recíproca tão profunda quanto possível”. Na verdade, objetiva-se com o encontro uma solução pragmática para os desacordos desencadeados pela proposta de uma filosofia denominada *humanismo científico mundial*,⁵⁰ feita por Julien Huxley, primeiro Diretor Geral da Unesco, para a atuação da organização, tendo em vista a construção de um mundo unido.

Visto por um outro ângulo, num momento em que o Oriente, particularmente a Índia reivindica o reconhecimento de sua contribuição ao desenvolvimento da cultura, busca-se unir Oriente e Ocidente na construção de uma cultura da paz, objetivo e ideal constantes da pauta da Unesco, para o que se faz necessário, naquele momento da história mundial, derrubar as barreiras culturais e religiosas à modernização das sociedades e a sua industrialização.⁵¹

Na sessão de abertura, o ministro indiano da educação identifica Nova Delhi como o local que forneceria a atmosfera própria ao encontro, pois reunia, ao mesmo tempo, as condições modernas e a tradição representada nos monumentos que podiam ser visualizados pelos presentes. A identificação feita pelo ministro nessa sessão pode ser lida como uma expressão do empenho modernizante, às vezes visto com desconfiança por outros participantes do mundo oriental, das elites indianas, representadas nos organismos internacionais e no cenário mundial.

É necessário considerar, entretanto, que, como ressalta Hobsbawm (1995, p. 201) a respeito das elites ocidentalizadas no pós-guerra e de sua

50. Ver HUXLEY, Julien. “Humanismo científico”. In: *El hombre está solo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942.

51. O tema da religião discutido no encontro encaminha-se para a distinção, tão necessária à aceitação dos valores inerentes ao processo de modernização das sociedades, entre religiosidade e fanatismo. Unesco. *Humanisme et éducation en Orient et en Occident*. Entretien international organisé par Unesco. Paris, 1953a.

relação com os valores das sociedades que tomavam como modelo: “suas opiniões pessoais podiam ir de 100% de assimilacionismo a uma profunda desconfiança do Ocidente, combinada com a convicção de que só pela adoção de suas inovações se poderia preservar ou restaurar os valores específicos da civilização nativa”.

Repetidas vezes, no decorrer do encontro se faz presente a observação de que “a Índia não é o Oriente”, fato que, entretanto, não pode impedir a apresentação, aqui, da alocução do Primeiro Ministro indiano, Jawaharlal Nehru, feita na sessão de encerramento do encontro.⁵² Os três pontos que ela sintetiza ressoam de maneira primorosa o encontro como um todo,⁵³ no sentido de que expressam as esperanças na reflexão ali empreendida e nas recomendações aprovadas, para fundar as bases de um intercâmbio efetivo, isto é, de enriquecimento mútuo entre Oriente e Ocidente.

O primeiro ponto diz respeito às preocupações que ocupam as reflexões de Nehru diante da constatação de que a “vida do espírito”, da qual deriva toda a civilização, está sendo por ela própria destruída, pois o progresso, propiciado por campos especializados dessa civilização – os únicos que contam para muitos, ressalta ele – se separa cada vez mais do espírito humano, evidenciando um

52. Cf. “Allocution par S. Exc. M. Jawaharlal Nehru, premier ministre de l’Inde, lors de la séance de clôture de l’entretien”. In: Unesco. *Humanisme et éducation en Orient et en Occident*. Entretien international organisé par Unesco. Paris, 1953a, p. 211-218.

53. As discussões do encontro são apresentadas em relatório organizado em três itens a saber: 1) o perigo que representa ao ideal de um mundo unido a insistência demasiada na oposição entre Oriente e Ocidente; 2) a dívida secular e recíproca, ainda que não reconhecida pelo Ocidente, entre as duas civilizações; 3) a preeminência da racionalidade científica no Ocidente, a impossibilidade de repudiar a ciência e a atitude científica (defendida pela representação indiana), as vantagens e inconvenientes de adoção de uma concepção científica da realidade pelo Oriente, assim como as implicações dessa adoção na concepção de educação. Aqui se discute os riscos de se evitar a razão, mas também os perigos de uma abordagem estritamente racionalista em detrimento de abordagens que levem em conta outras dimensões da pessoa humana, no plano cultural mais amplo, aí incluída a imaginação e os valores estéticos. Neste sentido, recomenda-se o ensino da filosofia, e não da biografia dos filósofos, mesmo para os estudantes das áreas científicas. O argumento é que a filosofia pode mostrar ao cientista os limites do domínio da ciência. No que diz respeito à educação discute-se ainda a importância de desencorajar as tendências nacionalistas, principalmente no que diz respeito ao ensino da História, sobretudo quando se fundam no postulado de uma superioridade racial. Cf. Unesco, 1953a.

defeito sério nas bases mesmas dessa civilização, que faz de seu criador um escravo, um robô.

As conseqüências daí extraídas conduzem o Primeiro Ministro indiano ao segundo ponto de sua fala, em que alude a um momento da história mundial em que a Europa, para redescobrir sua tradição, se valera do intercâmbio filosófico, científico e técnico com a cultura oriental. Nehru considera os riscos que podem acarretar as freqüentes referências à falsa dicotomia ou oposição Ocidente/Oriente, que impede pensar a contradição fundamental dessa civilização – o progresso em sua tendência construtiva e seus elementos destrutivos – além de contribuir para esconder o fato de que essa civilização erigida sobre as bases da tradição greco-romana, só se fizera tal como então se apresentava a partir do progresso científico e industrial. Os frutos desse progresso, entretanto – e esse é o terceiro item da reflexão de Nehru – são negados, na democracia formal, juntamente com os meios de pensar, às massas humanas que afinal elegerão seus governantes.

Ao referir-se a esse último aspecto da democracia formal que então se estende ao Oriente, Nehru chama a atenção para seu crescente agravamento motivado pelo emprego da publicidade e dos métodos de propaganda em desenvolvimento na moderna sociedade industrial. Desta forma, o Primeiro Ministro indiano prenuncia desdobramentos futuros que explicitarão as complexas relações dos meios de comunicação com a questão racial e, mais especificamente, com o racismo e suas motivações econômicas e políticas, no âmbito de uma política mundial bipolarizada.

Essa política, vale lembrar, ganha expressão na Unesco na interlocução importante – a despeito de quase sempre ter se constituído como um diálogo de surdos, antes do ingresso da URSS na Unesco – do delegado da Iugoslávia e dos delegados da Hungria, da Polônia, da Tchecoslováquia com os

delegados do mundo ocidental desde as primeiras sessões da Conferência Geral. O fortalecimento desses interlocutores se dá a partir de 1954, quando novos membros do mundo socialista – Ucrânia, Belarrus, URSS, e dois anos depois, a Romênia e a Bulgária – tornam-se Estados membros da Unesco.

O ingresso da URSS na Unesco abre um novo item no seu programa de tensões. Aquele relativo à “tensão” entre Estados Unidos, seu maior provedor financeiro, e a URSS, seu novo Estado membro. Na Conferência Geral de 1954, a primeira com a presença da URSS, é aprovada uma resolução que autoriza o Diretor Geral a realizar estudos a respeito dos meios de promover a “cooperação pacífica” – ao que a URSS apõe o conceito de “coexistência pacífica” – entre países com diferentes modos de organização social.⁵⁴

Desta forma, a partir da segunda metade da década de 1950, não apenas a “guerra fria” ganha uma nova dimensão no interior da Unesco, como também já ganhara no contexto social mais amplo. Ela também incidirá nas relações Oriente /Ocidente,⁵⁵ nas lutas e debates pela libertação colonial, nos debates e atividades sobre a questão racial, naquelas referentes ao estudo das diferentes culturas, e também no programa de preservação e recuperação de monumentos históricos, incluindo a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado.⁵⁶

54. O planejamento deste estudo envolveu uma mesa redonda promovida em 1956 pela Associação Internacional de Ciência Política e outras reuniões com participação de ONGs, decidindo-se então explorar dois temas: o desenvolvimento histórico e teórico do conceito de cooperação pacífica, conceito que parece ter prevalecido, e relações econômicas entre países com diferentes sistemas econômicos e sociais. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 260-262. O capítulo XI trata do programa de tensões da Unesco.

55. Em 1956 é aprovado o Projeto Principal Apreciação Mútua dos Valores Culturais do Oriente e do Ocidente, resposta à reivindicação reiterada, principalmente da Índia, que desempenhará a partir de então importante papel de liderança, juntamente com a Indonésia, o Ceilão, o Paquistão e a Birmânia na organização da Conferência de Bandung ocorrida em 1955, sobre a necessária mas ausente consideração da contribuição que o Oriente pode e deve dar à cultura. Mas este projeto responde também ao objetivo proclamado de revigorar a difusão cultural, mantendo, ao mesmo tempo, a integridade e a diversidade das culturas. Cf. FRADIER, Georges. *Orient et Occident. Peuvent-ils se Comprendre?* Paris: Unesco, 1958.

56. Proposta nesse sentido é apresentada pela primeira vez na 4ª CG-1949, quando a Unesco inicia suas atividades ligadas à questão racial. A proposta vem do governo da Holanda e tem como alvo as devastações provocadas pela

É necessário, entretanto, lembrar outros fatos que determinam mudanças que começarão a surgir, por exemplo, na composição das comissões de especialistas convocados pela Unesco, assim como na composição da Organização e de seus programas. É suficiente considerar a este respeito que, de 1954 a 1965, 31 novos Estados, da África, da Ásia e do Oriente Médio, ingressam na Unesco, onde o ano de 1960 costuma ser denominado “o ano africano” em virtude do ingresso, só neste ano, de 17 países deste continente. Outros cinco Estados deste mesmo continente e mais seis países asiáticos nela ingressarão nos dez anos seguintes.

Nestes dois períodos de recomposição das forças mundiais, prossegue a discussão sobre a questão racial, mediante a qual a Unesco trabalha no sentido de promover um concerto que una as diversas vozes e atores, num cenário mundial cuja polifonia, que se busca ocultar numa política bipolarizada, ali estudada como tensão, se revela nos diversos acontecimentos que causarão mudanças substantivas no cenário mundial, aí incluída a Unesco. Este cenário vai se evidenciando, a partir da década de 1960, cada vez mais multipolar, e a Unesco deverá prosseguir, sendo intergovernamental e abrigando os mais diversos Estados membros, aprendendo e ensinando a ser e a viver a supranacionalidade de um mundo em processo simultâneo de transnacionalização e de transculturação, portanto, de rearticulação das forças inseridas na mão e na contramão de um

Segunda Guerra Mundial. Na Conferência Geral do ano seguinte a delegação italiana sugere providências quanto à preparação dos termos de uma Convenção Internacional para proteção dos tesouros culturais. A discussão se estendeu por outras sessões da Conferência Geral até que, em maio de 1954, 56 governos, entre os quais a URSS, participam da Conferência Intergovernamental sobre Proteção da Propriedade Cultural, em que a Convenção, juntamente com os respectivos Protocolo e Regulamentações, é então adotada. Até 1957 nove Estados – Bulgária, Burma, Egito, Hungria, Polônia, México, San Marino Iugoslávia e URSS – haviam ratificado a Convenção que entra em vigor em agosto de 1956. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 129-132. Em 1960, a Unesco contará com uma importante contribuição financeira dos EUA para a realização do projeto de restauração dos monumentos de Filae e Abu Simbel ameaçados pelas águas do rio Nilo após a construção da represa de Assuan feita com ajuda financeira da URSS.

vasto, amplo e contraditório processo de ocidentalização em suas múltiplas ressignificações.

- CUIDANDO DA DIVERSIDADE PARA PRESERVAR A UNIDADE QUE SE FRAGMENTA

A conjuntura política da década de 60 favorecia a estratégia da coexistência pacífica entre as duas superpotências, a despeito da manutenção do clima de “guerra fria”, isto é, da presença do terror nuclear como ameaça permanente. Acordos de cooperação científica educacional e cultural a partir do ano seguinte ao lançamento do Sputnik pela URSS, em 1957, demonstram a disposição em direção à distensão política nas relações entre EUA e URSS, que, entretanto, farão o mundo viver momentos de tensão em episódios de confronto, principalmente no início da década.

Há que se lembrar ainda das conseqüências desta realização soviética nos programas de pesquisas espaciais dos Estados Unidos, cujos frutos mudarão a fisionomia e a paisagem do mundo que, no momento mesmo em que se anunciam as condições técnicas para sua unificação, apresenta, entretanto, sinais visíveis de fragmentação.

Na trama do tecido de uma sociedade que, em sua interdependência, vai se concretizando como efetivamente mundial, os mecanismos ou estratégias de poder se emparelham e se superpõem no confronto/encontro/desencontro das forças contrárias que lhe dão vida, e buscam administrar a complexidade de seus desdobramentos.

Assim, tomando como ponto de partida o ano em que se constrói o muro de Berlim, que materializou ao longo de quase três décadas a divisão da cidade e de seus habitantes, pode-se dizer ainda que há uma lógica conferida pelo exercício do poder, mediante as relações diplomáticas, em acontecimentos

como a organização do chamado Terceiro Mundo no movimento dos países não-alinhados, que em 1961 realiza a primeira de suas reuniões de cúpula; a criação da Unctad na estrutura da ONU em 1964, foro onde os não-alinhados se corporificarão no Grupo dos 77, num contexto que exige também a criação, em 1960, da OECD – Organização Econômica para Coordenação do Desenvolvimento,⁵⁷ foro que reúne os pólos desenvolvidos do mundo capitalista; a criação, em 1973, da Comissão Trilateral;⁵⁸ e a criação, em 1975, do Grupo dos 7.

Desta forma, quando os organismos internacionais criados no pós-45, para coordenar a cooperação entre as nações, aprovam nas décadas de 60 e 70 instrumentos internacionais regulamentando as reivindicações apresentadas pelos países em desenvolvimento, estruturas mundiais de tomada de decisões, diretórios mundiais de coordenação do desenvolvimento econômico articulam os países capitalistas desenvolvidos na defesa de seus interesses, ameaçados pelos movimentos reivindicatórios e pelo apoio que obtiveram no sistema ONU.

A Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos aprovados respectivamente pela Conferência Geral da Unesco e pela Assembléia Geral da ONU, em 1966,

57. A OECD objetiva articular o sistema de ajuda ao desenvolvimento, contendo os interesses diversos e mesmo excludentes dos “doadores” ocidentais, unidos contra o comunismo, nos limites do conceito de interdependência, eventualmente atropelado na competição capitalista que se realiza nas congestionadas vias da ajuda ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, este foro se constitui em um novo diretório mundial num momento em que o ingresso dos novos Estados membros nos organismos intergovernamentais criados no pós-45 possibilita articulações diversas das forças presentes. Por exemplo, situando os Estados Unidos numa posição isolada quando a matéria em discussão reúne interesses de países europeus-ocidentais, do bloco socialista e do Terceiro Mundo.

58. Essa comissão reúne empresas privadas dos EUA, Europa e Japão com vistas a fazer face, numa realidade mundial que se transnacionaliza, à coordenação e organização da economia mundial até então realizadas a partir de estruturas internacionais que reuniam os pólos ocidentais do sistema mundial: o Conselho de Relações Exteriores articulado a partir de reunião entre os Estados Unidos e Inglaterra, em 1919, e o Círculo de Bildeberg, criado em 1954, para incluir países da Europa Ocidental nas decisões mundiais. Cf. SIST, A e IRIARTE, G. “Da segurança nacional ao Trilateralismo”. In: ASSMANN, Hugo et alii. *A Trilateral*. Nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979; DREIFUSS, René. *A Internacional capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. A organização dos países diversos nestes foros não configura dois blocos homogêneos em confronto ou competição. Diversidade de interesses e competição interna nestes foros unem e dividem os Estados-nações dos dois grupos ou blocos de poder.

a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, resultado de reivindicação da terceira reunião da Unctad e aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1974, os Documentos tratando do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, aprovados em sessões extraordinárias da Assembleia Geral da ONU, realizadas por solicitação dos países não-alinhados reunidos em Argel em 1973, as resoluções sobre a contribuição da Unesco para a paz e a luta contra o colonialismo e o racismo adotadas nas 11ª CG-1960,⁵⁹ 13ª CG-1964, 15ª CG-1968, 16ª CG-1970, 17ª CG-1972, 18ª CG-1974 e 19ª CG-1976⁶⁰ consistem em elementos constitutivos e denotativos do contexto em que prossegue o debate sobre a questão racial.⁶¹

Nesses documentos se explicitam as relações estreitas e contraditórias entre meios de informação – cujo desenvolvimento os transforma em elemento vital do sistema social – e a sociedade e, no interior desta, entre esses meios e a questão racial. Nestas sucessivas resoluções da Unesco explicitam-se ainda as relações dos seus campos de atuação com os meios de comunicação, que são então chamados a combater as práticas que, conforme denúncias e/ou reivindicações em vários foros de discussão neste período, estão sendo concretamente incentivadas ou promovidas mediante seu uso ou a forma de sua distribuição. Este é o contexto que justifica o longo título que une meios de

59. Em virtude das várias propostas que se seguem à da Tchecoslováquia sobre a discriminação no ensino, é constituído um grupo de trabalho para formular a Convenção concernente à discriminação racial no ensino então aprovada. Dois anos após, é instituída a Comissão de Conciliação e Bons Ofícios para dirimir possíveis controvérsias advindas da Convenção que, nos Estados Unidos exigiu providências do Departamento de Estado, no sentido de informar em comunicado que a Convenção e as recomendações sobre a discriminação no ensino não afetariam em nada a educação nos EUA, que por sinal nem tinham assinado a Convenção. Cf. ARCHIBALDI, Gail, 1993, p. 275-276 e 282-283. Ver também: JUVIGNY, Pierre. *The fight against discrimination: towards equality in education*. Unesco, Paris, 1963.

60. As resoluções aprovadas nestas duas últimas Conferências Gerais condenam o racismo praticado por Israel e pela África do Sul e Rodésia. A primeira resultou na suspensão pelo governo dos Estados Unidos de sua cota para o orçamento ordinário da Unesco para o biênio 1975-1976.

61. A relação poderia se alongar, incluindo vários outros documentos internacionais aprovados nestas duas décadas pela ONU. Ver: ONU. *Las Naciones Unidas y los derechos humanos: 1945-1995*. Com una introducción del Sr. Boutros Boutros - Ghali, Secretario General de las Naciones Unidas, 1996.

comunicação e a questão racial na “Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas ao Fortalecimento da Paz e à Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Humanos e à Luta Contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra”, aprovada pela 20ª CG-1978, após negociações e adiamentos sucessivos.

Esses documentos se constituem em reiteraões discursivas dos direitos proclamados como universais desde 1948,⁶² e, portanto, em tentativas de imprimir na consciência dos Estados membros e de seus governantes os valores de uma ética universal fundada no desenvolvimento humano, defendida de modo permanente pela Unesco que, entretanto, não abre mão do crescimento econômico. A eficiência do processo de crescimento econômico fica aos cuidados do sistema de poder paralelo criado pelos pólos desenvolvidos do capitalismo, cujos organismos atuam também em parceria com a Unesco.

Este é também o contexto em que persiste e ressurge o racismo em manifestações diversas, exigindo da Unesco a atualização do conhecimento biológico em sua relação com as questões de raça. Essa atualização é feita em 1964, em Moscou, onde um grupo de especialistas formula um conjunto de proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial com vistas à atualização da declaração de 1951, e com a finalidade de subsidiar a formulação de uma nova declaração, prevista inicialmente para 1966, mas que só ocorre no ano seguinte.

62. Numa avaliação dos 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos, particularmente no que respeita aos seus artigos 26 e 27 que tratam dos direitos à educação, à cultura e ao progresso científico, René Maheu considera as condições desiguais sob as quais ocorre o desenvolvimento, a renovação sob diversos aspectos da discriminação racial, obstáculos ao gozo desses direitos, e ressalta a ambigüidade fundamental entre a vocação da Unesco e sua natureza intergovernamental e a distância que separa as aspirações da consciência moral dos povos inscritas em seu Ato Constitutivo e as sujeições impostas pela razão do Estado. Cf. MAHEU, René. *Perspectives sur l'Unesco*. Introduction au rapport du Directeur général sur l'activité de l'Organisation en 1973. Paris: Unesco, 1973, p. 52-54.

Expressão do novo momento político e das possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação para a comunicação dos povos, o aspecto cultural e histórico ganha um espaço maior, não apenas na declaração, cuja formulação deveria considerar, além dos aspectos biológicos, os aspectos sociais e éticos da questão racial, mas também no conjunto de proposições redigidas em 1964. Essa mudança evidencia um novo momento também da biologia, marcado por controvérsias sobretudo em torno da pertinência do uso do conceito de raça aplicado a populações humanas, cujas realizações culturais, argumenta-se, interferem de várias formas e com eficácia cada vez maior nos fatores de evolução genética.⁶³

Cabe ressaltar ainda mais dois aspectos que distinguem a declaração de 1967 das anteriores. Naquelas primeiras, a consideração da aplicação dos conhecimentos da biologia então sintetizados ao problema da igualdade, é acompanhada de ressalva assentada em termos bastante próximos do liberalismo do século XIX, no sentido de que a igualdade dos direitos e a igualdade perante a lei, sendo princípios morais, não têm como fundamento “o postulado de que todos os seres humanos são igualmente dotados” (Item 8, declaração de 1951).

Já a declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, de 1967, redigida num momento em que se fortalece na Unesco a idéia da indissociabilidade dos direitos, entre os quais o direito à cultura, abre-se com a afirmação consagrada em 1948, segundo a qual “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e prossegue denunciando, não apenas as desigualdades econômicas,

63. As treze proposições formuladas em Moscou são ratificadas pelo grupo que redige a declaração de 1967. O texto, entretanto, retém apenas três, relativas, respectivamente: à afirmação do monogenismo; à atribuição da divisão da espécie humana em raças, tanto à convenção, quanto ao arbítrio; ao destaque do limitado alcance científico das classificações raciais e dos riscos que apresentam, por exemplo, o de servir a uma hierarquização das raças, o que é então explicitamente negado. Cf. “Declaracion sobre la raza y los prejuicios raciales”. In: *El Correo de la Unesco*. Año XXI, Unesco, Paris, mayo 1968. Ver as diversas comunicações que serviram de base para a reunião de 1964 em: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 17 (1), 1965.

políticas e culturais que ameaçam esses direitos, mas também o racismo – o maior obstáculo que a eles se contrapõe.

Esta declaração se distingue ainda das anteriores, ao apresentar repetidas vezes a palavra “racista”, qualificando doutrinas, práticas e comportamentos, e a palavra “racismo”, atribuída ao fenômeno cujas raízes são identificadas como histórico-sociais. Vale dizer, considera-se que as origens dos preconceitos raciais se encontram nas relações econômicas e políticas, ocultadas, nas declarações de 1950 e de 1951, sob a “ética da fraternidade universal”, ou sob a defesa da “tendência inata à cooperação” ou, ainda, sob os aspectos biológicos, que prevalecem principalmente na declaração de 1951. Explicitam-se, assim, na declaração de 1967, as origens não-biológicas mas sócio-culturais dos preconceitos raciais, sem contudo desconsiderar suas variações relativas à personalidade e às circunstâncias particulares (Itens 10 e 11).

É possível também distinguir esta declaração das demais pela prevalência das vozes, presentes na comissão de especialistas, representativas dos povos que têm sido alvo das implicações práticas da crença numa hierarquia racial, e para os quais a Unesco, na nova composição das forças mundiais em seu interior,⁶⁴ se revela como um foro privilegiado de discussão das condições que se propõem a modificar, em seu trabalho contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid.

É assim que, expressando esta disposição, explicitam-se no texto da declaração as possibilidades contraditórias da escola como instrumento de progresso e de compreensão, mas também de perpetuação da discriminação entre os homens. As sugestões decorrentes dessa compreensão incluem: um

64. Esta nova composição se evidencia na origem nacional dos membros das comissões de especialistas que redigiram as declarações da Unesco sobre a questão racial. Em comparação com as comissões que redigiram as declarações de 1950 e 1951, as comissões de 1964 e 1967 contam com uma representação geográfica e política mais ampla, pois inclui países africanos e os do Leste europeu ausentes nas primeiras.

currículo que contenha informações científicas sobre a raça; a aplicação dos recursos na educação de modo a buscar não só a não-discriminação mas também a discriminação positiva em sua distribuição entre os grupos da população. Considerando-se a importância do papel do professor, recomendam-se ainda cuidados com sua formação, uma vez que, sendo fruto da sociedade em que vive, ele pode estar imbuído dos preconceitos que nela se produzem.

Numa perspectiva semelhante, também os modernos meios de informação – lembremo-nos aqui da alocução de Nehru no Encontro de Filósofos e Pensadores de 1951 – são considerados no item 16 da Declaração. Alegando-se o desconhecimento das possibilidades desses meios na difusão de conhecimentos e na formação de atitudes favoráveis ou contrárias à compreensão internacional, portanto, favoráveis ou não ao agravamento ou à eliminação dos preconceitos raciais, sugere-se o prosseguimento de pesquisas⁶⁵ que elucidem esses aspectos. E, quanto aos profissionais que atuam nesses meios, é assinalado como seu dever a manutenção de uma atitude favorável entre grupos e populações, evitando-se a transmissão de imagens estereotipadas ou a ridicularização dos povos, ou ainda, evitando-se a classificação racial da pessoa de que se fala, a menos que este dado seja essencial para clareza da notícia ou matéria.⁶⁶

65. Em dezembro de 1969, dois anos após a aprovação desta declaração pela Conferência Geral, a Unesco reúne, em Montreal, especialistas sobre o papel dos meios de comunicação em sociedades multiétnicas para examinar este parágrafo. A partir do documento de trabalho preparado pelo Secretariado da Unesco foi produzido neste encontro o documento "propostas para um programa de pesquisas em comunicação internacional". A Unesco abre, então, uma frente de pesquisas sobre os jornais em sociedades multiétnicas, das quais as primeiras se encontram em: UNESCO. *Race as news. Two general studies on attitude change* by Otto Klineberg and Colette Guillaumin and a study of the British national press by Paul Hartmann, Charles Husband and Jean Clark. Unesco, Paris, 1974. Cf. nesta fonte "Introduction". HALLORAN, James D.

66. Desde 1958 e 1959 a percepção do potencial dos meios de comunicação se evidencia quando a Comissão dos direitos humanos da ONU, tendo realizado estudos sobre a discriminação racial, solicita ao Ecosoc estudo sobre os meios de informação nos países em desenvolvimento. Num momento no qual se evidencia com a guerra do Congo um deslocamento geográfico da guerra fria, meios de comunicação associados à educação são vistos como prioritários para o continente e a Unesco é chamada para apresentar estudo das necessidades e proposta de orçamento para seu atendimento. Mais de uma década após, o movimento dos países não-alinhados reunidos em Argel denunciam as condições adversas de trocas desiguais, reivindicam novas bases para o diálogo norte-sul na busca de uma nova ordem econômica internacional e expressam seu interesse comum quanto à questão da comunicação, interesse que se materializará nas ações em busca de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação - NOMIC.

Se a referência feita por Nehru, em 1951, ao agravamento das condições de realização da democracia, com o uso dos meios de publicidade, caiu no vazio, o mesmo não ocorre neste novo momento político e tecnológico – década de 60 – no qual as relações de força se articulam de modo diverso do imediato pós-guerra e se dão num mundo em que o poder das *media* as eleva à condição de intelectuais orgânicos da modernidade que se faz mundo.

Ao longo da década seguinte, esse movimento prosseguirá numa estreita associação com os insucessos do Primeiro Decênio para o Desenvolvimento, programa lançado pela ONU em 1961, e com as respostas daí advindas. Vive-se então um período em que o desenvolvimento tecnológico multiplicará o poder desses meios que se tornam cada vez mais o centro vital de uma sociedade mundial – vista como “aldeia global” por McLuhan, como sociedade tecnetrônica por Brzezinski, e como ameaça às culturas particulares pelos governos nacionais. Estes governos passam a reivindicar nos foros internacionais, particularmente na Unesco, um equilíbrio na distribuição desses meios com vistas ao intercâmbio efetivo de informações, e uma regulamentação do seu uso, com vistas ao respeito às identidades culturais⁶⁷ e a uma efetiva comunicação entre os povos.

Estes e outros aspectos implicados nas complexas relações dos meios modernos de comunicação com a questão racial, assim como com os demais campos de atuação da Unesco, serão retomados exaustivamente ao longo do preâmbulo – no qual são lembrados pactos, acordos, convenções, resoluções já aprovados nos diversos organismos do sistema ONU – e dos onze artigos da “Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas para o Fortalecimento da Paz e a Compreensão

67. Uma regulamentação para o uso do espaço será aprovada em 1972 na Conferência Geral da Unesco e também na Assembleia Geral da ONU, com o voto contrário e solitário dos Estados Unidos.

Internacional, a Promoção dos Direitos Humanos e à Luta Contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra”, de 1978.

Nesta década e nas seguintes, o racismo ressurge e se alastra na Europa, que se reúne, em 1972, na Eurocult, a primeira das conferências regionais sobre as políticas culturais que assinalam uma mudança da Unesco em relação ao conceito de cultura.⁶⁸ Nessa conferência, os países europeus, preocupados com a concentração dos meios de informação, recomendam à Unesco o apoio aos países em desenvolvimento para a ressurreição de suas culturas nacionais e para a eliminação das seqüelas do colonialismo, do neocolonialismo, do racismo e do domínio cultural. Argumenta-se então com os riscos do imperialismo cultural, da uniformização dos comportamentos, da homogeneização cultural e o conseqüente empobrecimento da humanidade em sua diversidade.

Há, entretanto, discordâncias expressas nas reservas – apresentadas tanto pela delegação Sueca, falando em nome dos países nórdicos, como pelas delegações do Reino Unido, Suíça, Áustria e Canadá – em relação à recomendação que solicita à Unesco uma ação mais decisiva para a aplicação da resolução 8, adotada na 16ª CG-1970. Essa ação, que pressupõe “contribuição da Unesco à paz e tarefas da Unesco no que concerne à eliminação do colonialismo e utilização do programa da Unesco com vistas ao reforço da cooperação dos Estados membros no interesse da paz e da segurança na Europa”, deve ser efetivada com a aplicação dessa resolução em seus domínios de atuação e com a contribuição da Organização para a boa realização das “análises críticas da filosofia e da sociologia do racismo e do apartheid” (Recomendação 21, p. 42-44).

68. Desde os desdobramentos contraditórios do primeiro decênio do desenvolvimento, a Unesco amplia seu conceito de cultura para além do modelo difusionista até então presente em suas atividades. Sendo central para o desenvolvimento econômico, a cultura como obra dos homens e não de uma elite deve ser garantida como um direito e respeitada em sua diversidade.

Estas reservas são passíveis de compreensão num contexto em que, desde a década de 1960, as manifestações do racismo são registradas não apenas nas práticas de grupos neonazistas, mas também na esfera política na Europa ocidental onde ganham força os partidos nacionalistas.⁶⁹ O racismo se manifesta ainda no campo teórico – em novas tendências de biologização ou de psicologização do social, não restritas ao solo europeu – e também numa certa literatura que não abandona temas como: as relações entre evolução biológica e evolução cultural, as diferenças raciais e outros similares.⁷⁰

O Colóquio de Atenas, realização conjunta da Unesco e da Fundação dos Direitos do Homem de Atenas, reúne nesta cidade, entre 30 de março e 3 de abril de 1981, especialistas de diversos campos de conhecimento com a finalidade de responder a essas várias manifestações de racismo no mundo ocidental, aí incluída a Europa, que avança no processo de unificação, rearticulando-se a partir do final da década de 70 no neoliberalismo.

69. Ao slogan “a França para os franceses” de Le Pen somam-se argumentos diversos contra a imigração, assim como medidas legais visando seu controle e repressão, não apenas neste país, mas também na Inglaterra, na República Federal da Alemanha e nos Estados Unidos. Os alvos são árabes e judeus, ciganos e negros, aos quais se atribuem o desemprego e os males sociais que acompanham o desmonte do Estado do Bem - Estar que tem início a partir do final da década de setenta. Ver a respeito: WIEVIORKA, Michel. “As mutações do ódio”. In: *O Correio da Unesco*, ano 14, n. 5, Rio de Janeiro: Unesco. Fundação Getúlio Vargas, maio de 1996. Sobre a escalada do racismo na França: Folha de São Paulo, 31/03/1985. p. 15; Ver também: “Racismo gera polêmica entre franceses”, “A ressurreição do ódio” e “Nacional Skin: a violência dos carecas cresce também no Brasil”, In: Revista *Isto É*, n. 1209, 20/12/1992, p.52-59; “Um fantasma ronda a Europa” In: Caderno Especial, *Folha de São Paulo*, 23/06/1994.

70. Em 1960, a revista *Mankind Quarterly* publica vários artigos entre os quais Garret e Purves atribuíram aos fatores genéticos a “escandalosa criminalidade dos negros”, merecendo resposta de Juan Comas na revista *Current Anthropology* em artigo no qual denuncia a orientação racista da *Mankind Quarterly*. No final da década a Harvard educational review publica artigo de Arthur R. Jansen no qual ele defende que 80% da inteligência do indivíduo é determinada por fatores genéticos. Em 1975 uma explicação biológica do comportamento do homem é apresentada por Edward Wilson, o pai da sociobiologia (genética, etologia, ecologia e neodarwinismo), da Harvard University. Em 1978 vários autores usando pseudônimos publicam o livro intitulado *Raça e inteligência* no qual os negros, aos quais os autores negam a capacidade de julgamento e de síntese, são, por esta razão, comparados a europeus leucotomizados. Cf. VIDYARTHY, Lalita Prasad. “A propos des races et du racisme: un regard neuf sur un thème connu”. In: *Racisme, science et pseudo-science*. Actes du Colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoqués pour justifier le racisme et la discrimination raciale, Athènes, 30 mars-3 avril 1981.

Neste Colóquio se discutem as teses pseudo-científicas que situam o racismo nos campos da genética, da antropologia, da etnologia, da história, da psicologia, da sociologia, da filosofia e do direito. Quanto à discussão de ordem genética, persistem os temas relativos aos aspectos biológicos e biopsicológicos da questão racial (Jacquard, 1981), já presentes nas discussões anteriores, 1950, 1951, 1964 e 1967, entre elas aquela sobre a pertinência do uso do termo “raça” para classificação das populações humanas, sobre a unidade e a diversidade da raça humana, sobre a validade das medidas de inteligência para comparação de diferentes povos. Discute-se ainda o peso relativo da economia e o papel decisivo da *media* na veiculação de teses racistas, na produção do racismo ou no seu combate.

Uma questão primordial neste momento consiste no fundamento que essas teses continuam emprestando não só à elaboração das políticas públicas mas também à justificação de atitudes racistas. Entre estas destaca-se a tese dos “limites de tolerância”. Segundo essa tese haveria um limite, passível de ser “objetivamente” estabelecido em termos percentuais, que, sendo ultrapassado, despertaria atitudes ou comportamentos “naturais” de rejeição do “outro”, seja ele o marginal, o pertencente a uma minoria ou o estrangeiro (Bouhdiba, 1981). Essa tese foi utilizada na formulação de políticas de imigração seletiva para suprir a mão-de-obra calculada como necessária e que se prestava então às justificativas do controle da imigração, iniciado nos diversos países desde os primeiros anos da década de 60 e intensificado a partir da década seguinte,⁷¹ prosseguindo na atual. Como se sabe, na década de 90, agravam-se e aprofundam-se conflitos e guerras entre grupos étnicos e religiosos no leste europeu, com conseqüências na imigração e em seus desdobramentos, entre os quais o “limite

71. Cf. REX, John. “Le racialisme et la crise urbaine”. In: Unesco. *Le Racisme Devant la Science*. Paris: Nouvelle édition. Unesco, 1973, p. 267-320.

da tolerância”, minando as esperanças de um mundo unido na democracia, que se anunciava com a queda do Muro de Berlim e com a desintegração do bloco soviético.

As inúmeras ameaças à democracia, à segurança, ao desenvolvimento e à “virtude da tolerância” que se alastram pelo mundo motivam a Conferência Geral da Unesco a proclamar 16 de novembro de 1995 como o Dia Internacional da tolerância, quando também se aprova neste foro a “Declaração dos Princípios sobre a Tolerância”.

Diante de mais uma declaração que vai abordar de um outro ângulo e num outro patamar a questão racial, impõe-se a lembrança da idéia de tolerância tal como se expressa no “Encontro de Filósofos e Pensadores de 1951”, apresentada por um dos participantes indianos: “a tolerância é insuficiente: muitas vezes essa palavra implica uma certa complacência, enquanto que a tolerância a ser buscada deve unir a profunda convicção de si próprio numa verdadeira apreciação do outro” (Unesco, 1953a, p. 18).

Prosseguindo seu combate ao racismo em suas diversas expressões ou manifestações, um dos objetivos da luta contra a intolerância se expressa, na linguagem da Unesco da década de 1990, por meio do lema “substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz”. Na construção dessa cultura, conforme o artigo 4º da declaração, a “educação para a tolerância”, vista como um “imperativo prioritário”, deve ter como objetivo “combater as influências que conduzem ao medo e à exclusão do outro”, enquanto seus programas devem “contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, assim como entre grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos e linguísticos e as nações”.

Esta é a condição reconhecida pela Unesco desde a década de 60 da “unidade na diversidade”, necessária para a realização do progresso da

humanidade. Presente nas atividades relativas à cultura desde então, este reconhecimento é contemporâneo da recusa da Unesco à bipolarização política e também às centralidades culturais que se queriam hegemônicas.

A idéia da participação das diversas culturas no ideal de universalidade e de progresso ganha diversas expressões desde o início e ao longo da caminhada da Unesco. Na década de 90 é trabalhada no Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, emprestando-lhe o título de “Nossa diversidade criadora” (Cuéllar, 1997), cujo corolário imediato se traduz na exigência da virtude da tolerância. Virtude, por sua vez, também invocada no “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI” (Delors, 1996). Reafirma-se, assim, a idéia de coalizão das diferentes culturas no jogo da história, exposta em artigo de Lévi-Strauss em 1952 – quando se processava o debate suscitado pela declaração de 1950, cuja redação contou com a participação do antropólogo francês – em que ele afirma, exemplificando com a Europa da Renascença, que o desenvolvimento da humanidade se realizou sempre que houve contato de um maior número de culturas diferentes entre si.

Quando convidado pela Unesco uma segunda vez, Lévi-Strauss levanta hipóteses a respeito da inadequação das respostas tradicionais para as questões raciais e faz interrogações que conferem uma amplitude muito maior à intolerância, seus alvos e suas causas, ocultados sob as diferenças raciais, os preconceitos que suscitam e a ignorância que os alimentam; conjectura ainda sobre os limites da ajuda, seja do etnólogo, do psicólogo ou do educador, na solução da questão racial. E com a finalidade de demonstrar que o problema da intolerância não se restringe às questões de raça, apóia-se no exemplo fornecido pelos povos primitivos sobre as condições necessárias ao sentimento recíproco de tolerância “das quais as sociedades contemporâneas estão mais distantes do que nunca: de uma parte, uma igualdade relativa; de outra, uma distância física

suficiente” (1971, p. 663). Lévi-Strauss se refere à dificuldade crescente de viver junto, num planeta que se encolhe sob a pressão demográfica, tornando o outro uma ameaça ao uso por cada um dos bens naturais essenciais. Refere-se ainda à relação contraditória da unidade e diversidade, e à possibilidade de um futuro em que as diferenças étnicas seriam desnecessárias como pretexto do “regime de intolerância exacerbada” que os ódios raciais do presente permitem antever.

Ao longo de sua existência, a Unesco, na coordenação da cooperação entre as nações com vistas ao progresso, como Sísifo condenada ao “eterno recomeço”, promoveu debates e buscou administrar as polarizações das respostas, natureza ou cultura, às quais talvez se possa atribuir a pouca eficácia do combate ideológico ao racismo (Lévi-Strauss, 1971), obstáculo que persiste em ressurgir. Na busca de uma síntese superadora do pensamento disjuntivo ou, quem sabe, de uma visão científica multidisciplinar sobre as questões sociais e raciais, articulou acordos, produziu resoluções, declarações. Tematizando, analisando, refletindo, buscou regulamentar as relações com o “outro”, o “diferente”, que se tensionam na competição por espaços sociais os mais diversos incluindo o mercado de trabalho, os serviços públicos nas áreas da educação, saúde, moradia, as vantagens, prerrogativas ou direitos individuais ou coletivos (Ianni, 1996).

Após meio século deste trabalho, num mundo em que o ódio racial e o sentimento de superioridade de uns em relação aos outros prosseguem alimentando a violência de diversas ordens e justificando as relações de dominação, de exploração e de esquecimento, numa sociedade cada vez mais interdependente, impõe-se a questão referente ao alcance da tolerância.

Na expressão de Albert Jacquard, geneticista francês que participou do Colóquio de Atenas, “a tolerância é uma atitude ambígua (...). Tolerar é julgar-se em condições de dominar, julgar; é ter de si mesmo um conceito o

bastante positivo para aceitar o outro com todos os seus defeitos”, o que repõe o mito da superioridade, que por sua vez justifica o domínio de povos e gentes, que a Unesco não cessou de combater. Talvez seja por isto que Jacquard assevera na sequência que “é necessário tomar um rumo completamente diferente e tomar consciência da contribuição dos outros, que se torna tanto mais rica quanto maior for a diferença em relação consigo mesmo” (1998, p. 4).

Para finalizar, lembremos o alerta e a lição que nos deixa Florestan Fernandes (1960, p. XIV), para quem

não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre os indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer as exigências do ‘bom-tom’ de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um em seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática”.

Esta reflexão nos sugere como corolário a conclusão de Lévi-Strauss (1971, p. 666) segundo a qual “só podemos depositar nossa esperança em uma mudança no curso da história, mais difícil ainda de se obter do que um progresso no curso das idéias”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, H. T. *L'Organisation européenne de coopération économique*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1949.
- ADISESHIAH, Malcolm S. *Pour que mon pays s'éveille*. Le rôle de l'homme dans le développement: réflexions sur les dix années à venir. Paris: Unesco, 1970.
- _____. *Il est temps de passer à l'action*. Le rôle de l'homme dans le développement: réflexions complémentaires pour les années soixante-dix. Paris: Unesco, 1972.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo - As políticas do Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1955.
- ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'Unesco: 1944-1963*. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales? Paris: Sorbonne, 1993.
- ASSMANN, Hugo et alli. *A Trilateral*. Nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Editora Nacional, 1955. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 282).
- BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Nacional, 1971. (Coleção Brasileira, vol. 305).
- BATISSE, Michel. No começo, o deserto. In: *O Correio da Unesco*. Unesco/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, mar. 1994.
- BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Séculos XIX e XX. Col. História das Idéias e do Pensamento, vol. II. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

- BEAGLEHOLE, Ernest. Les relations interraciales dans les régions du Pacifique. In: *Bulletin International de Sciences Sociales*. Vol. II, n. 4, Hiver, 1950. p. 512-520.
- BEDJAOUÏ, Mohamed. *Pour un nouvel ordre économique international*. Paris: Unesco, 1979. (Col. Nouveaux défis au droit international).
- BEHRMAN, Daniel. *Réseaux du progrès: quelques aspects de l'action scientifique de l'Unesco*. Paris: Unesco, 1964.
- BEKRI, Chikh. *L'Unesco: Une entreprise erronée?* Paris: Éditions Publisud, 1991.
- BELTRÁN, Luis Ramiro S.; CARDONA, Elizabeth Fox. Mass media et domination culturelle. In: *Perspectives*. Vol. X, n. 1, Paris: Unesco, 1981.
- BERTRAND, Maurice. Os caminhos da paz. In: *O Correio da Unesco*, ano 23, n. 12, Rio de Janeiro: FGV, dez. 1995.
- BOUHDIBA, Abdelwahab. Racisme et conditions économiques et sociales. In: *Racisme, science et pseudo-racisme: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars - 3 avril 1981, Paris: Unesco, 1981.
- BRZEZINSKI, Z. *América: laboratório do mundo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- CARNEIRO, Paulo E. Berredo. *Relatório do Brasil na Conferência da Unesco*. Iquitos, 1949.
- CARR, R. K. Le gouvernement fédéral américain et la question raciale. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1954.
- CCIU. Centre Catholique International pour l'Unesco. *Les mois à l'Unesco*, n. 112, jan/mar, Paris, 1984.
- CECLA. Consenso latino-americano de Viña del Mar. *Comércio exterior*. Vol. XIX, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427.
- CHALLIAND, Gerard. *A luta pela África: Estratégia das grandes potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- COOMBS, Philip H. *A crise mundial da educação*. Uma análise de sistemas. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de (Org.). *Nossa diversidade criadora*. Relatório da comissão de cultura e desenvolvimento. Tradução de Alessandro Warley Candeas. Campinas: Papirus/Brasília: Unesco, 1997.
- DARLINGTON, C. D. La conception génétique de la race dans l'espèce humaine. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. II, n. 4, Hiver, 1950, p. 501-511.
- DAVIDSON, Basil. Apartheid: racismo colonial institucionalizado. Um dossiê vergonhoso. In: *O Correio da Unesco*, ano 12, n. 1, jan. 1984.
- DELORS, Jacques (Org.). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório da comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrazio. Lisboa: Asa/Unesco, 1996. (Col. Perspectivas Atuais/Educação).
- DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. 2. ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: Editora da UnB, 1982. (Col. Pensamento Político).
- DOUBININE, N. P. Les races et la génétique contemporaine. In: UNESCO. *Le Racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 139-169.
- DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1919-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- DUPUY, Jean. *L'établissement de la sécurité collective*. Paris: Unesco, 1951.
- ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Col. Debates).
- ESSIEN-UDOM, E. U. Tribalisme et racisme. In: Unesco. *Le Racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 239-266.
- EVANGELISTA, Ely G. S. *Educação e mundialização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- FAURE, Edgar et alii. *Aprender a ser: la educación del futuro*. 4. ed. Madrid: Alianza/Unesco. 1975.

- FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Editora Nacional, 1960. (Brasiliense, vol. 307).
- _____. *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FRADIER, Georges. *Orient et Occident. Peuvent-ils se comprendre?* Paris: Unesco, 1958.
- FULLERTON, Garry. *L'Unesco au Congo*. Paris: Unesco, 1961.
- GOSOVIC, Branislav, RUGGIE, John Gerard. Overview: origins and evolution of the concept. In: *International Social Science Journal*. Vol. XXVIII, n. 4, Paris: Unesco, 1976.
- HERMAN, Edward S. Anatomy of a smear: Ed Bradley and "60 minutes" on Unesco. In: *Hope & Folly: the United States and Unesco 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./Mineapolis: University of Minnesota Press, 1989.
- HIERNAUX, Jean. L'espèce humaine peut-elle être découpée en races? In : Unesco. *Le Racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 171-176.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOROWITZ, Irving Louis. A détente e as multinacionais. In: *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 12, 1976.
- HUMMEL, Charles. International cooperation and world problems: the standpoint of Unesco. In: *International Social Science journal*. Vol. XXXIV, n. 1, Paris: Unesco, 1982.
- HUXLEY, Julien. *El Hombre está solo*. Trad. de C. A. Jordana. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942.
- IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

- _____. A racionalização do mundo. In: *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. Globalização e transculturação. *Primeira Versão*, n. 69, IFCH/Unicamp, abril 1997.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IOUCHKIAVITTCHIOUS, Henrikas. Estratégia da Unesco (entrevista) In: *O Correio da Unesco*, ano 23, n. 4, abril de 1995.
- JACQUARD, Albert. La science face au racisme. In: *Racisme, science et pseudo-racisme: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars/3 avril, 1981, Paris: Unesco, 1981.
- JUVIGNY, Pierre. *The fight against discrimination: towards equality in education*. Paris: Unesco, 1963.
- KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. Trad. de Gioconda Mussolini. São Paulo: Editora Nacional, 1966.
- _____. Plan d'étude de l'Unesco sur les états de tension internationale. Un appel aux sciences de l'homme. Allocution présidentielle prononcé lors de la réunion annuelle de la "Eastern Psychological Association". Springfield, Mass., le 8 avril 1949. *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. I, n. 1-2, Paris, 1949.
- KNIGHT, Robert P. Atividades da Unesco na comunicação internacional. In: FISCHER, Heinz-Dietrich e MERRILL, John C. (Org.) *Comunicação Internacional: meios – canais – funções*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- KOSZIK, Kurt. A expansão do Instituto Internacional de Imprensa. In: FISCHER, Heins-Dietrich e MERRIL, John C. (Org.) *Comunicação Internacional: meios – canais – funções*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- LACOSTE, Michel Conil. *Chronique d'un Grand Dessein*. Unesco 1946-1993. Paris: Unesco, 1994.
- LAVES Walter H. C. e THOMSON, Charles A. *Unesco: purpose, progress prospects*. Bloomington: Indiana University, 1957.

- LEIRIS, Michel. Raça e civilização. In: *Raça e ciência*, vol I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 189-229.
- LENGYEL, Peter. MOST: le premier programme intergouvernemental de sciences sociales. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Vol. XLVI, n. 142, décembre, Paris: Unesco, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: *Raça e ciência*, vol. I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 231-270.
- _____. Race et culture. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Vol. XXIII, n. 4, 1971.
- MACBRIDE, Sean, et alii. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Relatório da Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Unesco, 1983.
- MADRIDEJOS, Mateo. *Colonialismo e neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- MAHEU, René. Au service de l'esprit dans l'histoire. In: *Dans l'esprit des hommes: vingt-cinquième anniversaire de l'Unesco 1946-1971*. Paris: Unesco, 1972.
- _____. Cuatro aspectos de un gran proyecto humano. In: *Crónica de la Unesco*. Vol. XV, n. 10, Paris: Unesco, 1969, p. 343-352.
- _____. *Perspectives sur l'Unesco*. Introduction au rapport du directeur général sur l'activité de l'Organisation en 1973. Paris: PUF/Unesco, 1974.
- MAKAGIANSAR, Makaminan. A Unesco e os problemas da comunicação. In: *O Correio da Unesco*, ano 5, n. 6. Fundação Getúlio Vargas/Unesco, Rio de Janeiro, jun. 1977.
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- _____. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

- MAYOR, Frederico. Reinventar a Imprensa. In: *O Correio da Unesco*, ano 23, n. 4, abr. 1995.
- MBOUMA, William A. Eteki. Afrique. In: *Dans l'esprit des hommes: vingt-cinquième anniversaire de l'Unesco 1946-1971*. Paris: Unesco, 1972.
- M'BOW, Amadou Mahtar. *Aux sources du futur: la problématique mondiale et les missions de l'Unesco*. Paris: Unesco, 1982.
- _____. *Comprendre pour agir: l'Unesco face aux problèmes d'aujourd'hui et aux défis de demain*. Paris: Unesco, 1977.
- _____. *Le monde en devenir*. Réflexions sur le nouvel ordre économique international. Paris: Unesco, 1976.
- _____. Um programa executado em que pesem sérios obstáculos. In: *Crônica da Unesco*. Vol. XXII, n. 12, 1976.
- _____. *La Unesco en su cuarenta aniversario*. Paris: Unesco, 1985.
- M'BOW, Amadou Mahtar et alii. *Le consensus et la Paix*. Paris: Unesco, 1980.
- MCLUHAN, M. *O meio são as massa-gens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- MÉTRAUX, Alfred. L'Unesco et le problème racial. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. II, n. 3, Automne, 1950, p. 3.
- _____. Race et civilisation. In: *Le Courrier*. Vol. III, n. 6-7, Juillet-Août, 1950, p. 8-9.
- _____. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. In: *Le Courrier de L'Unesco*. Vol. V, n. 8-9, Août-September, 1952.
- MONTAGU, M.F. Ashley. O conceito de raça e o mecanismo das raças humanas. In: MUSSOLINI, Gioconda. (Org., sel. e notas). *Evolução, raça e cultura*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- MORSY, Zaghlood. *L'éducation aux médias*. Paris: Unesco, 1984.
- NEHRU, Jawaharlal. Allocution lors de la séance de clôture de l'entretien. In: Unesco. *Humanisme et éducation en Orient et Occident*. Entretien international organisé par Unesco. Paris, 1953a.
- OLIVEIRA, João Batista A. e MC ANANY, Emile G. *Le projet brésilien SACI/EXERN: étude analytique de cas*. Paris: Unesco, 1981. (Col. Études et Documents d'information, n. 89).

- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEARSON, Lester B. *Sócios no progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- PERNEAU, José. *História mundial desde 1939*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- PERKINS, Jaime. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. 48, n. 108, out./dez. 1967, p. 305-312.
- POMPEI, Gian Franco. Historique de l'organisation. In: Unesco. *Dans l'Esprit des Hommes Vingt-cinquième anniversaire de l'Unesco 1946-1951*. Paris: Unesco, 1952.
- PRESTON, Jr., William. The history of U. S. A. – Unesco relations. In: *Hope & Folly: the United States and Unesco 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./Mineapolis: University of Minesota Press, 1989.
- RAGHAVAN, G. N. S. Les médias atteint-ils les masses? L'expérience indienne. In: *Perspectives*. Vol. X, n. 1, Paris: Unesco, 1980, p. 96-106.
- RAY, Ellen e SCHAAP, William. Introduction. In: *Hope & Folly: the United States and Unesco 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./Mineapolis: University of Minnesota Press, 1989.
- REIFERS, Jean-Louis. *Sociétés transnationales et développement endogène: effets sur la culture, la communication, la science et la technologie*. Paris: Unesco, 1981.
- REX, John. Le racialisme et la crise urbaine. In : Unesco. *Le Racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 267-320.
- ROACH, Colleen. The movement for a new world information and communication order: a second wave? In: *Farewell to NWICO? Media Culture and Society*. Vol. 12. SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 283-307.
- RONCAGLIOLO, Rafael. A NOMIC. Contra-informação e democracia a partir do Terceiro Mundo. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.) *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.

- SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo-As políticas do Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens. Educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCHILLER, Herbert I. La Libre circulación de la información y la dominación mundial. In: SOMAVÍA, Juan (Org.). *La información en el nuevo orden internacional*. Editado por MATTA, Fernando Reyes. México: ILET, 1977.
- SCHRAMM, Wilbur et alii. *Techniques modernes au service d'une éducation planifiée*. Conclusions d'un programme d'enquêtes par un contrat de l'Agence Américaine pour le Développement International. Unesco/IIPE/Usaid, 1970.
- SINCLAIR, John. Neither west nor third world: the mexican television industry within the NWICO debate. In: *Farewell to NWICO? Media Culture and Society*. Vol. 12. SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 343-360.
- SOMAVÍA, Juan et alii. *La información en el nuevo orden internacional*. México: ILET/Matta, F. R. 1977.
- TERROU, Fernand. *La télévision dans le monde*. Paris: Unesco/Imprimerie Strasbourgeoise, 1954.
- TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- TOPUZ, Hifzi. La Unesco y las agencias de información. In: *Crónica de la Unesco*. Vol. XVI, n. 12, Paris: Unesco, 1970.
- UNESCO. *Actes de la Conférence générale, deuxième session*. Comptes rendus des débats. México, 1947.
- _____. *L'Unesco un programme mondial*. Analyse du programme de l'Unesco pour 1949 voté par la Conférence générale à Beyrouth. Paris: Unesco, 1948.
- _____. *Avec le TICER. Sur le front de la reconstruction*. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la point du combat pour le relèvement de l'éducation. Paris: Georges Lang, 1949.

- _____. *Rapport du Directeur Général sur l'activité de l'organisation d'octobre 1949 à mars 1950*. Présenté à la Conférence Générale lors de sa cinquième session, mai-juin 1950. Paris, 1950.
- _____. *Bulletin Officiel*. Vol. 11, n. 5 Juin/Août, 1950a.
- _____. *L'Éducation de Base. Description et Programme*. Monographies sur l'Éducation de Base. Paris: Unesco/Imprimerie Firmin-Didot, 1950b.
- _____. *Rapport aux Nations Unies: 1949-1950*, Paris, 1950c.
- _____. Preface. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1950d.
- _____. *El Proyecto Piloto de Haiti*. Primera etapa 1948-1949. Serie Monografías sobre Educación Fundamental. Paris: Bellenand, 1951.
- _____. *Les Missiones Culturales Mexicanas y su Programa*, por Lloyd H. HUHES. Série Monografías sobre Educación Fundamental. Vol III. Paris: Unesco, 1951a.
- _____. IISA. *L'Administration Nationale dans ses Relations avec les Organisations Internationales*. Conclusions d'une enquête effectuée dans quatorze Etats. Bruxelles: Unesco, 1951b.
- _____. *L'Éducation des Communautés à Porto Rico*: rapport établi par la Division des Communautés du Département de l'Éducation sur l'oeuvre accomplie à Porto Rico entre le 1^{er} juillet et le 15 octobre 1951. Paris: Unesco, 1952.
- _____. *La Salud en la Aldea*. Una Experiencia de Educación Visual en China. Serie Monografías sobre Educación Fundamental. Vol. V. Paris: Unesco, 1952a.
- _____. *Échanges culturels et barrières commerciales*. Répertoire des règlements auxquels sont soumis les échanges d'objets de caractère éducatif, scientifique ou culturel. Paris: Unesco, 1952b.
- _____. *Accord pour l'Importation d'Objets de Caractère Éducatif Scientifique ou Culturel*. Avantages et Modalités d'Application. Paris: Unesco, 1952c.
- _____. *Matériaux nouveaux*. Exposition scientifique organisée par l'Unesco du 27 mai au 11 juin 1952. Paris: Unesco, 1952d.

- _____. *Les Nations Unies et le Civisme Internationale*. Vers la Compréhension Internationale. Vol. IV, Paris: Unesco, s.d.
- _____. *Voyages à l'étranger*. Formalités spéciales pour voyages à buts éducatifs. Éditions révisée. Paris: Unesco, 1953.
- _____. *Humanisme et éducation en Orient et Occident*: entretien international organisé par l'Unesco. Paris, 1953a.
- _____. *Le concept de race*. Résultats d'une enquête. Col. La question raciale devant la science moderne. Paris: Unesco, 1953b.
- _____. *La Cooperación Europea en la Investigación Nuclear*. Paris: Unesco/Union Typographique de Villeneuve-Saint-Georges, 1954. (Col. La Unesco y su programa XI).
- _____. *Le développement des moyens d'information en Asie*. Études et documents d'information, n. 30. Compte Rendu de la Réunion organisée par l'Unesco. Bangkok, janvier 1961.
- _____. *La télévision rurale au Japon*. Rapport sur une expérience d'éducation des adultes. Paris: Unesco, 1961a.
- _____. *Le développement des moyens d'information en Afrique*. Presse radio film télévision. Études et Documents d'Information, n. 37. Paris: Unesco, 1962.
- _____. *Crônica da Unesco*. Vol. X, n. 2, fev. 1964.
- _____. *L'Apartheid: ses effets sur l'éducation, la science la culture et l'information*. Paris: Unesco, 1968.
- _____. *L'Alfabetisation fonctionnelle pourquoi et comment*. L'Unesco et son programme. Paris: Unesco, 1970.
- _____. *Intergovernmental Conference on Institutional, Administrative and Financial Aspects of Cultural Policies*. Final Report. Venice 24 August - 2 September 1970. Paris: Unesco, 1970a.
- _____. Conférence Intergouvernementale sur les Politiques Culturelles en Europe. Rapport Final. Helsinki, 19-28 juin 1972. Paris: Unesco, 1972.
- _____. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe-Afrique du Sud et Namibia*. Dossier établi d'après une documentation réunie par le Mouvement anti-apartheid. Paris: Unesco, 1975.

- _____. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe-Rhodésie*. Ouvrage de référence rédigé d'après des données rassemblées par Reginald Austin. Paris: Unesco, 1976.
- _____. *Les politiques de la communication en Inde*. (par M. V. DESAI). Paris: Unesco, 1977.
- _____. *Méthode de détermination des priorités dans le domaine de la science et de la technologie*. Enquêtes Unesco/UNACAST sur les besoins institutionnels des pays en voie de développement dans le domaine de la science et de la technologie. Paris: Unesco, 1977a.
- _____. *Actas de la Conferencia General*, 20. reinón. Resoluciones. Vol. 1. Paris, 24 de octubre-28 de noviembre de 1978. Paris: Unesco, 1978.
- _____. *Déclaration de principes sur la tolérance*. (<http://www.unesco.org/tolerance/declafre.htm>).
- _____. *La question raciale*. Collection l'Unesco et son programme. Vol. III, Paris: Unesco, s/d.
- _____. Rapport final du colloque. In: *Racisme, science et pseudo-racisme: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars-3 avril, Paris: Unesco, 1981.
- _____. *Conseil intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la communication*, (première session) Rapport Final, Maison de l'Unesco, Paris, 15-22 juin 1981a.
- _____. *Conferência mundial sobre políticas culturais*. Problemas e perspectivas. CLT-82/MONDIALCULT/3. Paris: Unesco, 1982.
- _____. *Conferência mundial sobre políticas culturais*. Informe final. México, D. F., 26 de julio-6 de agosto. Paris: Unesco, 1982a.
- _____. *Conseil Intergouvernemental du programme international pour le développement de la communication* (deuxième session). Acapulco, 18-25 Janvier 1982. Rapport Final. COM/MD/1, 1982b.
- _____. *O Correio da Unesco*. 10, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982c.

- _____. *Rapport du Directeur Général présenté aux États membres et au Conseil Exécutif*. 23 C/3. Vingt-troisième session, 1985.
- _____. *Conférence intergouvernementale sur les politiques de la communication dans États arabes*. Rapport Final. Khartoum (Soudan) 19-23 juillet 1987. CC-87/ARABCOM/3.
- _____. *Tercer Plan a Plazo Medio (1990-1995)*, (25 C/4 Aprobado). Paris: Unesco, 1989.
- _____. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (dixième session). Rapport Final. CC.MD/10. Paris, 7-13 mars 1989a.
- _____./PNUD/UNICEF/BM. *Rapport Final. Conférence Mondiale sur l'éducation pour tous: répondre aux besoins éducatifs fondamentaux*. Jomtien, Thaïlande, 5-9 mar 1990.
- _____. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication*. (douzième session) Rapport Final. Paris, 11-18 février 1991.
- _____. *Comptes Rendus des Débats* – vingt-huitième session. Paris: Unesco, 1995.
- _____. *O Correio da Unesco*, 23, n. 12, Rio de Janeiro, dez, 1995.
- _____./UIT. *Le droit de communiquer: à quel prix? Obstacles économiques à l'utilisation efficace des télécommunications en matière d'éducation, de science et de culture et pour la diffusion de la information*. Paris: Unesco/UIT, mai 1995b.
- _____. *La volonté de réforme*. Aperçu des réformes réalisées: 1988-1996. Paris: Unesco, 1996.
- _____. *Telecommunication tariffs for the mass media*. New communication order, n. 8. Paris: Unesco.
- _____. *O Correio da Unesco*, 24, n. 5, Rio de Janeiro, FGV mai, 1996.
- _____. *O Correio da Unesco*, 24, n. 6, Rio de Janeiro, FGV jun, 1996.
- VALDERRANA, Fernando. *A History of Unesco*. Paris: Unesco, 1995.

- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1993.
- WASHBURN, S. L. A antropologia física e sua estratégia atual. In: MUSSOLINI, Gioconda (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- _____. A evolução humana e a cultura. In: Mussolini, Gioconda. (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.